



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO, TECNOLOGIAS E
INSTITUIÇÕES – PPGCTI.

MIKAEL GOMES BRAGA

**MULHER E PODER POLÍTICO NO SERTÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO
NORTE**

MOSSORÓ/RN
2023

MIKAEL GOMES BRAGA

**MULHER E PODER POLÍTICO NO SERTÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO
NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Cognição, Tecnologia e Instituições.

Linha de Pesquisa: Experiências Humanas, Social e Técnica.

Orientadora: Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira.

MOSSORÓ/RN
2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

B813m BRAGA, MIKAEL GOMES.
MULHER E PODER POLÍTICO NO SERTÃO CENTRAL DO
RIO GRANDE DO NORTE / MIKAEL GOMES BRAGA. - 2023.
198 f. : il.

Orientador: KYARA MARIA DE ALMEIDA VIEIRA.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
, 2023.

1. Representatividade feminina. 2. Poder
Político. 3. Vereadoras. 4. Sertão Central. 5. Rio
Grande do Norte. I. VIEIRA, KYARA MARIA DE
ALMEIDA, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MIKAEL GOMES BRAGA

MULHER E PODER POLÍTICO NO SERTÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Mestrado Acadêmico em Cognição, Tecnologias e Instituições – PPGCTI.

Defendida em: **11/09/2023**.

Examinadoras:

Documento assinado digitalmente
 KYARA MARIA DE ALMEIDA VIEIRA
Data: 13/09/2023 22:15:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira - Presidente da Banca e Orientadora

Documento assinado digitalmente
 CYNTHIA CAROLINA BESERRA BRASILEIRO
Data: 13/09/2023 08:42:25-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Cynthia Carolina Beserra Brasileiro - Examinadora Externa (UERN)

Veronica Palmira Salme de Aragao:04768070779
Assinado de forma digital por Veronica Palmira Salme de Aragao:04768070779
Dados: 2023.09.12 22:14:53 -0300'

Dra. Verônica Palmira Salme de Aragão - Examinadora Externa (UERN)

Dedico essa dissertação para duas mulheres: Minha esposa (Nathália Oliveira) por me incentivar a ser um marido e homem melhor a cada dia; À minha filha (Ane Louise) que faz parte de todo esse processo acadêmico, pessoal e revolucionário – espero estar contribuindo para construção de uma sociedade mais saudável, justa e igualitária para vocês.

AGRADECIMENTOS

A lista de agradecimentos é muito longa, pois foram tantos sujeitos, ambientes e situações favoráveis e contrárias que (re)significaram em minha formação acadêmica, humana e pessoal.

Primeiramente, venho agradecer à professora Doutora Kyara Maria pelo desafio e oportunidade que confiou ao me escolher como seu orientando. Não conhecia seus trabalhos e atividades, não tinha trocado nenhuma mensagem e o PPGCTI era muita novidade para mim. Confesso, que no processo seletivo para ingresso no mestrado, talvez por esses fatores, nunca houvesse uma chance. Entretanto, mesmo sendo desconhecidos um para com outro, minha professora aceitou “arriscar”, talvez na proposta do projeto de pesquisa, talvez na condição de um orientando homem se propondo a estudar sobre gênero e mulheres na política. Independentemente das razões que levaram ao primeiro “sim”, quero agradecer imensamente pela oportunidade ímpar e singular que tive na construção de meu percurso acadêmico: todas orientações, sugestões de livros e leituras, apontamentos e considerações na lida da qualificação e dissertação; pelas palavras e conselhos carregadas por um discurso de fala que transcendia sua experiência, vivências, jornadas e perspectivas de vida que deslocavam inúmeras contribuições e provocações pessoais, profissionais, acadêmica e humana. Sou grato a Deus e ao Programa por tê-la comigo durante esses dois anos, realmente tive o privilégio e sorte por tê-la como minha orientadora de pesquisa.

Aproveito o ensejo, e estendo meus agradecimentos às professoras Doutoras Cyntia Carolina Beserra Brasileiro (UERN) e Verônica Palmira Salme de Aragão (UERN), por terem aceitado a proposta de contribuir para a realização e direcionamento da dissertação desde a qualificação, a cada comentário tecido, a cada consideração apontada no trajeto da proposta dessa pesquisa. Muito obrigado pela disponibilização de seu tempo, energia e desejo na construção das provocativas que o enredo desse trabalho direciona; eu sei que cada parágrafo tem direta e indiretamente, as vozes, as marcas e impressões de cada uma de vocês. Meu muito obrigado!

Quero externar minha alegria na concretização deste trabalho aos meus colegas e amigos de graduação: Doutora Jeannie Carneiro e o doutorando José Adailton. Apesar de estarmos separados por milhas de quilômetros, sempre torcíamos por cada conquista e meta alcançada por todos. Obrigado pelos incentivos e conselhos para retornar as atividades acadêmicas, o mérito dessa conquista ora alcançada, também aponta para vocês.

Agradeço aos meus colegas de Programa pela ajuda e apoio mútuo durante a realização do mestrado. Em especial: Alcinete, Catarina, Ênio e Sandra pelas conversas, dúvidas e

direcionamentos que necessitávamos tomar nas disciplinas cursadas e intermédio com a coordenação do curso. Agradeço também pela companheira incrível que o Programa me deu de presente: Luíza. Tivemos a mesma orientadora e isso possibilitou estreitar ainda mais nosso laço de amizade e companheirismo. Grato por cada diálogo, conversa jogada ao ar, momentos de desabafo, correria quanto aos prazos, dilemas de escritas, angústias e lamentações que fizeram parte da construção de nossa formação acadêmica, como também, pelos inúmeros momentos alegres, de risos, descontração e prazeres que tivemos nesse processo. Desejo muito sucesso em tua trajetória, minha querida.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho e direção da escola de Ensino Médio em Tempo Integral Professor Francisco Veras, em Angicos, pelo apoio durante a realização desta pesquisa, seja reajustando os horários escolares, seja liberando turmas para que eu pudesse ter o maior tempo de dedicação possível para cursar o mestrado. O fruto deste trabalho de pesquisa se estende a cada um de vocês.

Agradeço as vereadoras que se disponibilizaram para compartilhar suas trajetórias e vivências políticas, nas conversas, solicitações e contribuição para a realização deste trabalho, são parte fundamental da pesquisa e do trabalho que conseguimos realizar na dissertação.

E é claro, venho agradecer as duas mulheres: a rainha e princesa de minha vida. Foi por/para vocês que insisti na continuação desta etapa de minha trajetória. Confesso que durante esses dois anos, tornei-me um homem melhor, pois aprendi muito a honrar, respeitar e reconhecer ainda mais o papel singular das mulheres, seja na vida pública, seja na vida privada, onde quer que estejam, elas serão sempre sujeitas únicas, especiais e importantes na (re)construção de seus lugares.

Minha namorada, esposa e mãe de minha filha, pela paciência e compreensão que teve comigo durante esses dois anos de mestrado. Lembro quando disse que consegui ser aprovado na seleção do Programa e ela comemorava de forma mais intensa, viva e alegre que eu (risos), pois isso sempre fez parte de nosso relacionamento: apoiar e incentivar um ao outro nas conquistas e lutas diárias. Muito obrigado pela compreensão que teve ao entender a necessidade de sacrificar inúmeros finais de semanas e incontáveis noites a cada dia para estar na frente de um notebook ou lendo algum livro.

Apesar da correria desse cenário, aconteceu algo que não estávamos esperando: iríamos ter um bebê! Foi outro processo que requereu muita atenção, duplicação de afeto e carinho, respeito e cumplicidade de cada um de nós, exigindo de mim, ainda mais disciplina, foco e responsabilidade no andamento da pesquisa acadêmica. Quando minha filhinha nasceu, foi uma

explosão de sentimentos, e desde aquele dia prometi que agiria com mais intensidade para contribuir na construção de uma sociedade mais segura, humana e afetuosa.

Hoje, minha filhinha está quase completando 1 ano e esta pesquisa reflete o que mais desejo para você no futuro: que mulheres possam ser livres, sem sofrerem discriminações ou preconceitos; que mulheres possam estarem na política, atuando na (re)construção de políticas públicas mais eficientes e eficazes; onde mulheres possam atuar na rua, no lar ou no trabalho conforme suas necessidades e interesses, vontades e singularidades, contando com outras mulheres para se fortalecerem e também novos homens para (re)conhecerem suas contribuições em todo esse processo. Neste sentido, Ane Louise, quero que você vislumbre esse novo mundo, essa nova esperança, a começar com o que irás observar e vivenciar em sua família, no tratamento que faço para com sua mãe e outras pessoas que convivo, e quiçá Deus me ajude e dê sabedoria para lhe instruir nesse caminho.

Dedico uma parte desses agradecimentos para minha pessoa, pois havia concluído minha graduação em 2015 e somente 6 anos depois retornei ao espaço acadêmico. Apesar de estar enferrujado, fui muito bem polido (Kyara, que o diga!). Confesso que foi difícil conciliar trabalho + paternidade + dissertação. No entanto, o processo de fazer a pesquisa foi tão prazeroso, gratificante e empolgante, que o enfado, cansaço e estresses não foram maiores que meu desejo de contribuir na construção dos resultados deste estudo e pesquisa.

Ademais, agradeço a Deus, por proporcionar a conquista deste título de Mestre, pois sem Sua misericórdia, perdão e ajuda, eu nem aqui estaria. Obrigado meu Jesus!

RESUMO

No presente estudo, analisamos o cenário político a partir da atuação das mulheres nas Câmaras Municipais de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes, situadas no sertão central do Rio Grande do Norte. Neste sentido, propomos como questão norteadora: as rotas de ingresso e as trajetórias políticas das vereadoras, atualmente, conduzem ao seu comprometimento ou não, com a construção de políticas públicas para mulheres no sertão central do RN? A partir disso, temos como objetivo geral: analisar a representatividade feminina nas instâncias de poder político, problematizando as formas de inserção e atuação das vereadoras nas cidades de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes. Como objetivos específicos, propomos: a) apresentar um panorama das discussões de estudos que versam sobre a participação da mulher nas instâncias de poder político local; b) discutir as formas de inserção feminina na política de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes; e c) analisar a atuação parlamentar das vereadoras nas Câmaras Municipais das cidades pesquisadas. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo e quantitativo (Stake, 2011), baseado na perspectiva interdisciplinar, privilegiando o diálogo das ciências humanas e sociais, enfocando as discussões de gênero e política institucional que perpassam os modos de configuração sócio-histórica do poder no sertão central do RN. Realizamos a identificação das produções e atuações das parlamentares por meio do levantamento documental das atas das sessões na câmara e projeto propostos pelas vereadoras, nos baseando em Cellard (2008), Fontana (2018) e Neves (1996). Em relação a entrevista semiestruturada, dialogamos com as contribuições do aporte teórico de Minayo (1994, 2007), Alberti (2005) e Gil (2009). O recorte da pesquisa em termos de colaboradas foi inicialmente composto por nove (9) mulheres eleitas nas cidades supracitadas, para a vereança 2021-2024. Entretanto, conseguimos acesso às matérias e produções legislativas de sete (7) vereadoras, tendo entrevistado 6 parlamentares. Teoricamente, nos baseamos na perspectiva epistemológica feminista segundo Miguel (2014) e Biroli (2010): nas discussões sobre a participação feminina na política, a partir de Avelar (2001), Costa (1998), Santos (2004), Queiroz (2006), Scott (2005), Ávila (2015), Ribeiro (2015), Dácio (2017) e Pinheiro (2007); sobre as experiências das cotas, dialogamos com as autoras Araújo (1998), Garcia (2005), Meireles (2017) e Sabino (2015). Como resultados destacamos: o mapeamento e identificação dos perfis acerca das trajetórias e percursos das vereadoras do sertão central do RN; as mulheres eleitas não legislam, necessariamente, com base numa perspectiva feminista; verificamos uma certa limitação da atuação e produção das vereadoras para questões que têm pouco ou nenhuma influência para a construção de políticas públicas voltadas para as mulheres no sertão central do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Representatividade feminina; Poder Político; Vereadoras; Sertão Central; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

In this study, we analyze the political scenario based on the involvement of women in the Municipal Chambers of Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino, and Lajes, located in the central backlands of Rio Grande do Norte. In this sense, we propose the guiding question: do the entry routes and political trajectories of the councilwomen currently lead to their commitment or not to the construction of public policies for women in the central backlands of RN? From this, our general objective is to analyze female representation in instances of political power, problematizing the ways in which councilwomen are inserted and operate in the cities of Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino, and Lajes. Our specific objectives are to: a) present an overview of studies discussing women's participation in local political power instances; b) discuss the ways in which women are involved in politics in Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino, and Lajes; and c) analyze the parliamentary performance of councilwomen in the Municipal Chambers of the researched cities. Methodologically, it is a qualitative and quantitative study (Stake, 2011), based on an interdisciplinary perspective, favoring the dialogue between the human and social sciences, focusing on gender discussions and institutional politics that permeate the socio-historical configuration of power in the central backlands of RN. We identified the productions and actions of the councilwomen through the documentary survey of the session minutes in the chamber and the projects proposed by the councilwomen, relying on Cellard (2008), Fontana (2018), and Neves (1996). Regarding the semi-structured interview, we engaged with the theoretical contributions of Minayo (1994, 2007), Alberti (2005), and Gil (2009). The research sample initially consisted of nine (9) elected women in the aforementioned cities for the council term 2021-2024. However, we gained access to the materials and legislative productions of seven (7) councilwomen, having interviewed 6 parliamentarians. Theoretical foundations are based on the feminist epistemological perspective according to Miguel (2014) and Biroli (2010): in discussions about female participation in politics, drawing from Avelar (2001), Costa (1998), Santos (2004), Queiroz (2006), Scott (2005), Ávila (2015), Ribeiro (2015), Dácio (2017), and Pinheiro (2007); on quota experiences, we engaged with authors Araújo (1998), Garcia (2005), Meireles (2017), and Sabino (2015). As results, we highlight the mapping and identification of profiles regarding the trajectories of the councilwomen in the central backlands of RN; elected women do not necessarily legislate from a feminist perspective; we observed a certain limitation in the actions and productions of councilwomen for issues that have little or no influence on the construction of public policies for women in the central backlands of Rio Grande do Norte.

Keywords: Female Representation; Political Power; Councilwomen; Central Hinterland; Rio Grande do Norte.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	11
1. INTRODUÇÃO	16
1.1. PROBLEMÁTICA	17
1.2. JUSTIFICATIVA	17
1.3. OBJETIVOS	18
1.3.1. Objetivo Geral.....	18
1.3.1. Objetivos Específicos.....	18
1.4. METODOLOGIA.....	18
2. A CONDIÇÃO DA MULHER NO ESPAÇO DE PODER POLÍTICO	28
2.1. A MULHER NO CENÁRIO DE PODER POLÍTICO: ALGUMAS PONDERAÇÕES	28
2.2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS CÂMARAS MUNICIPAIS	33
2.3. AS COTAS ELEITORAIS E SEU IMPACTO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS.....	48
3. O SERTÃO CENTRAL DO RN: BREVE HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS	57
3.1. A CIDADE DE ANGICOS	57
3.2. A CIDADE DE AFONSO BEZERRA.....	59
3.3. A CIDADE DE PEDRO AVELINO	61
3.4. A CIDADE DE LAJES	64
4. PARLAMENTARES NO SERTÃO CENTRAL DO RN: PERFIL QUANTITATIVO	67
5. TRAJETÓRIAS DAS VEREADORAS NO SERTÃO CENTRAL DO RN	89
5.1. INICIAÇÃO NA VIDA POLÍTICA	89
5.1.1. Conciliação da vida privada X atividades públicas.....	89
5.1.2. O acesso na política institucional	91
5.1.3. Vereadoras por existência de familiar eleito	92
5.2. PARLAMENTARES E PLEITOS ELEITORAIS	94
5.2.1. Vereadoras: a decisão de candidatar-se	94
5.2.2. Eleições 2020: a campanha das vereadoras.....	95
5.2.3. Vereadoras e as eleições estaduais de 2022	99
5.3. FEMINISMO: CONCEPÇÃO DAS PARLAMENTARES.....	100
5.3.1. Vereadoras e o feminismo	100
5.3.2. Cargos de liderança na câmara municipal	103
5.4. BARREIRAS NA ATUAÇÃO POLÍTICA DAS PARLAMENTARES.....	105
5.4.1. Vereadoras: dificuldade em ser mulher parlamentar.....	105
5.4.2. Dificuldades e facilidades no exercício parlamentar	106
5.4.3. Motivos para baixa representatividade feminina no sertão central do RN	107
6. ATUAÇÃO PARLAMENTAR DAS VEREADORAS NO SERTÃO CENTRAL DO RN	111
6.1. PROJETOS DE LEIS, INDICAÇÕES, REQUERIMENTOS E RESOLUÇÕES DAS PARLAMENTARES.....	111
6.2. REGISTROS E ATUAÇÕES DAS VEREADORAS NOS PLENÁRIOS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS	139
6.3. ACOMPANHAMENTO NAS SESSÕES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	180
APÊNDICE 2: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ÁUDIO	183

APÊNDICE 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA	184
ANEXOS	190

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de vereadoras antes e depois das cotas eleitorais	52
Gráfico 2: Comparação do quantitativo de vereadoras nas eleições de 2016 a 2020	67
Gráfico 3: Quantitativo de vereadores(as) nas eleições de 2020	68
Gráfico 4: Faixa etária dos vereadores nas eleições de 2020	69
Gráfico 5: Faixa etária dos(as) vereadores(as) do sertão central do RN	70
Gráfico 6: Estado civil dos(as) vereadores(as) eleitos em 2020 nas eleições municipais	71
Gráfico 7: Estado civil por gênero dos vereadores(as) eleitos(as)	72
Gráfico 8: Escolaridade dos vereadores(as) eleitos em 2020	73
Gráfico 9: Escolaridade dos(as) vereadores(as) do sertão central do RN por gênero	74
Gráfico 10: Ocupação dos vereadores(as) do sertão central do RN	75
Gráfico 11: Etnia/raça declarada pelos(as) vereadores(as) nas eleições de 2020	76
Gráfico 12: Etnia/raça declarada pelos(as) vereadores(as) do sertão central do RN	76
Gráfico 13: Religião declarada pelas vereadoras do sertão central do RN	77
Gráfico 14: Ocupação das parlamentares e número de filhos(as)	78
Gráfico 15: Ajuda/apoio nas atividades domésticas	78
Gráfico 16: Bens declarados pelas vereadoras no tse	81
Gráfico 17: Vereadoras por tipo de participação em organizações, entidades e/ou movimentos sociais antes de seu mandato parlamentar	82
Gráfico 18: Envolvimento em alguma entidade, organização e movimento social durante o mandato parlamentar	83
Gráfico 19: Principais problemáticas situadas no sertão central do RN	85
Gráfico 20: Vereadoras por existência de familiar eleito	93
Gráfico 21: Principais áreas de atuação das vereadoras no sertão central do RN	115
Gráfico 22: Matérias da parlamentar a	122
Gráfico 23: Matérias da parlamentar b	125
Gráfico 24: Matérias da parlamentar f	129
Gráfico 25: Matérias da parlamentar g	131
Gráfico 26: Matérias da parlamentar h	133
Gráfico 27: Matérias das parlamentares no sertão central do RN	134

LISTAS DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa do sertão central do RN	57
Imagem 2: Bandeiras defendidas durante a campanha eleitoral	80
Imagem 3: Desejo das vereadoras de concorrer à reeleição em 2024	84

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Vereadoras eleitas na eleição de 2020	19
Quadro 2: Catalogação das produções das parlamentares	22
Quadro 3: Acompanhamento das sessões municipais	23
Quadro 4: Aplicação das entrevistas	25
Quadro 5: Protocolo e condução da revisão	34
Quadro 6: Histórico de participação nacional de candidatas nas eleições municipais (2008-2020)	50
Quadro 7: Simulação da aplicação das cotas em 2020 e 2024	50
Quadro 8: Relação das legislaturas/partidos das vereadoras na cidade de Angicos	58
Quadro 9: Relação das legislaturas/partidos das vereadoras na cidade de Afonso Bezerra	60
Quadro 10: Relação das legislaturas/partidos das vereadoras na cidade de Pedro Avelino	62
Quadro 11: Relação das legislaturas/partidos das vereadoras na cidade de Lajes	65
Quadro 12: Partidos políticos das vereadoras	79
Quadro 13: Militância e mandatos partidários das vereadoras	85
Quadro 14: Matérias da vereadora a no biênio 2021-2022	117
Quadro 15: Matérias da vereadora b no biênio 2021-2022	123
Quadro 16: Matérias da vereadora c no ano de 2022	125
Quadro 17: Matérias da vereadora f no biênio 2021-2022	126
Quadro 18: Matérias da vereadora g no biênio 2021-2022	130
Quadro 19: Matérias da vereadora h no biênio 2021-2022	131
Quadro 20: Matérias da vereadora i no biênio 2021-2022	133
Quadro 21: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Angicos/RN	140
Quadro 22: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Pedro Avelino/RN	148
Quadro 23: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Lajes/RN	153
Quadro 24: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Angicos/RN	162
Quadro 25: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Afonso Bezerra/RN	163
Quadro 26: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Pedro Avelino/RN	164
Quadro 27: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Lajes/RN	164

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

RN – Rio Grande do Norte

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PP – Partido Progressistas

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PL – Partido Liberal

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

DEM – Partido Democratas

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFERSA – Universidade Federado Rural do Semi-Árido

USP – Universidade de São Paulo

IPMP – Índice de Participação da Mulher na Política

STF – Supremo Tribunal Federal

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUS – Sistema Único de Saúde

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

COVID – Corona Vírus Disease

COPIRN – Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

MPRN – Ministério Público do Rio Grande do Norte

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos e Assexuais

1. INTRODUÇÃO

Atualmente presenciamos um certo avanço na participação das mulheres no espaço acadêmico e no mercado de trabalho. No entanto, quando se trata da participação das mulheres nos espaços institucionais dos poderes executivo e legislativo, notamos que os números continuam baixos¹, mesmo após a criação de cotas eleitorais de gênero, esta que é uma política de ação afirmativa que busca inserir a mulher no espaço público incentivando sua representatividade feminina nos espaços de decisões políticas.

A representatividade aqui é entendida enquanto a expressão dos interesses de um grupo na figura do representante (Bobbio, 1988). Nesse sentido, a representatividade provoca o reconhecimento e uma manutenção entre a igualdade e a diferença, entre direitos individuais e identidades grupais (Scott, 2005). Dessa forma, pretendemos analisar a representatividade feminina tanto como indivíduos quanto como grupo identitário.

Destarte, ao propormos a realização desta pesquisa, intencionamos contribuir para o conhecimento acerca das formas de inserção e participação das vereadoras nas câmaras municipais de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes, localizadas no sertão central do Rio Grande do Norte. Este micro espaço de estudo é significativo na medida em que corrobora e inspira para uma cosmovisão mais ampla do mundo social, na qual provoca perspectivas de mudanças e rupturas de paradigmas na maneira de ser/estar/atuar como “mulher parlamentar”.

Além disso, neste estudo procuramos apresentar as discussões de gênero considerando os aspectos socioculturais, políticos, geográficos, histórico em suas relações com o poder, filiando-se a Linha “Experiências humanas, sociais e técnicas” do Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituição da UFRSA. Dessa forma, esta pesquisa sustenta-se na interdisciplinaridade por privilegiar o diálogo das ciências humanas e sociais, enfocando as discussões de gênero e a política institucional sem suas configurações sócio-históricas no sertão central do RN.

¹ Pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2018 e 2020 o eleitorado feminino era de 52,5% do total, e de 52,21% em 2016. No entanto, por exemplo, “nas eleições ocorridas em 2020, foram eleitas apenas 12,05% de Prefeitas, 16,52% de Vereadoras e 16,05% como Vice-Prefeitas. Entre 193 países, o Brasil ocupa a 140ª posição na representação feminina em cargos eletivos. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a ONU Mulheres, entre 11 países da América Latina, o Brasil ocupa a 9ª posição com relação à paridade política entre mulheres e homens”. Fonte: Centro de Liderança Pública.

1.1. PROBLEMÁTICA

Nesta dissertação de mestrado, vimos a necessidade de realizarmos um estudo mais aprofundado sobre a representatividade feminina nas instâncias de poder político no contexto do sertão central no estado do RN. Apresentamos algumas discussões sobre o espaço político/público da mulher em contraste com o lugar do privado, este que culturalmente foi naturalizado como restrito aos homens. Nesse sentido, dialogamos através de uma perspectiva feminista sobre a inserção das mulheres nos espaços públicos de poder político, mais especificamente sobre a participação feminina nas Câmaras Municipais. Afinal, será que as rotas de ingresso e as trajetórias políticas das vereadoras atualmente conduzem ou não, para a construção de políticas públicas para mulheres no sertão central do RN?

1.2. JUSTIFICATIVA

Justificamos a investigação proposta neste trabalho pela inexistência de pesquisas sobre representatividade feminina, atuações parlamentares e política institucional de gênero nas Câmaras Municipais escolhidas como objeto de estudo interdisciplinar no contexto do sertão central potiguar. Também é importante explicitar que a opção pelo sertão central do RN como recorte espacial para nossa pesquisa se deve a algumas razões que merecem aqui ser enumeradas:

- a) O destaque dado ao pioneirismo da mulher potiguar no que diz respeito ao sufrágio² feminino;
- b) A primeira mulher prefeita³ eleita no Estado, no Brasil e por extensão na América Latina;
- c) A inexistência de estudos sobre a participação política da mulher nas câmaras municipais do sertão central potiguar;
- d) Por ser natural do Ceará, e morar atualmente na cidade de Angicos, possibilitando um melhor acesso e deslocamento nos municípios para realização da pesquisa.

Assim, este estudo propôs apresentar o cenário político das mulheres nas câmaras municipais de algumas cidades situadas no sertão central do RN, visando contribuir para reflexão acerca dos espaços institucionais de decisão por meio da atuação das parlamentares, através de análises teórico-metodológicas que problematizem as questões sobre a representatividade feminina, considerando variáveis como: as dimensões normativas presentes

² No dia 25 de outubro de 1927, pela Lei estadual nº 660, pela primeira vez no Brasil, as mulheres do Rio Grande do Norte, obtiveram o reconhecimento do direito de votar e serem votadas.

³ Em 1928, Alzira Soriano da cidade de Lajes foi a primeira prefeita a assumir o governo de uma cidade no país.

nas instituições, as estruturas sociais, os ambientes socioculturais e econômicos dos quais essas mulheres fazem parte.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. **Objetivo Geral:**

Analisar a representatividade feminina nas instâncias de poder político no contexto do sertão central no estado do RN

1.3.2. **Objetivos Específicos:**

- I. Apresentar um panorama das discussões de estudos que versam sobre a participação da mulher nas instâncias de poder político local;
- II. Discutir as formas de inserção feminina na política de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes;
- III. Analisar a atuação parlamentar das vereadoras nas câmaras municipais das cidades pesquisadas.

1.4. METODOLOGIA

A câmara municipal é um órgão legislativo municipal constituída por vereadores(as) eleitos(as) por meio do voto popular, cuja função diz respeito à formulação de leis municipais, além de fiscalização das receitas e despesas do Poder Executivo. Apesar da cidade de Fernando Pedroza também fazer parte do sertão central do RN, a mesma não foi incluída na relação dos municípios a serem pesquisados devido ao fato de que não houve registro de mulheres vereadoras eleitas na disputa eleitoral no ano de 2020. Por ser um município de 30 anos de emancipação política e administrativa⁴, a câmara municipal de Fernando Pedroza foi ocupada apenas por 2 (duas) mulheres ao longo de seis legislaturas municipais constituídas: Helena Silva eleita pelo partido PP no ano de 2000 e Érika Mirely pelo partido PSDB em 2008.

Para que fosse possível alcançar os objetivos propostos, a pesquisa assumiu o aporte teórico-metodológico das abordagens qualitativas sem excluir alguns aspectos quantitativos. Os aspectos quantitativos e qualitativos neste estudo são concebidos como complementares, pois entendemos que os dois métodos são ferramentas que possibilitam a compreensão de algum fenômeno, além de contribuir para a solução de problemas e questionamentos, como aponta Sampieri (2013, p. 42): “o pesquisador deve ser metodologicamente plural e se orientar pelo

⁴ O município foi criado no dia 26 de junho de 1992, conquistando sua independência política, desmembrada da cidade de Angicos, através da Lei nº 6.301, no qual foi instalado no dia 1º de janeiro de 1997.

contexto, pela situação, pelos recursos disponíveis, por seus objetivos e pelo problema de estudo. Essa é, realmente, uma postura pragmática”.

De acordo com Minayo (2007), a metodologia qualitativa permite ao pesquisador compreender o universo dos significados que estão presentes nas relações e ações dos indivíduos.

Ao defender a epistemologia dos pesquisadores qualitativos como construtivista, uma vez que os processos de conhecimento são resultantes das interações entre os seres humanos e o mundo, Stake (2011) destaca quatro características essenciais da pesquisa qualitativa: a primeira, baseada no caráter interpretativo, fixando-se nos significados das relações humanas a partir de diferentes pontos de vista; a segunda característica fundamentada por experiências, pois além de ser empírica, está direcionada ao campo; a terceira, pelo marco situacional, na qual “direciona aos objetos e às atividades em contextos únicos” (Stake, 2011, p. 25); e a quarta, o marco humanístico, pois visa a compreensão das percepções individuais.

A escolha pela pesquisa qualitativa nos permite estudar uma temática complexa, necessitando (re) conhecer dentro de um campo de fatos e acontecimentos. Neste sentido, cada problema na pesquisa qualitativa, segundo Gunther (2006) é um objeto de pesquisa específico e, como tal, necessita de instrumentos e procedimentos próprios, podendo ser representado “como sendo um caminho da teoria ao texto e outro caminho do texto de volta à teoria” (Flick, 2009, p. 14). A interseção desses dois caminhos é “a coleta de dados verbais ou visuais e a interpretação destes dentro de um plano específico” de pesquisa (Flick, 2009, p. 14).

Dessa forma, realizamos uma análise dos dados qualitativos, identificando as trajetórias e formas de inserção das vereadoras nas câmaras municipais de Angicos, Afonso Bezerra, Lajes e Pedro Avelino, cidades do Rio Grande do Norte (RN), como também as representações acerca de suas práticas nesse espaço institucional. O recorte da pesquisa em termos de grupos de informantes era constituído, inicialmente, por (9) nove parlamentares mulheres eleitas para o cargo de vereadoras municipais no pleito de 2020, para a vereança 2021-2024, conforme o quadro abaixo, confeccionado a partir de dados do TRE:

Quadro 1: Vereadoras eleitas na eleição de 2020

CIDADES	VEREADORAS	PARTIDOS	QUANTIDADE
---------	------------	----------	------------

Angicos; Afonso Bezerra; Pedro Avelino e Lajes	Vereadora A; Vereadora B; Vereadora C; Vereadora D; Vereadora E; Vereadora F; Vereadora G; Vereadora H; e Vereadora I	PSDB; SOLIDARIEDADE; PL; MDB; REPUBLICANOS; e PROS.	09 Vereadoras
---	---	--	---------------

Fonte: Quadro construído pelo autor (2023).

Em relação ao enfoque quantitativo, segundo Sampieri (2013), esta metodologia utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias. Ao fazer uso deste método procuramos “generalizar os resultados em grupo ou segmento (amostra) para uma coletividade maior (universo ou população), podendo ser replicados” (Sampieri, 2013, p. 31).

Sabemos que “em si, tabelas, indicadores, testes, etc. nada dizem. O significado dos resultados é dado pelo pesquisador em função de seu estofo teórico” (Gatti, 2004, p.13). Neste sentido, torna-se importante os pesquisadores levarem questionamentos e interpretações desses dados, procurando fazer sentido no conjunto argumentativo elaborado pelos pesquisadores, afinal, “os cientistas nunca coletam dados, eles criam dados” (Babbie, 1999. p. 181).

Além disso, podemos agrupar um conjunto de informações, organizados em categorias (Bardin, 2011), que permitirá construir um leque de informações acerca de determinada amostragem dos sujeitos da pesquisa. A estatística descritiva é uma maneira de se resumir os dados de uma variável quantitativa, por meio de tabelas, gráficos e de medidas descritivas que auxiliam a análise do comportamento dos dados. De acordo com Reis (1998), o objetivo dessa metodologia é sintetizar o maior quadro de valores de uma mesma natureza, possibilitando a construção de uma visão global da variação desses valores.

Para o desenvolvimento deste estudo, por meio da abordagem quantitativa, analisamos os dados e censo estatístico do Tribunal Regional Eleitoral – TRE e Tribunal Superior Eleitoral – TSE, contendo informações sobre as parlamentares. Nosso intuito inicialmente foi mapear o caráter mais biográfico das parlamentares, tais como naturalidade, escolaridade, profissão e filiação. Das (9) nove parlamentares catalogadas a partir do censo do TRE, conseguimos traçar o perfil com maiores detalhes e especificidades de apenas (6) seis vereadoras, destacando seus capitais sociais e trajetórias políticas.

A adoção do conceito de capital social de Bourdieu que utilizamos diz respeito ao “conhecimento e contato social, acesso privilegiado a tarefas socialmente valorizadas e

habilidades sociais que capacitam os indivíduos a competir nos vários campos da sociedade” (*apud* Avelar, 2001, p. 156), sendo o espaço político um dos campos nos quais esses contatos sociais são estabelecidos nas diversas redes de relações, ocasionando ambientes fundamentais para a mediação de conflitos, interesses e de competição. E neste caso, acumular capital social torna-se “[...] fator crucial na luta pelos recursos necessários à obtenção do poder e ao exercício das atividades políticas” (Pinheiro, 2006, p. 81).

No que se refere as trajetórias de atuação das vereadoras no biênio 2021-2022, realizamos um levantamento documental sistemático de toda a produção legislativa de iniciativa das parlamentares eleitas no ano de 2020, bem como da sua condição de aprovação. como produção legislativa, consideramos as matérias e proposições feitas nas câmaras municipais, a saber, projetos de lei, de indicação, de resolução e requerimentos, além de atas das sessões. Infelizmente, tivemos bastante dificuldade e uma série de entraves que impossibilitaram para obtenção do acesso aos documentos e atas da câmara municipal de Afonso Bezerra.

Após o período da qualificação do projeto, necessitava da concordância por meio da carta de anuência pelos presidentes das câmaras municipais, visando fornecer os subsídios necessários para realização da pesquisa. E a instituição em que obtive uma grande demora no retorno a essa solicitação foi a câmara de Afonso Bezerra. Com a mudança da nova diretoria para o biênio 2023-2024, criamos boas expectativas, haja vista que a presidência da Casa era conduzida por uma das participantes da pesquisa.

A parlamentar nos recepcionou várias vezes em seu gabinete, durante os meses de março e abril de 2023 e nos dizia os seguintes relatos: “Volte na próxima semana que estamos organizando os materiais”; “o antigo presidente já foi cientizado (sic) sobre essa questão e já está providenciando”; “estamos nessa fase de transição, por isso têm muita coisa para se organizar”; “não se preocupe, na segunda-feira, já estará pronto e lhe comunico”.

Por não avançar no acesso às informações solicitadas, infelizmente, tivemos que “deixar de fora” a pesquisa na câmara de Afonso Bezerra, deixando uma lacuna importante que necessita ser explorada futuramente.

Tais acontecimentos nos provocam alguns questionamentos: afinal, quais os enredos e jogos que estão envoltos nessa dificuldade para disponibilizar as atividades que o Poder Legislativo Municipal de Afonso Bezerra realizou nesse período? Por que dificultar o repasse, se essas informações devem ser publicizadas e acessíveis a qualquer pessoa? Que discursos e poderes estão enviezados na “transição da diretoria?”. Enfim, são ponderações que nos levam à reflexão sobre os desafios que o pesquisador encontra no processo de desenvolvimento de sua

pesquisa, e sobre como esses “limites e entraves” possibilitam a construção de novas narrativas e estudos nesse cenário.

Apesar dos entraves explicitados, realizamos nossa pesquisa e, abaixo, segue o quadro contendo o período de catalogação das matérias legislativas nas câmaras municipais:

Quadro 2: Catalogação das produções das parlamentares

CIDADE	VEREADORA(S)	DIA/PERÍODO	LOCAL	DURAÇÃO	ATIVIDADE
Angicos	Vereadoras A, B e C	07/03/23 – durante o período da manhã de terça-feira.	Secretaria da Câmara Municipal	9:30hs às 11:50hs	Catalogação das matérias legislativas de autoria das vereadoras
Afonso Bezerra	Vereadoras D e E	Não foi possível	Secretaria da Câmara Municipal	Não se aplica	Inúmeras tentativas frustradas para obtenção das matérias e documentos
Pedro Avelino	Vereadora F	09/03/23 – durante o período da manhã de quinta-feira.	Secretaria da Câmara Municipal	8:30hs às 10hs	Catalogação das matérias legislativas de autoria das vereadoras
Lajes	Vereadoras G, H e I	30/03/23 – durante o período da manhã de quinta-feira.	Secretaria da Câmara Municipal	8:00hs às 11:30hs	Catalogação das matérias legislativas de autoria das vereadoras

Fonte: Quadro construído pelo autor (2023).

A partir dessa coleta de dados, construímos um leque de informações que permitiram entender melhor quem são essas mulheres e como atuam no sertão central do RN, desde o período do pleito eleitoral no ano de 2020 até a condução de seu trabalho parlamentar no biênio de 2021-2022. Neste sentido, recorreremos a pesquisa documental, método este que possibilita ampliar o conhecimento acerca da contextualização sociocultural e histórica sobre a reconstrução das histórias vividas por essas mulheres vereadoras. Já que

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios das atividades humanas em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele

permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

Por vezes, a utilização da pesquisa documental atrela-se à necessidade de “angariar informações e dados mais ‘materiais’, ‘concretos’ e ‘diferenciados’ acerca da temática e do escopo pesquisado pelo sujeito do conhecimento” (Fontana, 2018, p. 69). Haja vista que esses materiais ainda “não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vista a uma interpretação nova ou complementar” (Neves, 1996, p. 3). Sem contar que em muitos casos “só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos”, fazendo uso dos registros institucionais escritos, pois são “persistentes e continuados” (Gil, 2009, p. 147).

Ao analisar os dados obtidos após realização do levantamento dos documentos das matérias legislativas das vereadoras, procuramos construir um quadro contendo o objetivo da matéria (projeto de lei, indicação ou requerimento), a numeração e descrição do mesmo. Nosso intuito foi mapear as informações de todas as produções legislativas das parlamentares ao longo do biênio 2021 e 2022. Além disso, como sistematização para análise do conjunto dessas informações, reunimos e catalogamos as matérias por área de atuação como: saúde, educação, obras e infraestrutura, saneamento básico, segurança, transporte, cultura, emprego, votos de pesar, etc.

Além das informações coletadas nas câmaras municipais, a segunda etapa deste estudo contempla as discussões apontadas durante as entrevistas realizadas com as parlamentares e também, análise realizada mediante o acompanhamento das sessões nas quatro câmaras pesquisadas. Optamos por fazer observação participante, considerando

realizar através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto (Minayo, 1994, p. 59).

A importância da observação participante reside no fato de podermos “captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados” (Gil, 2009, p. 104). Neste sentido, procuramos acompanhar as rotinas e discursos das parlamentares durante as sessões municipais, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3: Acompanhamento das sessões municipais

CIDADE	LOCAL	DIA/MÊS	DURAÇÃO	VEREADORAS
Angicos		03/03/23 (Sexta-feira)	19:30h as 20:10h	Vereadora A, B (ausentes) Vereadora C (presente)

	Câmara Municipal de Angicos	20/03/23 (Segunda-feira)	19:40h as 19:50h	Vereadora A (ausente) Vereadoras B, C (presentes)
		24/03/23 (Sexta-feira)	19:30h as 20:20h	Vereadora A (ausente) Vereadoras B, C (presentes)
Afonso Bezerra	Câmara Municipal de Afonso Bezerra	06/03/23 (Segunda-feira)	19h as 21h	Vereadora D, E (presentes)
		13/03/23 (Segunda-feira)	19h as 21:30h	Vereadora D, E (presentes)
		27/03/23 (Segunda-feira)	19h as 21h	Vereadora D, E (presentes)
Pedro Avelino	Câmara Municipal de Pedro Avelino	10/03/23 (Sexta-feira)	10h as 11:30h	Vereadora F (presente)
		17/03/23 (Sexta-feira)	10h as 11:30h	Vereadora F (presente)
		24/03/23 (Sexta-feira)	10h as 11:30h	Vereadora F (presente)
Lajes	Câmara Municipal de Lajes	03/03/23 (Sexta-feira)	09h as 10:30h	Vereadora G, H, I (presentes)
		21/03/23 (Terça-feira)	09h as 10:30h	Vereadora G, H, I (presentes)
		31/03/23 (Sexta-feira)	09h as 10:30h	Vereadora G, H, I (presentes)

Fonte: Quadro construído pelo autor (2023).

Ao analisar as sessões nas plenárias, fizemos uso de relatos etnográficos por meio do contato com o universo das nossas colaboradoras da pesquisa, tentando compartilhar os horizontes, as visões de mundo e cosmovisões das parlamentares “numa verdadeira relação de troca, comparando suas próprias teorias com as do pesquisador e assim tentando sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente” (Magnani, 2009, p. 135)

Nesse sentido, trata-se de um empreendimento contínuo e paciente que exige uma atitude de estranhamento e/ou exterioridade por parte do pesquisador em relação ao seu tema de pesquisa, possibilitando por meio da etnografia, o entendimento dos significados, ações e performances dos sujeitos nessa dinâmica complexa.

As entrevistas foram semiestruturadas, organizadas por um roteiro predeterminado, porém não fechado. A escolha por esse modelo de entrevista justifica-se pela possibilidade de sistematizar os dados qualitativos, além de garantir certa flexibilidade para que possamos realizar um aprofundamento e também ampliação de determinadas temáticas que forem surgindo para melhor aprofundamento na coleta de informações acerca do tema pesquisado.

Nesse sentido, a entrevista é uma “conversa a dois com propósitos bem definidos” (Minayo, 1994, p. 57), seja reforçando a importância da linguagem e do significado da fala, seja como meio de coleta de informações. Dessa forma, a entrevista se caracteriza como uma forma de “diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (Gil, 2009, p. 109). Fazer uma entrevista é “avaliá-la e analisá-la constantemente – enquanto é gravada e, mais tarde, quando é objeto de análise” (Alberti, 2005, p. 178).

Das nove (9) vereadoras convidadas para participarem da pesquisa, após estabelecermos contato pessoal e também através das redes sociais, conseguimos realizar a entrevista com apenas seis (6) vereadoras. Na câmara de Angicos, a vereadora A esteve ausente durante as três visitas que realizei nas sessões municipais, após estabelecer contato com a parlamentar, ela relatou que não estava na cidade durante esses períodos em virtude do estado de saúde de sua mãe, comentando que encontrava-se internada em Natal/RN, necessitando de sua ajuda e apoio.

Diante dessa situação, sugerimos, se possível, a realização da entrevista por meio de ambiente virtual, pois havia uma maior flexibilidade para a participante da pesquisa, entretanto, a mesma informou que gostaria de conceder as informações pessoalmente. Após novas tentativas de agendamento durante os meses de março, abril e início de maio, não foi possível a realização da entrevista com a parlamentar.

A vereadora C, também da cidade de Angicos, se recusou a participar da pesquisa, mesmo explicando os objetivos e finalidade do trabalho, a parlamentar não quis realizar a entrevista. A vereadora E, da cidade de Afonso Bezerra, após estabelecer contato inicial e demonstrar interesse em participar da pesquisa, inúmeras vezes, a parlamentar cancelou a entrevista que havia sido previamente agendada por alguns imprevistos que ocorria no dia. A vereadora reside em Natal, atuando em um hospital regional, e regressa para a cidade nos finais de semana para trabalhar de plantão no hospital municipal, e após participar da sessão legislativa, retorna novamente para a capital.

Para melhor percepção, a seguir, registramos o quadro geral sobre a aplicação das entrevistas com as parlamentares:

Quadro 4: Aplicação das entrevistas

VEREADORA	REALIZAÇÃO	LOCAL	HORÁRIO
Vereadora A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Vereadora B	19/04/23 (Quarta-feira)	Gabinete da parlamentar	10h as 11hs
Vereadora C	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Vereadora D	20/04/23 (Quinta-feira)	Gabinete da Parlamentar	09h as 10hs

Vereadora E	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Vereadora F	24/03/23 (Sexta-feira)	Sala dos parlamentares	09h as 10hs
Vereadora G e H	23/03/23 (Quinta-feira)	Gabinete da Parlamentar	10:30h as 11:50hs
Vereadora I	31/03/23 (Sexta-feira)	Sala dos parlamentares	08h as 09hs

Fonte: Quadro construído pelo autor (2023).

Antes da realização da entrevista foram reiteradas as informações prestadas no momento do convite e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE 2), prestando as informações necessárias acerca do estudo, ressaltando o sigilo e o anonimato dos dados coletados, além do caráter voluntário da participação na pesquisa, possibilitando a convidada desistir a qualquer tempo da sua colaboração ao estudo. Após lido e compreendido, a colaboradora se manifestou de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, assinando o TCLE.

Após realização das entrevistas, como forma de organização e análise dos dados obtidos pelas parlamentares, estruturamos os assuntos em seis (6) blocos: (1) biografia – cujo objetivo era somente confirmar alguns dados informados no TSE na candidatura ao cargo de vereadora, além de identificar outras informações pessoais; (2) trajetória política – na qual objetivava traçar os caminhos e percursos político das vereadoras.

No (3) bloco sobre partidos políticos, procuramos traçar as noções que as vereadoras tem acerca dos partidos, e se este contribuía ou não para a candidatura feminina. No 4º bloco, a respeito das cotas eleitorais, trazemos as questões das ações afirmativas na concepção das parlamentares. No (5) bloco, procuramos compreender como foram construídos os projetos de leis, de indicação ou requerimento das vereadoras. No (6) e último bloco das entrevistas, discutimos se as parlamentares tem atuado ou não para a construção de políticas públicas para mulheres.

Ademais, articular teorias e domínios das Ciências Sociais e Humanas de forma a ampliar o campo das reflexões sobre representatividade feminina e suas representações sociais no sertão central, embasadas nos aspectos cotidianos, científicos e interdisciplinares, dialoga com a linha de pesquisa “experiências humana, social e técnica” do Programa de Pós-Graduação em Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições – PPGCTI, que privilegia o diálogo das Ciências Humanas e Sociais.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos algumas discussões sobre a dinâmica histórica da participação das mulheres na política legislativa municipal, além de destacar alguns trabalhos que versam sobre atuação das vereadoras, e em

seguida discorreremos acerca do impacto das ações afirmativas das cotas eleitorais para o ingresso feminino na política. No segundo capítulo, situamos o contexto de nossa pesquisa, descrevendo sobre as cidades que compõem o sertão central do Rio Grande do Norte. No terceiro capítulo, agrupamos as principais características das parlamentares, visando traçar um perfil quantitativo das vereadoras eleitas no sertão central do RN.

No quarto capítulo, descrevemos sobre as trajetórias das vereadoras, analisando a iniciação na vida política, disputas eleitorais, questões do feminismo, além das barreiras e dificuldades no exercício parlamentar. E no último capítulo apresentamos a atuação das vereadoras, destacando as matérias e projetos das parlamentares, como também das observações realizadas durante as sessões nas câmaras municipais das cidades pesquisadas.

2. A CONDIÇÃO DA MULHER NO ESPAÇO DE PODER POLÍTICO

Este capítulo está dividido em três tópicos: no primeiro, realizamos algumas discussões acerca da inserção das mulheres nos espaços institucionais de poder; posteriormente, discorreremos sobre a revisão bibliográfica realizada no início de nossa pesquisa, visando delinear melhor as questões que envolviam a participação feminina nas câmaras municipais, e apresentando alguns trabalhos que versam sobre a temática. E em seguida, finalizamos o capítulo, discorrendo sobre o impacto das ações afirmativas das cotas nas eleições.

2.1. A MULHER NO CENÁRIO DE PODER POLÍTICO – ALGUMAS PONDERAÇÕES

Na obra “Feminismo e Política: uma introdução”, Miguel e Biroli (2014) procuram promover uma discussão introdutória acerca da teoria política feminista, apresentando diferentes vertentes do movimento feminista, visando contribuir no combate às desigualdades de gênero. Na introdução do livro, eles destacam que

a teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero. Com essa análise, evidencia-se alguns dos limites mais importantes das instituições vigentes, que, a despeito de suas pretensões democráticas e igualitárias, naturalizaram e reproduziram assimetrias e relações de dominação (Miguel; Biroli, 2014, p. 07).

Dessa forma, as instituições não apresentam uma neutralidade no que diz respeito ao reconhecimento e garantia de direitos sociais, políticos e civis das mulheres nos espaços públicos, pois as diferenças entre essas conquistas legais e a efetivação dessas garantias apontam para a discriminação, sub-representação e opressão ao gênero feminino.

Por conseguinte, a teoria política feminista propõe analisar as consequências dessas desigualdades de gêneros que perpassaram a sociedade, atribuindo concepções e papéis de masculinidade e feminilidade nas esferas públicas e privadas. Neste sentido, essa teoria “expõe as relações de poder em dimensões da vida cotidiana que não estão no escopo nas relações de boa parte da teoria política, o que é fundamental à própria definição do político no feminismo” (Miguel; Biroli, 2014, p. 13).

Sobre a naturalização das desigualdades existentes entre homens e mulheres, presente na maioria das sociedades, Miguel (2014) salienta que “ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista

caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes” (Miguel, 2014, p. 17).

As desigualdades de gêneros impostas pelas estruturas de poder, segundo Pinheiro (2007), se expressam de maneira significativa nos espaços de poder político, seja excluindo as mulheres do processo eleitoral ou pela sub-representatividade no parlamento, marcada por preconceitos, violência sofrida por essas mulheres, e falta de reconhecimento da contribuição feminina nesses espaços.

A sub-representação feminina está relacionada, entre outros fatores, a resistências e preconceitos presentes nas organizações partidárias, ao acesso seletivo aos recursos econômicos e sociais, aos papéis de gênero e à socialização diferenciada que, por meio da formação educacional e da cultura dominante, não favorece a preparação da mulher para a disputa política e para o poder. A dicotomia público-privado mesmo com as mudanças ocorridas nas últimas décadas em relação ao papel das mulheres na sociedade, continuam sendo obstáculos à participação da mulher na vida pública (Pinheiro, 2007, p.76-77).

A luta pela emancipação política, por meio do voto, e a militância num partido político ou no apoio a um determinado candidato, segundo Bobbio (1998), foi fundamental para o exercício da cidadania. Apesar das criações de ações afirmativas, como a Lei de nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 que garantiu a cota de 30% de gênero com vista a atender as reivindicações dos movimentos feministas e das mulheres de forma geral, ainda é ínfima a participação destas nas chapas de candidaturas e nos espaços políticos, indicando a necessidade de “identificar os mecanismos de exclusão mais profundos, além da restrição consignada em lei” (Miguel; Biroli, 2014, p. 08).

Neste sentido, entender a complexidade da situação das mulheres em relação as estruturas de poder e dominação que ainda estão designadas pelos homens, possibilita questionar os aparatos normatizadores que naturalizam os papéis considerados masculinos e femininos nos espaços públicos e privados.

O processo das lutas feministas, seja através das reformas dos códigos civis, seja no acesso à educação e escolaridade, segundo Miguel e Biroli (2014), apontaram a necessidade de “cada vez mais, em vez de *promover a* incorporação das mulheres às ordens existentes, torna-se *evidente incentivar* a necessidade de uma transformação profunda dessa ordem” (Miguel; Biroli, 2014, p. 08. Grifo nosso) de dominação nas quais foram (e estão ainda) sujeitas historicamente aos grupos dominantes (masculinos). Diante disto,

os grupos dominantes dispõem de mais bens materiais, que lhes permitem agir de forma eficaz na arena política. Incluindo o tempo livre, primeiro recurso

necessário para a atividade política. [...] Como, dada a organização atual da sociedade, as mulheres são as principais responsáveis pela gestão de suas unidades domésticas, o tempo se torna uma barreira importante para o início ou o progresso de uma carreira política; com frequência, limitam sua ambição devido a questões como a necessidade de permanecer morando na mesma cidade, que são bem menos presentes nos cálculos dos políticos homens (Miguel, 2014, p.105-106).

A partir desse contexto sócio-político, a sub-representação feminina nos espaços de poder continuou constante, necessitando realizar reflexões para entender o complexo sistema de dominação masculina que as mulheres estavam (e estão) submetidas, “desde fatores como a divisão desigual (sexual) do trabalho até a construção e perpetuação de estereótipos estigmatizantes nos âmbitos da política brasileira” (Miguel; Biroli, 2014, p. 12). Como resultado, o debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas possibilitou “questionar, tematizar e complexificar as categorias centrais do universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia” (Miguel, 2014, p. 17).

Apesar de termos avançado na luta de/com/para mulheres nos diferentes espaços ao longo desses anos, ainda é perceptível situações de normatização de papéis de gênero na esfera pública e privada, resultando em alguns casos, na ocorrência de diversos tipos de violência contra a mulher, “seja física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral como reflexo desse patriarcalismo herdado da sociedade” (Santos, 2018, p.14). Nesse sentido, Biroli (2014, p. 31) aponta que os espaços de socialização (pública x privado), tem um caráter histórico e gera implicações tanto para os homens como (principalmente) para as mulheres, pois “se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada”.

Ao analisar criticamente a oposição entre público e privado, central ao liberalismo e à reprodução continuada da subordinação das mulheres, Miguel e Biroli (2010, p. 655) afirmam que “sem o enfrentamento de alguns dos principais pilares da ordem liberal, ela não seria capaz de enfrentar as hierarquias que estão implicadas nas diferenças de gênero”. Os autores concluem que

um dos problemas considerados é justamente a tensão entre o reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens e a possibilidade não apenas de acesso ao campo político, mas de uma atuação que sustente carreiras políticas femininas, aumentando potencialmente o impacto de sua atuação sobre o próprio campo (Miguel; Biroli, 2010, p. 657).

A oposição entre o liberalismo e o patriarcado está presente em análises das teorias feministas, nas quais “o reconhecimento das tensões entre a liberdade individual e a

naturalização do pertencimento da mulher à esfera privada não implica o entendimento de que se mantenham relações de caráter patriarcal” (Miguel; Biroli, 2010, p. 659). Entretanto, a ausência de patriarcado não implica necessariamente a ausência de dominação masculina, pois esta apresenta-se através de novas roupagens e formas na sociedade contemporânea, oriundas da dualidade entre o pensamento (abstrato) de homens livres, atuantes na vida pública e civil, e o corpo feminino (particular), naturalmente subordinadas aos afetos, à esfera privada, circunscrita ao âmbito familiar.

Dessa forma, observar a naturalização das posições firmadas por esses sujeitos, nos permite levantar crítica às desigualdades de gênero nas abordagens teóricas, na prática política, nas normas e nas instituições. Assim, “a garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de aspectos relevantes da esfera privada” (Biroli, 2014, p. 34). A consciência dessa condição de inferioridade na qual a mulher foi/ é colocada historicamente provocou o surgimento do movimento feminista no final do século XVIII, consolidando-se ao longo do século XIX na maioria dos países europeus (Miguel, 2014).

No Brasil, segundo Teles (1999), somente na metade do século XIX, o movimento feminista, organizado na época por mulheres brancas da classe média e alta, algumas filhas de intelectuais e políticos da sociedade brasileira, reivindicavam o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres para participarem do processo eleitoral como eleitoras e candidatas, o que veio a ocorrer em 1932. Décadas depois, outras conquistas foram alcançadas através das lutas feministas como o percentual de 30% das vagas de cada partido ou coligação para mulheres.

Ao analisar os possíveis fatores que desencadearam o (des)interesse e acesso das mulheres à política partidária, Miguel (2014) resalta que a abolição das barreiras legais não representou significativamente a inserção e garantia de igualdade no ingresso feminino nos espaços de decisão. Oriundo, principalmente, de fatores, como: o insulamento das mulheres na vida doméstica, acomodação à ordem política e a dupla jornada de trabalho.

Apesar dos arranjos familiares e dos papéis sociais femininos tradicionais se apresentarem como estratégias e oportunidades para a vida política das mulheres, seja no acesso aos espaços de decisões públicos, seja na permanência nesse ambiente político, como verificamos na história das “pioneiras potiguaras” na política institucional, ainda assim, presenciamos uma sub-representatividade no êxito das mulheres na política. Haja vista que as mulheres estão sujeitas ao conhecido fenômeno da “dupla jornada”, provocando uma tensão entre o tempo do ‘agir’ do sujeito político e da realização das atividades cotidianas diárias, dessa forma, a “falta de tempo funciona como um bloqueio para transitar da esfera do social

para a do político” (Miguel; Biroli, 2010, p. 669), além do “menor acesso ao dinheiro e a relativa impermeabilidade das redes políticas às mulheres” que dificultam as chances de sucesso na política eleitoral (Miguel; Biroli, 2010, p. 671).

De acordo com Perrot (1998, p. 118), “o acesso das mulheres ao poder político sempre e em toda parte foi difícil. A cidade grega, primeiro modelo de democracia, exclui-as radicalmente”. Ainda que tenhamos avançado em algumas conquistas, a sociedade, o parlamento e a imprensa, na visão de Souza (2016) continuam como instituições androcêntricas matizadas por uma moral burguesa que credita às mulheres o opróbrio do preconceito e discriminação.

O sistema de cotas é somente um instrumento formal que não terá os efeitos desejados se as mulheres, como sujeitos políticos, não lutarem contra as barreiras objetivas e subjetivas existentes nessas organizações, as quais são impostas por relações patriarcais de dominação que atuam tanto sobre as mulheres (Costa, 1998, p. 187).

Mesmo que Costa (1998) relembre a necessidade de as mulheres lutarem contra as barreiras para a sua ocupação dos espaços públicos e de decisão, é preciso também destacar com veemência que os lugares de decisão legislativa, executiva e jurídica são compostos, majoritariamente, por homens. Por isso faz-se necessário a atuação desses sujeitos políticos na promoção ao combate das formas de preconceito e discriminação contra as mulheres nesses ambientes. Não é à toa que o apoio do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos⁵ e do governador Juvenal Lamartine de Faria⁶, ao indicar Alzira Soriano como candidata à prefeitura de Lajes (RN), possibilitou a vitória desta no pleito eleitoral em 1928, evidenciando quanto a sociedade ainda é machista, misógina e desigual, e que, é preciso que os homens também repensem seus lugares de poder e as relações de gêneros.

A partir da análise de três eleições municipais ocorridas no Brasil em 1996, 2000 e 2004, os autores Miguel e Queiroz (2006) propuseram entender quais fatores contribuíram para que as mulheres apresentassem melhores desempenho nas regiões economicamente menos desenvolvidas, como Norte e Nordeste. Dessa forma, eles levantaram as seguintes hipóteses:

- 1) A associação das candidatas dessas regiões com partidos de direita, baseada na formação de clientelas e no familiarismo, promovidos principalmente pelos padrões da política tradicional;
- 2) O *gap* educacional que as beneficia. O *gap* significa brecha, lacuna, isto quer dizer que, quanto maior a escolaridade ou a hiperqualificação das mulheres, maiores são as chances de

⁵ Era pai de Alzira Soriano, comerciante e detinha poder com as oligarquias estaduais e influência política na região.

⁶ Foi advogado, jornalista, magistrado e governador do Rio Grande do Norte, instituindo e reconhecendo o voto feminino no estado.

serem eleitas; e 3) a maior presença de mulheres no eleitorado, já que, alguns estudos, sustentam que eleitoras mulheres são mais propensas a votar em candidatas mulheres.

Ao longo do texto, os autores discorreram sobre essas vertentes, rejeitando cada uma das hipóteses, pois “a simples análise dos resultados eleitorais e de outros dados agregados não são capazes de fornecer informações suficientes”, necessitando de explicações mais complexas para o fenômeno como as “fontes do capital político das vereadoras e prefeitas eleitas, relacionando com os padrões de associativismo e a estrutura dos partidos políticos em cada local” (Miguel; Queiroz, 2006, p. 382).

A exclusão das mulheres nos espaços de poder, como vimos, é histórica. Conforme análise de Miguel e Birolli (2014, p. 63), “desde as primeiras manifestações de inconformidade com a dominação masculina, as mulheres reivindicam acesso a liberdades iguais àquelas de que os homens desfrutam”. Por isso a luta pela igualdade de gênero na política consiste na inserção das mulheres no espaço de poder e no combate ao preconceito e discriminação dentro das casas parlamentares por todos os sujeitos. A seguir, iremos nos deter em algumas pesquisas que discutem sobre essas questões, a partir de uma revisão bibliográfica realizada no processo de construção deste estudo.

2.2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Ao explorar o portal periódico da CAPES, *Scielo*, *Google Acadêmico*, além dos acervos das universidades como UERN, UFRN, UFRSA e USP (Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses), encontramos escasso material acerca da representatividade feminina no espaço político potiguar, o que subjaz a importância de se produzir um estudo visando traçar o estado da arte sobre a participação da mulher potiguar no cenário político. No entanto, para que possamos situar o lugar da mulher do sertão central norte-rio-grandense, fez-se necessário compreendermos as discussões presentes no campo de estudos sobre a representatividade e participação política nas câmaras municipais, como veremos a seguir.

Realizamos buscas de artigos acadêmicos sobre mulheres vereadoras na internet por meio de palavras-chave: “vereadoras”, “mulheres” e “câmara municipal”, procurando destacar as redes de buscas centradas na questão da “representatividade feminina nas câmaras

municipais”⁷. Para filtrar os resultados obtidos nas fontes acima, foi necessário estabelecer alguns critérios de inclusão como: (a) inclusão de trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicos ou em versões impressas; (b) inclusão de trabalhos que apresentam indicadores Qualis Capes A1, A2, B1 ou B2⁸; e (c) inclusão de trabalhos que abordem a questão de representatividade feminina no legislativo municipal.

E como critérios de exclusão foi estabelecido que: (a) serão excluídos trabalhos que abordam a temática de gênero e política que não sejam na esfera legislativa municipal; (b) trabalhos que apresentam indicadores iguais ou inferior de Qualis Capes B3. A seguir, iremos descrever um quadro contendo os resultados da pesquisa da revisão bibliográfica realizada, no qual procuramos identificar e analisar as produções e pesquisas existentes acerca da atuação de mulheres parlamentares nas câmaras municipais, disponibilizadas na internet.

Quadro 5: Protocolo e condução da revisão

Fonte: Portal periódicos da CAPES Data de busca: 21/11/2021 Palavras-chave utilizadas: vereadoras; mulheres; câmara municipal Strings de busca utilizadas: representatividade feminina nas câmaras municipais Lista de artigos encontrados: 287 resultados obtidos e apenas 09 dialogam com a proposta inicial, sendo respectivamente:						
NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADO
Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros	Fernando Meireles; Luciana Vieira Rubim Andrade	Setembro de 2016	Revista de Sociologia e Política (ISSN 0104-4478)	(a), (b), (c)	X	Os autores fizeram uso da regressão descontínua (RD) para estimar o efeito causal de uma cadeira a mais na representação política de mulheres nas câmaras municipais.
Mulheres de Abaetetuba: trajetórias femininas na cena política de uma cidade no interior paraense	Ígora Irma Santos Dácio; Milton Ribeiro	2016	Amazôn., Rev. Antropol. (online) (ISSN 2176-0675)	(a), (b), (c)	X	No artigo, os autores relataram algumas trajetórias de vereadoras destacando as dificuldades das mulheres em alcançarem cargos políticos de destaque em cidade

⁷ Os dados mencionados nesta pesquisa referem-se a uma revisão bibliográfica realizada em 2022. Temos conhecimento que, a partir desta data, novos trabalhos encontram-se disponíveis em bancos de dados científicos ou em versões impressas, porém tais trabalhos não fazem parte de nossa pesquisa.

⁸ Atualmente, está em voga a nova classificação do QUALIS Capes 2023. No entanto, quando esta pesquisa foi feita, o novo QUALIS ainda não havia sido formalizado pela Capes, por isso, este estudo segue a classificação anterior, norteado pelos indicadores A1, A2, B1 e B2.

						interioranas e como seus projetos ainda são permeados por influências masculinas, ou olhares masculinos sobre como fazer política, e os desafios de conciliar uma tripla jornada de trabalho.
O que esperar das mulheres na política? Uma análise das narrativas de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul.	Dárcia Amaro Ávila; Paula Regina Costa Ribeiro	2015	Revista Ártemis. (ISSN: 1807-8214)	(a), (b), (c)	X	A partir dos relatos das narrativas das vereadoras, as autoras procuraram problematizar a participação feminina na política partidária, a fim de que as mulheres não sejam resumidas a uma única condição de mulher na sociedade, o que historicamente gerou exclusão e discriminação social, cultural, econômica e política
Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil	Clara Araújo	2005	Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005	(a), (b), (c)	X	A autora realiza algumas discussões teóricas acerca da adoção das cotas no Brasil, buscando refletir sobre as implicações desse sistema nas eleições municipais de 1996.
Mulheres na Política Legislativa: literatura, discurso e prática.	Adller Moreira Chaves	Dezembro de 2017	Revista FOCO. ISSN: 1981-223X	X	(b)	O trabalho constatou que apesar de conquistar diversos espaços sociais, a sociedade e os partidos políticos ainda tratam a mulher como não pertencente a política institucional, ficando apenas na retórica questões de igualdade de oportunidades e participação.
Mulheres na Política: Entrevista com a vereadora Sandra Marrocos, João Pessoa/PB.	Amanda Christinne Nascimento Marques; Vivianne de Sousa	Dezembro de 2018	Cadernos de Gênero e Sexualidade (ISSN 2525-6904)	X	(b)	O artigo versou em forma de diálogo com uma vereadora, na qual limitou-se em questões específicas e locais da entrevistada.

Mulheres na Política: um estudo na Câmara Municipal de uma cidade do sul de Minas Gerais	Jéssica de Martins Sampaio; Mariane Ferreira Pinto de Paula; Adílio Renê Almeida Miranda	2016	Revista Eletrônica de Ciência Política (ISSN 2236-451X)	X	(b)	No trabalho há uma discussão acerca da desigualdade de gênero e como este perpassa na reserva de assentos no legislativo, buscando explicar como essas desigualdades ainda persiste nesses espaços.
Gênero como categoria: uma análise do legislativo municipal do Rio de Janeiro	Karla Gobo	2018	Diálogo com a Economia Criativa. (ISSN 2525-2828)	X	(b)	O destaque desse artigo, reside no fato de ter apresentado de forma resumida, um retrato da vereança carioca nos últimos 40 anos, destacando a questão da variável gênero que pode trazer alguns aspectos interessantes que dificilmente serão observados quando se trabalha com esses dados agregados.
Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas	Marcella Barbosa Miranda Teixeira; Carolina Maria Mota Santos	2020	Revista de Administração IMED. (ISSN 2237-7956)	X	(b)	O diferencial deste trabalho diz respeito ao objetivo do caso de ensino apresentado, cuja proposta visava aprimorar a reflexão sobre as mulheres na política, no que diz respeito aos desafios da vida pessoal e da inserção na política e às barreiras encontradas para crescerem na vida pública. Além de sugerir estratégias e ações para que as mulheres possam lidar com os preconceitos e desafios relacionados a essas questões.

Justificativa: O processo de inclusão de alguns artigos acima, deve-se ao fato de que: (a) Os trabalhos foram publicados e encontram-se disponíveis integralmente em bases de dados científicas ou em versões impressas; (b) os artigos apresentam uma das classificações A1, A2, B1 ou B2 na área de avaliação interdisciplinar; (c) os trabalhos abordaram a questão da representatividade feminina no legislativo municipal.

A exclusão dos demais trabalhos ocorreu devido ao fato de que os mesmos apresentaram uma classificação igual ou inferior a B3, logo não atendeu ao critério (B) do protocolo de revisão.

Fonte: SCIELO

Data de busca: 22/11/2021

Palavras-chave utilizadas: mulheres; política

Strings de busca utilizadas: representatividade feminina nas câmaras municipais

Lista de artigos encontrados: 284 resultados obtidos e apenas 05 dialogam com a proposta inicial.

NOME DO TRABALHO	AUTOR (A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADO
Igualdade de gênero no exercício do poder	Maria Jordana Costa Sabino; Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima	2015	Revista Estudos Feministas (ISSN 1806-9584)	(a), (b), (c)	X	As autoras procuraram discutir acerca da participação proporcionalmente menor das mulheres em relação a sua representatividade populacional nos cargos políticos brasileiros, questionando a efetividade da Lei de Cotas.
Liderança política no feminino: As presidentes de câmara no poder local em Portugal	Ana Paula Saraiva	2017	Revista faces de Eva: estudos sobre a mulher (ISSN 0874-6885)	X	(b)	Neste trabalho, a autora procurou caracterizar a representação política feminina na liderança do órgão executivo municipal entre 1974 e 2016 em Portugal, destacando a presença simbólica enquanto presidentes de Câmaras.
Carreira e ambição política dos vereadores de Salvador (1997-2012)	Gelma Gabriela de Matos Messias	2019	Revista de Sociologia e Política (ISSN 0104-4478)	X	(b)	Na análise, o autor discutiu os desdobramentos da teoria da ambição nos estudos de carreiras políticas no Brasil, observando qual é o papel do cargo de vereador e a relevância do capital político na construção de carreiras políticas dos vereadores Soteropolitano.
O Oito de Março no Congresso: representações da condição feminina no discurso parlamentar	Luiz Augusto Campos; Luís Felipe Miguel	2008	Cadernos PAGU (ISSN 1809-4449)	X	(a), (b)	o trabalho, os autores relataram algumas questões acerca das representações dos deputados e das deputadas brasileiras em relação à mulher, através da análise das representações da condição feminina nos discursos

						proferidos no plenário da Câmara dos Deputados durante as sessões dedicadas ao Dia Internacional da Mulher entre 1975 e 2006.
O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política	Rita de Cássia Barbosa de Araújo	2003	Estudos Avançados (ISSN 0103-4014)	X	(a), (b)	A autora realizou uma reflexão sobre o tema da mulher e das mudanças em torno do lugar que ocupava ou deveria ocupar na sociedade brasileira, nos anos de 1930, assim como suas expectativas quanto ao futuro próximo da nação.

Justificativa: Nesta busca, apenas um único artigo atendeu aos critérios de inclusão que se caracterizava por (a) estarem publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicas ou em versões impressas, por (b) apresentar indicadores relevantes e por abordarem (c) a questão de representatividade feminina no legislativo municipal.

A exclusão dos artigos restantes foi ocasionada pelo não preenchimento aos requisitos exigidos no protocolo de revisão, quer seja (a) por abordarem a temática de gênero e política que não sejam na esfera legislativa, por (b) não apresentarem questões relacionadas as mulheres vereadoras e que apresentaram indicadores iguais ou inferior a de B3.

Fonte: Banco de teses e dissertações na UERN

Data de busca: 23/11/2021

Palavras-chave utilizadas: mulheres; política; feminismo

Strings de busca utilizadas: representatividade feminina nas câmaras municipais

Lista de artigos encontrados: No PPGCISH – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e Humanas foram encontrados (doze) 12 trabalhos e nenhum abordavam as questões ligadas a representatividade feminina; No PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social foram encontrados (sete) 07 trabalhos e apenas (um) 01 dizia respeito ao feminismo na política.

NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADO
“Um passo à frente e já não estamos no mesmo lugar”: a incorporação do feminismo pelos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018.	Viviane Vaz Castro	2019	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e direitos sociais	X	(a), (b)	No trabalho, a autora buscou analisar a incorporação do feminismo pelos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições de 2018, compreendendo que o acirramento da luta de classes edifica novos desafios à esquerda e ao feminismo brasileiro.

Justificativa: A exclusão da dissertação deu-se ao fato de que o mesmo abordou a temática de gênero/mulheres que não estivesse ligado aos espaços políticos da esfera legislativa (a), como também foi um trabalho que não apresentou questões relacionadas às mulheres vereadoras (b) de acordo com o protocolo de revisão.

Fonte: Banco de teses e dissertações da UFRSA

Data de busca: 23/11/2021

Palavras-chave utilizadas: mulheres; política; feminismo

Strings de busca utilizadas: representatividade feminina nas câmaras municipais

Lista de artigos encontrados: 15 resultados obtidos, apenas 4 apresenta indiretamente uma associação com a proposta inicial.

NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADO
A mulher camponesa: desafios e resistências para a participação política no assentamento casqueira I, Areia Branca/RN.	Francisca Renata Rodrigues Oliveira Rocha	2019	Universidade Federal Rural Do Semi-Árido – Interdisciplinar em educação do campo	X	(a), (b)	Apesar do trabalho tentar discutir acerca de como as relações familiares inibem ou potencializam a participação política das mulheres nos espaços públicos (política). As discussões não abordam aos objetivos propostos nesta revisão
Análise constitucional dos projetos de lei apresentados, entre agosto de 2018 e agosto de 2019, no âmbito da Câmara dos Deputados Federais sobre <i>fake news</i> : os desafios impostos pelas eleições presidenciais de 2018.	Johnata Cavalcante de Macedo	2020	Universidade Federal Rural Do Semi-Árido – curso de Direito	X	(a), (b)	A exclusão do referido trabalho, justifica-se pela centralidade das discussões abordar as questões relativas a regulamentação das <i>fake news</i> , no âmbito da Câmara dos Deputados Federais do Brasil.
Desvelando a violência de gênero contra a mulher no espaço acadêmico: um estudo realizado sob a perspectiva das estudantes da UFERSA do campus Mossoró.	Carla Jeane Holanda de Castro	2018	Universidade Federal Rural Do Semi-Árido – curso de Direito	X	(a), (b)	O foco do estudo foi identificar quais os tipos de violência contra a mulher existentes na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, campus Mossoró, e apontar possíveis consequências nas esferas cível, penal e administrativa.
Mapeamento da produção científica sobre gênero e governança corporativa	Nara Rebeca Rodrigues de Lima Souza	2020	Universidade Federal Rural Do Semi-Árido – curso de Administração	X	(a), (b)	A autora procurou analisar o panorama científico sobre a relação de gênero e governança corporativa. Não apontou aos objetivos traçados neste artigo.

Justificativa: As produções acima, são oriundas de Trabalhos de Conclusões de Cursos da UFERSA, não encontramos nenhuma tese ou dissertação sobre a temática. A exclusão dos trabalhos deu-se ao fato de que os mesmos abordarem a temática

de gênero/mulheres que não estivesse ligado aos espaços políticos da esfera legislativa (a), como também foram trabalhos que não apresentavam questões relacionadas às mulheres vereadoras (b) de acordo com o protocolo de revisão.

Fonte: Banco de teses e dissertações na UFRN

Data de busca: 23/11/2021

Palavras-chave utilizadas: mulher; política; vereadoras

Strings de busca utilizadas: representatividade feminina nas câmaras municipais

Lista de artigos encontrados: 159 resultados obtidos e apenas 06 dialogam com a proposta, sendo respectivamente:

NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADO
A inserção das mulheres na Câmara Municipal de Natal (1988 - 2004).	Aluizia do Nascimento Freire	2008	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado	(a), (b), (c)	X	A autora vai discutir acerca da sub-representatividade feminina na Câmara Municipal de Natal, destacando o sistema patriarcal como um dos principais responsáveis pela reprodução dessa realidade local.
Cidade com rosto de Mulher: A trajetória do movimento de Mulheres/Feminista em Natal [1978 – 1989]	Janaína Porto Sobreira	2019	Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado	X	(a), (b)	O trabalho teve como objetivo desenvolver uma análise do que foi o movimento feminista e de mulheres em Natal no período entre 1978 a 1989. A proposta visava compreender de que forma esses grupos foram se organizando na cidade dentro de um movimento classificado em duas frentes: o de feministas e o de mulheristas
A dimensão simbólica e midiática da política e a história da dona de casa que virou “guerreira”: A construção da imagem pública de Wilma de Farias em 2002 e 2006	Fagner Torres de França	2010	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado	X	(a), (b)	trabalho examinou a dimensão simbólica da política e alguns dos elementos que formam este universo, como a ascensão, o mito, a representação, o espetáculo, a mídia e o marketing político, destacando a atuação da Governadora Wilma de Faria
Gênero, feminismo e participação política das mulheres: uma	Thaísa Vanessa Costa Oliveira	2013	Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social	X	(a), (b)	A autora analisou o movimento da “Marcha das Vadias”, enquanto expressão do

análise da “Marcha das Vadias”.						feminismo contemporâneo, buscando investigar qual o papel político da “Marcha” e em que medida tem contribuindo para dar visibilidade à questão da dominação/exploração das mulheres
As mulheres do Cariri e os caminhos da legitimidade política	Antônia Eudivânia de Oliveira Silv	2019	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Doutorado	X	(a), (b)	A autora procura investigar o lugar de mulheres primeiras damas da região do Cariri cearense nas relações de poder local, a partir de problematizações do campo da política como redes de significados, das eleições como rituais de representação e dos gêneros enquanto performances inacabadas, questionando como são construídas e legitimadas o capital político dessas mulheres.
Protagonismo de mulheres potiguanas: subsídio a memorial virtual de turismo histórico cultural em Natal/RN	Ingred Carvalho De Oliveira	2020	Trabalho de Conclusão de Curso em Turismo	X	(a), (b)	A autoria selecionou 30 biografias de mulheres potiguanas cujos registros foram organizados sob a proposta de memória social de Eclea Bosi (2003). Em seguida, os registros foram identificados para subsidiar um memorial virtual

Justificativa: Nesta busca, apenas um único artigo atendeu aos critérios de inclusão que se caracterizava por (a) estarem publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicas ou em versões impressas, por (b) apresentar indicadores relevantes e por abordarem (c) a questão de representatividade feminina no legislativo municipal. A exclusão dos artigos restantes foi ocasionada pelo não preenchimento aos requisitos exigidos no protocolo de revisão, quer seja (a) por abordarem a temática de gênero e política que não sejam na esfera legislativa, por (b) não apresentarem questões relacionadas as mulheres vereadoras de acordo com o protocolo de revisão.

Fonte: Banco de teses e dissertações da USP

Data de busca: 23/11/2021

Palavras-chave utilizadas: mulheres; política

Strings de busca utilizadas: representatividade feminina nas câmaras municipais

Lista de artigos encontrados: 100 resultados obtidos e apenas 02 dialogam com a proposta inicial.

NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADO
Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas: a atuação partidária na trajetória das eleitas	Marina Merlo	2017	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	(a), (c)	X	Analisando a trajetória das vereadoras eleitas em 2016 na cidade de São Paulo, a autora buscou compreender quais meios encontrados ou utilizados pelas candidatas para superar os entraves e dificuldades até o caminho da vitória (eleição).
Representação feminina no poder legislativo: cotas eleitorais de gênero e o papel do partido político.	Fernanda Thomazella de Souza	2020	Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado – USP	X	(b)	A autora debruçou-se sobre a questão da sub-representação das mulheres no Parlamento brasileiro, e em seguida discorrerá sobre as implicações desse fenômeno, destacando a atuação dos Partidos para a reprodução dessa desigualdade.

Justificativa: A escolha da primeira dissertação, deve-se ao fato de que: (a) O trabalho foi publicado e encontra-se disponível integralmente em bases de dados científicas ou em versões impressas; (c) o trabalho aborda a questão da representatividade feminina no legislativo municipal. A exclusão da segunda dissertação deu-se ao fato de que a mesma abordou a temática de gênero/mulheres que não estivesse ligado aos espaços políticos da esfera legislativa municipal.

Fonte: Google Acadêmico

Data de busca: 25/11/2021

Palavras-chave utilizadas: mulheres; vereadoras; câmara municipal

Strings de busca utilizadas: representatividade feminina nas câmaras municipais

Lista de artigos encontrados: 18.100 resultados obtidos, destacados inicialmente 5 trabalhos que dialogam com a proposta

NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADO
A representação política feminina na câmara municipal de Curitiba – “mulher” ou “mulheres”?	Antonio Carlos Torrens	2016	REVISTA NEP (ISSN 2447-5548)	X	(b)	O autor discute sobre a produção legislativa das Vereadoras da 40 Câmara Municipal de Curitiba, apontando para a localização em determinados papéis sociais, dentro do todo social em que se inserem, argumentando que não há um sujeito estável do

						feminismo, mas a categoria mulher está diluída em outros papéis sociais e contingências.
Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal	Simone Rodrigues Bohn	2009	Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (ISSN 0101-3459)	X	(b)	A autora busca entender o padrão de participação das mulheres brasileiras na competição para o legislativo municipal, sobretudo no que se refere ao volume de candidaturas femininas, ao seu sucesso, à integração das mulheres aos partidos e à eficácia da política de cotas
Lapidando o poder: a câmara municipal de Uberlândia na década de 90	Leandra Paulista de Carvalho	2000	Departamento de História –UFU (monografia)	X	(b)	O objetivo central da pesquisa consistia em analisar a dinamicidade das relações entre as vereadoras e vereadores dentro do legislativo, buscando evidenciar as estratégias especificamente das vereadoras, no desenvolvimento de seus projetos e funções, inseridos num espaço constituído por maioria masculina
Atuação da mulher pinheirense na esfera municipal do poder legislativo	Marcos Vinícius Cordeiro de Abreu; Maria Célia da Silva Gonçalves; Giselda Shirley da Silva	2020	humanidades & tecnologia em revista (ISSN 1809-1628)	X	(b)	Os autores procuraram investigar a representação da mulher no legislativo da cidade de João Pinheiro – MG, destacando quais foram as vereadoras que atuaram, assim como analisar seus períodos de atuação, projetos e barreiras que enfrentaram para entender suas análises pessoais sobre a experiência.
A (sub)representação feminina nas eleições de 2016	Beatriz Rodrigues Sanchez	2017	Revista Parlamento & Sociedade (ISSN 2318-4248)	X	(b)	O objetivo do artigo consistia em apresentar um panorama da atual situação da representação

						política das mulheres na cidade de São Paulo e entender as causas da sub-representação feminina em nosso país.
Justificativa: A exclusão dos artigos foi ocasionada exclusivamente por apresentarem indicadores iguais ou inferior a B3.						

FONTE: Quadro construído pelo autor (2022).

Feitas estas considerações, iremos analisar os trabalhos selecionados. O primeiro artigo, de título “Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil”, é de autoria de Clara Araújo (1998). Esta, procurou evidenciar algumas tensões de natureza teórica que acompanham o debate das cotas, discutindo alguns resultados iniciais decorrentes da adoção das cotas no Brasil, para isso, ela fez uso dos dados das eleições municipais de 1996. Para a autora, a relativa facilidade e o surpreendente consenso que parecem ter marcado a adoção das cotas no Brasil, pode conduzir à suposição de que se trata de um item a mais na agenda dos chamados 'direitos da mulher' e/ou é problema de mero arranjo eleitoral.

Apesar de ser um estudo da década de 1990, o trabalho apresenta uma relevância significativa devido ao fato de ter sido construído pouco tempo depois da implantação da política de cotas para candidaturas femininas, procurando delinear a natureza dos argumentos que predominam nessa adoção das cotas no Brasil. Para Araújo (1998, p.8) é possível sugerir que a defesa das cotas se faz acompanhada de “justificativas relativas aos seus efeitos simbólicos; às possíveis qualidades que as mulheres acrescentam à política; e, também, da defesa da paridade como referencial de representação política”.

Ainda segundo Araújo (1998) essas mediações apresentam uma enorme complexidade, devido a dinamicidade da própria política e a incorporação de novas demandas e agendas que requerem responder questões teóricas ou filosóficas de reflexões no longo prazo. No entanto, a incorporação das cotas no país, permitiu dar visibilidade às assimetrias de espaços políticos existentes entre homens e mulheres no período contemporâneo.

Outro artigo, intitulado “Igualdade de gênero no exercício do poder” (2015), questiona alguns pontos da Lei de Cotas e sua real efetividade para a promoção da igualdade de gênero nos espaços políticos do país:

A Lei de Cotas, como tentativa de aumentar o número de mulheres eleitas para exercer funções no legislativo e elevar o desempenho feminino aos cargos executivos, não conseguiu desde a sua implementação, em 1996, alterar significativamente este fato de caráter histórico e cultural, embora seja

inconteste seu papel de dar maior visibilidade à situação de exclusão da mulher na política (Sabino; Lima, 2015, p.19).

As autoras Sabino e Lima (2015) enfatizam a participação proporcionalmente menor das mulheres em relação a sua representatividade populacional nos cargos políticos brasileiros, questionando a efetividade da Lei de Cotas.

Para isso, fizeram uso de uma abordagem descritiva, buscando evidenciar o progresso da participação feminina na política após as Leis de Cotas, a partir da construção de um indicador intitulado Índice de Participação da Mulher na Política (IPMP), no intuito de mensurar tal participação. Nele considerou-se a atuação feminina na política, tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo.

Sabino e Lima (2015) concluíram que a conquista de um espaço maior da mulher na política demanda mais que a fixação de um percentual a ser cumprido por partidos políticos, e que esse caminho perpassa necessariamente pela produção de capital político – entendido pelas autoras como a capacidade de se fazer reconhecida como ser político capaz de tomar decisões – nas diferentes esferas do poder, ressaltando a importância de ações capazes de permitir às mulheres expor a sua competência na gestão dos interesses da sociedade.

Seguindo essa perspectiva, no artigo “Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros”, os autores Fernando Meireles e Luciana Andrade (2017) procuraram testar a hipótese de que sistemas mais proporcionais aumentariam as chances de mulheres serem eleitas através de dados dos municípios brasileiros.

Através de uma regra estabelecida pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2004 e 2008 na qual fixavam o número de vereadores de cada cidade de acordo com o número de seus habitantes, os autores utilizaram a Regressão Descontínua (RD)⁹ visando estimar o efeito causal de uma cadeira a mais na representação política de mulheres nas Câmaras Municipais.

Como resultado alcançado, Meireles e Andrade (2017) apontaram que o efeito é substantivo: onde havia uma cadeira adicional, quase 40% de mais mulheres foram eleitas, e a probabilidade de um município eleger ao menos uma mulher aumentou em cerca de 20 pontos percentuais. Os autores concluem que a maior magnitude eleitoral pode realmente reduzir a desigualdade na representação de mulheres nos municípios.

Em contraste, a pesquisadora Maria Merlo (2017), na dissertação “Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas: a atuação partidária na trajetória das eleitas”, apresenta

⁹ Regressão Descontínua é um procedimento que envolve a comparação entre unidades que foram submetidas a um tratamento específico, o qual é determinado por uma variável contínua. Unidades situadas ligeiramente acima do ponto de corte dessa variável são confrontadas com aquelas localizadas pouco abaixo do mesmo ponto. Conforme Meireles e Andrade (2017), esse método possibilita a identificação de efeitos causais.

a atuação dos partidos políticos e lideranças partidárias como principais fatores para o bloqueio ou fomento à participação eleitoral destas candidatas.

Ao investigar a trajetória de algumas vereadoras eleitas nas eleições municipais de 2016 da cidade de São Paulo, Merlo (2017) sinaliza que a baixa representatividade feminina em cargos eletivos esteja associada ao fato de que as mulheres se filiam menos que os homens, apesar de perfazerem a maioria do eleitorado. Isso indica que “a pirâmide de acesso à política tradicional para as mulheres tem uma base mais larga e um topo mais estreito que o dos homens: elas se alistam mais para votar, mas se filiam e se candidatam menos” (Merlo, 2017, p. 56).

Um dos principais fatores que contribuem para essa sub-representação, diz respeito a interferência dos partidos políticos e a relevância que as lideranças partidárias exercem na arena eleitoral e na seleção das candidatas, valorizando o “perfil mais adequado pelo partido e suas estratégias” (Merlo, 2017, p. 88). Esse dado reforça a existência do controle no acesso e escolha dos candidatos às listas de participantes na disputa eleitoral exercido pelos partidos e lideranças partidárias.

Os resultados da pesquisa apontaram que a legitimação das mulheres como potenciais candidatas a serem eleitas perpassam pelo acesso às redes de contato e apoio com outras figuras políticas, influenciado pela atuação dos partidos políticos no suporte ao longo da campanha eleitoral (Merlo, 2017).

Os pesquisadores Ígora Irma Santos Dácio e Milton Ribeiro (2016), em seu artigo “Mulheres de Abaetetuba: trajetórias femininas na cena política de uma cidade do interior paraense”, apresentaram quatro trajetórias femininas na política dessa cidade, visando compreender, a partir de uma perspectiva de gênero, quais os principais obstáculos encontrados por três vereadoras e uma prefeita, no cenário político e nos espaços de decisões políticas da cidade.

No decorrer de seu trabalho, Dácio e Ribeiro (2016), ao descrever os projetos e trajetórias dessas mulheres até ocuparem algum cargo político, quer seja no executivo ou no legislativo municipal, destacam dificuldades como estigmas e preconceitos nesses espaços. Além disso, evidenciam que os projetos ainda são permeados por influências masculinas ou olhares masculinos sobre como deveria fazer política, como também, os desafios de conciliar uma tripla jornada de trabalho devido ao fato de serem esposas, mães e legisladoras.

Diante desse quadro, percebe-se um grande obstáculo para que as mulheres ocupem mais cargos eletivos, pois segundo Dácio e Ribeiro (2016, p. 23) faltam campanhas que fortaleçam essas mulheres na criação de um canal de diálogo para que se compreenda quais os fatores que impedem que a mulher se filie a um partido, se candidate e venha a ser eleita,

revertendo essas lacunas que fazem com que a mulher seja a minoria nas cadeiras ocupadas nos centros de decisões políticas.

Nas contribuições apontadas por Dárcia Amaro Ávila e Paula Regina Costa Ribeiro (2015) no artigo “O que esperar das mulheres na política? Uma análise das narrativas de vereadoras da região Sul do Rio Grande do Sul”, as autoras propõem problematizar os discursos sobre as contribuições das mulheres na política partidária com base nas narrativas produzidas por entrevistas semiestruturadas com vereadoras de alguns municípios da região sul do Rio Grande do Sul (RS).

A partir dos estudos de gênero em suas vertentes pós-estruturalistas, Ávila e Ribeiro (2015) encaram os discursos e narrativas das vereadoras como objetivos que falam, pois carregam representações de feminino e masculino que produzem as identidades de gênero no interior da cultura. E através das falas dessas parlamentares entrevistadas, as autoras identificaram alguns argumentos comuns a essas mulheres como: serem mais sensíveis e justas, ou possuírem características por suas experiências de gênero feminino na sociedade: donas-de-casa e esposas.

Por muito tempo, segundo Ávila e Ribeiro (2015, p. 09), as mulheres “são interpeladas por determinadas representações de amorosidade, sensibilidade e afetividade, o que gerou a produção de uma identidade universal de gênero feminino”. Entretanto, o movimento feminista e os estudos de gênero têm produzido inúmeras discussões e divergências acerca dessas representações que são atribuídas à categoria “mulher”, pois além de questionarem o caráter biologizante dessas representações, consideram que cada sujeito tem suas particularidades, singularidades e multiplicidade na forma de ser/agir/estar mulher inserida no meio social.

As autoras retomam a problemática inicial de sua pesquisa (“O que esperar das mulheres na política?”) apontando para a ideia da impossibilidade de tentar responder a indagação proposta, devido à complexidade e singularidade nas formas de atuações políticas das parlamentares no contexto local. Para Ávila e Ribeiro (2015), as narrativas das entrevistadas dizem respeito somente àquele contexto específico de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul, ou seja, decorrem apenas das experiências e trajetórias dessas mulheres que pode ou não ser efeitos de outras representações consolidadas no interior de nossa cultura, caracterizada historicamente pela exclusão e discriminação social, cultural, econômica e política do gênero feminino.

A dissertação de mestrado escrita por Aluizia do Nascimento Freire (2008), foi o único trabalho que identificamos acerca da representatividade das mulheres potiguares no espaço legislativo das câmaras municipais. Em seu texto, intitulado “A inserção das mulheres na

Câmara Municipal de Natal (1988-2004)”, a autora procura refletir sobre as desigualdades de gêneros na casa legislativa de Natal, a partir das trajetórias das vereadoras eleitas no período delimitado, objetivando traçar os percursos enfrentado pelas parlamentares por meio da política de Cotas no Estado do Rio Grande do Norte.

A situação da representação política feminina no poder municipal na câmara de Natal, resultante das eleições de 1988 a 2004, segundo Freire (2008), apresenta níveis baixos de presença das mulheres na Câmara. Principalmente, pelo fato “de nenhum partido cumprir a política de cotas de no máximo 30% (trinta por cento) para cada sexo” (Freire, 2008, p. 103). As mulheres, na perspectiva da autora, relacionam esta questão ao preconceito e a discriminação exercida por parte dos homens, pois estes não aceitaram as mulheres disputando os mesmos cargos:

A discriminação das candidatas dentro dos partidos passa fundamentalmente pelos baixos investimentos, inferiores aos recebidos pelos homens em suas campanhas; a sobrecarga de atividades da vida privada que recaem sobre as mulheres, restringindo-lhes o tempo que seria dedicado a vida pública, para articular a campanha e outras atividades referentes a militância política (Freire, 2008, p. 103).

A partir desse estudo realizado por Freire (2008), percebemos como as desigualdades, preconceitos e discriminações ainda persistem contra as mulheres, seja na indicação e suporte que recebem dentro de seus partidos políticos e coligações, seja na tentativa de “conciliar a carreira política com o fato de ser mãe, progenitora e não conseguir se desvencilhar dos laços e obrigações familiares” (Freire, 2008, p. 104).

Diante dos trabalhos apresentados, notamos como os marcadores de gênero exercem força e influência na (de)limitação das posições que as mulheres podem ocupar nos espaços de poder. A seguir propomos analisar o impacto das ações afirmativas das cotas eleitorais nos municípios, destacando alguns dados referentes ao sertão central do Rio Grande do Norte.

2.3. AS COTAS ELEITORAIS E SEU IMPACTO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

A cota para mulheres na política é um mecanismo de Ações Afirmativas utilizado pela maioria dos países visando reforçar a participação feminina nos espaços institucionais de poder. Devido à necessidade de corrigir a histórica sub-representatividade de mulheres na política, a Lei das Cotas ou Lei dos Partidos, garante vagas para composição de chapas, espaço proporcional no tempo de TV, incentivo para participação e mobilização feminina na política, e mais recentemente, fundo especial para financiamento de campanhas, proporcionando, dessa

forma, diversidade, pluralidade e representação para o cenário local, regional e nacional. Além de ementas, novos artigos e incisos são atualizados pela Justiça Eleitoral, no intuito de evitar o descumprimento ou tentativas de burla dessas regras estabelecidas.

As cotas são um esforço para aprimorar nossa instituição democrática, possibilitando construir instrumentos capazes de enfrentar padrões históricos de exclusão, buscando assim, a “ampliação do número de representantes mulheres (e não representantes *das* mulheres), confrontando o sexismo embutido nas estruturas políticas, a naturalização da exclusão e a desigualdade de gênero na possibilidade de exercício da cidadania que daí resulta” (Miguel, 2021, p. 9).

Décadas depois da universalização do sufrágio e de reformas dos direitos políticos das mulheres, somente na década de 1990 entraram em vigência as primeiras leis que sinalizavam criar ações afirmativas para mulheres em eleições proporcionais. A lei de nº 9.100/95, de autoria de Marta Suplicy (deputada federal na época), estabelecia normas para realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e previa, no Artigo seu nº 11: “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas mulheres”. No entanto, a vigência da lei se restringia apenas para eleições municipais, o percentual de cotas não abrangia os cargos para candidaturas federais e estaduais.

Somente através da lei de nº 9504/97, estabeleceu-se a regularização das cotas para o âmbito nacional, abrangendo assim, as esferas estaduais e federais (deputadas e senadoras), como expressado no Artigo nº 10, Inciso 3º: “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá RESERVAR o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo” (grifo nosso).

Após dois anos da primeira legislatura que tentava garantir o ingresso de candidatura de mulheres na política, existia uma brecha na nova legislação. Os partidos interpretavam que não havia uma obrigatoriedade na quantidade final de candidatos, e sim sobre a lista potencial, pois a lei circunscrevia a expressão “reservar”, ou seja, os partidos políticos e coligações aproveitaram a abertura da legislação que determinava apenas a reserva de vagas, mas não o preenchimento da mesma, o que acabou desencadeando um descumprimento ao não completar o número de vagas, deixando-as no todo, ou em parte, vazias, durante três períodos de campanhas eleitorais.

Somente em 2009, através da Lei 12.034/09, a qual estabelece normas das eleições, houve a alteração do Artigo nº 10, Inciso 3º que dizia: “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação PREENCHERÁ o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo” (grifo nosso). As leis

eleitorais ampliaram gradativamente a reserva de vagas para mulheres, como vimos de 20% para 25% e, finalmente, para 30%. No entanto, as cadeiras ocupadas pelas mulheres estiveram muito abaixo do proposto pela lei. Segundo Miguel (2021), uma parte dos problemas se deve “às deficiências da própria legislação, que foram sendo corrigidas de forma muito lenta, ocasionando a possibilidade de deixar vagas em aberto ou de negar às mulheres as condições materiais para competir com chances” nos pleitos eleitorais (Miguel, 2021, p.10).

Depois de 12 anos da lei estabelecida em 1997, houve a substituição da expressão “reservar” para “preencher”, estabelecendo a partir desse momento, o caráter de obrigatoriedade para o cumprimento das cotas pelos partidos e coligações. Para compreendermos o impacto dessa nova interpretação da lei, vamos analisar alguns dados obtidos no TSE.

Quadro 6: Histórico de participação nacional de candidatas nas eleições municipais (2008-2020)

ELEIÇÃO MUNICIPAL	Nº TOTAL DE CANDIDATOS	CANDIDATAS MULHERES	PORCENTAGEM
2008	381.327	81.154	21%
2012	482.868	151.763	31%
2016	496.327	158.449	32%
2020	557.678	187.024	34%

Fonte: TSE. Quadro organizado pelo autor (2023).

Nas eleições de 2008 já existia a lei que garantia a candidatura de trinta por cento de mulheres pelos partidos, no entanto, devido as interpretações advindas da palavra “reservar”, não havia uma certa obrigatoriedade para o cumprimento da lei de cotas. A partir das eleições de 2012, após a promulgação da lei de 2009, verificamos um aumento substancial de mulheres eleitas, mediante o cumprimento da legislação eleitoral pelos partidos ao longo das três últimas edições.

Apesar de verificarmos, através dos dados acima, uma crescente participação das mulheres na esfera municipal, saltando de 21% nas eleições de 2008 para 34% em 2020, a perspectiva para as próximas eleições prevê uma redução desse percentual pela nova mudança na legislatura, conforme o quadro abaixo.

Quadro 7: Simulação da aplicação das cotas em 2020 e 2024

ELEIÇÕES ATÉ 2020	ELEIÇÕES A PARTIR DE 2024
Município com menos de 100 mil habitantes, com 10 vagas para Vereador: Chapa do partido poderia ter 20 candidatos (200%); Mulheres – 30% de 20 = 6,666; Total de vagas para mulheres na chapa: 7 vagas	Município com menos de 100 mil habitantes, com 10 vagas para Vereador: Chapa do partido pode ter 11 candidatos (100% + 1); Mulheres – 30% de 11 = 3,3; Total de vagas para mulheres na chapa: 3 vagas

Fonte: TSE. Quadro organizado pelo autor (2023).

Na lei de nº 9.504/97 que estabelecia normas das eleições dizia no seu Artigo 10: “Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher. Na Lei de nº 13.165 de 2015, no Artigo nº10, Inciso 2º aponta que “nos Municípios de até cem mil eleitores, nos quais cada coligação poderá registrar candidatos no total de até 200% do número de lugares a preencher.

Na nova modificação redigida pela Lei de nº 14.211 de 2021, no Artigo 10 diz que “cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 100% do número de lugares a preencher mais 1 (um)”.

Em relação às políticas afirmativas das cotas, precisamos concebê-las como medidas temporárias, com o intuito, inicialmente, de correção de desigualdades históricas e criação de condições para inclusão mais equitativa. Uma vez que se alcance um certo nível de representação ou equidade, a necessidade dessas cotas pode ser reavaliada. Além disso, as implicações das cotas necessitam serem sustentáveis, evitando custos excessivos e/ou sobrecarga financeira para o Estado. Por fim, a implementação dessa política afirmativa envolve a criação de regulamentações e políticas específicas para garantir sua aplicação efetiva, desde critérios de elegibilidade até procedimentos para monitoramento e avaliação do progresso alcançado.

De acordo com as entrevistas realizadas, indagamos as parlamentares se a lei de cotas tem sido eficaz para ampliar a participação da mulher na política. Duas das seis vereadoras disseram que sim, a vereadora B disse que “a lei proporcionou a oportunidade, claro que ainda há muitos entraves e poucos resultados, é só ver os números de mulheres eleitas, mas ainda vejo que falta mulheres interessadas para querer se envolver na política”.

As demais parlamentares disseram que a política afirmativa¹⁰ era insuficiente para a participação feminina na política. As justificativas versam sobre questões ligadas às “mulheres como laranjas” (vereadora H); necessidades de “serem ativas, terem voz e dar a cara a bater (...) primeiro elas precisam querer e depois ir atrás” (vereadora D).

“Nós temos as cotas, mas dentro dos partidos em si, nós não temos incentivos, encorajamento e por nomes femininos para pleitear uma vaga. Aqui na cidade, por exemplo,

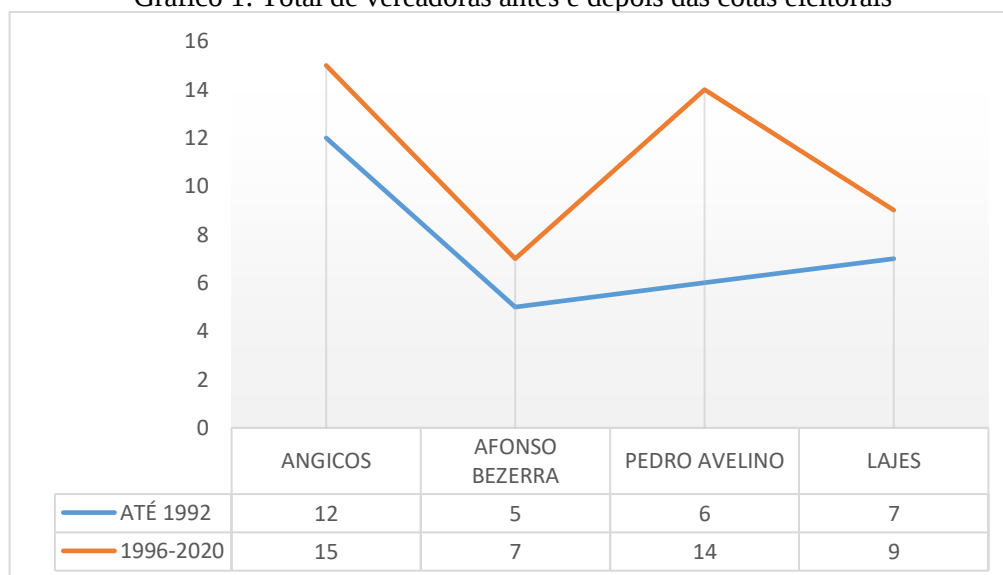
¹⁰ A política afirmativa, muitas vezes referida como cotas eleitorais, é uma abordagem que busca promover a representação equitativa de grupos historicamente sub-representados na política. Essa estratégia visa corrigir desigualdades e garantir maior diversidade e inclusão no cenário político.

nomes fortes femininos foi somente o da vereadora G devido a trajetória política dela, e eu notava que não existia interesses dos partidos em colocar novas mulheres no poder. No partido PROS, por exemplo, só via duas mulheres de fato saindo em busca de votos, todas as demais estavam somente para preencher tabela” (vereadora I).

E a vereadora G relata que, apesar das cotas oferecerem uma oportunidade maior de acesso às mulheres na política, acredita “que não é necessário ter uma lei para regularizar a participação feminina, mas devido as desigualdades, infelizmente essa lei se fez necessário”.

Para que possamos visualizar o impacto das cotas eleitorais no sertão central do Rio Grande do Norte, fizemos um mapeamento das candidaturas de vereadoras eleitas nas quatro cidades, e notamos que não houve um aumento significativo na representação das mulheres nas câmaras municipais dessas cidades, exceto no município de Pedro Avelino, conforme o quadro a seguir.

Gráfico 1: Total de vereadoras antes e depois das cotas eleitorais



Fonte: TSE. Gráfico organizado pelo autor (2023).

A cidade de Lajes apresenta o primeiro registro de mulheres, ocupando o espaço na câmara municipal na região do sertão central do RN, no ano de 1948, seguida das cidades de Angicos em 1968, Afonso Bezerra no ano de 1976 e Pedro Avelino na década de 1983. Ao comparar o quantitativo das mulheres que ingressaram de 1948 até o ano de 1992, com as demais que favorecidas pela vigência da Lei de Cotas, encontramos o montante de trinta vereadoras que participaram da vida política nos quatro municípios, sem a existência de uma ação afirmativa. Posteriormente, com a criação da Lei dos Partidos, a partir das eleições de 1996 até o ano de 2020, identificamos quarenta e cinco mulheres, inserindo-se nesses espaços institucionais de poder.

Na câmara de Pedro Avelino, identificamos um aumento de 125% do número de mulheres inseridas na política legislativa, subindo de 6 para 14 parlamentares femininas. No entanto, nas eleições de 2020, apenas uma única mulher conseguiu ocupar vaga. Nas demais câmaras municipais de Angicos, Afonso Bezerra e Lajes ao longo do tempo, notamos pouco avanço na inserção e permanência das mulheres nesse ambiente. Esses dados nos revelam que a política de cotas, adotada nos últimos 25 anos “não tem conseguido, sozinha, reverter a arcaica e excludente estrutura de poder existente no país” (Moritz, 2021, p. 498), e a representação política feminina vem aumentando muito lentamente no sertão central do RN.

Nas entrevistas concedidas pelas vereadoras, indagamos sobre suas concepções sobre as cotas para as mulheres especificamente nos partidos políticos. Quatro das seis parlamentares concordam que essa política é afirmativa, pois é uma forma de incluí-las nesse processo eletivo, como apontado em diversos estudos¹¹ acerca do impacto positivo da lei das cotas para o resultado eleitoral das mulheres. A vereadora H acha que 30% ainda é muito baixo, o que acaba negando “a acessão da participação da mulher na política”. Essa perspectiva também é corroborada pela vereadora F, que diz: “deveria ter mais igualdade, pelo menos 50% para homens e mulheres”.

Ao propor o aumento do percentual para possibilitar o maior acesso das mulheres na política, como aponta as duas parlamentares acima, faz-se necessário refletir que a adoção das cotas eleitorais, por si só, é insuficiente para reverter esse quadro de sub-representação das mulheres na esfera política. Como aponta Clara Araújo (2002, p. 151), a “(...) tendência de concentrar toda a ação por ampliação da presença política em torno das cotas, conferindo a essa estratégia uma missão/atuação salvacionista, no que tange ao acesso das mulheres às instâncias de decisão política”. Dessa forma, torna-se preciso atentar a outros fatores, medidas como por exemplo, “(...) criar condições mais favoráveis ao atendimento das reivindicações das mulheres (em nível partidário e sindical) e que venham a afastar os vários obstáculos enfrentados por elas, tanto na participação como na representação política” (Moritz, 2021, p. 478).

Duas parlamentares (atualmente exercendo a presidência de câmaras legislativas) não concordam com as cotas eleitorais. Para a vereadora G, “não há necessidade de diferenciação, se queremos direitos iguais então vamos disputar, concorrer igualmente para com os homens,

¹¹ Sancchet (2012) em “representação política, representação de grupos e políticas de cotas: o debate feminista; Machado (2021) em “Cotas a reboque: a inclusão representativa na minirreforma eleitoral de 2009”; Bolognesi (2012) em “A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?”; Miguel (2008) em “As cotas no Brasil e o impacto de longo prazo”; Araújo (2009) em “Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura”; Moritz (2021) em “Lei de cotas 25 anos depois: um panorama das vereadoras nas capitais brasileira (1996-2020), entre outros.

pois a discriminação já começa daí com esses 30% de cotas”. E a parlamentar D afirmou que as cotas servem para reproduzir ainda mais as desigualdades, pois “todas estão com capacidade, criatividade e desenvoltura para conseguir a vaga, basta realmente querer e fazer” (vereadora D).

Apesar das cotas eleitorais promover a inclusão e participação feminina, segundo a vereadora B, “falta o desejo das mulheres em fazer parte da política”. A parlamentar prossegue seu relato, afirmando a existência apenas da obrigação dos partidos para o cumprimento do número de cotas previsto pela legislação. “Vejo que muitas candidatas não se dedicam ao pleito, estão ali apenas para compor a nominata do partido”, conclui (vereadora B).

Nosso sistema político e eleitoral, segundo Miguel (2021), “mantém firmes as suas bases patriarcais, racistas e coloniais, sustentáculos da profunda desigualdade do nosso país (Miguel, 2021, p. 168). Dessa forma, mesmo entendendo que a política de cotas seja uma política pública distributiva, “a mudança institucional acaba tendo esse caráter de manutenção do jogo político” (Bolognesi, 2021, p. 246), seja no seio do partido político, seja no próprio sistema que permeia o Poder Legislativo.

Ainda sobre as cotas eleitorais, perguntamos às parlamentares se essa política afirmativa impactou de alguma forma para o ingresso das vereadoras na vida pública. Quatro das seis parlamentares negaram essa associação. Para elas, a trajetória política é

Fruto do reconhecimento do meu trabalho que realizava nas comunidades, além do suporte que minha família sempre me deu (vereadora B).

(...) fui eleita com base na minha rede de apoio que sempre tive (vereadora D).

(...) desde cedo eu já me envolvia nas questões da sociedade (vereadora G).

(...) sempre fui ativa e presente nos movimentos que possibilitou meu acesso na política (vereadora H).

Nos depoimentos acima, percebemos como a rede de contatos dessas vereadoras constituiu importante recurso para a participação no processo político e eleitoral. Conforme Moritz (2021), a construção de uma rede de contatos é viabilizada por sua participação ativa no mercado de trabalho, envolvimento em ativismo social, como também no engajamento em movimentos sociais, sindicais e comunitários.

Já para a parlamentar F, as cotas tiveram uma certa contribuição para sua entrada na política, “pois sai candidata por causa do percentual exigido das cotas e não porque eu tinha interesse em ingressar”. E a única vereadora que confirmou a influência das cotas eleitorais para seu ingresso na política relatou que se “não fosse pela abertura das cotas, nem recebido o

convite do meu tio para me filiar tinha ocorrido. O movimento de construção e filiação para o novo partido na cidade partia da ideia de que: só tem tu, vai tu mesmo” (vereadora I).

Nos dois relatos, percebemos inicialmente o (des)interesse das candidatas para pleitear a vaga na câmara municipal, sendo chamadas para compor a filiação partidária visando apenas o cumprimento do percentual das cotas de gênero. Este cenário sinaliza que, apesar das cotas serem uma política redistributiva, ela está agrupada numa instituição histórica e mutável – os partidos políticos – envolvidos em outra instituição da mesma natureza – o poder legislativo. Isso quer dizer que, a política afirmativa pode encontrar barreiras para sua efetivação diante das tentativas de manutenção do jogo político e dos interesses dos grupos partidários.

Diante disso, as cotas, por si só, não apresentam uma resolutividade quanto a sub-representação política das mulheres e, “mesmo sem abrir mão dessa ação afirmativa, devemos pensar em outras estratégias para reverter de forma mais célere essa desvantagem política de gênero no Brasil” (Moritz, 2021, p. 500), a começar pelo processo de financiamento das candidaturas.

Os dados publicados pelo Instituto Alziras (2018) indicam que um dos motivos para a baixa participação das mulheres na política reside na dificuldade de acesso ao financiamento de campanha. Igualmente, um dos obstáculos centrais para permanência feminina na vida política é o “montante substancial de dinheiro geralmente exigido para a realização de uma campanha e para a vitória nas eleições” (Eduardo, 2021, p. 305). Candidaturas masculinas usufruem de maior facilidade na maneira como são distribuídos os recursos financeiros, demonstrando, em muitos casos, uma marginalização ou/e segregação de candidaturas femininas dentro dos próprios partidos e/ou coligações.

No dia 15 de março de 2018, o STF firmou entendimento no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.617/2018. Na oportunidade, a Corte Constitucional determinou a destinação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de candidatas. Dessa forma, ficou decidido que, se existe lei de cotas que possibilita o ingresso das mulheres na política, os partidos deverão garantir 30% dos recursos angariados para financiar essas campanhas.

Essa mudança provocou o fim das coligações e exigência dos partidos para garantir, no ato do pedido de registro de candidaturas, a indicação de filiadas que deverão concorrer aos pleitos eleitorais proporcionais às cotas estabelecidas. Algumas perguntas em aberto, surgidas a partir da decisão do STF, foram elencadas por Fabris (2021, p. 225-226):

(1) aprofundar o diálogo da universidade e sociedade civil com os partidos políticos, seus quadros internos e suas candidatas, com o objetivo de informar, articular e pensar parâmetros de distribuição do percentual mínimo de 30% de mulheres; (2) enfrentar legalmente o problema da confusão entre recursos de programas de formação de quadros e de campanhas de candidatas; (3) acompanhar a prestação de contas dos partidos em relação aos 30% mínimos de candidatas e de recursos para mulheres; e, além disso, (4) refletir sobre a experiência internacional com vista à criação de mecanismos e parâmetros para o enfrentamento da violência política de gênero no país.

No entanto, segundo dados do TSE, essa nova mudança na lei não foi cumprida pela maioria dos partidos nas eleições de 2020, ou seja, o dinheiro que deveria ter chegado nas mãos das candidatas, foram ‘distorcidos’ pelos partidos, descumprindo a recomendação estabelecida¹². Diante disso, o Congresso Nacional, em abril de 2022, promulgou a cota de 30% do Fundo Eleitoral para candidaturas femininas, cuja Emenda constitucional de nº 117¹³, anistia partidos que não cumpriram essa regra (até então determinada pelo STF) em 2020¹⁴.

Reconhecemos a importância da Lei das Cotas enquanto tentativa de combater os limites impostos pelo preconceito de gênero, que insistem em moldar os papéis sociais ‘esperados’ das mulheres. Por isso há a necessidade de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres na política brasileira, possibilitando a participação feminina nos mecanismos de poder estabelecidos na esfera institucional. No entanto, mais do que incentivar uma maior expressividade em números de mulheres, é necessário atentar para a importância efetiva da atuação dessas parlamentares, ou seja, avaliar como as mudanças afetarão no cotidiano das demais mulheres na sociedade, e mais especificamente, como os atuais parlamentares homens contribuirão para corrigir essa desigualdade, mediante as tomadas de decisões que afetam cotidianamente a comunidade de um modo geral.

¹² Recentemente houve diversas ações do TSE sobre combate à fraude em cotas de gênero nas eleições de 2020. No RN, por exemplo, a candidata Larissa Rosado do PSDB (Mossoró) teve seu mandato cassado por fraude na cota de gênero. E outra ação do TSE declarou nulidade dos votos recebidos por todos os candidatos do partido Democratas (DEM) na cidade de Currais Novos, pois haviam fraudado a ação afirmativa, prejudicando a eleição de candidatura feminina no município. Ver mais detalhes da matéria em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/05/10/tse-reconhece-fraude-de-partidos-a-cota-de-genero-e-determina-anulacao-de-votos-de-vereadores-em-mossoro-e-currais-novos.ghtml>.

¹³ Emenda constitucional nº 117, de 2022 “Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas”.

¹⁴ Emenda constitucional nº 117, de 2022: Art. 3º “Não serão aplicadas sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão do fundo partidário, aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo, raça em eleições corridas antes da promulgação desta Emenda Constitucional”.

3. O SERTÃO CENTRAL DO RN: BREVE HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS

Neste capítulo, descrevemos brevemente sobre a história política dos municípios e das vereadoras que legislam nas Câmaras Municipais de Angicos, Afonso Bezerra, Lajes e Pedro Avelino no sertão central do RN. A cidade de Fernando Pedroza não fará parte do recorte espacial devido à inexistência de parlamentares femininas para a vereança de 2021-2024. As informações descritas, a seguir, foram realizadas através dos sites das prefeituras, IBGE e TSE.

Vale destacar que o levantamento apresentado nos quadros varia de cidade para cidade, haja vista que as atividades nas câmaras dependem do ano de emancipação política dos municípios, a saber: câmara de Angicos a partir de 1948, câmara de Afonso Bezerra em 1958, câmara de Pedro Avelino no ano de 1952 e câmara de Lajes no início de 1928.

Imagem 1: Mapa do sertão central do RN



Fonte: OpenBrasil.org. Mapa readaptado pelo autor (2022).

3.1. A CIDADE DE ANGICOS

A cidade de Angicos está localizada na região do sertão central do estado Rio Grande do Norte, situada a 175 km da capital potiguar (Natal), apresentando clima seco, ameno e salubre. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), a população estimada era superior a onze mil habitantes. Além de ter o Pico do Cabugi como sua atração turística principal, o município é conhecido pelo destaque nacional que recebeu na

década de 1960, por ter sido a cidade no qual o educador Paulo Freire realizou um projeto que visava alfabetizar 380 trabalhadores.

Segundo dados do IBGE (2020), em 1833, o Conselho Provincial sugeriu ao Governo-Geral, a criação de diversas vilas, inclusive a de Angicos. E através da Lei nº 20, de 24 de outubro de 1948, concedeu a Angicos foros de cidade. Ao longo de sua emancipação política, a cidade apresentou diversos nomes de políticos reconhecidos a nível estadual e nacional (Angicos, 2022), como Cel. José Rufino, Georgino Avelino, Aluizio Alves, Garibaldi Alves, entre outros.

Quadro 8: Relação das legislaturas/partidos das vereadoras na cidade de Angicos

PODER LEGISLATIVO DE ANGICOS (1948 – 2020)																	
NOMES¹⁵	48	52	58	62	68	72	76	82	88	92	96	00	04	08	12	16	20
Edileuza Palhares	X	X	X	X	X	X	X	PDS	PFL	OS DB	X	PM DB	X	PM DB	PM DB	PM DB	OS DB
Gasparina Gonçalves	X	X	X	X	X	X	X	X	PM DB	X	X	X	X	X	X	X	X
Isabel Oliveira	X	X	X	X	X	MDB	MDB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Jailma Araújo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	SOL
Josefa da Cruz	X	X	X	X	X	X	MDB	PM DB	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Kátia Silene S	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PSD	X
Lidiane Cordeiro	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PFL	PFL	PM DB	X	X	X	X
Lucimar Lima	X	X	X	X	X	X	MDB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria de Azevedo	X	X	X	X	ARE NA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria do Cordeiro	X	X	X	X	X	X	X	PM DB	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria I.L. Araújo	X	X	X	X	X	X	X	X	PM DB	X	X	X	PM DB	X	X	X	X
Maria Ivana	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PMN	X	X	X	X	X	X
Nataly da Cunha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PT B	OS DB	X
Nova de Nataly	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PS DB

Fonte: Quadro construído pelo autor. Uso do “x” indica a ausência das mulheres na vereança (2023).

Desde o primeiro registro de atuação de parlamentares de Angicos, na Assembleia Legislativa, em 1948, verificamos a ausência da inserção feminina nesse espaço. Fato que só veio a ocorrer 20 anos depois, quando a vereadora Maria de Azevedo pelo partido ARENA,

¹⁵ Os nomes estão ordenados de forma alfabética.

adentra a política institucional, estabelecendo a partir do ano de 1968 alguma representação das mulheres até os dias atuais.

Ainda sobre o histórico das legislaturas no município de Angicos, notamos uma informação peculiar: nas três últimas legislaturas que antecederam a criação das Lei das Cotas (1976, 1982 e 1988), a Câmara Municipal foi ocupada por três mulheres em cada edição eleitoral, sinalizando um cenário atípico de ingresso feminino, se comparado ao restante do país. E nas últimas duas legislaturas (2016 e 2020) sob vigência da Lei dos Partidos¹⁶, assumiram a vereança local, cerca de três mulheres em cada edição na câmara.

Em relação ao número de vereadoras que atuaram na câmara municipal de Angicos, desde o 1º registro de uma parlamentar, em 1968 até o ano de 1992 foram eleitas doze (12) mulheres. A partir da criação da Lei de Cotas, nas eleições de 1996 até o ano de 2020 assumiram a quantidade de quinze (15) vereadoras na cidade.

Segundo relato de uma vereadora eleita no ano de 1988, ao candidatar-se a uma vaga no legislativo municipal, a parlamentar encontrava-se cheia de “sonhos e esperanças. Imaginava-se um pouco dona do poder. A realidade mostrou que o espaço do poder é de geografia restrita” (Bezerra, 2019, p. 387), revelando a existência de regras, interesses e conflitos existentes nessa estrutura de poder que se apresenta às mulheres.

Nas eleições ocorridas em 2020, estavam pleiteando ao cargo no legislativo quatorze (14) mulheres e vinte e cinco (25) homens. Dessas, três (03) vereadoras foram eleitas, tendo um total de nove (09) vagas disponíveis na câmara municipal de Angicos.

3.2. A CIDADE DE AFONSO BEZERRA

O município de Afonso Bezerra está localizado na microrregião do sertão de Angicos, situada a 168 km da cidade de Natal, apresentando clima semiárido muito seco. Sua população, estimada pelo IBGE (2020), era de 11.029, ocupando uma área territorial de 576,25 km². Limita-se com os municípios de Alto do Rodrigues (norte), Pedro Avelino (leste), Açu (oeste), Angicos e Ipanguaçu (sul).

Carapebas (antigo nome da cidade de Afonso Bezerra) foi progredindo com a passagem da linha férrea em 1919, no ano seguinte com a chegada dos Correios e com o serviço telefônico em 1926. Em 1930, o jovem escritor Afonso de Ligório Bezerra faleceu precocemente, aos 23

¹⁶ A política de ação afirmativa era denominada de Lei dos Partidos, no entanto, ao longo do tempo foi também chamada e popularizada como Lei das Cotas.

anos de idade¹⁷. Este acontecimento marcou a história de Carapebas, seu ex-professor Bibiano Bezerra propôs a mudança do nome do povoado em 1931, e o prefeito provisório de Angicos assinou o Ato dando à terra do Cará o nome de Afonso Bezerra.

A criação do município se deu através da Lei nº 20, de 27 de outubro de 1953, tendo sido desmembrado do município de Angicos. A cidade de Afonso é conhecida pela produção de barris de petróleo, o que gera muitos recursos para a cidade. Na indústria eólica, a cidade é sede de uma das maiores produções de energia eólica do Estado.

Quadro 9: Relação das legislaturas/partidos das vereadoras na cidade de Afonso Bezerra
PODER LEGISLATIVO DE AFONSO BEZERRA (1958 – 2020)

NOMES	28	48	52	58	62	68	72	76	82	88	92	96	00	04	08	12	16	20
Antônia Neta C. B.	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PTB	X	X	X	X	X
Any Karine Silva	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PL
Egina Souza Xavier	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PV	PL
Genoveva Fonseca	-	-	-	X	X	X	X	MDB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Margarete	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PSB	X	X	X
Maria de L. Bezerra	-	-	-	X	X	X	X	X	X	PM DB	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria do Socorro	-	-	-	X	X	X	X	MDB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria das Graças	-	-	-	X	X	X	X	X	X	PM DB	X	X	X	X	X	X	X	X
Marilda de Araújo	-	-	-	X	X	X	X	MDB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Monara Leila O.	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PT B	X
Keila R. Bezerra	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	PFL	X	X	X	X	X	X

Fonte: Quadro construído pelo autor. Uso do “x” indica a ausência das mulheres na vereança (2023).

A câmara municipal de Afonso Bezerra apresenta seus registros no ano de 1958. Sendo que o acesso das primeiras mulheres nesse espaço se dera 20 anos depois, quando as parlamentares Genoveva Fonseca, Maria do Socorro e Marilda de Araújo pelo partido MDB, conseguem êxito na ocupação de uma vaga na câmara municipal. Este ocorrido nos faz refletir como este partido político conseguiu obter sucesso na candidatura dessas três mulheres, ou melhor dizendo: quais os fatores, os meios que essas vereadoras tiveram acesso para angariar

¹⁷ De família nobre, Afonso Ligório Bezerra nasceu em Carapébas no ano de 1907. Segundo registros disponibilizados no site da prefeitura de Afonso Bezerra, era um rapaz muito inteligente que ainda menino chamava a atenção para o futuro da educação do povoado. Estudou em Natal e cursou a faculdade de Direito em Recife/PE. Aos 16 anos já publicava contos na revista carioca “O Beija-flor” e outros jornais como “A Imprensa, Diário de Natal, A República”, e outros jornais de Recife como a “Tribuna e Diário de manhã”. O jovem veio a falecer em detrimento do agravamento de sua saúde provocado pela tuberculose.

suas vagas nas eleições de 1976? Como também, esse evento apresenta sua especificidade ao identificar que não houve uma permanência e continuidade da reeleição dessas parlamentares, sendo escolhidas para atuar somente num único mandato parlamentar, ausentando-se definitivamente nas eleições seguintes.

De acordo com o histórico das edições legislativas no município de Afonso Bezerra, notamos que desde 1976 até 1992 apenas dois partidos apresentaram cinco (05) mulheres para a vereança nessa cidade, sendo três vereadoras pelo partido MDB nas eleições de 1976 e duas pelo partido PMDB nas eleições de 1988. Através dessa informação percebemos que não houve uma política de permanência das mulheres durante o período que antecedeu a criação da Lei das Cotas.

A partir das eleições de 1996 até 2020, verificamos um aumento no número de sete (07) mulheres eleitas, como também, uma diversificação e pluralidade de partidos políticos na indicação de candidatura feminina para ocupar esses espaços: PTB, PL (duas parlamentares), PV, PSB, PTB, PFL.

Diante desse quadro, verificamos que desde 1976 até as eleições de 2020, portanto em 46 anos, a câmara municipal de Afonso Bezerra teve registro de doze (12) mulheres eleitas, sendo que, duas (02) delas alcançaram o pleito na última eleição municipal. Estavam pleiteando ao cargo no Legislativo nas eleições de 2020, onze (11) mulheres e vinte e três (23) homens.

3.3. A CIDADE DE PEDRO AVELINO

A cidade de Pedro Avelino está localizada na região do sertão central do estado Rio Grande do Norte, situada a 157 km da capital potiguar (Natal), apresentando clima semiárido seco e salubre, possuindo em torno de 6.591 habitantes (IBGE).

A princípio, a cidade de Pedro Avelino era uma vila denominada “Gaspar Lopes”. Segundo IBGE (2020), em 1866 o professor Francisco Januário Xavier de Meneses instituiu a primeira escola; em 1877, ocorreu uma grande seca, como o vilarejo tinha uma lagoa grande (no centro da Cidade) com água em abundância e muito peixe, o vilarejo cresceu muito. No mesmo ano o construtor Manoel Cabral de Macedo construiu um cemitério público às margens do Rio Gaspar Lopes.

Em 1922, a vila foi elevada à categoria de distrito de Angicos chamada de “Epitácio Pessoa”, em homenagem ao Presidente da República, que era nordestino, e tinha como principal política pública, a construção de estradas e ferrovias. Por estar localizada na parte central do

sertão central do Rio Grande do Norte, foi construído uma estação ferroviária, possibilitando o desenvolvimento, acesso e expansão da produção e comércio agrícola para outras regiões e cidades do Estado.

De acordo com o IBGE (2020), o distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de Pedro Avelino pelo Decreto Estadual nº 146, de 23 de dezembro de 1948, e desmembrado de Angicos. Em homenagem ao jornalista da comuna de Angicos, Pedro Celestino Costa Avelino, falecido em 1923, a cidade passou a ser chamada de Pedro Avelino.

Em Pedro Avelino, a família Câmara é sinônimo de hegemonia política. Segundo Bezerra (2019) que não nasce Câmara pode tornar-se Câmara pelo casamento, implicando na influência da força política e capital familiar exercido no município. Entretanto, apesar da vereadora Francisca das Chagas Câmara, eleita em 1996, está inserida na historicidade desse sobrenome, a mesma “prefere se colocar como pertencente a uma tradição política, do que se sentir obrigada a uma posição política por herança, procurando fazer política pensando no feminino, dando atenção às especificidades de gênero” (Bezerra, 2019, p. 390). Durante o mandato, a referida vereadora propôs a construção de creches, visando atender as necessidades de mulheres que necessitavam deixar seus filhos, enquanto trabalhavam.

Quadro 10: Relação das legislaturas/partidos das vereadoras na cidade de Pedro Avelino
PODER LEGISLATIVO DE PEDRO AVELINO (1952 – 2020)

NOMES	28	48	52	58	62	68	72	76	82	88	92	96	00	04	08	12	16	20
Antonia Bezerra M.	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	PDS	PDS	X	X	OS DB	X	X	X
Adarilde B. Costa T.	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PSB	X
Edna C. L. Tavares	-	-	X	X	X	X	X	X	PDS	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elizabeth Isabel C.	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PPS	PPS	X	X	X	X
Francisca d. Chagas	-	-	X	X	X	X	X	X	PDS	PFL	PFL	PFL	X	X	X	X	X	X
Francisca Pereira C.	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PM DB	PM DB	PM DB	X	X	X	X
Francisca Teodoro F	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PFL	X	X	X	X
Maria Auxiliadora	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PSB	X	X	X
Maria Goreth A.	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PP	MD B
Neide Suely M.	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sônia Maria S. C.	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PM DB	X	X	X	X	X

Fonte: Quadro construído pelo autor. Uso do “x” indica a ausência das mulheres na vereança (2023).

Desde o início da 1ª legislatura da câmara municipal de Pedro Avelino em 1952, passou um período de 28 anos de atuação dessa Casa Parlamentar sem nenhuma ocupação de mulheres,

fato que só veio a ocorrer no ano de 1982 por meio das vereadoras Edna Tavares e Francisca das Chagas, esta última, conseguiu permanecer na vereança durante quatro mandatos seguidos.

Desde 1952 até as eleições de 1992, a câmara municipal de Pedro Avelino tem registro de seis (06) mulheres, sendo Antonia Bezerra eleita pelo partido PDS, Edna Tavares pelo PDS, Francisca das Chagas pelos partidos PDS e PFL e Francisca Pereira pelo PMDB. Já nas eleições seguintes sob vigência da Lei de Cotas, a partir de 1996 até o ano de 2020, a cidade mais que duplicou o número de acesso das parlamentares nesse espaço institucional, chegando ao montante de quatorze (14) mulheres atuando no legislativo local.

Ainda segundo o quadro acima, a câmara municipal de Pedro Avelino aponta como referência na liderança feminina neste espaço institucional, apresentando número considerável de mulheres nos cargos de poder. Durante as próximas três legislaturas (2001 a 2004; 2005 a 2008 e; 2009 a 2012) notamos os principais cargos da Câmara sendo ocupados pelas mulheres. Francisca Pereira Câmara assumiu a vice presidência da câmara na legislatura de 2001 a 2004. Na legislatura do quadriênio de 2005 a 2008, o cargo máximo nessa câmara foi ocupado por duas mulheres, sendo elas respectivamente: Presidenta - Elizabeth Isabel Câmara de Moura e vice-presidenta Francisca Teodoro de Almeida Fonseca. Já em 2009, a vereadora Antônia Bezerra de Melo, assumiu a presidência na câmara durante a legislatura de 2009 a 2012.

Um fato que merece destaque é que, apesar das mulheres terem ocupado durante uma década e um ano a liderança na câmara municipal de Pedro Avelino (2001 a 2012), verificamos uma ausência feminina nas eleições de 2012 nesta casa parlamentar. Este dado preliminar, nos permite realizar algumas reflexões: Por que nenhuma mulher conseguiu êxito nessas eleições? Que processos e entraves contribuíram para que as candidatas não ocupassem alguma vaga na câmara? Por que os partidos políticos não cumpriram a lei das Cotas? E por que, durante mais de uma década, esse espaço marcado pela liderança feminina não foi possível construir bases para potencializar a continuidade da presença das mulheres nos espaços de decisões?

Talvez essas indagações ainda permaneçam sem respostas no momento, necessitando uma pesquisa mais específica para entender esse fenômeno ocorrida na câmara municipal de Pedro Avelino. No entanto, com os desdobramentos deste estudo, podemos apontar caminhos para a reflexão sobre a representatividade feminina nesta cidade. A mulher retorna novamente ao espaço de poder nas eleições de 2016, sendo ocupado por duas vereadoras e, nas eleições de 2020, somente uma mulher é inserida nesta casa parlamentar.

Apesar do ingresso tardio das mulheres na câmara municipal de Pedro Avelino, se comparado as demais cidades do sertão central, desde o ano de 1982 até o ano de 2020, a Câmara consta o registro de vinte (20) mulheres. Segundo dados do TSE, na última eleição,

estiveram concorrendo 14 mulheres e 28 homens. No entanto, apenas uma única vereadora foi eleita, dentre o total de nove (09) vagas disponíveis na Câmara Municipal.

3.4. A CIDADE DE LAJES

A cidade de Lajes está situada a 128 km de Natal, apresentando um clima semiárido quente; de acordo com o último censo realizado pelo IBGE (2020), a população estimada era de 11.344 habitantes. O município se iniciou em 1825 com a instalação de uma fazenda de propriedade de Francisco Pedro de Gomes Melo, tornando-se, aos poucos, um ponto de encontro de boiadeiros que passavam por aquela região. Segundo dados do IBGE (2020), em 1895, Lajes tornou-se Distrito de Jardim de Angicos (emancipado de Angicos em 1880), criado por uma Lei Municipal datada de 26 de janeiro daquele ano. Com a chegada da estrada de ferro Sampaio Correia em 1914, houve um salto no desenvolvimento do povoado. Nove anos depois, em 03 de dezembro de 1923, através da Lei Estadual Nº 572, a criação do município de Lajes foi efetivada.

O município de Lajes é reconhecido nacionalmente devido a um episódio histórico ocorrido em 1928, com a disputa das eleições municipais. Na ocasião, a jovem Luísa Alzira Teixeira Soriano, com 32 anos, com 60% dos votos pelo Partido Republicano, foi eleita a primeira prefeita da América Latina, ao vencer o senhor Sérvulo Pires Neto Galvão em eleição, e empossada em 1º de janeiro de 1929. A eleição de Alzira Soriano teve repercussão no exterior, o jornal norte-americano *The New York Times* publicou uma nota no dia 08 de setembro de 1928, atribuindo a eleição da primeira mulher a cargo eletivo no Brasil e na América Latina “à influência do movimento sufragista americano no nosso país” (Medeiros, 2018, p. 19).

Em seu discurso de posse, Alzira Soriano deixou claro a que viera: “não me prevalecerei do cargo para fazer favores a amigos, e ainda menos para negar justiça a adversários. Não abusarei dele para obter proventos, seja qual for a natureza destes” (Souza, 1993, p. 31). Durante sua gestão na prefeitura de Lajes, construiu novas estradas, mercados públicos distritais, além de escolas e iluminação pública a motor. Entretanto, a administração de Alzira Soriano durou apenas sete meses (Bezerra, 2019). Com o Golpe de 1930¹⁸, ela perdeu seu mandato por não concordar com o governo de Getúlio Vargas.

¹⁸ O Golpe de 1930 foi uma revolta armada liderada por chefes militares que destituíram o então presidente Washington Luiz do poder. Dessa forma, ancorado na figura de Getúlio Vargas, o golpe de estado se consolidou no país.

Somente com a redemocratização, em 1945, Alzira Soriano “voltou à vida pública, como vereadora no município de Jardim de Angicos, onde nasceu. Foi eleita por mais duas vezes consecutivas, liderando a União Democrática Nacional – UDN, chegando à Presidência da Câmara de Vereadoras mais de uma vez” (Medeiros, 2018, p. 21).

Quadro 11: Relação das legislaturas/partidos das vereadoras na cidade de Lajes

PODER LEGISLATIVO DE LAJES (1928 – 2020)																		
NOMES	28	48	52	58	62	68	72	76	82	88	92	96	00	04	08	12	16	20
Alzira Soriano	X	UDN	UDN	UDN	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Clarice Pereira	X	X	X	X	X	X	ARENA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Francisca Irene	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PROS
Maria O. Soares	X	X	X	X	X	X	X	X	PDS	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria C. D.	X	X	PTB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Clara F.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	REPU
Rosemary Santos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PMDB	PMDB	REPU
Rilva Maria	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PMDB	X
Salete P. Costa	X	X	X	X	X	X	X	X	PDS	X	X	PFL	PFL	X	X	X	X	X
Suely Soares	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	PCdoB	X

Fonte: Quadro construído pelo autor. Uso do “x” indica a ausência das mulheres na vereança (2023).

O primeiro registro de atuação parlamentar feminina na Câmara Municipal de Lajes diz respeito a vereança de Alzira Soriano (ex-prefeita da cidade) durante três mandatos seguidos, e em 1952, legislando ao lado da vereadora Maria. Nas eleições seguidas, verificamos a ausência de mulheres nesses espaços, como nas legislaturas de 1962 a 1968, na eleição de 1976 e também nas legislaturas de 1988 a 1992. Ao todo, estiveram ocupando espaços na Câmara Municipal de Lajes, sete (07) mulheres no período de 1948 até 1992.

Com a criação das Cotas eleitorais, desde 1996 até o ano de 2020, nove (09) mulheres ocuparam espaço na câmara municipal de Lajes. No entanto, percebemos o afastamento das mulheres na ocupação deste espaço nas legislaturas que compreende de 2004 e 2008, e somente nas duas últimas eleições municipais (2016 e 2020), encontra-se registrado a participação de três mulheres em cada edição.

Esses dados nos permitem ponderar que a cidade foi a primeira a ter o registro de uma vereadora eleita por meio do voto popular em 1948 se comparado com demais municípios do sertão central do RN. Todavia, o acesso e a permanência das mulheres nas eleições dos anos seguintes apresentaram-se de forma restrita, dificultosa e seletiva. Segundo dados

disponibilizados pelo TSE, na eleição de 2020, estiveram vinte (20) mulheres e quarenta e dois (42) homens concorrendo à nove (09) vagas na Câmara Municipal de Lajes.

No capítulo a seguir, apresentaremos um panorama das vereadoras do sertão central, comparando dados nacionais e estaduais, visando traçar um perfil quantitativo das parlamentares.

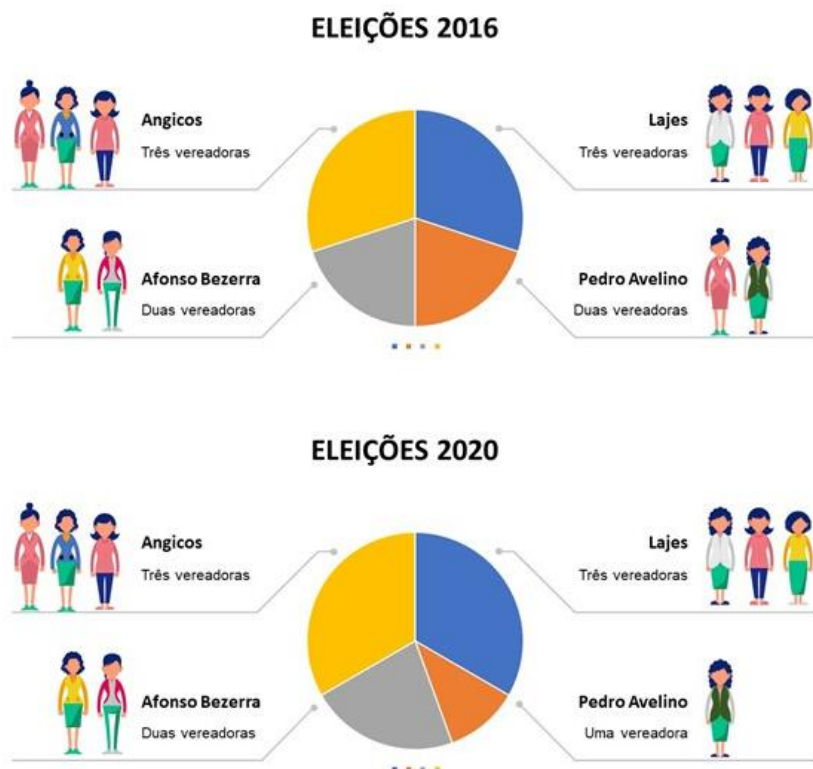
4. PARLAMENTARES NO SERTÃO CENTRAL DO RN: PERFIL QUANTITATIVO

Neste capítulo apresentamos um panorama das vereadoras eleitas no sertão central do RN nas eleições municipais de 2020, tendo como base as informações disponibilizadas no Tribunal Superior Eleitoral, além de alguns dados obtidos por meio das entrevistas. Para ampliar a análise, traçamos um quadro situacional comparativo das parlamentares no país, no estado do Rio Grande do Norte e no sertão central do RN, visando construir um leque de informações específicos sobre as mulheres nas Câmaras Municipais.

Em seguida, exploramos alguns dados primários obtidos na pesquisa, enfocando determinados aspectos como tarefas domésticas, ocupações, disputas eleitorais, compromissos de campanhas, engajamento em organizações, partidos políticos, pretensões eleitorais entre outros, procurando delinear os contornos do perfil político das mulheres que legislam no sertão central do Rio Grande do Norte.

Ao comparar o resultado das eleições ocorridas no sertão central do Rio Grande do Norte nos pleitos municipais de 2016 e 2020, identificamos alguns dados relevantes, conforme apresentado na tabela abaixo.

Gráfico 2: Comparação do quantitativo de vereadoras nas eleições de 2016 a 2020

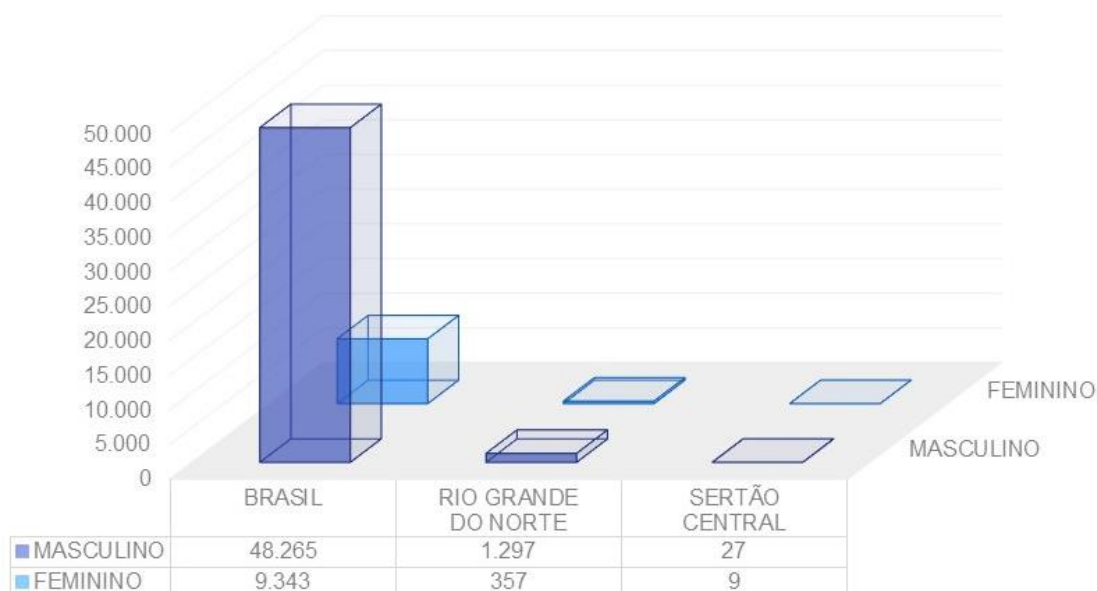


Fonte: Autor (2023).

Em duas cidades (Angicos e Lajes), manteve-se a representação de três vereadoras dentre as nove vagas disponíveis na câmara municipal. Na cidade de Afonso Bezerra, duas mulheres ocuparam o espaço legislativo em 2016 e 2020 e, somente na cidade de Pedro Avelino, apenas uma única mulher conseguiu ser (re)eleita no pleito eleitoral de 2020. Apesar do número de mulheres ter diminuído, se comparado com o quantitativo geral da eleição anterior¹⁹, em cada cidade do sertão central uma vereadora conseguiu sua reeleição, permanecendo no exercício de sua vereança.

Este dado aponta para a necessidade de analisarmos as implicações que estão presentes na trajetória política das parlamentares que foram (re)eleitas, como também, a necessidade de aprofundar os percalços, problemáticas e desigualdades ainda existentes na/para representatividade feminina no poder político do sertão central do Rio Grande do Norte. No gráfico a seguir, destacamos o quantitativo de vereadores(as) eleitos(as) no Brasil, destacando o estado do RN e do sertão central do referido estado.

Gráfico 3: Quantitativo de vereadores(as) nas eleições de 2020



Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

Através dos dados acima, podemos perceber como a sub-representação feminina persiste no Brasil, já que em termos percentuais, o gênero masculino corresponde a 84% dos vereadores eleitos e apenas 16% diz respeito as mulheres. No estado do Rio Grande do Norte, a porcentagem do gênero feminino aumenta para 22% contra 78% em relação aos homens. Já

¹⁹ Nas eleições de 2016, dez mulheres foram eleitas no sertão central. Já em 2020, somente 9 mulheres lograram êxito.

na região do sertão central do Rio Grande do Norte, o gênero masculino corresponde a 75% e as mulheres apresentam 25% do percentual de vereadoras eleitas. Apesar do aumento do quantitativo de mulheres vereadoras no Brasil²⁰ e no estado do Rio Grande do Norte²¹, notamos a necessidade de analisar as implicações e problemáticas político-sociais em que as mulheres se encontram, haja vista que ainda persiste um desequilíbrio entre o número de eleitoras²² na sociedade e o número de candidatas na política.

A tentativa de explicações sobre os motivos da sub-representação feminina na política é alvo de diversos estudos: Araújo (1998), Young (2006), Biroli e Miguel (2014) apontam variáveis como violência, ausência de direitos, aspectos culturais imposta por diversas formas de submissão e negação ao espaço público e político, além da falta de apoio financeiro e interesse dos partidos políticos para o lançamento de candidaturas femininas.

VEREADORES(AS) POR FAIXA ETÁRIA

Gráfico 4: Faixa etária dos vereadores nas eleições de 2020



Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

Através dos dados disponibilizados pelo TSE, notamos realidades distintas nas esferas nacional, estadual e no sertão central quanto à idade dos(as) eleitos(as) vereadores(as). O grupo

²⁰ Segundo dados do TSE, nas eleições de 2020, houve um aumento de 405 vereadoras em relação à anterior.

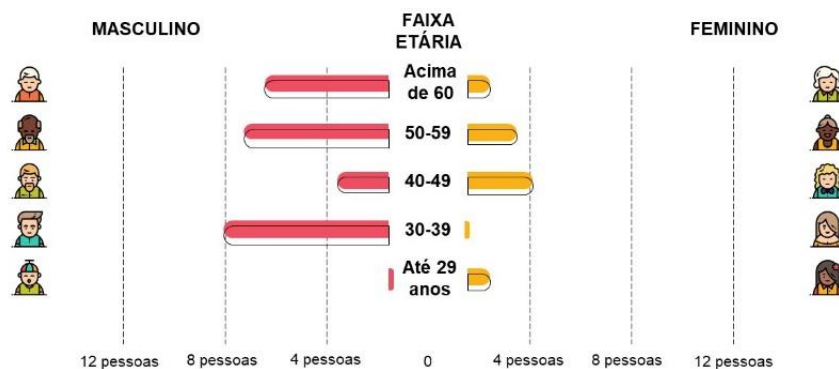
²¹ Segundo dados do IBGE, ao comparar com as eleições de 2016, o estado do Rio Grande do Norte cresceu 0,6 ponto percentual. Sendo o estado brasileiro com o maior número de mulheres participando nas câmaras municipais no país.

²² Segundo dados do TSE, nas eleições de 2020, as mulheres representavam 52,2% do eleitorado no país.

etário de predominância no Brasil é de 40 a 49 anos, com aproximadamente 19.819 vereadores. No estado do Rio Grande do Norte a prevalência dos parlamentares situa-se na faixa dos 30 a 39 anos, com 594 vereadores. Já no sertão central, há um predomínio de vereadores na faixa do 50 a 59 anos, correspondendo a 10 vereadores.

Para identificarmos as mulheres que atuam no sertão central do RN, realizamos uma comparação em relação a idade dos homens, conforme apontado na tabela abaixo.

Gráfico 5: Faixa etária dos(as) vereadores(as) do sertão central do RN



Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

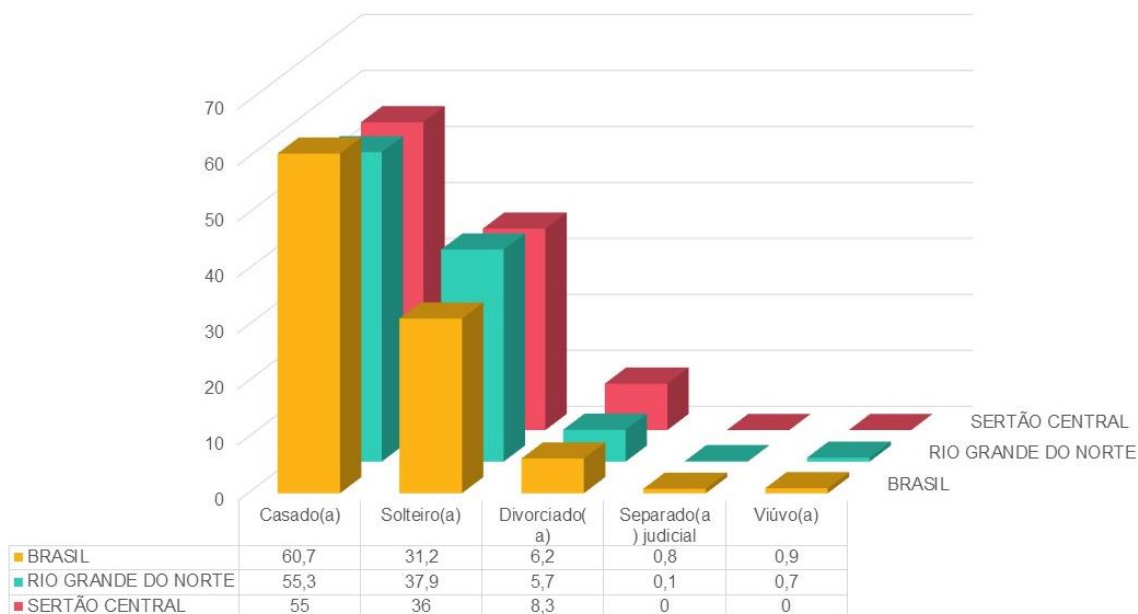
Esses dados apresentam a média de idade das vereadoras entre 40 a 49 anos, seguida pela faixa etária de 50 a 59 anos. Em relação aos homens que legislam no sertão central, percebemos que a faixa predominante são entre 30 a 39 anos, seguidas por 50 a 59 anos. Apesar de existir uma única vereadora com menos de 29 anos, notamos o escasso número de mulheres jovens inseridas nas câmaras municipais do sertão central. Esses dados revelam que a faixa etária das parlamentares são adultas e idosas, sinalizando para a necessidade de estudos mais específicos visando compreender o porquê de as mulheres jovens não terem conseguido ocupar espaços no poder institucional do sertão central do RN.

Ao estudar sobre o legislativo municipal, Kerbaux (2005), constatou que, desde 1996 no país, existe uma maior concentração de vereadores entre a faixa etária de 40 a 50 anos. E a inserção das mulheres, como vimos, independentemente de suas trajetórias ou vínculos políticos, iniciaram tardiamente no espaço institucional de poder. A explicação desse fenômeno pode estar condicionada, conforme Rios (2014, p. 52) aos ciclos de vida feminina “que, em geral, são segmentados conforme a situação conjugal, a maternidade e também a estabilidade econômica e profissional”. Consequentemente, segundo Avelar (2001), as tarefas extrafamiliares vão se tornando cada vez mais seletivas.

VEREADORAS POR ESTADO CIVIL

Segundo dados apontados pelo TSE, a predominância de vereadores(as) casados(as), seguidas por solteiros(as) foram comuns nas esferas nacional, estadual e na região do sertão central do RN, conforme gráfico a seguir.

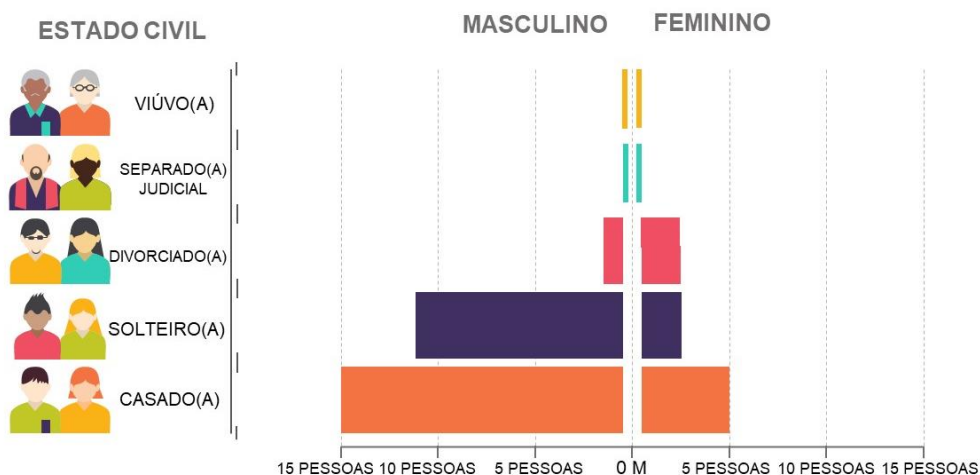
Gráfico 6: Estado civil dos(as) vereadores(as) eleitos em 2020 nas eleições municipais



Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

No Brasil, foram eleitos 60,72% de vereadores casados(as), 31,21% solteiros(as); 6,25% divorciados(as); 0,99% viúvos(as); e 0,83% separados(as) judicialmente. No Estado do Rio Grande do Norte foram eleitos 915 (55,3%) vereadores casados(as), 658 (37,9%) vereadores solteiros(as), 95 (5,7%) parlamentares divorciados(as), 13 (0,7%) parlamentares viúvos(as) e 3 (0,1%) de vereadores separados(as) por ordem judicial. No sertão central do RN, o cenário configura-se da seguinte forma:

Gráfico 7: Estado civil por gênero dos vereadores(as) eleitos(as)



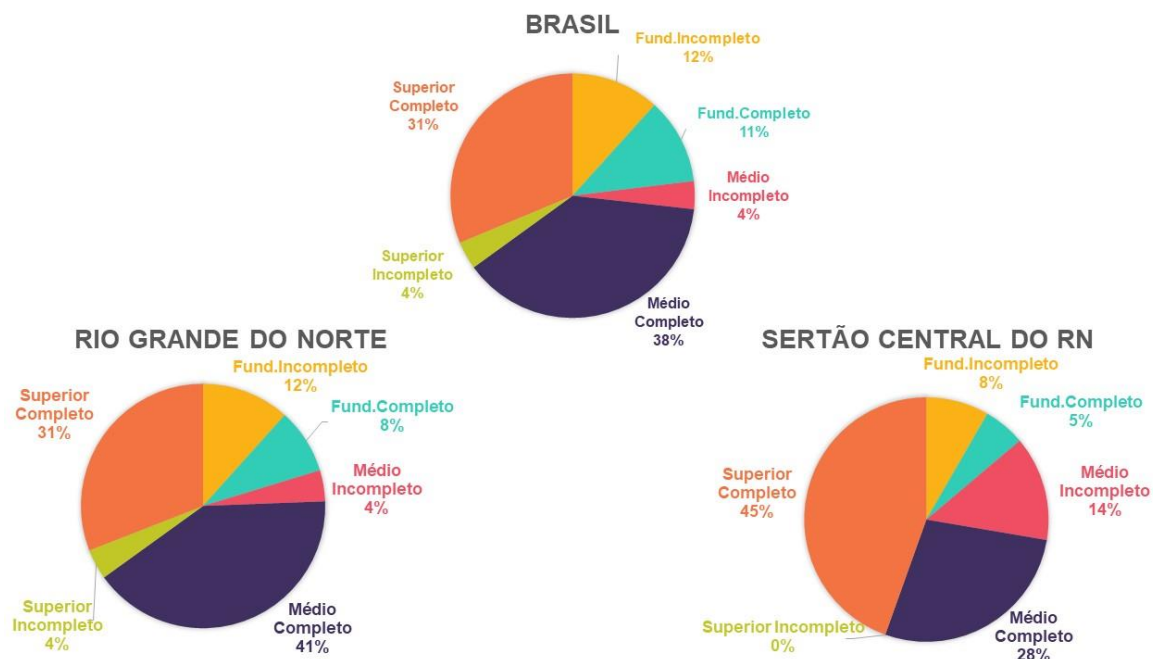
Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

No sertão central do RN identificamos 20 (55%) vereadores casados(as), 13 (36%) parlamentares solteiros(as) e 3 (8,3%) vereadores divorciados(as). Desse montante identificamos respectivamente, 15 homens casados e 5 mulheres casadas, 11 solteiros e 2 solteiras e, 1 divorciado e 2 divorciadas.

Algumas pesquisas como Costa (1988), Manin (1995) e Mano (2015) apontam o sucesso na carreira política de mulheres solteiras em detrimento daquelas casadas, e também concebem término de casamentos na medida em que dedicam maior tempo e disposição nas atividades políticas. Todavia, notamos um quadro diferente no sertão central do RN, talvez pela configuração de novas estruturas familiares que foram transformando-se nas últimas décadas “as mudanças de valores entre gerações de mulheres permitiram novas formas de concepções sobre vida familiar, em grande parte em direção a maior igualdade e independência feminina, o que gerou novas estruturas familiares” (Avelar, 2001, p. 154).

VEREADORAS POR GRAU DE INSTRUÇÃO

Gráfico 8: Escolaridade dos vereadores(as) eleitos em 2020

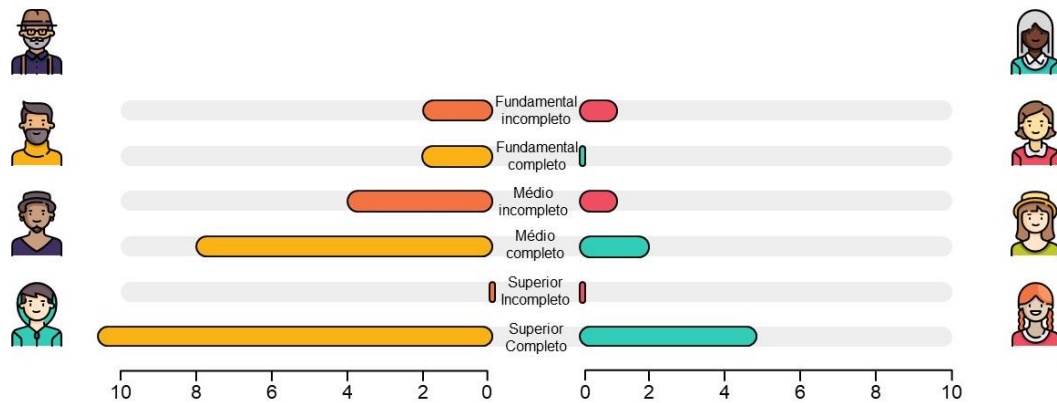


Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

A maior parte dos vereadores eleitos no Brasil possui ensino médio completo (37,39%), correspondendo a 21.539 parlamentares. Em segundo lugar, estão aqueles com ensino superior completo (30,50%), com montante de 17.570 vereadores. A mesma realidade é encontrada no estado do Rio Grande do Norte: sendo 667 parlamentares com ensino médio completo (40,5%), seguido por 507 vereadores com ensino superior completo (30,8%).

No sertão central, ao contrário dos dados nacionais e estaduais, o grupo com maior escolaridade são os vereadores que possuem ensino superior completo (44,4%), perfazendo o quantitativo de 16 parlamentares. E em segundo lugar aparecem 10 vereadores com ensino médio completo (27,7%), seguidos por parlamentares com ensino médio incompleto (13,8%) e ensino fundamental incompleto (8,3%).

Gráfico 9: Escolaridade dos(as) vereadores(as) do sertão central do RN por gênero



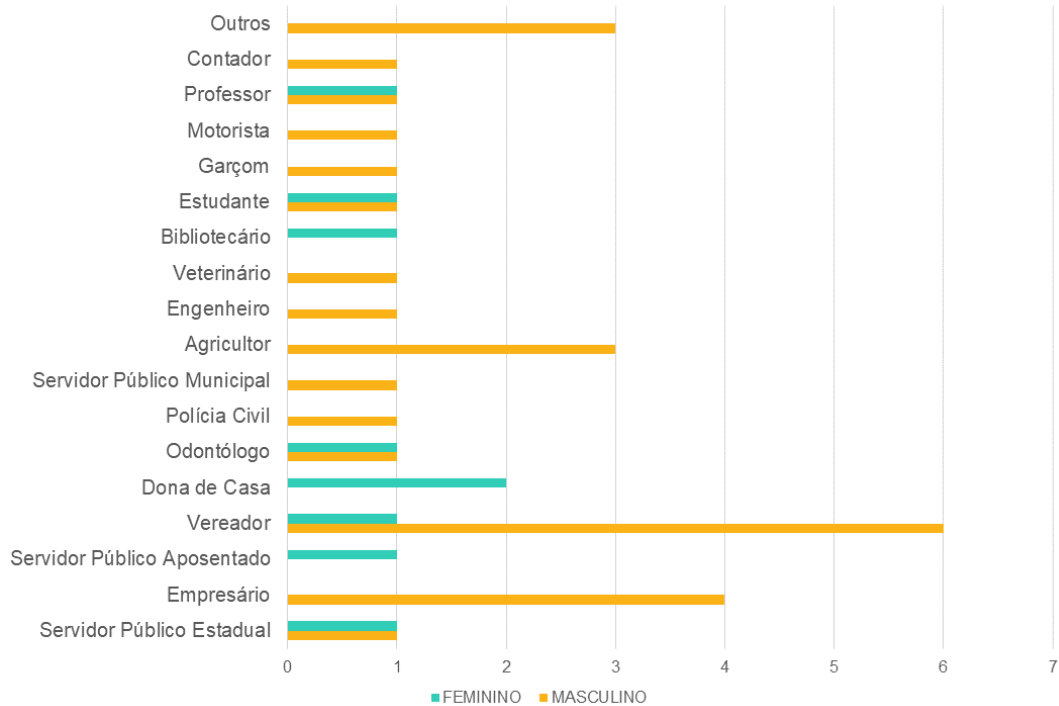
Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

Ainda segundo dados da escolaridade dos vereadores do sertão central, identificamos onze parlamentares homens com ensino superior completo e cinco parlamentares mulheres. No que concerne àqueles que possuem ensino médio completo, verificamos oito homens e duas mulheres. Quanto aos portadores do ensino médio incompleto, temos quatro homens e uma mulher. Além de outros dois parlamentares homens com ensino fundamental completo e, uma mulher e dois homens com ensino fundamental incompleto.

A maioria das vereadoras possuem ensino médio e ensino superior. Esses dados reforçam a hipótese da hiper qualificação. Conforme aponta Miguel e Queiroz (2006, p. 371), as mulheres, ao tentarem uma vaga nos pleitos eleitorais, se veem “constrangidas a compensar o preconceito negativo que sofrem apresentando uma qualificação superior”, servindo como uma espécie de credenciamento para o ingresso na política institucional.

VEREADORAS E SUAS OCUPAÇÕES

Gráfico 10: Ocupação dos vereadores(as) do sertão central do RN

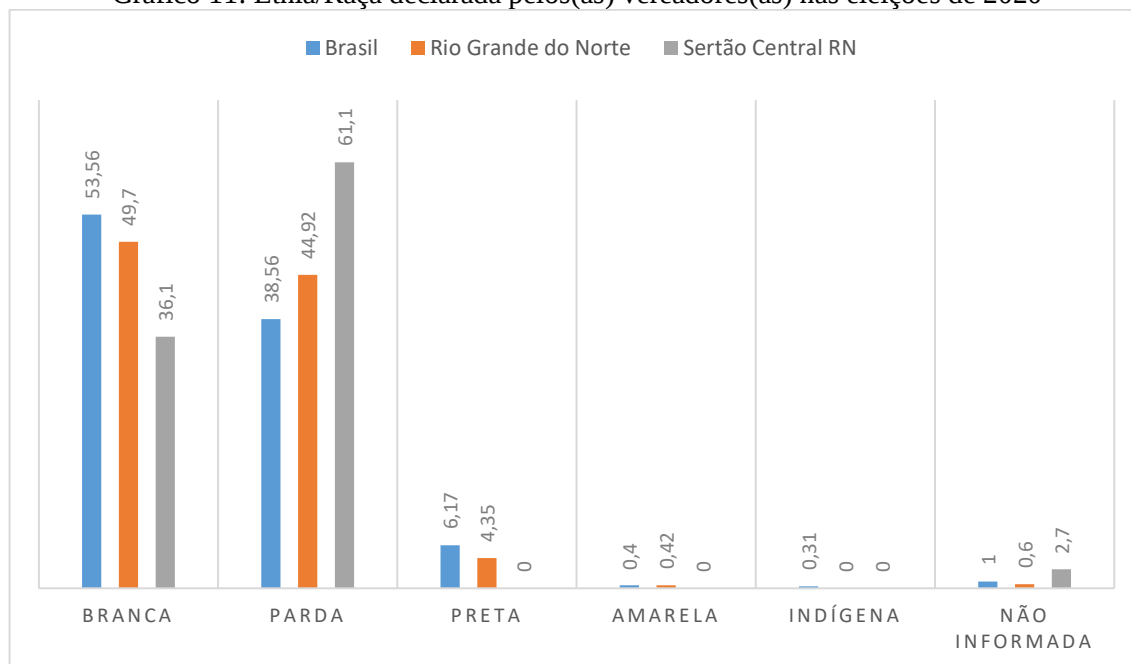


Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

Conforme as ocupações declaradas pelas vereadoras no TSE, notamos informações como servidoras públicas (4), professora (1), estudante (1) e dona de casa (2). Essas ocupações apontam para os entraves de entrada das mulheres no campo político, pois a invisibilidade de mulheres como dona de casa, estudante, pode afetar no desempenho eleitoral das candidatas. Dessa forma, acaba dificultando, segundo problematizam Novellino e Toledo (2018) no acesso das mulheres nos espaços políticos institucionais, como também na permanência das mesmas nesse ambiente de poder.

VEREADORAS POR RAÇA/ETNIA

Gráfico 11: Etnia/Raça declarada pelos(as) vereadores(as) nas eleições de 2020



Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

Segundo os dados disponibilizados pelo TSE, os vereadores autodeclarados brancos ainda são maioria no Brasil com 53,56%, representando o universo de 30.853 vereadores(as). O Rio Grande do Norte apresenta dados similares ao cenário nacional, composto por 49,70%, constituindo o montante de 822 vereadores(as). No sertão central do RN o quadro se inverte, há uma predominância significativa de vereadores(as) pardos(as) nas Câmaras Municipais, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 12: Etnia/Raça declarada pelos(as) vereadores(as) do sertão central do RN



Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

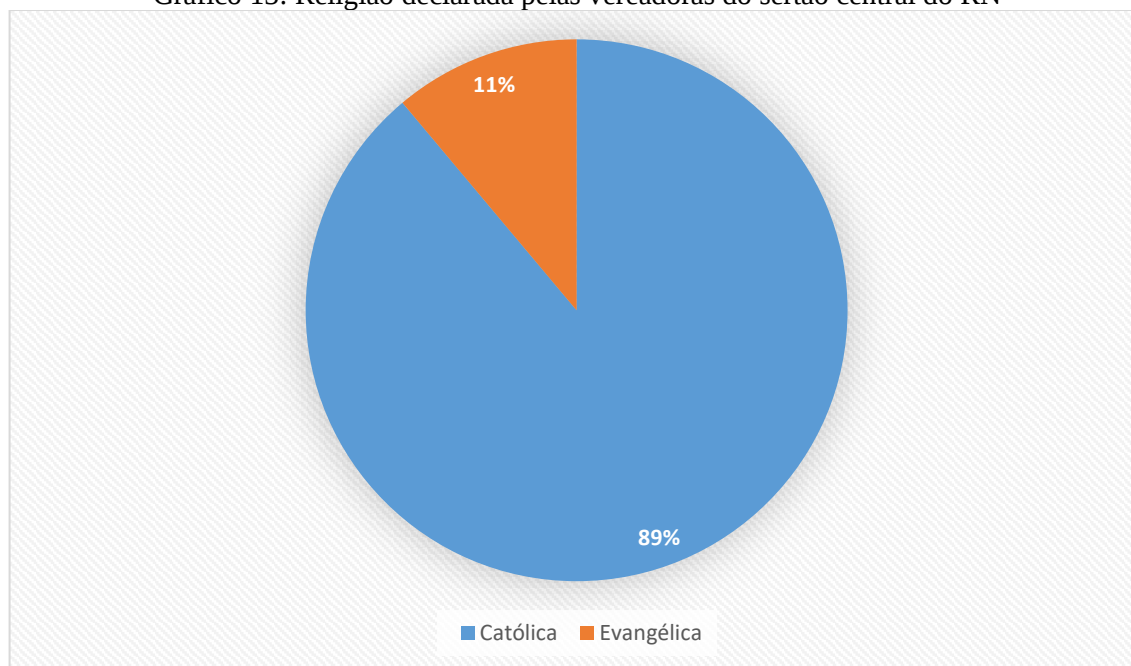
Os vereadores autodeclarados pardos representam 61,1% dos vereadores, sendo 16 homens e 6 mulheres. Já os vereadores autodeclarados brancos registram 36,1%, sendo

respectivamente 10 homens e 3 mulheres. Segundo o TSE, somente um parlamentar não informou sua cor/raça e não houve nenhum candidato(a) preto(a), amarela ou indígena no sertão central do RN.

Como vimos, os pardos são maioria no sertão central, o que indica percursos que aos poucos estão superando estruturas de poder excludentes e de marginalização, ainda mais quando se trata de mulheres negras/pardas. No entanto, segundo Anne Phillips (1995), ainda existe um longo caminho para resolver esses problemas de participação e envolvimento, ainda mais quando se coincidem com as diferenças de gênero e etnicidade.

VEREADORAS E FORMAÇÃO RELIGIOSA

Gráfico 13: Religião declarada pelas vereadoras do sertão central do RN

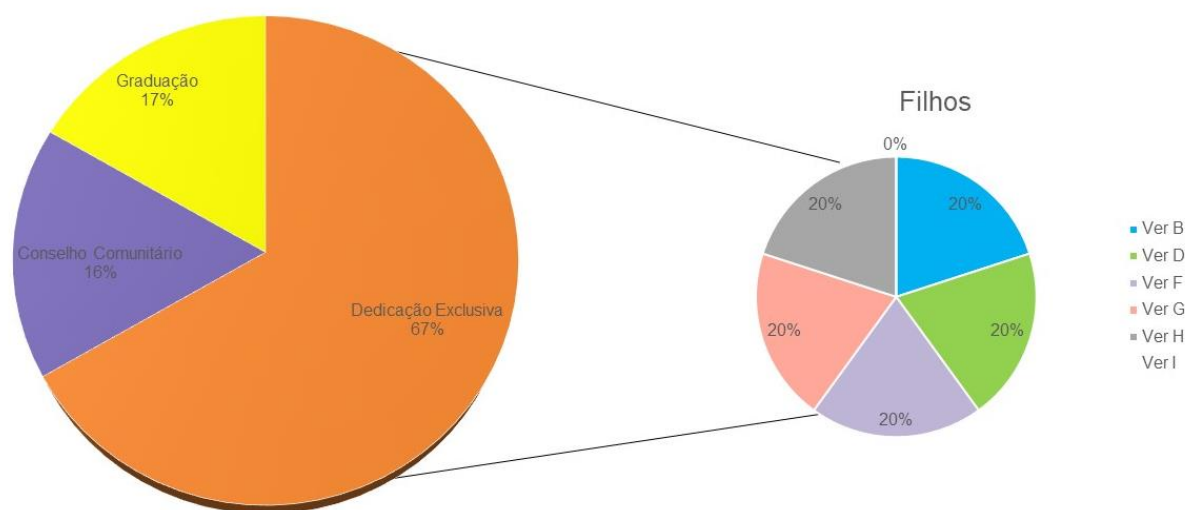


Fonte: ISER. Gráfico construído pelo autor (2023).

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto de Estudos da Religião, oito das nove vereadoras eleitas se declaravam católicas, e uma evangélica. Ao falar sobre a questão da religiosidade e política, Pierucci e Prandi (1996) apresentam como a religião pode condicionar nos mandatos políticos dos candidatos. Segundo os autores, ao legislar, vereadores(as), através de suas crenças pessoais, podem influenciar na construção de políticas públicas e no desempenho de suas atividades legislativas, além de tender a perspectivas mais conservadoras e patriarcais, conforme testa alguns estudos (Gonçalves, 2016; Silva, 2017).

OCUPAÇÕES DAS VEREADORAS

Gráfico 14: Ocupação das parlamentares e número de filhos(as)

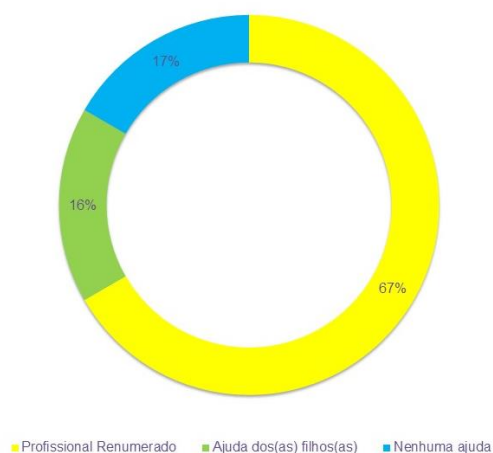


Fonte: Gráfico construído pelo autor (2023).

Indagamos as parlamentares se se dedicavam apenas ao mandato como vereadora ou se possuíam outra ocupação. Quatro vereadoras (D, F, G e H) disseram que tem dedicação exclusiva ao exercício da vereança. As demais destacaram outras atividades na qual participam como em conselhos comunitários (vereadora B) e cursando graduação (vereadora I). De acordo com a entrevista realizada com as seis vereadoras, cinco delas possuem dois filhos (as), e uma vereadora não possui nenhum filho (a).

VEREADORAS E ATIVIDADES DOMÉSTICAS

Gráfico 15: Ajuda/apoio nas atividades domésticas



Fonte: Gráfico construído pelo autor (2023).

Em seguida, perguntamos as parlamentares se elas contavam com ajuda de alguma pessoa na realização das tarefas domésticas, quatro vereadoras disseram que contam com um profissional remunerado, uma vereadora disse que os filhos ajudavam nas atividades domésticas e outra relatou que não contava com nenhuma ajuda nessas tarefas. Ao fazermos menção da esfera doméstica, intencionamos refletir que essa atividade afeta diretamente as mulheres, pois a ausência de divisão das tarefas domésticas, possibilidades de acesso a creches escolares e no mercado de trabalho, podem ser fatores, segundo Biroli e Miguel (2014) de condicionamentos para mulheres exercerem paritariamente a política nos espaços institucionais de poder.

OS PARTIDOS POLÍTICOS DAS VEREADORAS NO SERTÃO CENTRAL

Das nove vereadoras eleitas, identificamos os partidos políticos nos quais obtiveram sucesso no pleito eleitoral de 2020.

Quadro 12: Partidos políticos das vereadoras

PARTIDO POLÍTICO	QUANTIDADE
Solidariedade	1
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira	2
PL: Partido Liberal	2
MDB: Movimento Democrático Brasileiro	1
Republicanos	2
PROS: Partido Republicano da Ordem Social	1

Fonte: TSE. Quadro construído pelo autor (2023).

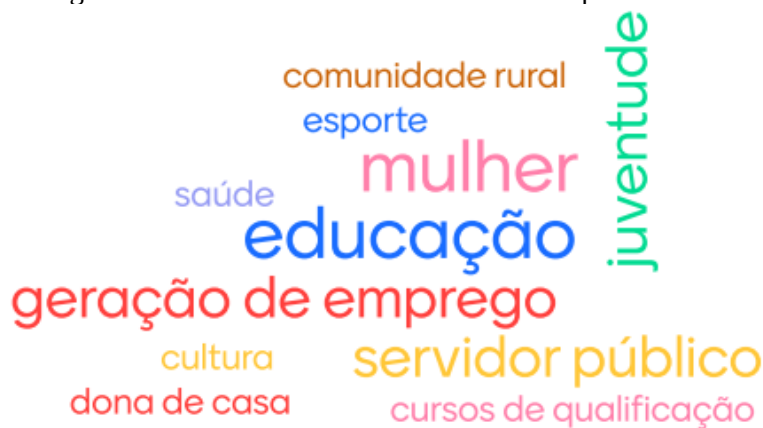
Em relação ao campo ideológico dos partidos políticos, uma única mulher está situada na ideologia partidária esquerda (Solidariedade), todas as demais, estão localizadas em partidos de centro-direita (PSDB, MDB e PROS) e partidos de direita (PL e Republicanos).

Os dados ideológicos partidários são importantes instrumentos, conforme apresenta Kauchakje (2012), para que possamos compreender os valores e conduta dos parlamentares municipais sobre direitos sociais. E por meio da filiação partidária das vereadoras, inferimos um perfil ideológico liberal e conservador das parlamentares no sertão central do RN. O que pode indicar a ocorrência de poucas produções legislativas das vereadoras atentando as questões progressistas e sociais, favorecendo assim, a manutenção do status quo, limitação para mudanças e rupturas de estruturas patriarcais e misóginas.

VEREADORAS POR COMPROMISSOS DE CAMPANHA ELEITORAL

Conforme a imagem abaixo, indagamos às parlamentares quais foram as principais bandeiras defendidas durante o período de campanha eleitoral.

Imagem 2: Bandeiras defendidas durante a campanha eleitoral



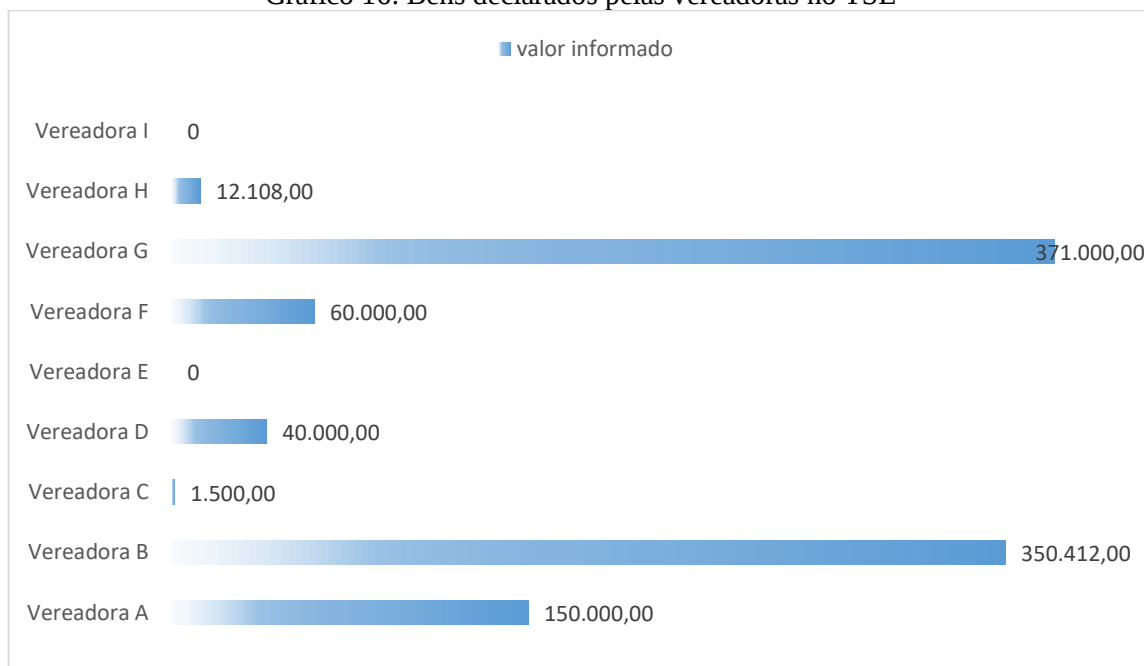
Fonte: Imagem construída pelo autor (2023).

As áreas da educação e mulher, foram os principais compromissos de campanhas com maior número de menções (três de cada), seguidas por questões ligadas a juventude, servidores públicos e comunidade rural (duas citações cada). Outros segmentos, como esporte, saúde, geração de emprego, cultura, dona de casa, cursos de qualificação, foram bandeiras mencionadas ao menos uma única vez pelas parlamentares. Os relatos versavam: “devido eu ser jovem, percebia a ausência dessas políticas de juventude na cidade (vereadora I); “sei das lutas e desafios do homem e da mulher do campo” (vereadoras D e F); “bandeiras ligadas a saúde pública e usuários do SUS” (vereadora B); “maternidade e alimentação adequada” (vereadora G)”.

De acordo com as entrevistadas, áreas como saúde, juventudes, questões ligadas a mulher do campo e maternidade são campos de engajamento na qual as parlamentares concentram seus esforços, de acordo com suas experiências, interesses e compromissos com a população em que representam.

VEREADORAS POR PATRIMÔNIO DECLARADO

Gráfico 16: Bens declarados pelas vereadoras no TSE



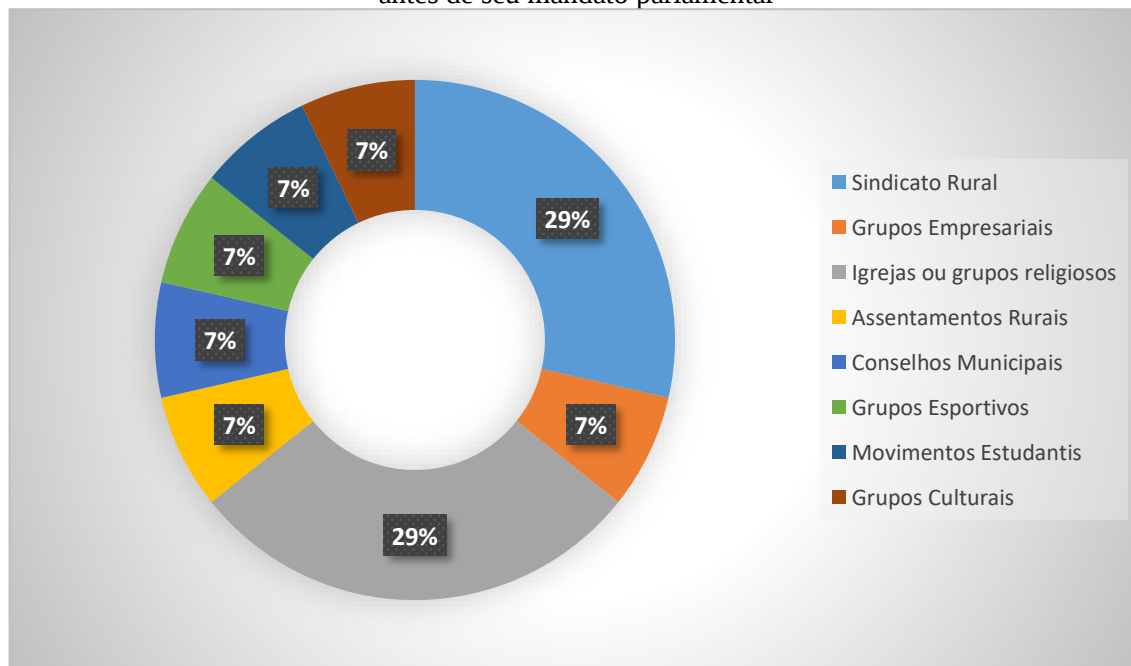
Fonte: TSE. Gráfico construído pelo autor (2023).

Segundo dados apresentados no TSE, a vereadora E não teve seu patrimônio declarado nas eleições de 2020, e a parlamentar I informou nenhum valor de bens patrimoniais. No gráfico, notamos os maiores valores declarados pelas vereadoras G e B, ambas possuem uma longa trajetória política, a vereadora B vem de oito mandatos e a parlamentar G com três mandatos consecutivos.

Através dessas informações identificamos uma pluralidade de valores patrimoniais declarados pelas vereadoras, sugerindo a princípio, que não houve aparentemente uma associação do patrimônio e dependência de recursos financeiros para com o resultado na eleição das vereadoras (exceto, pelas parlamentares B e G). Entretanto, faz-se necessário considerar outros fatores que implicam para a eleição dessas mulheres, como a renda, recursos e patrimônios de outros familiares (marido, tios, irmãos, cunhados, etc) nesse processo.

MULHERES E ENGAJAMENTOS EM ORGANIZAÇÕES

Gráfico 17: Vereadoras por tipo de participação em organizações, entidades e/ou movimentos sociais antes de seu mandato parlamentar

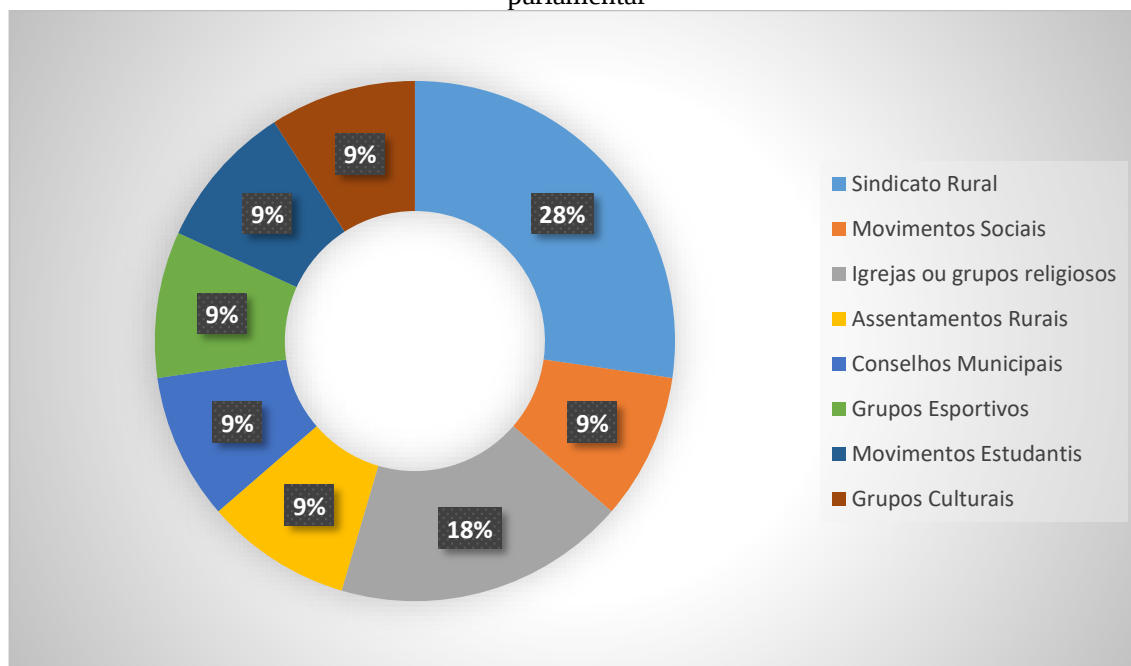


Fonte: Gráfico construído pelo autor (2023).

Buscando aprofundar a compreensão sobre a trajetória política das vereadoras, perguntamos sobre as organizações que fizeram parte de seus percursos, visando corroborar para o mapeamento dessas mulheres. O sindicato rural (29%) e as entidades e grupos religiosos (29%) foram os dois tipos de organizações mais mencionados pelas vereadoras. As demais organizações (7%) foram mencionadas apenas uma única vez.

Visando ampliar o leque de informações sobre a atuação das parlamentares, indagamos sobre o envolvimento das vereadoras com essas organizações durante o exercício de seus mandatos, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 18: Envolvimento em alguma entidade, organização e movimento social durante o mandato parlamentar



Fonte: Gráfico construído pelo autor (2023).

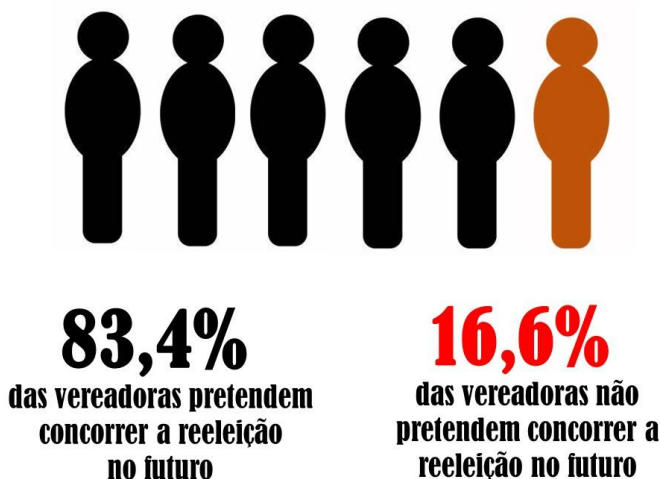
O sindicato rural (28%) foi o mais mencionado, seguido pelo grupo religioso (18%). Todas demais organizações foram mencionadas ao menos uma vez pelas entrevistadas. Um fato curioso é a ausência do envolvimento de uma das parlamentares em grupos empresariais durante seu exercício parlamentar e, a inserção de uma nova categoria: movimentos sociais (9%) que sinaliza o engajamento de uma parlamentar que lida na defesa de grupos²³ historicamente excluídos.

Ainda sobre o envolvimento nas organizações e espaços mencionados, indagamos se as vereadoras exerciam algum papel de liderança: quatro parlamentares são somente membros e duas delas exerciam liderança. A vereadora G disse que dava assistência aos agricultores rurais, além de atuar como mobilizadora de cursos e capacitações para eles. E a vereadora I comentou que sempre exercia funções de lideranças nos grupos que participavam.

²³ Negros, LGBTQI+, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, trabalhadoras/es sem-terra, etc.

VEREADORAS E SUAS PRETENÇÕES ELEITORAIS

Imagem 3: Desejo das vereadoras de concorrer à reeleição em 2024



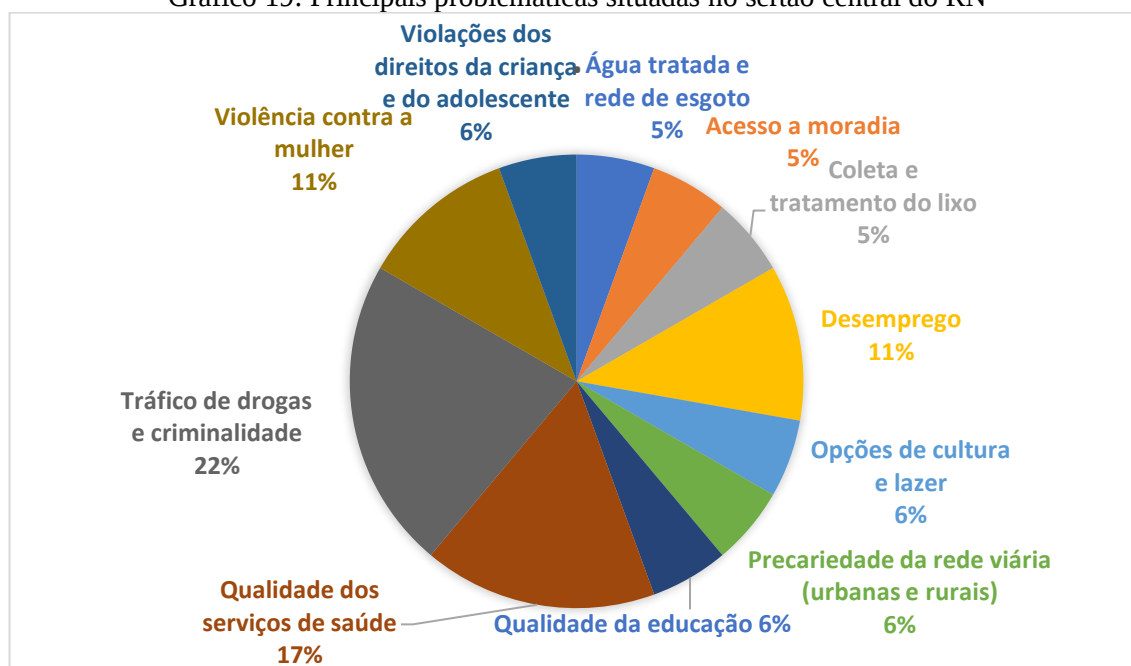
Fonte: Imagem construído pelo autor (2023).

A vereadora B, foi a única que sinalizou a pretensão para não concorrer à reeleição em 2024. “Já estou muito tempo na política (exercendo atualmente o 8º mandato) e não tenho condições físicas de ficar atuando como gostaria que fosse”, disse. Ela finalizou dizendo que, pretendia indicar e apoiar algum parente de sua família. A vereadora F destacou que pretendia continuar desenvolvendo o trabalho até quando o filho concluir a graduação, o qual a substituiria futuramente. A indicação é um recurso disponível e utilizado pelos vereadores para, durante o exercício de seu mandato parlamentar, segundo D’Avila, Lima e Jorge (2014), preservarem os vínculos estabelecidos com os eleitores e/ou estabelecer novos vínculos, perfazendo trocas de recursos de autoridade por apoio.

VEREADORAS E OS PRINCIPAIS PROBLEMAS NO SERTÃO CENTRAL DO RN

Elencamos uma série de problemas comuns que afetam muitos municípios brasileiros, e em seguida solicitamos as parlamentares que indicasse três problemáticas que necessitam ser discutidas no sertão central do Rio Grande do Norte. Conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 19: Principais problemáticas situadas no sertão central do RN



FONTE: Gráfico construído pelo autor (2023).

A problemática com maior menção pelas parlamentares (quatro vezes) foi a questão do tráfico de drogas e criminalidade, seguidas pelos problemas ligados a qualidade dos serviços de saúde (três menções), desemprego (duas menções) e violência contra a mulher (duas menções). As demais problemáticas foram mencionadas ao menos uma única vez pelas parlamentares.

VEREADORAS ELEITAS E PARTIDOS POLÍTICOS

Com relação à quantidade de disputas ao cargo de vereadora municipal, segundo o número de parlamentares entrevistadas neste estudo, metade (50%) das vereadoras eleitas em 2020 concorreram ao cargo pela primeira vez, enquanto um terço (16,6%) concorreram respectivamente pela segunda vez (vereadora F), terceira vez (vereadora G) e oitava vez (vereadora B), conforme o quadro abaixo.

Quadro 13: Militância e mandatos partidários das vereadoras

VEREADORA	ELEITAS	PARTIDOS
Vereadora B	8 vezes	PDS; PFL; PSDB (2x); PMDB (4x)
Vereadora D	1 vez	PL
Vereadora F	2 vezes	PP e MDB
Vereadora G	3 vezes	PMDB (2x); Republicanos
Vereadora H	1 vez	PROS
Vereadora I	1 vez	Republicanos

Fonte: Quadro construído pelo autor (2023).

De acordo com as trajetórias das seis vereadoras que concederam a entrevista, os partidos que obtiveram maior número de mulheres eleitas no sertão central do RN foi o PMDB com seis parlamentares, seguido pelo PSDB e Republicanos com duas representações cada. Os demais, ao longo da história partidária, as mulheres conseguiram lograr êxito uma única vez. Essas informações apontam para um dado importante no que diz respeito ao acesso ao campo político dessas parlamentares, pois a maioria não foi favorecida por um mandato anterior em cargos eletivos ou comissionados, revelando que as candidatas fizeram uso de outras articulações com políticos, familiares e segmentos nos quais já participavam de atividades laborais, culturais, religiosas ou sociais que permitiram a visibilidade para o desempenho das vereadoras no campo político.

Em relação ao diálogo e acesso das parlamentares para com a diretoria partidária, todas informaram que existe facilidade, relação e diálogo acessível, apesar de que o “chamamento para dialogar sobre os partidos e membros é feito somente no período eleitoral” (vereadora I) e “muito ruim em relação a investimentos” (vereadora H). Dessa forma, o chamamento das mulheres para integração e fortalecimento nos partidos políticos está envolta apenas nos períodos de campanhas eleitorais (e com escasso investimento). Conforme Araújo (2002, p. 199), esse processo é ocasionado por fatores internos e externos ao partido político, implicando “um cálculo pragmático da correlação de forças e dos objetivos partidários em uma determinada eleição, passando, ainda, por seus compromissos ideológicos”.

Indagamos também sobre as concepções que as parlamentares tinham acerca dos partidos políticos que eram filiadas. Duas parlamentares (D e I) preferiram não comentar sobre essa questão. As demais disseram que os partidos políticos são mutáveis e “você precisa se locomover mediante os rumos de sua coligação ou grupo partidário” (vereadora B). Outra parlamentar encara os partidos como “uma rede de apoio e também a liderança partidária é muito importante” (vereadora F). Já para a vereadora G, a direção dos partidos políticos exige constantemente uma postura que seus membros e filiados devem assumir antes e depois do processo eleitoral.

Eles ultimamente têm exigido tanto da gente que às vezes pensa que nós somos uma sigla do partido. Por exemplo: não pode vir pra cá porque é do partido, não pode ir pra lá por causa do outro partido. Durante a campanha toda deve ter essa fidelidade ao partido e depois de eleito, essa fidelidade ao partido parece que acaba. Até hoje eu tive somente dois partidos, até porque partido não escolhe, ele segura o membro. “Não pode se filiar noutro partido em exercício do mandato, porque é considerado infidelidade partidária”, por aí a gente fica de certa forma ‘amarrada’ aos rumos que a direção partidária orientar (Vereadora G).

Essa postura é também mencionada pela parlamentar H que apresenta a necessidade de permanecer fiel ao partido político durante o exercício de seu mandato parlamentar: “Eu não posso ter um partido e saí por aí como se não tivesse nenhum, eu devo seguir todas instruções orientadas pela diretoria partidária” (vereadora H).

Em pesquisa sobre a importância dos partidos políticos, Speck e Braga (2014) procuraram compreender os fatores que conduzem a fidelidade partidária e seus impactos para o êxito eleitoral dos candidatos. Eles identificaram que a disciplina somada à questão da fidelidade partidária pode ocasionar o sucesso ou fracasso de um partido político durante a coordenação das ações coletivas no processo eleitoral, e também, quanto maior for a fidelidade do candidato aos encaminhamentos da direção partidária, maior será a probabilidade de lograr êxito.

Neste ponto, refletimos sobre os investimentos financeiros que os partidos políticos locais realizam para com as candidatas, destacando se há interesse dos partidos para que as mulheres participassem do pleito eleitoral. Duas entrevistadas disseram que os partidos investiam financeiramente nas candidaturas de mulheres, entretanto, deveria ter um maior incentivo. Para elas, “o investimento ainda é muito pouco, pois a sociedade pede mais que os políticos. Há muita falta de reconhecimento e credibilidade para as mulheres” (vereadora H), e “deveria ter algum escritório que dê apoio para que essas mulheres possam se envolver mais com a política” (Vereadora F). Ainda a vereadora F, sobre quando se candidatou pela primeira vez em 2016 e reeleita em 2020, relatou:

Eu entrei, por entrar, só para cumprir a tabela dos 30% das cotas, pois não tive nenhum incentivo e nem formação, eles simplesmente me jogaram e disseram: ‘saia aí nas ruas e vai atrás dos seus votos’. Eu fiquei sabendo só depois que as mulheres tinham direito a 30% do fundo partidário de financiamento nas campanhas, e eu me recordo de ter recebido do partido apenas o investimento dos santinhos nas duas últimas campanhas eleitorais. Nas eleições de 2024, eu vou atrás desses 30%, vou atrás do fundo partidário que é direito das mulheres candidatas. Eu acho que muitas mulheres não querem ser candidatas porque não sabem como participar (vereadora F).

As demais parlamentares também informaram que não existem investimento financeiro em candidaturas femininas, pois “é somente para atingir as cotas e pronto” (vereadora G), necessitando das mulheres “uma rede de apoio forte para poder pleitear a vaga” (vereadora B) e “se as mulheres não tiverem condição financeira pessoal ou algum suporte, elas dificilmente conseguirão ser eleitas” (vereadora D). Além disso, “os nomes novos dentro do partido, geralmente provoca atritos ou mal entendido entre os pares” (vereadora I).

Indagamos se, no partido político ao qual as parlamentares são filiadas, existe alguma ação específica para mulheres, investimento em conscientização, participação e filiação de candidatas femininas. Três vereadoras (B, D e H) disseram que não ocorre nada disso, inclusive “não existe investimento financeiro partidário, o que existe de fato é utilizar o recurso do próprio bolso” (vereadora H). Duas parlamentares (F e G) disseram que existe núcleos específicos para mulheres na sede do partido em Natal e apenas uma vereadora disse que as ações promovidas pelos partidos para candidaturas femininas ainda “são (muito) fracas” (vereadora I).

Como podemos perceber, nos partidos políticos aos quais as vereadoras são filiadas não existe incentivos para participação e capacitação feminina nos pleitos eleitorais. Apesar de ser uma assertiva que necessita de estudos mais específicos, podemos inferir fatores como estereótipos de gêneros que, direta e indiretamente, contribuem para reproduzir essa desigualdade ao não encorajar candidaturas femininas, questões ligadas à limitação ao acesso em posições de liderança dentro dos partidos, além de escasso apoio financeiro, político e logísticos em suas disputas eleitorais.

No próximo capítulo, iremos nos deter acerca das trajetórias políticas das vereadoras nos pleitos eleitorais e sobre algumas dificuldades na atuação parlamentar das mulheres no sertão central do Rio Grande do Norte.

5. TRAJETÓRIAS DAS VEREADORAS NO SERTÃO CENTRAL DO RN

Este capítulo está estruturado em quatro (04) subtópicos. No primeiro analisaremos como se deu o acesso das mulheres na vida política institucional, em seguida, no segundo subtópico, aprofundaremos nossas reflexões sobre as vivências das parlamentares nos pleitos eleitorais, buscando compreender as motivações e ambições das vereadoras para ingressarem e continuarem (ou não) nas atividades de vereança local. No terceiro subtópico destacamos as percepções que as vereadoras têm acerca do feminismo, além de discutirmos algumas questões relativas aos cargos de liderança na câmara municipal. Por fim, apontaremos as principais barreiras encontradas pelas mulheres parlamentares para o exercício de seus mandatos eletivos, salientando os motivos para a baixa representatividade feminina no sertão central do RN.

5.1. INICIAÇÃO NA VIDA POLÍTICA

Neste subtópico apresentamos o processo de conciliação da vida familiar e o mandato parlamentar, em seguida analisamos alguns dados sobre o acesso das vereadoras na política institucional, identificando a presença ou não de parentes eleitos em funções de cargos eletivos.

5.1.1. Conciliação da vida privada X atividades públicas

Perguntamos às parlamentares acerca do processo de conciliação entre a vida familiar e suas atividades políticas. Uma das vereadoras afirmou que foi difícil ajustar sua vida privada para com a pública. Segundo ela: “existem dificuldades e renúncias (...) muitos são os momentos que temos que sair de perto de nossa família, há momentos que tomamos decisões pensando nas outras pessoas e deixando a família em segundo plano” (vereadora B). Para a vereadora I, estudante do curso de Psicologia, comenta sobre a dificuldade em conseguir conciliar a vida estudantil com as atividades políticas, pois “queria está mais presente aqui (Lajes), me envolvendo nas atividades e demandas”; concluiu dizendo que as responsabilidades estudantis também fazem parte de seu mandato parlamentar, “pois através do olhar que meu curso me possibilita, eu consigo ter um olhar diferenciado para algumas pautas da sociedade”.

Já para as demais parlamentares, suas respostas versam sobre a naturalidade que as atividades políticas já faziam parte de suas rotinas familiares e profissionais: “a rotina é dividida para atividades de casa e legislativas (vereadora F); “devido ser servidora pública, foi fácil a conciliação” (vereadora H).

Duas vereadoras relataram a contribuição que seus maridos exerceram para o acesso na vida política. Segundo a vereadora D, a conciliação das atividades familiares e políticas “foi normal, (...) minha casa sempre foi de intenso movimento de pessoas. Meu marido (empresário local) tem um negócio que gera emprego para quase 200 pessoas. Desse modo, não houve tanta mudança antes e após eu ser vereadora”. Apesar do marido da parlamentar nunca ter ocupado nenhum cargo público, o mesmo exerce influência política na cidade, além de ter parentes políticos no município. Para a vereadora G, a conciliação das atividades pessoais e políticas se deram naturalmente,

Pelo fato do meu marido ser político, eu não tive tanta dificuldade. Ele foi vereador por quatro mandatos seguidos e eu sempre o acompanhava. Em seguida eu fui vereadora, e estou no terceiro mandato seguido. Por isso que não houve muita alteração não, pois desde quando nos casamos, estávamos envolvidos na vida política. Ele queria finalizar a trajetória política dele e achava que meu nome seria uma boa indicação para dar continuidade na vida política, e acabou dando certo (Vereadora G).

Como vimos, o contexto para o acesso e permanência da parlamentar acima, foi fortemente marcado pela figura de seu marido, desde o acompanhamento nas atividades políticas, até a indicação de seu nome para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos por ele. Ao analisar a reprodução continuada da subordinação das mulheres em relação aos homens, Miguel e Biroli (2010), aponta para a condição da mulher nas sociedades modernas, sinalizando para as hierarquias que estão subjacentes nas diferenças de gênero. Neste sentido, “a imposição de normas e valores constituídos a partir das experiências masculinas” (Miguel; Biroli, 2010, p. 5), implicam numa tensão e continuidade entre o exercício masculino de acesso e liberdade no espaço público e a restrição da mulher no espaço privado, excluindo-as dos ambientes políticos e de poder.

Ainda conforme Miguel e Biroli (2010), existe uma estrutura de poder e de dominação que perpassa a dimensão masculina (marido/mulher) fundamentado na subordinação das mulheres em relação aos homens, sendo vinculado a algumas características estruturantes. Nesse sentido,

a oposição entre público e privado, que pressupõe que seja possível uma esfera pública política de indivíduos autônomos, silenciando sobre as relações de subordinação (e mesmo violência) na esfera privada; e a oposição entre a razão e os afetos, dos quais é parte importante a dualidade entre pensamento (abstrato) e corpo (particular). A divisão entre público e privado, civil e familiar, é a divisão entre a razão masculina e o corpo feminino (Miguel e Biroli, 2010, p. 7).

Dessa forma, percebemos como o patriarcalismo assume novas formas de reprodução da dominação masculina, atribuindo aos homens, características de cidadãos livres e autônomos nos espaços público e de poder, e às mulheres, relegando aos papéis de subordinadas e quando possível, de instrumento/objetos para continuidade dos trabalhos/atividades dos homens, definidas inicialmente, na posição relacional do âmbito familiar (como esposas e/ou mães).

5.1.2. O acesso na política institucional

Ao discutir sobre o caminho de acesso das parlamentares na arena política, faremos uso da teoria do capital acumulado, proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989). Para ele este conceito refere-se às diferentes formas de recursos que um indivíduo ou grupo pode possuir e que são considerados valiosos dentro de uma determinada sociedade. A seguir, destacaremos como o capital social, convertido principalmente na figura de homens, contribuíram para o acesso das vereadoras na política.

Desde quando me casei aos 16 anos, sempre fui envolvida (com meu marido) na política local (vereadora G);

Na eleição, meu tio sugeriu lançar meu nome como candidata no partido. A princípio não queria, pois talvez não desse certo. Mas, ele insistiu dizendo: ‘vamos ver se vai dar certo’, e graças a Deus, acabou dando certo (vereadora F);

Meu cunhado havia me indicado para ocupar a vaga que era dele na casa legislativa. Eu aceitei de boa, pois sabia que não estaria sozinha, tinha apoio de minha família, amigos e conhecidos. Nas eleições ele saiu vitorioso e eu fui a 2º mais bem votada na cidade (vereadora D).

Como vimos, o capital político familiar que as mulheres tiveram acesso, possibilitou um melhor êxito no pleito eleitoral das candidatas, pois permitiu criar uma rede de contatos e de apoio político para a obtenção de melhores oportunidades de campanha, além dos benefícios advindos de legado político de algum membro da família ao continuar o trabalho político e de sua base eleitoral consolidada no município.

A parlamentar B comentou que iniciou sua vida pública no ano de 1983, quando desenvolvia um trabalho social junto à comunidade rural: “As pessoas começaram a questionar sobre o porquê de não participar da política, vários foram os incentivos” (vereadora B).

A parlamentar H disse que sua inserção na política institucional se deu “através do trabalho comissionado em gestões passadas”, caracterizando um produto de acumulação lenta

e contínua, “a qual leva em geral toda uma vida” (Bourdieu, 1986, p. 191). A vereadora I destaca sua trajetória estudantil como acesso a política institucional. Ela disse:

Todo mundo sempre me chamou de metida, porque eu sempre gostava de participar e defender pautas e bandeiras que para mim eram importantes (...) me lembro que sempre quando tinha votação para líderes ou grêmio estudantil eu estava envolvida, participava e representava a escola em eventos fora, eu sempre estava envolvida com essas questões (vereadora I).

O grêmio estudantil configura-se, de acordo com Moura (2010), como uma das primeiras oportunidades de espaço político que os jovens têm acesso, participando das atividades escolares, propondo reivindicações, ideias e sugestões no ambiente educacional. A trajetória da parlamentar no grêmio estudantil, como vimos, pode ser considerada como espaço de formação primária para o acesso e desenvoltura política da vereadora I, ora taxada como “metida” por desde cedo está envolvida em atividades de liderança, favorecendo o desenvolvimento de uma conscientização, politização e amadurecimento de aspectos que estariam presentes na atuação política da parlamentar.

5.1.3. Vereadoras por existência de familiar eleito

Indagamos às parlamentares, quando se elegeram pela primeira vez, se tinha algum parente que havia ocupado cargo político. Em caso afirmativo, solicitamos que comentasse a relação de parentesco e a influência que ele(a) representava para as vereadoras. Estudos sobre essa temática, como Pinheiro (2007); Meireles e Andrade (2017) e Miguel (2021), conceituam capital familiar como a presença de parentes ocupando posições política de liderança. Neste sentido queríamos compreender melhor como essa perspectiva influenciou na eleição das vereadoras. Conforme relatado, cinco parlamentares informaram a presença de algum parente, e apenas uma afirmou a inexistência de membro familiar no exercício político.

Meu marido me apoiava, incentivava e repassava segurança para mim, era uma âncora de apoio para o exercício parlamentar (vereadora G);

Inicialmente, eu e meu irmão havia concorrido nas eleições e logrado êxito na política (vereadora B);

Meu tio era prefeito municipal e minha mãe secretária de educação, as pessoas dizia que eu seria eleita por mérito deles, no entanto, até hoje tenho tentado fazer essa desconstrução (vereadora I);

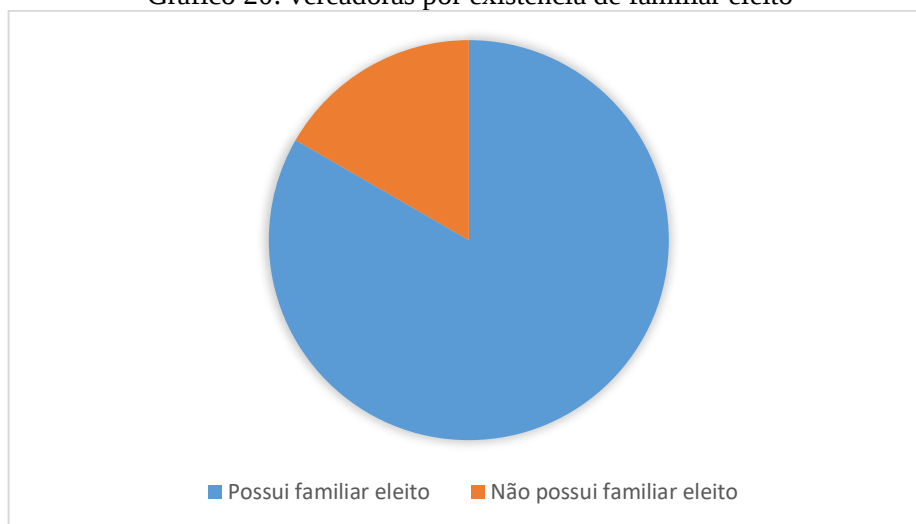
Meu cunhado (atual prefeito municipal) sempre me dar orientações e conselhos para lidar com algumas questões na câmara, e meu, apesar de não

ser político, conhecia muitas pessoas que contribuiu para minha eleição (vereadora D).

Conforme Bourdieu (1989), a influência, os recursos e as conexões que o capital político familiar pode ser convertido e transferido de um indivíduo para outro com algum grau de parentesco, permite reconhecer a pessoa como capaz de ação efetiva e legítima. E neste contexto social em que a participação política na câmara municipal é dominada por homens e outros desafios adicionais que as mulheres enfrentam ao encarar a esfera política, o capital político familiar pode desempenhar um papel importante para o sucesso eleitoral das candidatas.

A única vereadora, que conseguiu êxito na eleição sem a trajetória política de membros familiares, comentou que seu tio havia se candidatado seis vezes, porém nunca havia ganhado; seu avô e outro tio havia lançado seus nomes, no entanto, não obtiveram sucesso. Em seguida, a parlamentar comentou o que eles representavam para ela, afirmando: “Quem vem de baixo, é mais difícil, pois nossa família apesar de ser numerosa, ela é humilde e não tem trajetória e nem força política”. Essa é colocada como uma das principais barreiras encontradas pela parlamentar ao tentar lançar seu nome na política, segundo comenta: “não temos história e nem dinheiro, aí fica muito difícil, mas graças a Deus deu tudo certo” (vereadora F). Abaixo, consta o gráfico acerca da existência ou não de algum familiar eleito na política, segundo as parlamentares.

Gráfico 20: vereadoras por existência de familiar eleito



Fonte: Gráfico construído pelo autor (2023).

Como vimos, cerca de 83% das vereadoras possuem algum familiar que foi eleito em cargos políticos (incluindo irmãos, cunhado, marido e tio), enquanto 17% não possuía nenhum familiar eleito para cargo na política local.

5.2. PARLAMENTARES E PLEITOS ELEITORAIS

Neste subtópico elencamos as trajetórias de campanha e disputas eleitorais das candidatas, procurando identificar as motivações provenientes na decisão de pleitear o cargo de vereadora na câmara municipal.

5.2.1. Vereadoras: a decisão de candidatar-se

Ao adentrar na política institucional, perguntamos as vereadoras se foi uma decisão difícil ter lançado seu nome para candidatura ao cargo de vereadora municipal. Três parlamentares argumentaram que foi uma decisão fácil, pois contava com apoio de pessoas que já participavam ativamente das atividades políticas na cidade: “após pedido de meu cunhado e família, a decisão foi algo natural (vereadora D); “depois que meu marido desistiu da política, os eleitores que eram fieis a ele, permaneceram a mim devido a nossa trajetória” (vereadora G); “acabei substituindo meu irmão que havia desistido da política” (vereadora H)”.

Nessas falas das três parlamentares, verificamos novamente a presença masculina como indicativo para decisão de participação na política institucional, caracterizando fatores “como serem herdeiras legítimas de grupos familiares e de lideranças masculinas” (Ninamore e Carvalho, 2006, p. 355) fundamentais para a decisão de ingresso das vereadoras nos pleitos municipais.

Diferentemente das parlamentares acima, as demais vereadoras relataram algumas dificuldades encontradas quando decidiram concorrer ao pleito municipal. A parlamentar B disse que foi uma decisão difícil, pois “sabia das dificuldades que a vida pública me traria”. No entanto, devido aos constantes pedidos da população e familiares, alinhada “a minha vontade de fazer o bem para o povo de minha cidade, como também o desejo de vivenciar uma nova experiência e desafios, me fizeram decidir por ingressar no processo político” (vereadora B).

Como vimos na fala da vereadora B, a decisão de candidatar-se foi difícil pois vislumbrava dificuldades que a vida pública lhe traria. Este fato nos faz repensar sobre os entraves e barreiras que existem para candidatos que desejam ingressar na política, ainda mais se tais candidatos são mulheres. As mulheres, diferentemente dos homens, lidam com diversas dificuldades, como o constante conflito entre a preocupação com o ambiente familiar e o âmbito político/profissional (Sacchet, 2009), barreiras apresentadas pelo próprio jogo político-partidário que se configura, conforme Matos (2009), como obstáculos para a seleção, apoio e valorização de candidaturas femininas pelos partidos, optando por incentivar com critérios pouco claros, a candidaturas de homens em detrimento das mulheres. E as direções partidárias,

muitas vezes misóginas, afirma Alves (2007), acabam restringindo as oportunidades para candidatas mulheres.

No pronunciamento da parlamentar I, temos as seguintes afirmações:

O anseio de querer sentir representada, e eu sentia essa falta de representatividade na câmara e pensei “Por que não? Haja visto que eu não via ninguém para me representar. Por que não sair como candidata?”. Lembro que foi uma decisão muito, muito difícil na época, pois ninguém da minha casa queria, e quando eu lancei minha pré-candidatura foi tudo debaixo dos panos. O pessoal de minha casa só sabia que eu tinha me filiado, pois meu tio havia me entregado o cartão de filiação para o partido, haja visto que era necessário para preencher a cota para o partido. Me lembro que quando lancei minha pré-candidatura, eu sai de casa, peguei meu celular e compartilhei meu nome como candidata nas redes sociais, mesmo sem apoio e consenso de ninguém, e graças a Deus o pessoal comprou minhas brigas e bandeiras e minha família ficou mais maleável e havia dito ‘já que você quer, a gente vai apoiar’, conclui (vereadora I).

Na fala da vereadora I, o desejo de ingressar na esfera política partiu da necessidade de sentir-se representada na câmara municipal. Este relato aponta para o quadro estrutural de sub-representação histórica que as mulheres ainda têm na política brasileira, apesar desta ser maioria da população e do eleitorado no país e no estado, conforme apresentado anteriormente. A persistência dessa desigualdade é corroborada, de acordo com Alves (2007), por fatores de discriminação histórica, falta de experiência das mulheres nos espaços de poder e decisão, além de resistências de grupos tradicionais do poder político para com as mulheres.

A vereadora I prossegue o relato apresentando o bloqueio inicial que a família tinha acerca da vontade de lançar o nome como candidata local. Entretanto, a vereadora insistiu na ideia que aos poucos foi sendo respeitada e apoiada pelos familiares.

A parlamentar F também disse que foi uma decisão difícil, pois não era o que ela queria. Entretanto, destacou o apoio e incentivo da família para o lançamento de seu nome no pleito eleitoral. Talvez essa seja uma das principais dificuldades para a continuação da baixa representatividade feminina na política, pois o ambiente familiar tem o potencial de ser o catalisador decisivo para rompimento do “desejo de candidatar-se”, quer seja apoiando ou rejeitando a pretensão das mulheres. Afinal, a participação das mulheres na política é relativamente inferior à de homens (Romero; Kerstenetzky, 2015), assim como o apoio eleitoral que lhes é atribuído (Bauer, 2020), a começar, entre a própria família das candidatas.

5.2.2. Eleições 2020: a campanha das vereadoras

Pedimos para as parlamentares discorrerem sobre a campanha eleitoral que participaram nas eleições de 2020. A vereadora D comentou que foi uma campanha tranquila, de escuta e humildade para com os eleitores. Disse que “estava lançando meu nome para contribuir de alguma forma para melhorar a situação de minha cidade, e com o apoio do meu cunhado, eu sabia que não iria encontrar muitas dificuldades”, concluiu. A vereadora H registrou que foi uma campanha vitoriosa com apoio de familiares e amigos.

A vereadora B relatou que não foi uma campanha fácil, ao contrário, foi cheia de dificuldades, principalmente para ela que vem de outros mandatos eletivos, o “processo político é muito dinâmico, a cada pleito novas mudanças surgem, temos que nos adaptar, entender a necessidade da população, moldar os nossos objetivos e metas” (vereadora B). Comenta sobre a questão da pandemia, que teve que adequar sua campanha utilizando as mídias digitais, “pois não podíamos fazer aquelas visitas nas comunidades como fazíamos antes, devido estarmos vulneráveis no período pandêmico”. Ela acredita que as mudanças provocadas pelas mídias sociais foram um diferencial para seu sucesso na campanha eleitoral de 2020.

No cenário de pandemia, segundo os autores Ruediger e Grassi (2018), as redes sociais se apresentaram como uma possibilidade de alcance de mais eleitores, como também para o enfrentamento às limitações das campanhas eleitorais por conta do Covid-19. Dessa forma, “o palanque virtual, surge como um novo espaço de poder a ser disputado e também demonstra ter correspondências com os resultados da urna” (Trotta *et al.*, 2022, p. 30).

Nesse cenário pandêmico, os desafios às mulheres foram intensificados, de acordo com Gatto e Thomé (2020), situações da diminuição de estabilidade financeira, crescimento das atividades e trabalho doméstico não pago e limitações para construção e consolidação de contatos políticos, contribuíram para prejudicar as campanhas femininas.

A vereadora G, que estava concorrendo ao terceiro mandato parlamentar, comentou que foi uma das piores campanhas eleitorais que já participou, porque foi duramente atacada por um *fake news*²⁴:

(...) sem dó e sem pena, de manhã, de tarde e de noite. A *fake news* falava assim: cenas do próximo capítulo, e o povo comentava tudo nas redes sociais dizendo ‘está melhor que a Netflix’, ‘vou comprar até pipoca’ e eu ficava tão aflita sem saber como seria o próximo capítulo, porque foi uma coisa que me atingiu enquanto mulher, afetou minha autoestima, meu psicológico. Não foi fácil ter que sair nas ruas e imaginar no que as pessoas estão falando e acreditando nas versões de mim, você sair e algumas pessoas acreditar numa

²⁴ *Fake News* quer dizer “notícias falsas”, cujas informações não representam a realidade, no entanto, são amplamente compartilhadas na internet e redes sociais como se fossem verdadeiras.

mentira, enfim, foi muito péssimo, muito difícil esses momentos para mim (vereadora G).

A vereadora prosseguiu dizendo que, apesar de todas essas dificuldades, conseguiu sair vitoriosa e comentou sua decepção pela negligência e rumos que se deram ao usuário dessa *fake news*. Ela disse que fizeram denúncias, apresentaram provas e recorreram a todos os meios possíveis, entretanto, “a Justiça achou que aquilo ali não era nada demais, pois éramos pessoas públicas e que aquilo nas redes sociais não caracterizava crime. Hoje, graças a Deus estou aqui de pé, sem nenhuma sequela, pois poderia ter ocasionado depressão ou algo dessa natureza” (vereadora G). Prossegue dizendo que outras candidatas mulheres também foram vítimas das *fake news*, citando inclusive o nome da colega parlamentar H. Finaliza apresentando o papel que seu marido teve durante todo o processo, seja apoiando, ajudando e incentivando a superar esses tipos de dificuldades existentes na vida pública.

As pesquisadoras Lins e Lopes (2018) analisaram algumas referências arquetípicas simbólicas que estão associadas às representações negativas femininas através da disseminação de *fake news*. Ao fazer uso do caso ocorrido com a vereadora Marielle Franco, as autoras, por meio da análise das disseminações nas mídias de notícias falsas sobre a vida da parlamentar e de suas relações políticas que intencionava desacreditar e difamar a imagem da parlamentar, propuseram uma reflexão de como as *fake news* podem desqualificar a mulher como gênero que ocupa espaços de poder, recorrendo a um imaginário negativo do feminino.

A vereadora I inicia comentando que foi um período atípico, pois tinha a questão da pandemia e das *fake news*, “na qual os candidatos utilizam uns contra os outros, numa espécie de ping pong”. A parlamentar recorda de situações difíceis para ela durante o processo de obtenção de votos dos eleitores, pois quando visitava a população “sempre ouvia dizerem: ‘político só aparece de quatro e quatro anos só para pedir voto e depois desaparece’. Aí eu peguei essa parte ruim da política que eu vivenciava e trouxe para mim”, o que acabou afetando e prejudicando no exercício parlamentar. Concluiu dizendo: “evito visitar as pessoas e elas terem essa impressão de mim” (vereadora I).

A parlamentar prossegue relatando que pensou em desistir algumas vezes da campanha, expressando sentimentos de inferioridade mediante os constantes ataques sofridos nas redes sociais. Comentou: “botava na cabeça que as pessoas olhavam para mim com olhar de julgamento”. Além da questão de sua mãe, que exercia um cargo comissionado na prefeitura, atuando na secretaria municipal de educação e “as pessoas queria porque queria tirar o mérito de minha trajetória, o mérito de minhas bandeiras e projetos, o mérito de quem eu era para colocar nos ombros de minha mãe” (vereadora I). Continuou expressando comentários de outras

pessoas que diziam para ela que caso fosse eleita, seria consequência da influência de sua mãe, que trocaria votos por emprego, e “não era assim, pois eu estava apresentando minha trajetória e não me escorando no da minha mãe. No decorrer da campanha eleitoral eu sofri muito, mas, com o apoio das pessoas que estava a minha volta, esses comentários foram sendo superados” (vereadora I).

A vereadora I relatou algumas questões que ocorreram dentro do partido e da coligação que fazia parte. A diretoria partidária tinha sugerido dividir os votos da parlamentar. A mesma não concordou e o partido havia feito duas reuniões sem a presença da vereadora para tentar tirar sua candidatura. Ela comentou que ouvia dizerem: “Vamos tirar o nome da candidata, porque é um nome que vem crescendo”. Expõe que: “Surgiu muito ciúme dentro do partido, colegas candidatos que ficaram sem falar comigo, pois minha candidatura foi um nome espontâneo e tinha vários nomes conhecidos no partido e campeões de votos e eu metida ali no meio como ‘ameaça’ a eles”.

Essas (acirradas) disputas pelo acesso e ocupação de posição política entre homens e as mulheres, como vimos retratado pela parlamentar, sinaliza para os desafios e desqualificações que são atribuídas a candidata feminina. Conforme Rocha e Vieira (2021, p. 39), “este espaço discursivo masculino une a ocupação de funções públicas e políticas aos elementos informais onde a sexualidade e o gênero ocupam um lugar central nessas relações”, identificando traços de violência simbólica e política que encontra lugar no corpo das mulheres.

Dito de outro modo, percebemos que a inserção e principalmente, a permanência das mulheres no espaço de poder político é dificultado por inúmeras barreiras que tentam negá-las como sujeitas públicas e política, seja provocando a invisibilidade de sua candidatura, seja criando instrumentos para silenciá-las no processo eleitoral. Como consequência, “a participação política feminina é marcada por essa visão pejorativa que, muitas vezes, quando não resultam na própria autoexclusão, impedem e/ou dificultam o seu acesso a cargos de hierarquias políticas e institucionais” (Rocha; Vieira, 2021, p. 40).

As disputas pelos papéis de gênero e das relações de poder na política é uma ressonância de questões complexas e históricas que envolve fatores políticos, institucionais e culturais, haja vista que as mulheres são os principais sujeitos marginalizados e prejudicados no (des)caso de decisões que afetam diretamente seus corpos, vidas e comunidades. Neste sentido, o marcador gênero é um discurso presente nas disputas no campo de luta política que, segundo Rocha e Vieira (2021, p. 40) “diante da possibilidade de concorrência feminina, evidenciam de forma eloquente o processo pelo qual os dispositivos simbólicos de dominação masculina são acionados para desestabilizar as mulheres”, criando um ambiente hostil, sexista e machista que

influencia no desencorajamento feminino para o ingresso e/ou permanência na política institucional.

5.2.3. Vereadoras e as eleições estaduais de 2022

Perguntamos as vereadoras se elas concorreram algum cargo nas eleições de 2022 ou se tinha alguma pretensão em candidatar-se para deputadas. Todas parlamentares informaram que não concorreram, e apenas uma cogita pleitear futuramente outros tipos de cargos eletivos. A vereadora I, que está em seu primeiro mandato parlamentar, declarou o apreço que vem desenvolvendo pela vereança local: “Sou apaixonada por política municipalista, quem sabe daqui a uns 3 ou 4 mandatos como vereadora, quem sabe”.

Segundo Lima (2013), é possível conjecturar que duas formas de ambição podem impulsionar os vereadores que se candidatam a deputado. A primeira, que é mais evidente, envolve o desejo de progredir na carreira, ter acesso a mais recursos políticos, ocupar uma posição de maior destaque e solidificar a trajetória política. A segunda está relacionada à remota chance de obter sucesso; o/a vereador/a reconhece que não possui condições de se eleger, mas mesmo assim concorre.

A vereadora F compartilhou sua visão esclarecendo que não tem pretensão em ocupar outro cargo na política. Discorre sobre a questão do assistencialismo que é muito presente no mandato parlamentar, pois a população “acha que recebemos algum benefício para ficarmos doando e ajudando constantemente em algo, na câmara recebo direto esses pedidos e lá em casa também”.

Já a vereadora B, que possui uma longa trajetória política municipal, afirmou que não deseja se envolver em outros cargos pois “se você deseja subir de cargo, você precisa entender que necessitará de um grupo político para lhe apoiar e dar todo suporte, caso contrário, você não conseguirá ser eleita”. Em seguida comentou sobre nunca ter pleiteada ao cargo de prefeita ou vice prefeita municipal, dizendo que “se fizesse isso, eu iria viver sempre no hospital, cuidando de quem tanto precisa desse socorro”. A parlamentar é conhecida na cidade por diversos serviços de assistência na área de saúde, contribuindo na compra de medicamentos para pacientes, no agendamento e acompanhamento de consultas em Natal, além de auxiliar no contato com profissionais da saúde na realização de cirurgias. Durante nossa entrevista, a vereadora mostrou, pelo seu aparelho celular, várias mensagens que recebe dos eleitores apresentando seus pedidos, fotos de pessoas com alguma doença que necessitam de cirurgias e consultas médicas.

Apesar da maioria das parlamentares não terem pretensão para almejar outros cargos eletivos, o simples fato de ingressar na carreira como vereadora já é um elemento que merece atenção. De acordo com Marengo e Serna (2007, p. 103), “o primeiro cargo público constitui um rito significativo que oferece informação relevante não só sobre as condições e os recursos disponíveis no início da carreira política, mas também sobre o grau de sua dependência em relação às organizações partidárias”. Neste sentido, tanto no início como a continuidade de permanecer legislando sugere uma identificação, afinidade e disposição das vereadoras para entregar-se ao ofício político. A vista disso, os primeiros passos na política “representa o rito de passagem, que além do desejo de consagrar-se à política, exige a posse de requisitos individuais que conferem o reconhecimento necessário ao prosseguimento da carreira” (Santos, 2000, p. 87).

5.3. FEMINISMO: CONCEPÇÃO DAS PARLAMENTARES

Neste subtópico analisaremos o entendimento do movimento feminista na concepção das vereadoras, além de trazer algumas questões relativas à liderança feminina no espaço institucional das câmaras municipais.

5.3.1. Vereadoras e o feminismo

O feminismo, como corrente intelectual, segundo Miguel e Biroli (2014, p. 12), em suas várias vertentes, “combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina”. Com isso, intencionamos refletir sobre as representações que as vereadoras possuem acerca das contribuições do feminismo para o exercício de seus mandatos parlamentares. Ainda segundo os autores,

O feminismo confronta as desigualdades, mas o faz de maneiras diversas (...) no debate teórico e na militância, as prioridades e as posições variam porque há entendimentos distintos do que são as desigualdades, onde residem suas raízes e o que significa superá-las. Os debates tratam, em particular, da definição de quais transformações estão sendo buscadas (Miguel; Biroli, 2014, p. 93).

Neste sentido, acreditamos que o feminismo pode ser interpretado de diversas formas, assumindo várias perspectivas e alcance de qualquer gesto ou ação que reivindique contra opressões e discriminações das mulheres, ou mesmo, que proteste a favor da ampliação dos direitos políticos e civis femininos, tanto individualmente quanto àqueles que dizem respeito às

coletividades, reconhecendo as lutas contra todo o tipo de preconceito, violência e dominação contra os corpos femininas. Dessa forma, “o que observamos é que existem hoje, no Brasil, muitos feminismos, muitas formas de se identificar dentro desse campo político, muitas formas de participar e de militar (Grossi, 1997, p. 305).

Todo feminismo, de acordo com Queiroz e Bertho (2020, p. 8) “nasce da percepção das contradições da sociedade machista e desmontes dos privilégios de gêneros” e, devido ao gênero ser um dos eixos fundamentais que estruturam as nossas experiências no cotidiano, conforme Miguel e Biroli (2014, p. 97), o feminismo contribuiu para “mostrar também que os diferentes padrões de dominação e de discriminação não estão apenas sobrepostos, mas se entrelaçam e produzem padrões novos, específicos”, camuflados nas diferentes formas machistas e misóginas presentes nas sociedades e nos espaços de poder e decisão política.

Indagamos para às parlamentares o que entendiam acerca do feminismo e se se considerava feminista. A vereadora F definiu o feminismo como algo que “tem muita discriminação, não só aqui, mas no geral”. E concluiu dizendo que não se considerava feminista.

A vereadora B disse que era um movimento que buscava a igualdade entre homens e mulheres, buscando “combater o modelo social baseado no poder masculino e os abusos e a violência contra as mulheres”. Em seguida afirmou que, de certo modo, se considerava feminista, pois é “uma eterna defensora da igualdade entre homens e mulheres”. Continua relatando que apesar de antigamente os homens terem maior representatividade, hoje em dia, houve muitas mudanças. Concluiu dizendo: “Não vejo a questão de homem x mulher como uma disputa para quem manda mais. Acredito que depende de nós mulheres nos levantarmos e buscarmos nosso espaço”.

Diferentemente do que ocorre em outros países, Duarte (2003, p. 151) diz que “existe entre nós uma forte resistência em torno da palavra feminismo”. Conforme vimos, parte das vereadoras não se consideravam feminista, o que poderia implicar em poucos projetos de leis e requerimentos de autoria das parlamentares que sinalizassem para debates sobre políticas que envolvem gênero no sertão central do RN, ou seja, o fato de ser mulher na política não significou necessariamente atuar numa perspectiva de desconstrução das questões impostas ao gênero feminino.

A vereadora D também definiu o feminismo como a luta pela igualdade entre homens e mulheres, afirmando: “Eu acho que a mulher não deve reivindicar os seus direitos a ponto de ficar ‘acima’ e ser superior aos homens. Eu acredito que ambos devem ser iguais, o homem deve respeitar e cuidar da mulher e ela deve fazer a mesma coisa”. A parlamentar não se

considera feminista: “Às vezes eu enxergo o movimento como algo que coloca uma outra forma de hierarquia, onde as mulheres superam os homens”.

A parlamentar G encara o feminismo como um instrumento de vitimização das mulheres, argumentando que elas devem ser fortes e empoderadas:

Eu acho que nunca me vitimizei, eu acho que nós somos mulheres empoderadas. As mulheres tem que ver isso: que é empoderada, é forte. Existe muita coisa que fala sobre feminismo, que queremos direitos iguais e muitas vezes quando a gente é mulher, somos educadas para cuidar de bebê, para cuidar de casa, dos filhos e muitas das vezes a gente se culpa pelo filho ou se desagrada o marido, e com outras tantas coisas. Eu acho que não é para ser assim, nós somos mulheres, somos empoderadas, fortes, não devemos nos vitimizar, enfrentar nosso lugar, eu acho isso, por isso me considero uma mulher empoderada (vereadora G).

Nos trechos do depoimento da vereadora G, notamos como a parlamentar associa o feminismo a adjetivos como vitimismo e fraqueza, ambas simultaneamente presentes no modelo feminista, segundo professado no relato. Neste sentido, a parlamentar concebe o empoderar-se como contraponto ao feminismo, pois a prática do empoderamento revela aspectos de garra e força da mulher, ligando “a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação as vivências cotidianas” (Mosedale, 2005, p. 244).

A parlamentar H conceituou feminismo como a defesa e direitos da mulher, visando a igualdade entre homens e mulheres. A vereadora continuou apresentando sua ideia ao exemplificar a questão das cotas eleitorais, para ela, essa política afirmativa é ferramenta para “próprias mulheres se excluírem, pois parece uma luta de acesso na política como se você não tivesse força, você não tivesse potencial para estar ali competindo como igual”. Prosseguiu dizendo que essa postura provoca uma “questão de vitimizar mesmo, apesar de acreditar que a luta pelo direito seja justa do feminismo sem essa parte de se vitimizar (...) pois eu mesmo me defendo, eu assumo meus erros, eu vivo conforme minhas crenças e acho que é por aí que deve ser”. Concluiu sua fala dizendo que se considerava 50% feminista, pois “ainda existe uma cultura arraigada quanto a essa questão”.

Ainda que a parlamentar H conceitue o feminismo como a luta pela igualdade de gênero, a mesma encara a política de ações afirmativas como um instrumento de reprodução e manutenção da desigualdade da mulher em relação aos homens, condicionando-as a um lugar de vitimização e inferioridade. Apesar de diversos estudos, como Araújo (1998), Miguel (2021), apontarem as cotas como políticas públicas, tem contribuído para a paridade de gênero e correção das desigualdades estruturais entre homens e mulheres na política institucional, a

parlamentar apresenta um efeito reverso desta ação afirmativa, apontando uma percepção de que as mulheres eleitas por causa das cotas não são reconhecidas por seus méritos, qualificações ou experiências, necessitando da dependência dessa política afirmativa ao invés de superar as questões estruturais subjacentes que causam a desigualdade de gênero na política.

Apesar das contradições expressas nos discursos das duas parlamentares em relação aos significados e (pre)conceitos atribuídos ao feminismo, se faz necessário compreender que o “vitimismo”, adjetivando o movimento feminista na percepção das vereadoras, deve ser pensado como percursos possíveis dentro da realidade, histórias e contexto das participantes.

E o empoderamento feminino, diferentemente do que foi posto pelas vereadoras, entendemos como um processo de conquista da autonomia das mulheres (pauta fundamental do feminismo), visando “combater as estruturas da ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirem maior controle sobre seus corpos e vidas” (Sardenberg, 2006, p. 02). Neste sentido, o empoderamento implica conforme Sen e Grown (1985), transformações das estruturas de subordinação por meio de mudanças na legislação e mudanças nas estruturas de reprodução da dominação masculina.

A vereadora I conceitua o feminismo como um movimento social conduzido por mulheres que lutam por seus direitos políticos, sociais e civis. Comenta que “toda mulher que se preze tem que ter um pouco de feminista. Independentemente do que venha a fazer, seja na política, no trabalho, no dia a dia ela tem que se impor”. Em seguida, apresenta situações familiares que apontam para uma postura feminista, segundo a vereadora “a mulher arrumando sua casa e cuidando dos filhos, ela tem que se considerar uma feminista, pois ela lidera a casa, lidera sua própria vida”.

5.3.2. Cargos de liderança na câmara municipal

Estudos comparativos sobre liderança e gênero (Pina, *et al*, 2007), apresentam diferenças entre a liderança masculina em detrimento das femininas, carregadas por visão estereotipada da liderança de mulheres, como a aceitação de comportamentos por homens enquanto são gestores, diferentemente do que ocorre com as mulheres. Perguntamos para as parlamentares se já haviam ocupado algum cargo de liderança dentro da câmara municipal.

Segundo as entrevistadas, todas exerceram atividades na liderança durante o desenvolvimento de suas atividades parlamentares. A vereadora B disse que já ocupou a presidência da câmara, atuou como primeira e também segunda secretária ao longo de seus mandatos. A vereador G, que está no seu terceiro mandato consecutivo, comentou que havia

ocupado o cargo de secretária e atualmente está exercendo a presidência da câmara. A vereadora F, que foi reeleita para o segundo mandato, relatou uma situação que ocorreu com a mesma logo no início do seu primeiro ano como vereadora:

Eu tinha assumido o cargo da comissão de finanças na câmara, no entanto, foi tanta pressão, que eu acabei renunciando o cargo. Para você ter uma ideia, eu acabei sendo expulsa do partido PP devido essa polêmica de eu ter votado a favor do prefeito na época. A diretora do partido PP queria que votasse contra o prefeito, porém eu não tinha nada contra e não iria votar contra ele, pois eu não vou votar em detrimento de joguinho político, eu vou votar de acordo com meu coração, aí eu fui expulsa. Me desloquei até a sede do partido na capital para tentar entender o porquê de ter me expulsado do partido, e eles disseram que fui expulsa por causa de questão política. Depois, me convidaram para filiar novamente no partido que tinha acabado de me expulsar, e eu disse que não iria filiar novamente, pois sou candidata para o município” (vereadora F).

Percebemos na fala da vereadora F como a direção partidária apresentou-se como um mecanismo de controle sob seus filiados(as), impondo o direcionamento de ações, posturas e comportamentos de acordo com os interesses da liderança partidária. Ao se debruçar sobre as dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos, autores(as) , como Braga, Fernandes e Costa (2018) , afirmaram que os Diretórios Estaduais apresentam grau considerável de controle sobre os Diretórios Municipais nas principais decisões eleitorais e na lealdade de seus liderados mediante as várias instâncias e encaminhados apresentados pela direção partidária. A coerção realizada pela liderança partidária “punindo os filiados que não seguem essas relações informais” (Braga; Fernandes; Costa, 2018, p. 14), como no caso da vereadora F, são corroborados pelo elevado grau de hierarquização interna existente nos partidos políticos, provocando intervenções e medidas de controle sobre os filiados nas bases locais.

As três parlamentares que estão em seus primeiros mandatos, afirmaram que “no início quando fui eleita, haviam me indicado para ser a presidente da casa, mas como era tudo novidade para mim, resolvi não aceitar o pedido. E na escolha da nova diretoria para o biênio 2023-2024, resolvi assumir a presidência da casa parlamentar” (vereadora D). A vereadora H relatou que participou da mesa da diretoria como vice-presidente no biênio 2021-2022, e atualmente está exercendo o cargo de 1ª secretária. E a vereadora I também comentou que assumiu cargo de liderança no início de seu mandato parlamentar como 1ª secretária e atualmente exerce a função de 2ª secretária. Ela expressou que “sentia algumas dificuldades no exercício dessas funções, mas os parlamentares sempre ajudavam. Sentia também dificuldades ao usar a tribuna para se expressar da maneira certa e correta”.

Apesar de ser o primeiro mandato das parlamentares D, H e I, todas já ocuparam um ou dois cargos de liderança na câmara municipal durante os biênios 2021-2022 e 2023-2024. Esses dados apontam para um cenário diferente do encontrado na literatura nacional, como Costa (1998), Avelar (2001), Perrot (2005), Pinheiro (2007) e Eduardo (2021), pois aparentemente, essas mulheres conseguiram romper com algumas barreiras como: decisão de lançar-se como candidatas, obter sucesso no pleito eleitoral, ocupar cargo de liderança na câmara e ambição de reeleger-se como candidatas.

5.4. BARREIRAS NA ATUAÇÃO POLÍTICA DAS PARLAMENTARES

Neste subtópico, propomos discorrer sobre as dificuldades e facilidades no exercício da vereança local pelas mulheres que legislam no sertão central, além de destacar alguns aspectos para a baixa representatividade feminina nas câmaras municipais.

5.4.1. Vereadoras: dificuldade em ser mulher parlamentar

Queríamos saber das vereadoras, se o fator de serem mulheres, dificultava ou não para o desenvolvimento das atividades parlamentares na câmara municipal. Quatro das seis vereadoras relataram haver nenhum tipo de dificuldade:

Aqui nesta casa, os colegas sempre se respeitam, é claro que existe aquela euforia, mas sempre acabamos no bom diálogo e consenso entre todos (vereadora D);

Sinto a falta de mais mulheres na câmara para somar forças (vereadora B);

Eles (colegas parlamentares) não falam antes da gente, espera concluirmos nosso pronunciamento na tribuna (vereadora H);

Depois de 100 anos de emancipação municipal, é a primeira vez que uma mulher assume a direção da casa, e temos uma mesa diretoria constituída só por mulheres (vereadora G).

Em relação à quantidade de mulheres na câmara, como apontado pela vereadora B, a falta de mulheres nesses espaços perpassa, conforme Dias e Sampaio (2011), a necessidade de construção de políticas públicas para inserção das mulheres na política, possibilitando aumentar as chances para o ingresso e permanência na esfera de poder, visando enfrentar a sub-representação e desigualdade na política institucional.

A vereadora I comentou que teve dificuldade por ser mulher parlamentar, recorda que no primeiro mês de mandato, durante a pandemia, havia apresentado um requerimento visando melhorar o fluxo de vacinações para os grupos prioritários. E teve um parlamentar que comentou que aprovaria todos os requerimentos referentes ao poder executivo, no entanto, votou contra o da parlamentar. “Ele fala que eu sou muito ressentida por isso. Mas, teve vários casos em que eu falava e era sempre interrompida pelos colegas, frases de ‘não sabem de nada’, mas com o tempo eles passaram a nos respeitar melhor” (vereadora I).

E a parlamentar F comentou que no início de seu exercício parlamentar havia muitas dificuldades pelo fato de ser mulher parlamentar. Ela comentou: “A maioria dos meus projetos e requerimentos não eram respeitados pelos demais colegas, pois não davam atenção. Eu me sentia as vezes inferior, perdida nesta casa, mas quando criei asas, acabei me tornando a bendita entre os homens”.

Indagamos às vereadoras se havia dificuldades para agendar e realizar reuniões com secretários e prefeitura municipal. Todas as parlamentares afirmaram que sempre são atendidas pelos secretários municipais ao levar algum requerimento ou demanda da população. Já em relação a prefeitura local, uma delas (vereadora H) disse que nunca convocou reunião com o prefeito municipal e outra parlamentar (vereadora I) relatou que sempre teve dificuldade em agendar reuniões com o poder executivo. As demais vereadoras (B, D, F e G) disseram que não encontram dificuldades para esses encontros.

5.4.2. Dificuldades e facilidades no exercício parlamentar

A prática do assistencialismo e clientelismo é muito comum no Brasil, conforme Nunes (1997), a troca de favores que os vereadores realizam ao atender os pedidos informais de seus eleitores favorece a reprodução de condutas clientelistas. Nesses termos, “a atividade parlamentar dirigida ao assistencialismo, ao processamento de demandas particulares ou imediatas dos eleitores, desempenha função importante na própria entrega de serviços à população” (Almeida; Lopez, 2011, p. 35), pois fornece assistência direta as pessoas necessitadas para lidar com questões emergenciais, fortalecendo o apoio político para com seus eleitores, além de perpassar imagens e representações de vereadoras solidárias e compassivas frente a comunidade local. Essa realidade do assistencialismo também é mencionada pelas vereadoras, conforme expressado abaixo:

Não depende só de mim para poder realizá-los, e muitas das vezes, eu tiro do meu bolso para atender de alguma forma (vereadora B);

O assistencialismo é muito forte ainda, o pessoal sempre nos procura para pagar alguma conta de água, luz, gasolina e tal (vereadora I);

Tem coisas que a população pede e está ao nosso alcance de resolver, no entanto, tem outras que não compete a nós a resolução do mesmo (vereadora F).

As duas vereadoras que exercem o cargo de presidente da câmara municipal, destacaram como principais dificuldades o excesso de burocracia “que torna o trabalho cansativo e você tem que fazer as coisas bem certinha, caso contrário, necessitará refazer todo o serviço” (vereadora D); e a familiarização no desempenho da nova função, pois nos “três primeiros meses tive dificuldade, pois era muita novidade para mim, no entanto, aos poucos fui superando essas dificuldades e (hoje) estou desenvolvendo sem nenhum problema” (vereadora G).

Apesar da região do sertão central do RN possuir duas mulheres assumindo o cargo máximo na câmara municipal, é indiscutível que a função da presidência legislativa continue sendo um espaço marcado pelas figuras masculinas. A exemplo das duas parlamentares: a vereadora D assumiu a liderança da câmara mediante o apoio da base eleitoral e política de seu cunhado que, atualmente é prefeito local. E a vereadora G já possuía uma vasta vivência na política juntamente com seu marido, o que facilitou na consolidação de uma rede de apoio.

Essas informações sinalizam para um quadro de perpetuação da elite política local, sendo as mulheres chamadas a ocupar esses espaços para continuação dos trabalhos e atividades desenvolvidas pelos homens, apontando o condicionamento existente para o acesso feminino ao cargo de presidente da câmara municipal no sertão central: indicação de homens.

5.4.3. Motivos para baixa representatividade feminina no sertão central do RN

Perguntamos, para as vereadoras, quais os possíveis motivos para a baixa representação feminina nas câmaras do sertão central do RN. A vereadora B comentou que a inclusão da mulher em qualquer setor da sociedade não é um processo fácil: “Vivemos numa sociedade onde a maioria dos homens ainda domina, na vida pública não é diferente, a política tem seus desafios, lutas, dificuldades e renúncias”. Em seguida, a parlamentar apontou como principal fator determinante para ausência das mulheres nesse espaço seja pelo fato de ficarem com receio por iniciar na carreira política, entretanto, a vereadora acredita que este cenário tende a mudar.

A vereadora D defendeu que seja pela falta de iniciativa das mulheres para se envolverem e participarem da política: “Sei que existem muitas mulheres guerreiras, com lindas

histórias que merecem ser reconhecidas, mas isso só será possível se elas começarem a ter iniciativa”. A parlamentar F cita uma situação ocorrida no início de seu mandato parlamentar, apresentando a necessidade de uma preparação para as mulheres para o acesso na política. Relata que, quando ganhou as eleições, sofreu “alguns bocados aqui, porque os vereadores já eram tudo antigo na casa e todo projeto que eu apresentava, eles queriam lançar abaixo, foi muito difícil no primeiro mandato”.

A política é masculina e machista. Para Belisário e Reis (2023, p. 12), a “política não tem espaço para as mulheres a política não tem espaço para o que as diferencia dos homens”, pois ao tentar bloquear as ações e requerimento da vereadora F, por exemplo, esse quadro chama a atenção para as restrições impostas aos modelos de gênero, conforme Butler (1990, p. 09) constituídos de um arquétipo cultural hegemônico baseado em estruturas binárias e “os limites são, portanto, construídos sobre o que esses discursos consideram um domínio imaginado do gênero”.

É nesse sentido, que estudos, como de Miguel e Feitosa (2009), Panke (2016), constaram que os cargos parlamentares e também executivos, ainda continuam como espaços que tendem a favorecer características e comportamentos tradicionalmente associados aos homens, inibindo a participação feminina. Desta maneira, verificamos a reprodução e manutenção da dominação masculina na esfera pública e de poder, tornando o ambiente político, muitas vezes, hostil e excludente para as mulheres.

A parlamentar F prosseguiu seu relato dizendo que havia apenas um único vereador (que também era novo na casa parlamentar) que defendia e apoiava suas reivindicações. Concluiu dizendo que o comportamento dentro da câmara mudou muito do primeiro para o segundo mandato, “seja na questão do respeito ao meu exercício parlamentar, seja na aprovação dos requerimentos. Acredito que essa mudança se deve principalmente a renovação dos novos parlamentares na casa, pois existe outra classe política ao contrário daquela” (vereadora F).

Como vimos, a condição de minoria feminina na câmara municipal a colocou em situação de maior vulnerabilidade diante da legislatura composta pela maioria de parlamentares homens, poucos acostumados com a presença de mulher(es) nesse espaço “de disputa e demonstração de que o machismo se manifesta em todas as suas formas” (Belisário; Reis, 2023, p. 12). E conforme apontado pela vereadora, somente no segundo mandato legislativo, houve uma nova postura dos parlamentares, já que eram novos na legislatura, além do apoio aos projetos sugeridos pela representação feminina. O que não implica dizer que houve desconstrução de estereótipos de gêneros para a promoção de uma política institucional mais equitativa e igualitária.

A parlamentar G disse que um dos fatores para a baixa representatividade feminina decorria do fato das mulheres se mobilizarem apenas para o processo de filiação no partido político e não lutarem para conquistar uma vaga na câmara durante as eleições. A vereadora G relatou que convocava “as mulheres não para compor uma chapa ou filiar em um partido, mas para disputar uma eleição e almejar uma vaga”. Nesse sentido, Costa e Gonçalves (2021, p. 108) ao pesquisarem sobre essa questão, concluem que “as mulheres não precisam e não devem se candidatar apenas para cumprir cotas, e sim para participar e promover mudanças no cenário político, econômico e social”, indo além do acesso a política institucional, mas contribuindo ativamente para consolidação de uma participação efetiva na esfera política.

A parlamentar H elencou uma série de fatores que contribuem para a baixa representatividade feminina nas câmaras:

Poucas vagas destinadas para mulheres, pouca taxa de participação de mulheres em relação ao número de homens, falta de investimentos financeiros, culturais, além de credibilidade e apoio. Isso é uma questão de cultura ao longo do tempo, pois a própria mulher se coloca num lugar omissivo de participar, culturalmente ela já se sente incapaz por causa dessa questão do machismo de ver a mulher como frágil. E na política eu acredito que são critérios ‘usados’ para que a mulher já se sinta menor. O preconceito é tão grande que faz com que ela própria não perceba a capacidade que tem, por isso eu acho que é só para preencher aquele número exigido nos partidos e pronto. Nós temos uma relação bastante expressiva de mulheres na liderança das associações dos bairros e outras organizações na cidade, mas a representatividade dela é ali localizada, devido ao escasso movimento para se envolver na política institucional, por isso acho que nós devemos mostrar a essas mulheres a familiarizar maior com esses espaços de poder (vereadora H).

O processo de familiarização das mulheres na arena política, ressignifica possibilidades para apresentarem, avaliarem e discutirem questões específicas ao gênero feminino. Na visão de Bester (2016), isso permite uma maior visibilidade para as mulheres, pois ao ocuparem esses espaços como legisladoras, poderão tratar de assuntos que lhe dizem respeito.

A vereadora I, também teceu algumas considerações acerca dessa problemática abordando o Rio Grande do Norte como estado “pioneiro de mulheres que vem desconstruindo o papel na sociedade ao longo do tempo, mas ao mesmo tempo, ainda existe aquele pensamento machista tentando desmerecer essas conquistas”. Comentou sobre a história de Alzira Soriano, dizendo que as pessoas afirmam que ela ocupou o cargo por causa de seu pai, “mas não, ela ocupou porque era uma mulher forte, mesmo criando seus filhos sozinha e isso continua até os dias atuais”. Recorda, no início de sua trajetória política, alguns tratamentos diferenciados que recebia dos homens, pois “parecia que a gente precisava de ajuda, parecia que a gente não sabia

fazer, parecia que a gente não tinha competência para estar no cargo que ocupávamos” (vereadora I).

As mulheres, conforme aponta Miguel (2000, p. 99), são vistas (e se veem) como incapazes de agir na política, “apresentam um distanciamento significativamente maior em relação ao campo político, seus atores, suas temáticas e seu jargão”. Elas são bombardeadas com a construção dessa imagem de impotência e incapacidade, naquilo de Bourdieu (1979, p. 130) chamou de “violência (ou dominação) simbólica”, ou seja, “o dominado tende a adotar, sobre si mesmo, o ponto de vista dominante”.

Dessa forma, a mulher ao ocupar o espaço político marcado pela presença do masculino, é vítima de inúmeras tentativas que visam desqualificá-la e desmerecê-la como sujeito político. De acordo com Colling (1997, p. 09), “as representações de inferioridade feminina são incansavelmente repetidas, demonstradas, incorporando-se às formas de linguagem, inscrevendo-se no pensamento e ideias de homens e mulheres”. E para as mulheres que ousam romper com essas estruturas de dominação, a depreciação e rotulação como apêndice dos homens serão corriqueiros nestes espaços.

Em seguida, a parlamentar discorreu sobre casos de violência e mortes de mulheres que entram na política, como um dos motivos que distancia o interesse de novas mulheres nesse ambiente, afinal, é perceptível que “essa violência se agudizar, restringindo e impedindo as mulheres de disputarem eleições” (D'Ávila, 2021, p. 07).

Falou também da questão da imprensa que não contribui para dar visibilidade e empoderamento para as mulheres: “Nós vemos um trabalho muito bom que tem sido feito pela prefeita Sandra, de Fernando Pedrosa, no entanto, o que fica veiculado nos blogues da região são nomes do prefeito Pinheiro de Angicos, Alison de Mossoró, por exemplo” (vereadora I). A mídia, em concordância com Ninamore e Carvalho (2006), desempenha um papel essencial ao disseminar representações da realidade política, social, econômica, bem como da construção de imagem e estereótipos das mulheres e dos políticos, exercendo influência na formação da opinião pública em várias circunstâncias. Geralmente, a mídia “é mais depreciativa para as candidaturas femininas, distorcendo as mensagens das mulheres, e é um fator preponderante na influência dos eleitores a favor das candidaturas masculinas em detrimento das candidaturas femininas” (Ninamore; Carvalho, 2006, p. 335). Isto implica em mais um dos fatores sócio culturais que contribuem para a pouca participação efetiva de mulheres na política institucional.

No próximo capítulo, iremos nos deter na atuação das parlamentares, analisando as produções legislativas, atas das sessões, além de tecer algumas considerações sobre o acompanhamento das sessões legislativas nas câmaras municipais.

6. ATUAÇÃO PARLAMENTAR DAS VEREADORAS NO SERTÃO CENTRAL DO RN

Neste capítulo, iremos nos deter ao exercício das parlamentares, buscando identificar as áreas de atuação mediante os projetos de leis, indicações, requerimentos e resoluções de autoria das vereadoras. Em seguida, analisaremos os registros catalogados nas atas das sessões do biênio 2021 e 2022, destacando a presença e pronunciamento das parlamentares; posteriormente faremos algumas considerações acerca do acompanhamento nas sessões das câmaras municipais.

6.1. PROJETOS DE LEIS, INDICAÇÕES, REQUERIMENTOS E RESOLUÇÕES DAS PARLAMENTARES

Neste tópico, realizamos um detalhamento de todos os projetos de lei, requerimentos, voto de pensar e entrega de títulos de cidadã/os feito pelas vereadoras. A análise das matérias legislativas fora feita com base na disponibilização dos projetos e requerimentos cedidos e autorizados pelos presidentes das câmaras municipais de Angicos, Pedro Avelino e Lajes. Infelizmente, devido a alguns contratemplos ocorridos, a câmara de Afonso Bezerra ficou de fora dessa análise, em virtude da ausência da presidente na entrega dos materiais solicitados. Dessa feita, não foi possível identificarmos a atuação parlamentar das vereadoras D e E no biênio 2021-2022.

Elencamos todos projetos e requerimentos produzidos por cada parlamentar durante o biênio 2021-2022 e em seguida, agrupamos em áreas de atuação, como saúde, educação, obras e infraestrutura, saneamento básico, esporte e lazer, segurança pública, mobilidade urbana e transporte, cultura, administração e reuniões, emprego e renda, votos de pesar e título de cidadã/o.

Ao final do tópico, traçamos um panorama geral das principais áreas de atuação das parlamentares no sertão central do Rio Grande do Norte, destacando os projetos, indicações, requerimentos e resoluções propostos pelas vereadoras no que dizem respeito às políticas públicas para mulheres, além de apresentar alguns dados por meio das entrevistas realizadas.

Antes de apresentamos as matérias legislativas disponibilizadas nas câmaras municipais pesquisadas, iremos discorrer sobre alguns resultados identificados pelas entrevistadas no que diz respeito aos projetos de autoria das parlamentares.

No cotidiano da vida institucional, indagamos como ocorre a organização da agenda política das parlamentares. A vereadora I destaca as sextas-feiras, finais de semana e segundas-feiras para o seu exercício parlamentar, quer seja atendendo os pedidos dos eleitores, que seja visitando os bairros e comunidades da cidade. E de terça a quinta-feira, dedica as atividades universitária em Natal.

A vereadora B disse que realiza atendimentos em seu gabinete, comenta que, nas sextas-feiras, constrói uma agenda de atividades para o final de semana e dias seguintes da semana, além de visitar comunidades, responder os pedidos nas redes sociais ou em sua residência. A parlamentar D relatou que atende aos pedidos que chegam através das redes sociais ou em sua residência, além de cumprir expediente na câmara municipal.

As vereadoras F, G e H também citaram as redes sociais como canais de interação para com os eleitores, pois “sou muito acessível a qualquer hora nas redes sociais, de segunda a segunda” (vereadora G). Os eleitores “inclusive nos procura mais pelas redes sociais do que presencialmente, pois é mais cômodo, é mais fácil o acesso e solicitação das reivindicações” (vereadora H). E o WhatsApp e Instagram são “os principais meios de contato dos cidadãos para com meu mandato parlamentar” (vereadora F).

O acesso da internet e as possibilidades de compartilhamento de informações e comunicações potencializados pelas redes sociais são importantes ferramentas digitais aos agentes políticos, conforme estudos de Leston-Bandeira (2007), Braga (2008) e Faria (2012), entre outros, possibilitando tanto a visibilidade e divulgação das campanhas dos parlamentares, como também para construção de vínculos eleitorais e prestação de contas aos seus eleitores. Já que “o eleitorado se apresenta, antes de tudo, como um público que reage aos termos propostos no palco da política” (Manin, 1995, p. 29), naquilo que Castells (2003) identificou como um modelo que gira em torno do poder simbólico dos sistemas e redes articulados pelo *media*.

Em seguida, perguntamos sobre como as demandas chegam até as parlamentares, e se alguma desses pedidos já se transformaram em projetos e requerimentos. Todas as vereadoras destacam as redes sociais como principais instrumentos para recebimento das demandas, além de visitas nas comunidades ou em suas residências. E todas as parlamentares disseram que a maioria dos pedidos e demandas são transformados em projetos, requerimentos e indicações.

Por estar inserida na complexidade da sociedade contemporânea, os ambientes interativos do ciberespaço precisam ser encarados como pertencentes a uma rede diversa capaz de envolver inúmeros processos e formas sociais que contribuem para a compreensão desse fenômeno social, tão presente no cotidiano das pessoas. O ciberespaço se apresenta, assim,

“como mais uma instância implicada nessa multiplicidade social e pluralidade individual constitutiva da vida e do sujeito contemporâneo” (Máximo, 2010, p. 41). Destarte, estamos lidando com um fenômeno complexo e de suma importância que, “mesmo ocorrendo na Internet, se conecta às dinâmicas da vida cotidiana contemporânea que extrapola o limite da própria rede” (Lobo; Filho, 2017, p. 193).

Desta forma, com o advento da popularização do acesso à internet e das possibilidades de visibilização e publicidade que as redes sociais apresentam aos seus usuários e, neste caso, as parlamentares, percebemos um avanço significativo na comunicação entre as pessoas e instituições, o acesso à informação e também a troca de saberes/ideias pelos mais diversos grupos sociais. Dessa forma, a utilização de uma rede social pode, ou não, ser palco para promoção de ideologias e formação de opiniões e cosmovisões. Esses espaços digitais refletem também nas organizações de movimentos e grupos sociais que, segundo Bogado (2018), passaram a vislumbrar esses ambientes como um novo tipo de organização política, a qual oportuniza uma democracia mais conectada, ativa e transparente.

Em outra pergunta do questionário, pedimos que as parlamentares destacassem algum projeto ou ação que as parlamentares realizaram na câmara municipal. A vereadora B não mencionou. A vereadora D destacou algumas ações, como: evento alusivo ao dia internacional da mulher e mutirões nas comunidades rurais, oferecendo um dia de beleza para as mulheres do campo. A vereadora F destacou a procuradoria da mulher, na qual pretendia criar uma sala na câmara legislativa, visando receber as demandas e denúncias trazidas pelas mulheres e encaminhar para as secretarias e órgãos competentes, “pois tem muitas mulheres, por exemplo, que não querem denunciar algum ato de violência sofrida na delegacia e este espaço seria o primeiro acesso de encorajamento e apoio para essas mulheres” (vereadora F).

A vereadora G relatou sobre ações voltadas para o empreendedorismo feminino, reconhecendo os empreendimentos das mulheres que tinham algum negócio, visando à qualificação de seus negócios e valorização dos produtos e serviços prestados na cidade, pois a “mulher hoje sai e vai à luta, enquanto antigamente era reservada exclusiva ao lar e cuidado da casa”. Em seguida, a parlamentar discorreu sobre a ampliação da licença maternidade de 3 meses para 4 meses. No entanto, “eu acho que ainda é injusto, pois deveria ampliar para 6 meses, haja vista que o aleitamento materno é sempre indicado até os 6 meses e acho que essa licença deveria ser também até os 6 meses” (vereadora G).

A parlamentar H destacou alguns projetos realizados acerca da pobreza menstrual, festival literário e rede de proteção à mulher, semana da juventude e semana de conscientização do autismo. E a vereadora I comentou sobre a realização do Natal Itinerante, quando foram

feitas apresentações teatrais, atividades culturais e sociais, além de recreações para as crianças na cidade. Em seguida, comentou sobre a distribuição de alguns kits aos estudantes que realizam o ENEM.

Como vimos, questões ligadas a pobreza menstrual, rede de proteção à mulher, violência, licença maternidade e empreendedorismo feminino foram ações que as parlamentares destacaram ao longo de seus mandatos. O posicionamento político apresentados nos recortes dessas temáticas traz a imagem da (re)construção da mulher frente a questões sociais, econômicas, política e de violências. Em relação à maternidade, por exemplo, segundo Biroli e Miguel (2014), configura-se como uma problemática importante numa atuação feminista na política, pois envolve situações que perpassam os papéis atribuídos da esfera doméstica que afetam diretamente as mulheres. Além de captar medidas bem-sucedidas, como descreve Mano (2015), quando se trata de pautas relacionadas à contenção de danos, como, por exemplo, tratamento na rede pública de saúde, a questão da violência física em geral, e prisão de pais que não cumprem com o pagamento de pensões alimentícias, etc.

Dentre os projetos em tramitação que as vereadoras gostariam que fossem aprovados, duas parlamentares (vereadora F e I) não responderam à questão. As demais citaram construção de uma ponte na zona rural (vereadora B), psicólogos nas escolas (vereadora G), pobreza menstrual (vereadora H) e criação de um ponto de ônibus (vereadora D).

Como vimos acima, apenas um projeto que envolve diretamente as mulheres encontra-se em tramitação na câmara municipal e, todas as demais matérias citadas pelas parlamentares dizem respeito a outros assuntos. A vereadora D comentou que “pode ser besteira para alguns (em relação a construção de um ponto de ônibus para os alunos da zona rural), mas para mim, que sei o que é passar por isso, eu acho muito importante”. Sinalizou para a perspectiva de que o parlamentar procura considerar as necessidades e demandas dos diferentes setores da sociedade, visando garantir que suas ações e projetos de lei atendam aos interesses gerais da população.

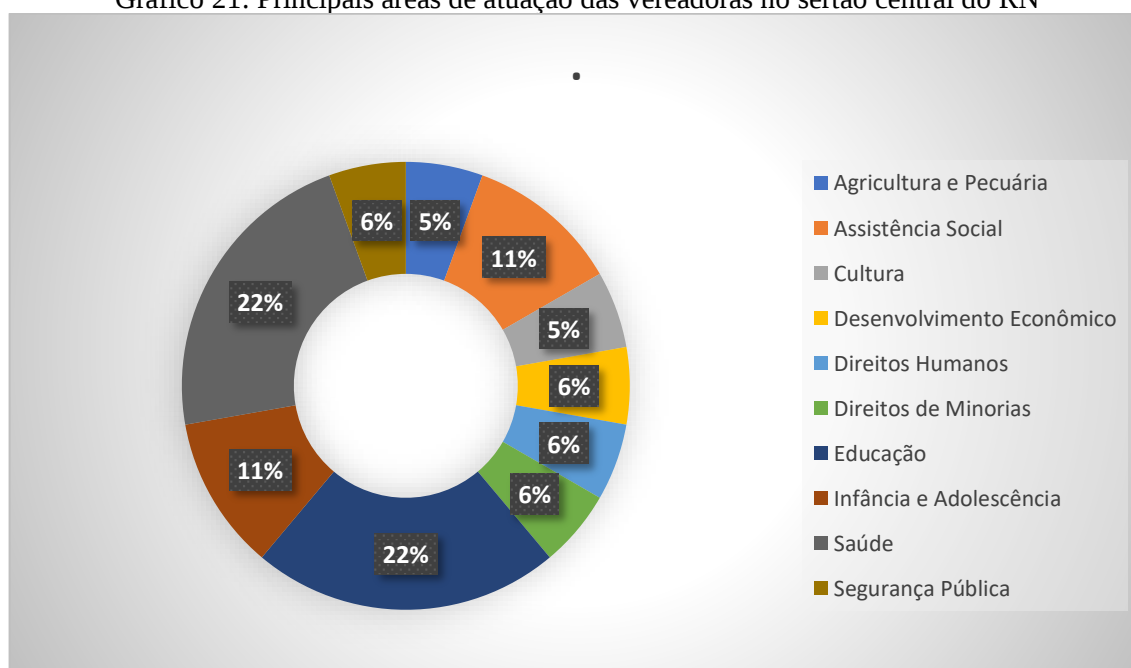
Sabemos que o exercício parlamentar envolve a fiscalização das obras e serviços do Poder Executivo, elaboração de projetos de leis e atender os pedidos dos eleitores. Dentre essas atividades, perguntamos qual função as vereadoras consideravam mais importante. Cinco parlamentares destacaram o atendimento dos pedidos dos eleitores como principal função de seus mandatos, e apenas uma (vereadora I) destacou a fiscalização da atuação do prefeito municipal como centralidade do exercício parlamentar.

Com base na pesquisa realizada por Almeida e Lopes (2017), o tempo consumido pelas vereadoras ao lidar com os pedidos dos eleitores foram classificados em três tipos de

representantes: o legislador, o captador e o assistencialista. O legislador se dedica principalmente à atividade institucional e encaminha os pedidos particulares aos órgãos responsáveis ou atende excepcionalmente. O segundo foca na captação de recursos públicos para atender demandas coletivas, como ações voltadas a obras e infraestruturas no município; enquanto o assistencialista atende sistematicamente a pedidos particulares, beneficiando diretamente apenas o eleitor e sua família. Os autores entendem o assistencialista como uma “forma prática de particularismo político, de natureza clientelista. O legislador, por outro lado, é o mais próximo do padrão de representação universalista” (Almeida; Lopes, 2017, p. 8).

Abaixo, segue o gráfico destacando as principais áreas de atuação das vereadoras no sertão central, de acordo com as seis entrevistas realizadas.

Gráfico 21: Principais áreas de atuação das vereadoras no sertão central do RN



FONTE: Gráfico construído pelo autor (2023).

De acordo com as entrevistadas, as principais áreas de atuação parlamentar das vereadoras do sertão central do RN estão situadas em educação e saúde (quatro menções cada), assistência social e infância e adolescência (duas menções cada), seguidas pelas demais áreas mencionadas, pelo menos, uma única vez por uma das vereadoras.

Ao analisar esses dados, podemos inferir que a maioria não estão ligados especificamente para questões que envolvem as mulheres, porém, tratam de projetos que coadunam com questões mais gerais, como educação, saúde, assistência social e direitos da infância e adolescência. Essas proposituras também são recorrentes em alguns estudos, como

Rios (2014), Souza (2017), Duarte (2021) e Couto (2022), apontando que a maioria das vereadoras procuram elaborar projetos de leis e requerimentos voltados para categorias tidas como vulneráveis, tais como infância, adolescência, juventudes, pessoas com deficiência, etc. constituindo assim, conforme Rios (2014, p. 07) “uma atuação circunscrita para a política dos cuidados, que remete aos papéis tradicionalmente delegados às mulheres no âmbito privado”.

Ao pedirmos as entrevistadas para se autoavaliarem enquanto mulheres parlamentares. As respostas versavam sobre:

Vereadora simples, que ajuda a todos quanto a procuram (vereadora B);

Mandato parlamentar atuante e presente (vereadora F);

Trabalha com ética, não utilizando a máquina pública para autobenefício (vereadora D);

Procura meditar as questões do legislativo e executivo, como presidenta da câmara (vereadora G);

Menina muito medrosa na câmara (vereadora I);

Apesar de ser o primeiro mandato, procurou buscar o seu espaço na liderança da Casa (vereadora H).

Das expressões relatadas pelas parlamentares, iremos nos deter na situação de duas vereadoras (I e H) que atuam na mesma câmara municipal. Ambas estão em seu primeiro mandato legislativo, no entanto, assumiram inicialmente postura totalmente diferentes: a primeira se autoavaliou como uma menina medrosa, dizendo que “este lugar não é pra mim, por isso preciso colocar dentro de mim que se estou nesta Casa é para representar e acreditar naquilo que dizia no período eleitoral” (vereadora I). Dessa forma, é possível que as questões de insegurança ou inquietações quanto a nova experiência e rotina de trabalho, que a parlamentar esteve vivenciando, seja quanto a exigência ou não de tomadas de decisões públicas, colaborem para essa perspectiva de medo e inferioridade no espaço legislativo.

Já a segunda parlamentar, funcionária efetiva do município e com várias experiências em cargos comissionados em gestões anteriores, comentou que, ao sair vitoriosa no pleito eleitoral, procurou nos primeiros dias como vereadora, lançar seu nome como sugestão para compor a liderança na casa legislativa, pois “se eu estava chegando, eu queria buscar meu espaço ali dentro, no entanto, acabei perdendo por uma questão política para o presidente anterior” (vereadora H).

Assim, percebemos como a parlamentar fez uso de capital político acumulado, este tipo de capital é conceituado por Bourdieu (1989) como resultado da transformação de popularidade

adquirida em outros campos (profissionais), possibilitando, neste caso, uma maior visibilidade no mandato da vereadora, procurando assumir posições de liderança na casa parlamentar. Esse tipo de capital, segundo Rios (2014, p. 81), “está adstrito à história política de cada indivíduo e a carreira política se dá de maneira paulatina, após passagem por cargos de base na hierarquia política ou longos períodos em cargos públicos ou partidários, adquirindo experiência e visibilidade”. E segundo Lopes (2005), é crescente o número de carreiras políticas no país que apresentam esse perfil desde a década de 1990 até os dias atuais.

A seguir, discorreremos acerca das matérias produzidas por cada parlamentar e posteriormente analisaremos as principais áreas de atuação durante o biênio 2021 e 2022 no sertão central do RN pelas vereadoras. A começar, pela vereadora A, conforme o quadro abaixo:

Quadro 14: Matérias da vereadora A no biênio 2021-2022

OBJETIVO	NUMERAÇÃO	DESCRIÇÃO
Ementa	001/2021	Ementa modificativa que altera a redação do §1º do art. 7º do Projeto de Lei nº 049/2021 (limite de gastos e despesas da Casa)
Parecer	008/2021	Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito do Município conforme preceitua o Pacto de Aprimoramento do SUAS, aprovado pela Resolução CNAS Nº. 18/2013, onde prevê como prioridade a adequação das Legislações Municipais SUAS, tendo como meta a atualização ou instituição por todos os municípios de lei que dispões acerca do respectivo Sistema
Parecer	014/2021	Análise da constitucionalidade de Projeto de Lei que dispõe sobre a autorização ao executivo municipal a instituir o programa de prorrogação da licença maternidade e à adotante no âmbito da administração pública do município de Angicos e dá outras providências.
Parecer	015/2021	Denomina-se de Rua IVAN DE ALCÂNTARA BRAGA.
Parecer	026/2021	Atendimento preferencial, aos doadores de sangue, órgãos, tecidos e medula óssea em todo território de Angicos-RN, de autoria do vereador Jalmir Dantas de Araújo Filho
Parecer	028/2021	Transporte de pessoas que queiram doar sangue, órgãos, tecidos e medula óssea de responsabilidade da Secretaria de Saúde Angicos-RN
Parecer	037/2021	Cria a Ação: “Ações Emergenciais Destinadas ao Setor Cultural - COVID-19” na Lei Orçamentária Anual de 2021. Autoriza abertura de Crédito Suplementar Especial no ano de 2021 no valor de R\$ 101.190,81 para as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto do Executivo
Parecer	040/2021	Reestruturação do Conselho Municipal de Educação do Município de Angicos e dá outras providências.
Parecer	045/2021	Concessão de indenização de transporte ao Agente Comunitário de Saúde.
Parecer	051/2021	Ratificação do Protocolo de Intenções para a adesão ao Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte (COPIRN).
Parecer	052/2021	Denominação de Cleiton Wagner Dantas a Orquestra de Cordas Municipal de Angicos-RN e dá outras providências

Parecer	056/2021	Estima a Receita e fixa a despesa do Município de Angicos, para o exercício de 2022.
Parecer	060/2021	Instituição do Seminário anual para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural e dá outras providências
Indicação	004/2021	Solicitando que seja realizada a Implantação de um Programa Municipal para Prática Esportiva, com o bloqueio da via principal de nossa cidade aos domingos e feriados.
Indicação	006/2021	Solicitando que seja realizado o Calçamento de Paralelepípedos na Rua Caicó, localizada no Bairro Alto da Esperança, por trás da antiga Central do Trabalhador, nesse presente Município
Indicação	007/2021	Solicitando que seja realizada a Locação de um Carro Pipa, para atender a demanda da Zona Rural com mais rapidez.
Indicação	008/2021	Solicitando que seja realizada a Testagem em Massa do COVID-19, em toda a População Angicana, devido ao aumento significativo dos casos em nosso Município.
Indicação	009/2021	Solicitando que seja realizada a Instalação de um Redutor de Velocidade (lombada) na Rua Vereador Joaquim Martins, no Bairro Alto do Triângulo, nas proximidades da residência da Senhora Creuza Pacheco, nesse presente Município.
Indicação	013/2021	Devolução dos Recursos na Ordem de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) à Prefeitura Municipal de Angicos, para a compra de cestas básicas e distribuição das mesmas, através da Secretaria Municipal de Ação Social, ofertando às presentes famílias carentes do nosso Município
Indicação	014/2021	Solicitando que seja realizada a Limpeza de “Fossões” e Concerto de Canos da Rede de Esgotos no Bairro Vilma de Faria, levando em conta as ruas do referido local.
Indicação	015/2021	Solicitando que seja realizada a Implantação de Iluminação Pública no Bairro Vilma de Faria, nas principais vias de acesso do referido local que estão interligadas a outros bairros
Indicação	024/2021	Solicitando que seja realizada a Implantação de Iluminação Pública na Rua Maria Jales de Moura, que fica localizada no Centro da nossa cidade.
Indicação	025/2021	Solicitando que sejam realizados os Serviços de Capinação e Limpeza da Rua Nadir Ribeiro (localizada no Bairro Alto da Esperança) e na Rua Maria Jales de Moura (localizada no Bairro Centro), nesse presente Município.
Indicação	027/2021	Solicitando que seja instituído pelo Executivo Municipal, Programa de Prorrogação da Licença Maternidade e à Adotante no Âmbito da Administração Pública do Município de Angicos
Indicação	028/2021	Solicitando que seja realizada a Implantação de Extensão de Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública da Rua Flor de Angicos, localizada no Bairro Alto da Esperança, nesse presente Município.
Indicação	029/2021	Solicitando que seja realizado os Serviços de Capinação e Limpeza da Rua Flor de Angicos, localizada no Bairro Alto da Esperança, nesse presente Município.
Indicação	031/2021	Sugerindo a Implantação de um Centro de Combate ao COVID-19 em nosso Município.
Indicação	032/2021	Solicitando a Manutenção das Estradas Vicinais de Terra do nosso Município.
Indicação	033/2021	Solicitando o Calçamento da Rua Padre João Paulo II, no Bairro Alto da Esperança.

Requerimento	001/2021	Solicitando que seja realizada a Desobstrução e Manutenção do Esgotamento Sanitário da Rua Maria Emília de Souza, no bairro Alto da Alegria.
Requerimento	002/2021	Solicitando que seja realizada a Instalação de Academias Populares nas Comunidades Rurais do Município de Angicos/RN, proporcionando aos moradores mais saúde e longevidade.
Requerimento	003/2021	Solicitando que seja realizada uma Sessão Solene referente a Campanha “Nós Podemos” vencer a pandemia, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, direcionada as mulheres de Angicos/RN, que estiveram e/ou estejam na “linha de frente” ao combate da COVID-19.
Requerimento	004/2021	Requer Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor João Bastista Catunda Soares.
Requerimento	005/2021	Requer Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor James Cristian Rodrigues Ferreira
Requerimento	012/2021	Requer o comparecimento da Ilm ^a . Sr ^a . Secretária Municipal de Assistência Social, Tereza Amália da Costa Pinheiro, convocando-a para comparecer a esta Casa Legislativa, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº. 006/2021 – Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Requerimento	020/2021	Solicitando Informações Relacionadas ao Mercado Público (Centro Comercial Teonila Amélia Cruz de Araújo), prazo para a sua reabertura, bem como, documentação justificando os motivos do Mercado ainda encontrar-se fechado.
Requerimento	021/2021	Solicitando Informações Relacionadas a Dispensa de Licitação nº 043/2021 (cópia de todo o processo e justificativas).
Requerimento	026/2021	Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Canindé da Trindade.
Requerimento	032/2021	Solicitando que os Servidores que trabalham com a Limpeza Pública de nosso Município (garis) sejam incluídos no grupo prioritário de vacinação (COVID-19), bem como, que sejam providenciados EPI's para os mesmos, adequados ao período de pandemia que estamos enfrentando.
Requerimento	033/2021	Solicitando Informações (documentos comprobatórios) Referentes ao Apoio e Acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias Carentes Suspeitas ou Acometidas pelo Coronavírus em nosso Município.
Requerimento	044/2021	Requer Voto de Louvor em Homenagem aos 61 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Angicos/RN.
Requerimento	049/2021	Requer Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Francisco Santana da Silva.
Requerimento	053/2021	Requer Voto de Louvor em Homenagem aos 60 anos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Angicos/RN
Requerimento	070/2021	Solicitar informações necessárias ao Executivo Municipal junto à secretaria municipal competente, providências no sentido de informar e determinar o rateio das sobras de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, com base 2020/2021 com os servidores em efetivo exercício no magistério da educação básica deste Município
Moção de Apoio	001/2021	Aos estudantes das escolas Educandário Padre Félix, Escola Municipal Professora Maria Odila e Escola Estadual Professora Joana Honório da Silveira Moura, como também, aos alunos que foram aprovados no

		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Norte, Campus Ipanguaçu e Campus Lajes
Moção de Apoio	002/2021	A todos os aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2020, do nosso Município, que devido ao âmbito pandêmico, realizaram o Exame nesse ano de 2021.
Moção de Apoio	003/2021	Moção de Apoio ao Projeto de Lei Nº. 2564/2020, de autoria do Senador Fabiano Contrato para Instituir o Piso Salarial Nacional de Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.
Moção de Apoio	004/2021	Ao aluno João Mateus Assunção Torres Angicano, da Escola Educandário Padre Félix, série 9º ano - Ensino Fundamental, pelo brilhante desempenho adquirido na Olimpíadas Brasileira de Astronomia e Astronáutica 2021(OBA),
Moção de Apoio	005/2021	Seja registrada nos Anais desta Casa e dirigida ao Ministério da Educação e ao Congresso Nacional, em Razão da Luta para Criação do Curso de Medicina na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, no Campus de Angicos
Moção de Aplausos	005/2021	Ao professor angicano Carlos Henrique da Silva pela conquista em 20 de setembro de 2021, o Título de Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em seu Doutorado, o mencionado Professor também teve a oportunidade de cursar Doutorado Sanduíche em outro País, mais especificamente, na Universidade Nacional de Rosário (UNR), em Rosário na Argentina
Projeto de Lei	014/2021	Autoriza o Executivo Municipal a instituir o Programa de prorrogação da Licença Maternidade e à adotante no âmbito da Administração Pública do Município de Angicos e dá outras providências.
Projeto de Lei	020/2021	Dispõe sobre controle de Zoonoses, controle das populações de animais e do bem-estar animal do Município de Angicos/RN, e dá outras providências.
Projeto de Lei	028/2021	Dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Município por meio das Transferências do Fundo de Saúde - Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e dá outras providências.
Projeto de Lei	029/2021	Autoriza o executivo municipal a instituir o dia municipal do quadrilheiro junino e o circuito de quadrilha juninas no âmbito do Município de Angicos.
Projeto de Lei	037/2021	Ementa: institui em âmbito municipal, o “Agosto Lilás” como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência doméstica e familiar e a campanha “quebrando o silêncio”, e dá outras providências.
Projeto de Lei	038/2021	Institui e define diretrizes para a política pública “menstruação sem tabu” de conscientização sobre a menstruação e a universalização do acesso a absorventes higiênicos, e dá providências correlatas.
Projeto de Lei	046/2021	Regula a obrigatoriedade de transporte escolar público gratuito para universitários e estudantes de cursos profissionalizantes do Município de Angicos/RN.
Projeto de Lei	048/2021	Institui o "dia municipal dos surdos", a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de novembro, no âmbito do Município de Angicos.
Projeto de Lei	054/2021	Ementa: institui o outubro rosa no âmbito do Município de Angicos/RN, cria a campanha do Lenço Solidário, e dá outras providências.

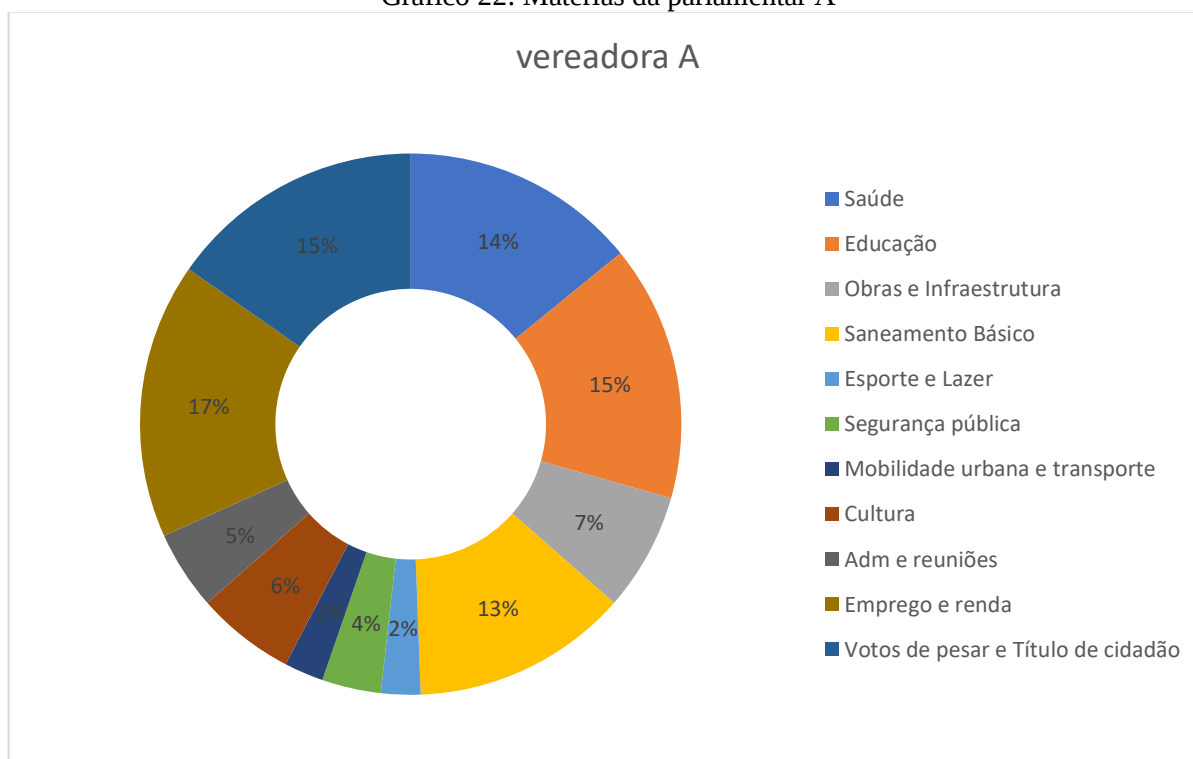
Projeto de Resolução	de 02/2021	Dispõe sobre a criação da Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Angicos/RN e dá outras providências.
Projeto de Lei	002/2022	Emenda: O Poder Legislativo institui o banco de ideias legislativas no Município de Angicos/RN
Projeto de Lei	007/2022	Ementa: Institui a semana municipal da mulher rural no Município de Angicos/RN e dá outras providências.
Indicação	003/2022	Solicitando que sejam realizados os Serviços de Capinação e Limpeza Geral em todos os Bairros desse presente Município.
Indicação	004/2022	Solicitando que seja realizada a Reforma na Quadra Esportiva localizada na Comunidade Riacho do Prato.
Indicação	005/2022	Solicitando que seja realizado o calçamento de paralelepípedos da rua Izabel Nalva da Cunha, no bairro Alto da Esperança.
Indicação	007/2022	Solicitando que seja averiguado a situação de uso e sejam realizados reparos em ponte, que fica localizado na rua Cícero Batista Pereira, Bairro Alto da Alegria.
Indicação	008/2022	Solicitando que seja realizado o Calçamento de Paralelepípedos da rua Manoel Avelino da Trindade, no Bairro Alto da Esperança.
Indicação	011/2022	Solicitando que seja realizado o calçamento de paralelepípedos da rua José Sirlei Torres, no Bairro Prefeita Zélia Alves.
Indicação	013/2022	Solicitando que seja realizado serviços de manutenção nas praças públicas do município de Angicos/RN.
Requerimento	005/2022	Requer Voto de Pesar, pelo Falecimento da Senhora Maria José de Medeiros.
Requerimento	006/2022	Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Maurílio Gustavo Pereira.
Requerimento	007/2022	Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Dulcileide Batista de Castro.
Requerimento	008/2022	Requer Voto de Pesar, pelo falecimento da Senhora Maria Nôvo de Lima Cabral.
Requerimento	026/2022	Solicitando informações sobre a quantidade de poços que foram instalados no Município de Angicos/RN nos últimos 18 meses, quantos estão em funcionamento e em quais locais foram instalados.
Parecer	004/2022	Tem como objetivo denominar de Manoel Martins Fernandes, a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Bairro Alto da Esperança, neste Município.
Parecer	014/2022	Tem como objetivo: As Creches e Escolas da Rede Pública Municipal e particulares, instaladas no município de Angicos, ficam obrigadas a oferecer curso de primeiros socorros aos seus professores e funcionários que tenham contato direto com os alunos.
Parecer	017/2022	Tem como objetivo denominar de Rua Gileno Alves da Câmara.
Parecer	018/2022	Tem como objetivo abrir crédito especial e para o fim que especifica.
Parecer	029/2022	Dispõe sobre o programa de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, ao uso e a instalação de sistemas de conversão e/ou aproveitamento de energia fotovoltaica no Município de Angicos-RN
Parecer	031/2022	Tem como objetivo instituir o Programa Especial de Regularização Tributária Municipal de Angicos (PERTM).
Parecer	036/2022	Tem como objetivo autoriza firmar convênio com o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Angicos, objetivando concessão de subvenção social a título de apoio cultural.

Moção de Apoio	002/2022	Seja registrada nos Anais desta Casa e dirigida à angicana Dalva Caroline De Araújo Batista pelo lançamento do seu primeiro livro: “versos molhados pelos meus olhos marejados”.
Decreto Legislativo	015/2022	Concede Título de Cidadã Honorária Angicana a Senhora Aguedia Luiza de Medeiros
Decreto Legislativo	016/2022	Concede Título de Cidadã Honorária Angicana a Senhora Genilza Pereira Barbosa.
Decreto Legislativo	021/2022	Concede Título de Cidadã Honorária Angicana a Senhora Taize Trindade da Silva.

Fonte: Quadro construído pelo autor (2023).

Como podemos perceber, a vereadora A apresenta uma grande quantidade de matérias legislativas na câmara municipal, em diversas áreas de atuação. Procuramos sintetizar os principais setores de produções legislativa da vereadora, conforme identificado no gráfico abaixo:

Gráfico 22: Matérias da parlamentar A



FONTE: Gráfico construído pelo autor (2023).

Como identificado, a maior quantidade de projetos e requerimentos da vereadora diz respeito a emprego e renda com 17% (14 matérias), educação e votos/título com 15% (13 matérias), seguida pela área da saúde com 14% (12 matérias) e saneamento básico com 13% (11 matérias).

Em relação a vereadora B, nos deparamos com as seguintes matérias legislativa da parlamentar:

Quadro 15: Matérias da vereadora B no biênio 2021-2022

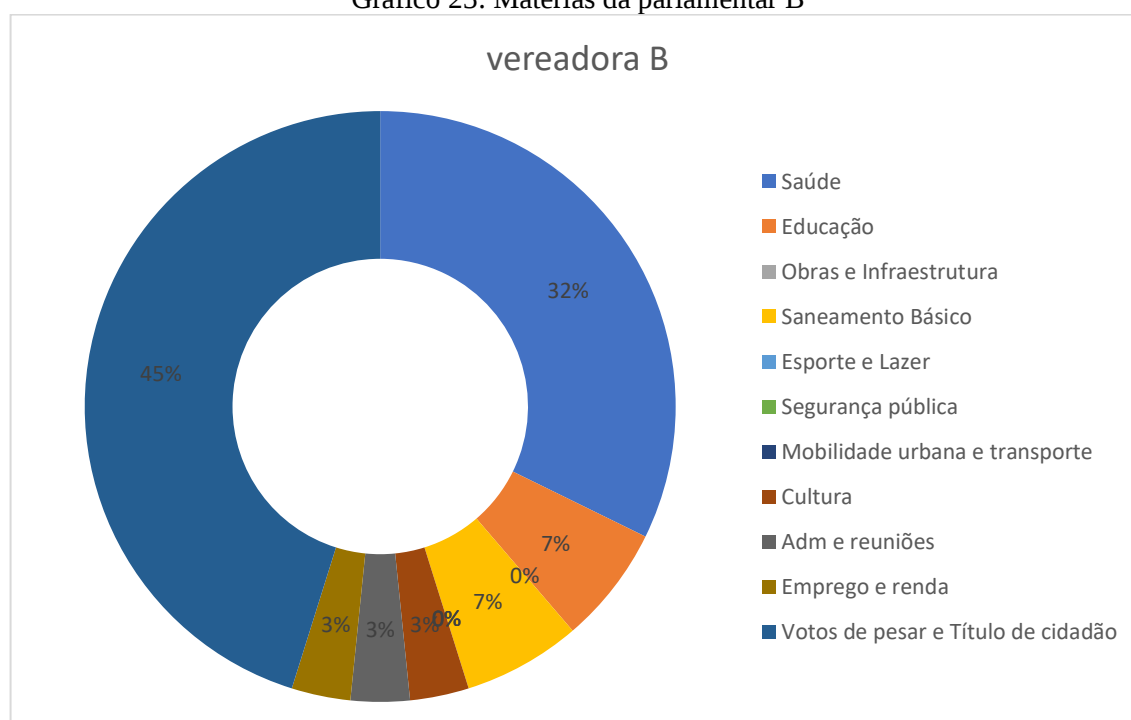
OBJETIVO	NUMERAÇÃO	DESCRIÇÃO
Parecer	001/2021	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar contratação temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, para atender os serviços hospitalares do Município de Angicos/RN e dá outras providências.
Parecer	015/2021	Dispõe sobre o transporte de pessoas idosas, deficientes físicos e mentais, pessoas com covid-19 em um carro ou ambulância a cargo do Hospital Municipal de Angicos-RN e dá outras providências.
Parecer	016/2021	Dispõe sobre o transporte de pessoas que queiram doar sangue, órgãos, tecidos e medula óssea de responsabilidade da Secretaria de Saúde Angicos-RN.
Parecer	017/2021	Institui o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC de Angicos e dá outras providências.”
Parecer	023/2021	Concede indenização de transporte ao Agente Comunitário de Saúde. Altera a Lei Municipal nº 499/1998, que trata do estabelecimento de normas do Regime Jurídico Único do Município de Angicos-RN e dá outras providências.
Requerimento	007/2021	Requer Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Inês Paulino de Melo.
Requerimento	008/2021	Solicitando o pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade aos funcionários pertencentes ao município de Angicos que desempenham suas funções na linha de frente de combate ao COVID 19, como também aos trabalhadores de saúde que executa suas tarefas no Hospital Municipal de Angicos e nas Estratégias de Saúde da Família.
Requerimento	009/2021	Realização de um estudo prévio e posteriormente o serviço de manutenção e ampliação das dimensões (Altura e Comprimento) da ponte localizada a Rua: Gamaliel Martins, Bairro: Alto da Alegria
Requerimento	027/2021	Requer Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Edvaldo José dos Santos.
Requerimento	034/2021	Convocação em caráter de urgência, a esta ilustre Casa a Coordenadora da Vigilância em Saúde, Enfermeira Luana da Silva Palhares, visando a prestação de informações e esclarecimentos a respeito da situação da Pandemia do COVID 19 em nossa cidade.
Requerimento	036/2021	Requer Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Cleiton Wagner Dantas.
Requerimento	039/2021	Solicitação para ampliação/extensão da rede de água de abastecimento de água (mini adutora), na Comunidade do Rio Velho, neste Município.
Requerimento	043/2021	Requer Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Lecia da Cunha Paulino.
Requerimento	046/2021	Requer Voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Drault de Oliveira.
Requerimento	047/2021	Requer Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Severino Alves da Silva.
Requerimento	051/2021	Celebração de um contrato de prestação de serviços profissionais sem vínculo empregatício, de natureza emergencial e por prazo determinado – Terceirização – entre o Município de Angicos e a Liga Norte-Rio-Grandense Contra o Câncer, para a execução de serviços auxiliares de

		diagnose de pessoas encaminhadas pelo Serviço ou Secretaria Municipal de Saúde cuja necessidade se constate.
Parecer	001/2022	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar contratação temporária de excepcional interesse público.
Parecer	002/2022	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar contratação temporária de excepcional interesse público, para atender os serviços médicos e laboratoriais de média e alta complexidade no Hospital de Angicos.
Parecer	003/2022	Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes do cargo de professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional do magistério público da educação básica, do Município de Angicos-RN, nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008 e dá outras providências.”
Parecer	006/2022	Constituir um Consórcio Público Interfederativo de Saúde, visando à promoção de ações de saúde pública assistenciais, entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), de autoria do Chefe do Poder Executivo.
Parecer	007/2022	As Creches e Escolas da Rede Pública Municipal e particulares, instaladas no município de Angicos, ficam obrigadas a oferecer curso de primeiros socorros aos seus professores e funcionários que tenham contato direto com os alunos, conforme Art. 1º, § 1º da Lei Federal nº 11.377/2018.
Parecer	009/2022	Fica criado, no corrente exercício, a ação: Serviços de Proteção Social Básica – EXTRA Portaria 751/2022, e devidamente incorporado ao orçamento municipal, por excesso de arrecadação.
Decreto	003/2022	Concede Título de “Cidadão Honorário Angicano” ao Senhor Breno Stanley Martins de Mendonça.
Indicação	014/2022	Que seja providenciado o carro fumacê, para dedetizarem a cidade contra os mosquitos como: a muriçoca, as moscas e o mosquito da dengue.
Requerimento	002/2022	Requer Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Albertina Medeiros Bezerra.
Requerimento	009/2022	Requer Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Assis de Souza.
Requerimento	014/2022	Requer Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manoel Heleno Alves.
Requerimento	015/2022	Requer Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Saraiva.
Requerimento	016/2022	Requer Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Gabibaldi Alves.
Requerimento	023/2022	Requer Voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Aprígio da Silva.
Requerimento	032/2022	Requer Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Terezinha Alves da Cruz Silva.

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Ao fazer o agrupamento das áreas de atuação da parlamentar, identificamos o seguinte cenário de produções legislativas da vereadora B:

Gráfico 23: Matérias da parlamentar B



FONTE: Gráfico construído pelo autor (2023).

Notamos que votos de pensar e concessão de título de cidadãos foram os principais projetos e requerimentos apresentado pela vereadora no biênio 2021-2022, com 45% perfazendo 14 matérias, seguido pela área da saúde com 32% (10 matérias).

Em relação a vereadora C, nos deparamos com os seguintes registros de produções legislativa da parlamentar:

Quadro 16: Matérias da vereadora C no ano de 2022

OBJETIVO	NUMERAÇÃO	DESCRIÇÃO
Parecer	10/2022	Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil de Angicos-RN e dá outras providências.
Decreto	013/2022	Concede Título de Cidadã Honorária Angicana a Senhora Manuela Rodrigues Silva Dantas.
Decreto	014/2022	Concede Título de Cidadão Honorário Angicano ao Senhor Bruno Trindade Dantas.
Requerimento	028/2022	Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Cristiano da Silva.
Requerimento	03/2022	Solicitando a revitalização e arborização da Praça da Saudade
Requerimento	04/2022	Solicitando a revitalização, arborização e iluminação da Praça Pedro Edeltrudes.

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Não foi identificado nenhum requerimento, projeto de lei, parecer ou moção realizado pela vereadora C durante o exercício parlamentar de 2021. Já no ano de 2020, conforme o gráfico acima, a parlamentar apresentou seis matérias legislativas, desse montante, 50% dizia respeito a votos de pesar (3 matérias), seguidas por projetos na área de obras e infraestrutura com 33% (2 matérias) e educação com 17% (1 matéria).

A referida parlamentar não se dispôs a conceder entrevista para esta pesquisa, além de que sua eleição foi marcada por um episódio inesperado: em virtude de uma solicitação do Ministério Público Eleitoral, a irmã da vereadora, teve o seu registro de candidatura à reeleição indeferido, tornando-a inelegível para as eleições de 2020. A parlamentar foi presa em flagrante durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão da operação Combustão II²⁵, deflagrada pelo Ministério Público do RN (MPRN). Porém, para substituí-la na disputa eleitoral, o diretório municipal do PSDB escolheu a vereadora C, sendo a mais votada na concorrência por uma vaga na câmara de vereadores, totalizando 620 votos (7,84% dos votos apurados).

Este fato nos remete a várias questões: por qual motivo a parlamentar foi escolhida pela coligação partidária? A vereadora realmente tinha interesse em disputar uma vaga na câmara municipal? Quais as motivações da candidata ao substituir sua irmã nas eleições de 2020? Como a vereadora conseguiu obter a maior quantidade de votos para vereadora na cidade? O que motivou eleitores que decidiram votar na candidata, depois da série de acontecimentos envolvendo a irmã da mesma? São indagações que necessitam de reflexões e análises profundas, e que infelizmente, não será possível discuti-las neste trabalho, haja vista o desinteresse da parlamentar em contribuir com a realização da pesquisa.

Já em relação às produções legislativas da vereadora F, nos deparamos com o seguinte quadro de atuação da parlamentar:

Quadro 17: Matérias da vereadora F no biênio 2021-2022

OBJETIVO	NUMERAÇÃO	DESCRIÇÃO
Requerimento	001/2021	Pavimentação de paralelepípedo em todo o espaço do muro e suas vias de acesso do antigo hospital governador José Valério
Requerimento	002/2021	Serviço de recuperação e reforma da estrutura física do prédio da lavanderia pública localizada no bairro São Francisco
Requerimento	003/2021	Implantação de uma rampa de acessibilidade com corrimão na unidade de saúde do bairro São Francisco

²⁵ A operação Combustão II visa combater um esquema de desvios de combustíveis no âmbito da Prefeitura de Angicos. Segundo o Ministério Público do Rio Grande do Norte, há evidências de venda de combustível pela prefeitura a particulares e de abastecimento de carros particulares de agentes públicos às custas do Município.

Requerimento	018/2021	Construção dos muros das escolas da rede municipal do município de Pedro Avelino que ficam localizadas na Zona Rural
Requerimento	019/2021	Reforma com cobertura da quadra de esporte do assentamento Nova Conquista
Requerimento	032/2021	Implantação de um quebra-mola na Rua Eptácio Pessoa
Requerimento	034/2021	Recuperação e melhoria na estrada vicinal que dá acesso ao Assentamento Bom Jesus
Requerimento	035/2021	Conclusão do Saneamento Básico do Bairro São Francisco localizado na Zona Urbana de Pedro Avelino
Requerimento	036/2021	Criação de um link para publicação da lista de espera de pacientes para realização de consultas e exames especializados que são oferecidos e agendados pela secretaria municipal de saúde
Requerimento	037/2021	Construção de um posto de saúde na comunidade Aroeira (quilombola) localizado na zona rural do Município
Requerimento	038/2021	Retirada do poste de nº P83574, localizado no Assentamento Bom Jesus
Requerimento	049/2021	Implantação de faixa de pedestre nas imediações da escola Municipal Conego Antônio Antas e nas imediações do Hospital Governador José Varela
Requerimento	050/2021	Conclusão da rampa de acesso ao pronto socorro municipal, com a implantação da cobertura (toldo) e os corrimãos de proteção lateral da referida rampa, hoje ainda com sua obra inconclusa
Requerimento	051/2021	Revisão da iluminação Pública com o serviço de reposição de Lâmpadas no Assentamento Bom Jesus e Associação Santa Cruz
Requerimento	052/2021	Instalação de dois refletores e um ponto de água no espaço onde hoje alguns jovens realizam a prática de futevôlei
Requerimento	053/2021	Conclusão da pavimentação com paralelepípedo das Ruas Agostinho Pereira da Silva e José Leônicio localizado no bairro São Francisco
Requerimento	061/2021	Realização de serviços de manutenção e melhoria na ponte do rio Gaspar Lopes
Requerimento	062/2021	Realização durante os finais de semanas aulas preparatório para os adolescentes e jovens que pretendem concorrer a uma vaga no IFRN e no ENEM, sendo estas de forma remota, tendo em vista a pandemia do COVID – 19 que estamos vivenciando no momento
Requerimento	076/2021	Instalação de uma ATI (Academia da Terceira Idade), no bairro São Francisco
Requerimento	077/2021	Instalação do sinal internet gratuita na zona rural do município
Requerimento	088/2021	Perfuração de 2 poços sendo eles direcionados 1 ao bairro São Francisco e 1 no Manoel Pedro
Requerimento	092/2021	Elaboração de projetos para instalação e implantação nas praças e escolas municipais de parques infantis com pneus e outros materiais reciclados
Requerimento	093/2021	Perfuração de um poço tubular na comunidade Santo Antônio (Trangola) localizada na zona rural
Requerimento	098/2021	Revisão da iluminação Pública com o serviço de reposição de Lâmpadas no Assentamento Nova Esperança
Requerimento	099/2021	Recuperação e melhoria de alguns trechos das estradas vicinais das comunidades rurais
Requerimento	103/2021	Recuperação e reativação da fonte luminosa da praça Padre Antônio
Requerimento	108/2021	Realização do serviço de terra planagem do trecho da estrada vicinal

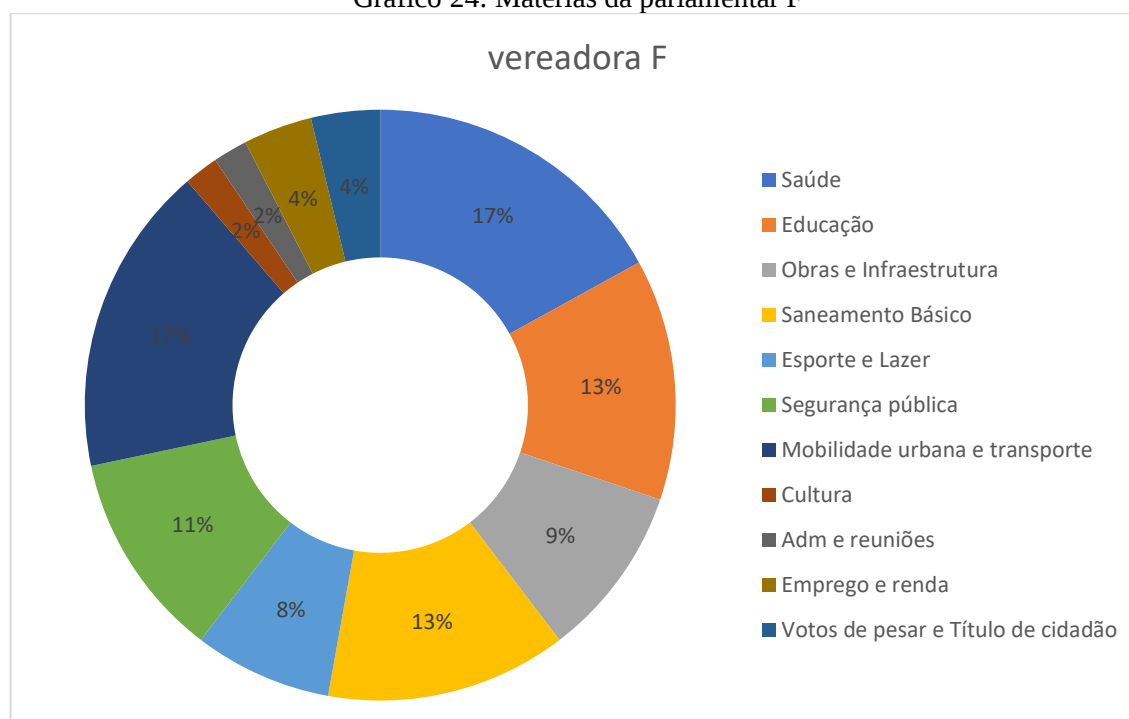
Requerimento	109/2021	Disponibilização de um serviço de contabilidade com objetivo de dá apoio aos pequenos empresários e microempreendedores aos que já existem e aos que pretendem ingressar no micro empreendedorismo
Requerimento	117/2021	Seja descontado no salário de cada vereador as faltas que não forem justificadas através de atestado médico ou qualquer outro documento legal que venha justificar a ausência do mesmo nas sessões ordinárias
Requerimento	127/2021	Instalação de uma caixa d'água com capacidade de armazenamento de cinco mil litros, no poço existente no Estádio de Futebol Teodorão
Requerimento	128/2021	Criação de uma equipe de multiprofissionais, com objetivo de prestar atendimento na área da saúde exclusivo a população que residem na zona rural
Requerimento	134/2021	Distribuição gratuita de absorventes nas escolas municipais, como também para as mulheres carentes do nosso município
Projeto de Lei	025/2021	Institui o programa Jovem Aprendiz Municipal e dá outras providências
Requerimento	001/2022	Aquisição e instalação de um dessalinizador para a associação Santa Rita na zona do município
Requerimento	002/2022	Construção de um espaço coberto na Escola Municipal Presidente Castelo Branco localizado no Bairro São Francisco
Requerimento	006/2022	Implantação de um sistema online de agendamento e atendimento dos serviços de saúde oferecido pela secretaria para a população que residem na zona rural.
Requerimento	013/2022	Reposição das lâmpadas pilotos que hoje se encontram com problemas e apagadas, nos seguintes locais torres da TIM, VIVO, CLARO, antiga TELERN, emissora da rádio e TV
Requerimento	015/2022	Solicitação de um micro-ônibus exclusivo para os estudantes universitários e que cursam cursos técnicos em outros municípios.
Requerimento	021/2022	Instalação de uma academia da terceira idade no espaço junto ao ginásio de esporte Manoel Messias Leandro
Requerimento	022/2022	Implantação de um quebra-molas na avenida Joaquim Inácio Câmara nas imediações do ginásio de esporte e na estrada que dá acesso ao distrito de Baixa do Meio
Requerimento	023/2022	Perfuração e instalação de um poço tubular no Distrito de Baixa do Meio
Requerimento	028/2022	Retomada da realização gratuita de cursos profissionalizantes em diversas áreas e de aulões preparatórios gratuitos oferecidos pelo município em anos anteriores
Requerimento	034/2022	Construção de uma praça em um canteiro hoje espaço ocioso, existente na rua José Antas
Requerimento	035/2022	Envio de relatório (CAERN) sobre o nível de cloro na água consumida pela população de Pedro Avelino
Requerimento	039/2022	Melhoria e ampliação na estrutura com a construção de duas salas de aula no prédio da Escola Municipal Presidente Castelo Branca no bairro São Francisco.
Requerimento	040/2022	Implantação de dois quebra-molas na pavimentação da Rua Domingos José de Araújo no bairro São Francisco.
Requerimento	053/2022	Realização de uma Sessão Solene no dia 23 de dezembro do ano em curso, em comemoração ao aniversário do município de Pedro Avelino/RN
Requerimento	054/2022	Solicitação de um espaço com instalações adequadas com objetivo do veterinário deste município realizar atendimentos e procedimentos aos

		animais, como também prestar serviços de orientações e outros, aos pecuaristas como cuidar do rebanho.
Moção	002/2022	De apoio ao projeto de lei nº 2.564/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato, “altera a lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e da parteira”
Resolução	004/2022	Confere título de cidadão Pedro Avelinense a senhora Larissa Stefani Pereira Lopes
Resolução	005/2022	Confere título de cidadão Pedro Avelinense a senhora Ingrid Caroline de Oliveira Teodoro
Resolução	001/2022	Cria a Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal de Pedro Avelino e dá outras providências
Projeto de Lei	038/2022	Dispõe sobre modificação de denominação da creche Nossa Senhora da Conceição, e dá outras providências

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

A partir da reorganização do quadro de matérias legislativa da parlamentar, elencamos as principais áreas de atuação da vereadora F, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 24: Matérias da parlamentar F



FONTE: Gráfico construído pelo autor.

Saúde, questões ligadas a mobilidade urbana e transportes representam os maiores números de projetos e requerimentos com 17% (9 matérias cada). As áreas de educação e saneamento básico correspondem a 13% (7 matérias cada). Seguidas por questões de segurança pública com 11% (6 matérias) e obras e infraestrutura com 9% (5 matérias).

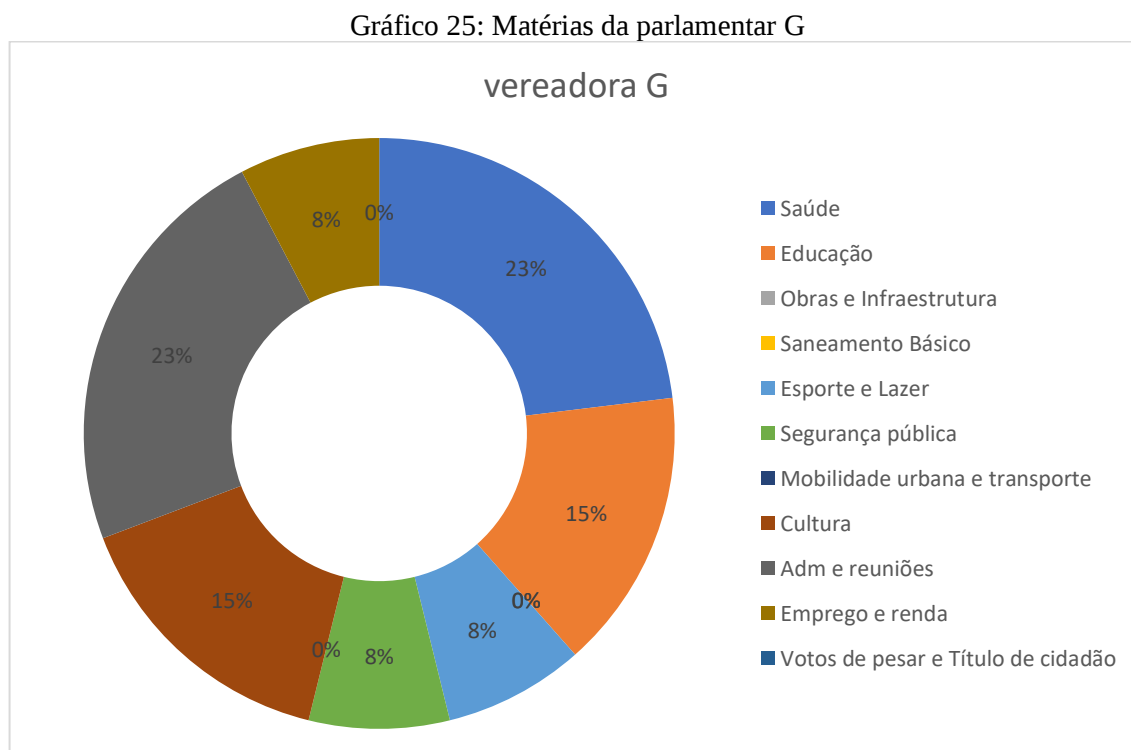
Em relação as matérias da vereadora G, identificamos as seguintes produções legislativas:

Quadro 18: Matérias da vereadora G no biênio 2021-2022

OBJETIVO	NUMERAÇÃO	DESCRIÇÃO
Requerimento	002/2021	Convocar a Secretária de Assistência Social, a Sra. Maria Caroline de Menezes Araújo, para comparecer na próxima sessão, para relatar sobre as providências que estão sendo realizadas, junto às famílias carentes, que foram infectadas pela COVID-19 e sobre o benefício eventual
Requerimento	001/2021	Que seja realizado a distribuição de cestas básicas e itens de higiene e limpeza as famílias de extrema pobreza e pobreza no âmbito do município de Lajes.
Requerimento	003/2021	Convidar o Sr. José Paulo E. Silva Junior, 1º Sargento e responsável pelo Destacamento Policial desta Cidade, para comparecer ao Plenário da Câmara Municipal, na próxima sessão ordinária, para relatar sobre as providências que estão sendo realizadas, junto aos assaltos e arrombamentos acontecidos constantemente neste Município.
Projeto de Lei	001/2021	Reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais para a população de Lajes em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais
Projeto de Lei	003/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação diária de boletim epidemiológico sobre a doença COVID-19 no âmbito do Município de Lajes e dá outras providências.
Projeto de Lei	011/2021	Institui o dia municipal do trilheiro no município de Lajes/RN
Projeto de Lei	013/2021	Dispõe sobre a criação de abrigo municipal de gatos, cães e equinos, no âmbito do município de Lajes-RN, e dá outras providências.”
Projeto de Lei	018/2021	Dispõe sobre a gravação em áudio e vídeo dos processos licitatórios e sua transmissão ao vivo, por meio da internet, no portal da transparência do poder executivo.
Projeto de Lei	023/2021	Dispõe sobre o uso de adesivos de identificação nos veículos de serviço oficiais da Prefeitura e da Câmara Municipal de Lajes e dá outras providências
Requerimento	001/2022	Requer que seja enviada a essa Casa Legislativa a folha de pagamento, custeada com recursos do FUNDEB em cada rede de ensino, na remuneração dos profissionais da educação básica em todo exercício financeiro do ano 2021
Requerimento	002/2022	Requer a realização de Sessão Solene, em comemoração do Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2022. Solicitando a cada vereador a indicação de duas (02) mulheres que disputaram a cargos políticos no legislativo e executivo, nas últimas eleições neste município.
Requerimento	003/2022	Requer cópia do termo de concessão ou qualquer documento do governo do estado do Rio Grande do Norte com o governo municipal de Lajes/RN, relativo ao uso do açude Caraúbas
Projeto de Lei	004/2022	Institui o projeto Câmara Cultural com a denominação de “Câmara Cultural de Lajes/RN, e dá outras providências”.

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

A partir da organização das matérias produzidas pela parlamentar, as principais áreas de atuação da vereadora G estão distribuídas da seguinte forma:



FONTE: Gráfico construído pelo autor.

Com 23% dos projetos e requerimentos apresentados, as áreas de saúde e reuniões administrativas apresentam 3 matérias cada. Seguidas por questões ligadas a educação e cultura com 15% (2 matérias cada). Além 8% de projetos ou requerimentos que dizem respeito a segurança pública, esporte, emprego e renda (1 matéria cada).

No que tange às produções legislativas da vereadora H, nos deparamos com o quadro abaixo:

Quadro 19: Matérias da vereadora H no biênio 2021-2022

OBJETIVO	NUMERAÇÃO	DESCRIÇÃO
Requerimento	002/2021	Requer que o Executivo Municipal, através da Secretária Municipal de Educação, seja encaminhado a esta Casa Legislativa o Plano de Retomada das Aulas, elaborado pelo órgão responsável, bem como quais as condições dos transportes escolares no atendimento aos padrões sanitários em razão do COVID-19 e se há no âmbito municipal Comitê Escolar de combate ao CORONAVÍRUS.
Requerimento	003/2021	Requer esclarecimentos da Secretária de Educação do Município acerca da transferência de alguns estudantes de um Assentamento Rural e do Calendário do ano letivo

Requerimento	007/2021	Requer que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo e aos secretários municipais responsáveis pelos conselhos ²⁶ que encaminhe a esta Casa Legislativa documentos que comprovem sua existência e, em caso de inativado, solicitar de seus presidentes a ativação e/ou atualização dos referidos conselhos
Requerimento	008/2021	Requer Voto de Louvor e Congratulações aos 15 estudantes da Escola Municipal Dr. Eloy de Souza pelo recebimento de Menção Honrosa na Olimpíada de Ciências 2020
Requerimento	009/2021	Requer Voto de Louvor e Congratulações de Escola Estadual Pedro II pela passagem de seus 94 anos de existência e prestação de serviços à educação do Município de Lajes.
Projeto de Lei	005/2021	Dispõe sobre a reserva, de no mínimo 5% (Cinco por cento), das vagas de emprego na área da construção civil de obras públicas, para pessoas do sexo feminino no município de Lajes e dá outras providências
Projeto de Lei	007/2021	Dispõe sobre a caracterização e inclusão dos professores, auxiliares e funcionários da rede de educação como grupo prioritário no plano de vacinação contra a covid-19 no município de Lajes/RN,
Projeto de Lei	010/2021	Institui o "Festival Literário de Lajes", e dá outras providências
Projeto de Lei	012/2021	Institui no calendário de eventos oficiais do município de Lajes a Semana Municipal da Juventude e dá outras providências.
Projeto de Lei	014/2021	Dispõe sobre a inclusão da história de Alzira Soriano na rede municipal de ensino
Projeto de Lei	015/2021	Dispõe sobre a distribuição de absorventes higiênicos em escolas municipais e unidades de saúde
Projeto de Lei	027/2021	Institui a Semana Municipal do Idoso e dispõe sobre a instituição de cartilha de orientação para prevenir as quedas sofridas pelos idosos no município de Lajes
Indicação	002/2021	Indica a Criação do Programa “Meu Primeiro Emprego” com o objetivo de oportunizar o acesso ao primeiro emprego aos jovens de 16 a 24 anos
Requerimento	002/2022	Requer a realização de reunião de Audiência Pública, junto os servidores efetivos ativos e inativos do município de Lajes para discutir sobre o parcelamento dívida da PrevLajes.
Requerimento	003/2022	Solicitação ao Prefeito, através da Secretaria Municipal de Saúde e coordenação de Vigilância Sanitária, o plano de ação de combate ao enfrentamento à dengue em virtude da expressiva quantidade de pessoas com sintomas idênticos de dengue.
Requerimento	004/2022	Requer licença do cargo de Vereador com assento nesta Casa Legislativa, pelo prazo de 30 dias, a contar desta data, por razão de foro íntimo.
Requerimento	006/2022	Requer ao Chefe do Poder Executivo um relatório contendo a relação de todos os contribuintes que recolheram imposto sobre serviço de qualquer natureza – ISSQN ao Município de Lajes.

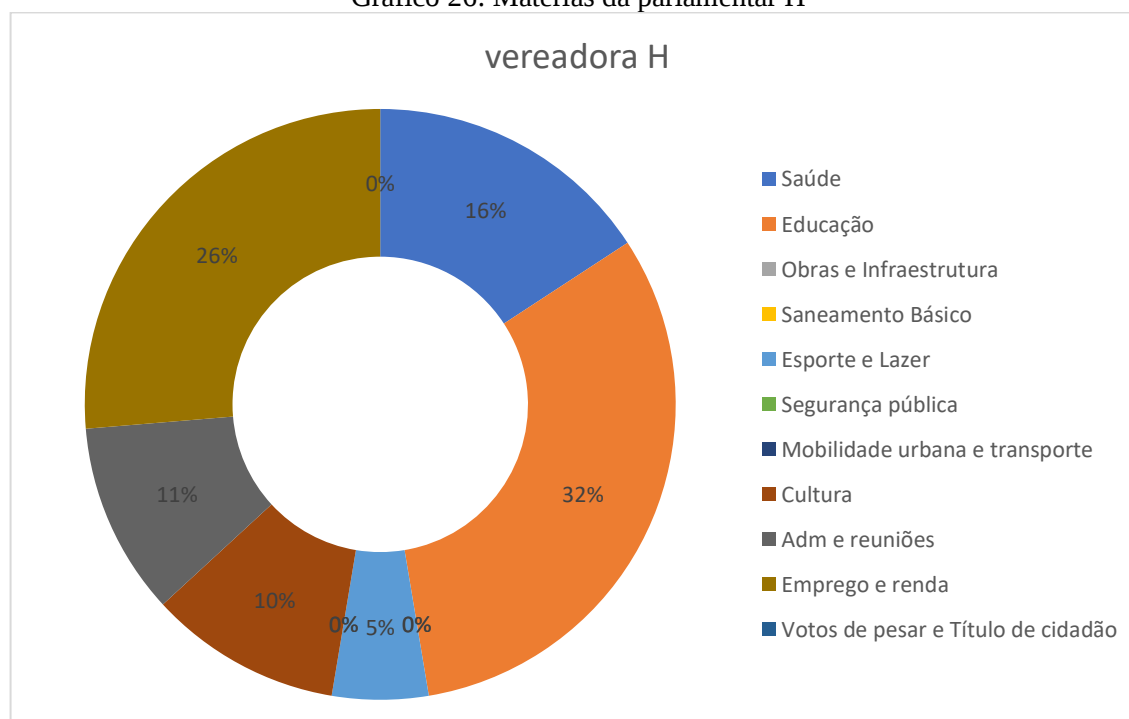
²⁶ O requerimento solicita também a apresentação da lei de criação, portaria de nomeação, contato e nome completo do Presidente dos seguintes Conselhos: a) Conselho Municipal do Fundo Nacional de Educação Básica – FUNDEB; b) Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; c) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; d) Conselho Municipal da Juventude; e) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; f) Conselho Municipal de Saúde; g) Conselho Municipal do Trabalho Habitação e Assistência Social; h) Conselho Municipal de Cultura; i) Conselho Municipal de Educação; e j) Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE).

Projeto de Lei	006/2022	Estabelece diretrizes para a implantação do programa "Rede de Proteção da Mulher" no Município de Lajes.
Projeto de Lei	018/2022	Altera a Lei Municipal n. 514/2010 que dispõe sobre os pagamentos das obrigações de pequeno valor, e dá outras providências

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Para que possamos visualizar as áreas dos assuntos apresentados nas produções legislativa da vereadora H, concebemos as seguintes informações:

Gráfico 26: Matérias da parlamentar H



FONTE: Gráfico construído pelo autor (2023).

A área da educação representa 32% dos requerimentos e projetos de leis apresentados pela vereadora H (6 matérias), seguidas por questões ligadas a emprego e renda com 26% (5 matérias) e saúde com 16% (3 matérias). As demais áreas apresentam até duas matérias legislativas de autoria da parlamentar.

E por fim, em relação às produções legislativas da vereadora I, nos deparamos com o seguinte quadro:

Quadro 20: Matérias da vereadora I no biênio 2021-2022

OBJETIVO	NUMERAÇÃO	DESCRIÇÃO
Projeto de Lei	008/2021	Institui o Dia Municipal do Quadrilheiro Junino e o Circuito de Quadrilhas Juninas.
Projeto de Lei	024/2021	Declara Patrimônio Cultural imaterial do município de Lajes a Banda Marcial Professora Juraci Soares.

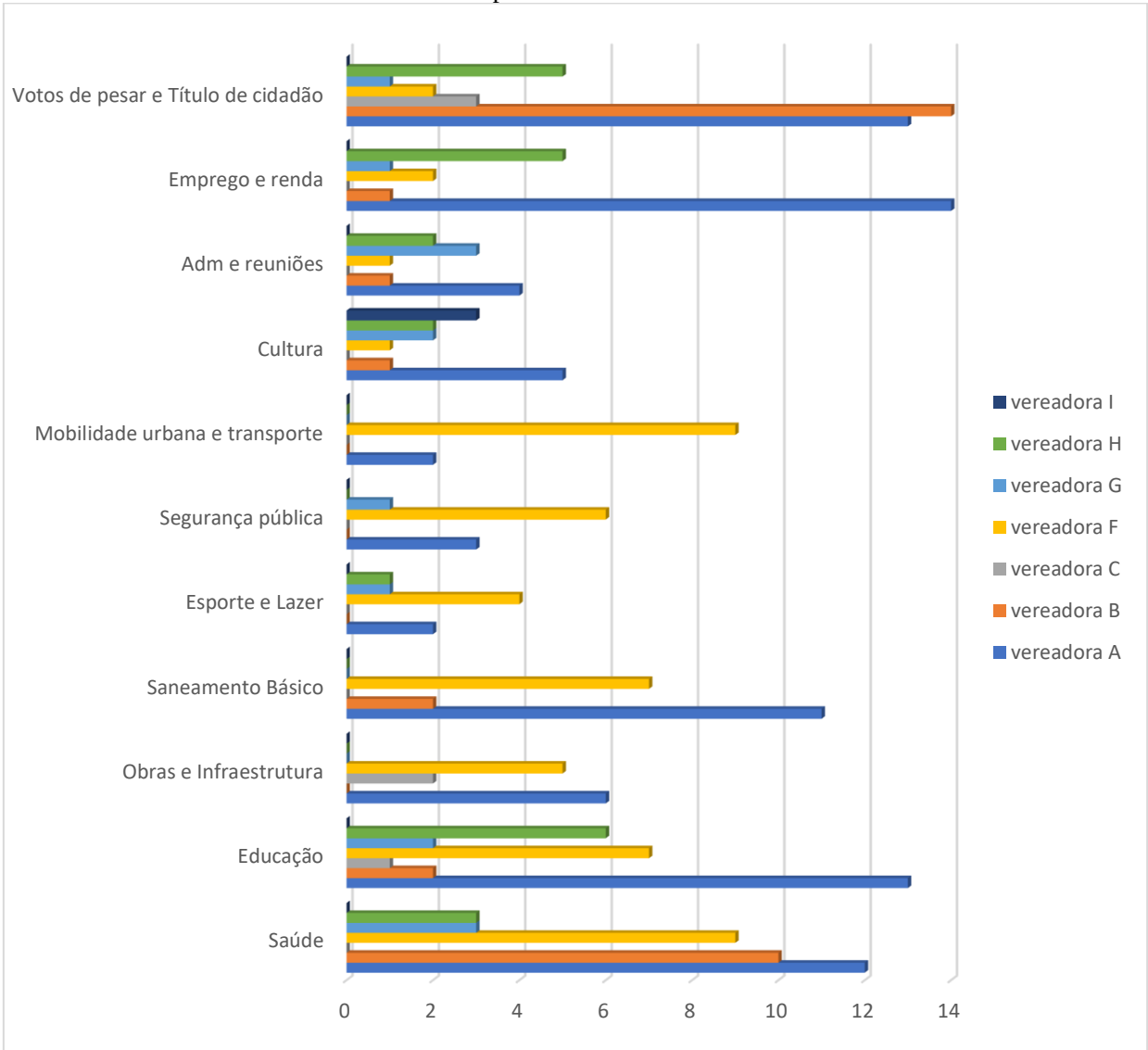
Projeto de Lei	010/2022	Declara Patrimônio Cultural do município de Lajes o Grupo Junino 100% Ferroviário.
----------------	----------	--

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Segundo dados disponibilizados na câmara municipal, a vereadora I apresentou apenas três projetos de leis voltados exclusivamente para questões ligadas a área da cultura. Não houve nenhum requerimento ou indicação nas demais áreas.

Fizemos um agrupamento de todas as áreas de produções de matérias legislativas das parlamentares, visando realizarmos um levantamento dos principais eixos de atuação das vereadoras no sertão central, conforme mapeado no gráfico abaixo:

Gráfico 27: Matérias das parlamentares no sertão central do RN



FONTE: Gráfico construído pelo autor (2023).

Ao agruparmos as principais áreas de atuação das parlamentares, de acordo com as produções legislativas de 2021 e 2022, chegamos ao seguinte resultado: votos de pesar e título de cidadão com maiores menções, seguidas por setores da educação, saúde, saneamento básico, emprego e renda. Esses dados vão de encontro àquelas informadas pelas seis entrevistas realizadas pelas vereadoras, descrevendo a educação e saúde como principais campos de produções das parlamentares.

Como identificamos, a maior concentração das matérias legislativas das parlamentares diz respeito a questões de concessão de título de cidadãos e a votos de pesar, o que transparece inicialmente, que as mulheres não têm conseguido aprovar requerimentos e projetos que influencie diretamente a situação de outras mulheres e demais segmentos da população, afinal, essas matérias são apenas de cunho ornamental e decorativo. Entretanto, essas matérias podem mensurar indicativos de apoios e alianças políticas das/para parlamentares. Longe de ser uma ação sem importância e desinteressada, conforme Kushinir (2000); Avelar (2001); Lopez (2001) e Pinto (2013), devido a facilidade na aprovação dos mesmos, trata-se de uma prática corriqueira em todos os parlamentos que indica acordos entre os parlamentares e agrado as bases eleitorais efetivas e futuras, traduzindo em votos ou apoio político.

Apesar de ser um gesto aparentemente desinteressado, a simples moção de pesar ou reconhecimento por meio da entrega de título de cidadã/o se converge numa reciprocidade entre parlamentar e eleitor, pois “são um indicativo dos grupos em que o parlamentar penetra ou onde pretende penetrar, quem ele almeja representar” (Rios, 2014, p. 133). Notamos que essa prática, foi um expediente comum aos projetos da maioria das vereadoras nas câmaras municipais no sertão central do RN.

A vereadora A se destaca em relação as demais por dois fatores, o primeiro refere-se a maior quantidade de projetos e requerimentos apresentados na câmara municipal, segundo dados da pesquisa, existe cerca de 85 matérias de sua autoria, o segundo aspecto diz respeito às menções às mulheres descritas nesses projetos, perfazendo um montante de 9 matérias que envolve questões, como: prorrogação da licença maternidade para servidoras públicas municipais, realização de uma sessão solene a favor da campanha “nós podemos vencer a pandemia”, homenageando as mulheres que estiveram atuando na linha frente do Covid-19, agosto lilás como mês de proteção à mulher, diretrizes para “menstruação sem tabu”, visando a conscientização sobre menstruação e a universalização do acesso a absorventes higiênicos, promoção do outubro rosa, criação da procuradoria da mulher na câmara e semana municipal da mulher rural.

A segunda parlamentar com maior número de projetos e requerimentos apresentados na câmara municipal é a vereadora F, com 59 matérias legislativas de sua autoria. Desses projetos, existe apenas duas menções às mulheres: distribuição gratuita de absorventes nas escolas do município e a criação da procuradoria da mulher na câmara.

A vereadora B, apresenta 31 projetos e requerimentos de sua autoria, entretanto, em nenhum deles há menção específica para mulheres. E a vereadora H, apesar de ter apresentado 19 matérias legislativas ao longo do biênio 2021-2022, destas, há cinco menções às mulheres: requerimento sobre a existência ou não do conselho municipal da mulher, destinação de 5% de vagas para mulheres em postos de trabalhos na cidade, inclusão da história de Alzira Soriano nas escolas municipais, distribuição gratuita de absorventes nas escolas e programa rede de apoio para mulher.

Em relação às parlamentares com o menor número de matérias apresentadas nas câmaras municipais, observamos: 13 projetos de autoria da vereadora G, fazendo menção de um único requerimento em alusão às mulheres que diz respeito à realização de uma sessão solene em homenagem ao dia internacional da mulher. Seguida pelas vereadoras C e I, com 6 e 3 projetos respectivamente, e sem nenhuma menção específica às mulheres.

Apesar de não ser uma prática corriqueira das parlamentares, a maioria das vereadoras apresentaram algum projeto e/ou requerimento alusivo às questões que dizem respeito às mulheres. Por meio do teor dessas produções, as parlamentares procuravam, de alguma forma, legislar em favor da ampliação dos benefícios sociais das mulheres, denunciarem condições de violência ou de direitos das mulheres na sociedade, situações ligadas ao emprego e empreendedorismo feminino, além de problematizarem novas visibilidades sociais no que diz respeito às questões de gênero, possibilitando “um movimento de renovação política, buscando dar conta das demandas e dos recortes de gênero e assim, tentar oferecer meios que os engajem para mudar o status quo” (Couto, 2022, p. 15).

Na construção das pautas de trabalho das parlamentares, indaguei se existia atenção especial para questões femininas. Todas as vereadoras responderam positivamente, e duas parlamentares (F e I) comentaram: “(...) procuro atender as demandas apresentadas pelas mulheres, (inclusive) teve um projeto que relacionava a promoção cursos e capacitação para mulheres” (vereadora F). E a parlamentar I comentou sobre situações que envolvem as mulheres, todos parlamentares discutem as propostas que são apresentadas. Em seguida relatou: “(...) meu foco de atuação é a juventude, e como estou amadurecendo eu quero muito trazer essa questão do feminismo” (vereadora I).

Apesar de pautas que envolvem as mulheres fazerem parte do exercício parlamentar das vereadoras, segundo as falas registradas acima, verificamos, conforme o levantamento das produções legislativas no ano de 2021 e 2022, poucos foram projetos e requerimentos apresentados que envolvem questões ligadas as políticas públicas para mulheres. E a vereadora I relata que tem atuado especificamente para áreas das juventudes, entretanto, se propunha a construir pautas futuras ligadas ao feminismo.

A despeito do foco de atuação da parlamentar ser direcionado ao segmento juvenil, estudos apontam que a perpetuação das desigualdades no país afetam diretamente os jovens, principalmente àqueles que se encontram social e economicamente mais desprotegidos (como jovens mulheres, negras, pessoas LGBTI+), ocupando “piores postos de trabalho, ainda que mais escolarizadas, e que são presença majoritária no trabalho doméstico e com menores remunerações trabalhando nos mesmos postos de trabalho que jovens homens” (Julião; Vergílio, 2013, p. 19).

Indagamos as entrevistadas se os demais colegas parlamentares estão desenvolvendo alguma ação ou projetos que visa melhorar a vida das mulheres. Duas vereadoras (G e H) não declararam. As demais responderam que elas têm trabalhado em prol da comunidade, a vereadora I comentou que fazem isso em festividades e eventos alusivos as mulheres. A parlamentar F, relata algumas situações vivenciadas por ela:

Durante esses dois mandatos não tenho verificado esse comprometimento por parte deles. No entanto, o atual presidente da câmara tem-se demonstrado bastante sensível e maleável frente a essas questões, tanto que autorizou que realizasse e organizasse o evento para mulheres ocorrida recentemente, em alguns projetos e requerimentos sempre pergunta o que eu penso a respeito, e inclusive permitiu que o representasse numa capacitação para vereadores ocorrida em Natal na semana passada. Essa capacitação era específica para membros da diretoria da casa parlamentar, no entanto, ele abriu essa oportunidade para que eu pudesse participar (vereadora F).

Sabemos que devemos levar em consideração as relações de gênero que impacta fortemente a participação política das mulheres, pois “obstáculos materiais, simbólicos e institucionais erigem barreiras que (ainda) dificultam a atuação das mulheres e alimentam os circuitos de exclusão” (Biroli, 2018, p. 172). E Miguel (2014, p. 94) salienta que “os padrões diferenciados de socialização entre os gêneros e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, a vontade de participar”. Por isso, tanto no processo de candidatura e também de eleição, identificamos um número muito inferior de mulheres se comparado ao de candidatos homens. Dessa forma Miguel (2014, p. 94) defende a necessidade

de “incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, ‘empurrá-los’ para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios”.

É nesse sentido que acreditamos que a superação das desigualdades de gênero na política requer ação conjunta não somente das mulheres, mas também de homens para que possam estar “empurrando para dentro” parafraseando Miguel (2014), a exemplo do relato da vereadora F, contribuindo diretamente para reverter esse cenário de marginalização em que as mulheres ainda se encontram na política institucional. Apesar das ações afirmativas serem instrumentos que corroboram para amenizar essa problemática, se faz necessário a adoção de outras medidas pelos parlamentares masculinos, como, por exemplo, incentivar o surgimento de lideranças femininas dentro e fora dos partidos políticos, proporcionar capacitações para mulheres visando familiarização no processo eleitoral, além de oportunizar meios de valorização e reconhecimento do papel feminino nos espaços de poder.

Perguntamos às parlamentares se alguma vez haviam pedido a palavra em sessão da câmara municipal para falar em nome dos interesses e dos direitos das mulheres. Todas responderam que sim. A vereadora B disse que isso ocorre com mais frequência no dia 8 de maio (mês alusivo ao dia das mulheres), porém, acredita que “(...) todo tempo é tempo para reivindicar os direitos da mulher, pois elas são guerreiras, são merecedoras e necessitam serem reconhecidas diariamente”. E a parlamentar I relatou que “(...) quando falamos sobre a questão da violência contra as mulheres, o assédio que ainda é muito presente no cotidiano, a questão do feminicídio. Eu sempre trago essas pautas para ver se podemos melhorar essa situação e tal” (vereadora I).

Indagamos para as entrevistadas se aumentar o número de mulheres eleitas, seria mais fácil resolver os problemas que assolam o sertão central do Rio Grande do Norte, ou se isso era indiferente que sejam homens e mulheres. Todas as parlamentares responderam que o aumento de mulheres representaria uma maior possibilidade de resolução dessas problemática. De acordo com seus relatos:

As mulheres têm mais habilidade e sensibilidade (vereadora B).

Ela tem maior jogo de cintura, se comparada ao homem (vereadora F).

A mulher tem um olhar mais administrativo e de gestão (vereadora I).

A mulher é mais fácil de entender a outra mulher, (por isso) entende melhor os problemas que afeta a sociedade, pois é mais caprichada (vereadora D).

Nesse cenário, notamos como as parlamentares concebem características como sensibilidade, organização e administração como principais atributos naturais das mulheres que

poderiam levar a resolutividade de algumas problemáticas em virtude do aumento deste gênero nos espaços institucionais. Conforme apontados em vários estudos Costa (1998), Sabino e Lima (2015), Pinheiro (2007), Miguel (2021), a defesa de que as mulheres apresentam características e traços pessoais, tais como valores morais e éticas, tendem a levantar interpretações de que essa postura desencadearia mudanças na política tradicional exercida pelos homens, o que deduziria numa maior honestidade e sensibilidade frente as causas sociais.

Essa singularidade do julgamento moral feminino, na qual afirma a existência de uma sensibilidade natural das mulheres frente aos assuntos que envolve a sociedade, de acordo com Grossi e Miguel (2001), foram agrupados na categoria sensibilidade, tornando a política mais efetiva, se comparada aos homens. Esses argumentos são identificados nas falas das parlamentares ao diferenciar a atuação feminina e masculinas nesse processo de representação política.

6.2. REGISTROS E ATUAÇÕES DAS VEREADORAS NOS PLENÁRIOS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

A seguir, apresentaremos um quadro contendo todas as sessões, participação e pronunciamento das parlamentares, de acordo com as atas das câmaras municipais de Angicos, Pedro Avelino e Lajes no biênio 2021-2022. A cidade de Afonso Bezerra não foi contemplada nessa análise, devido à ausência dos materiais que não foram disponibilizados pela câmara legislativa municipal.

ANGICOS

A câmara municipal de Angicos no biênio 2021-2022 tinha como presidente o vereador José Edilson, 1º secretário Tiago Braga e 2º secretário Clóves Tibúrcio. Atualmente, a mesa da diretoria é composta por Clóves Tibúrcio (presidente), Jalmir Dantas (1º secretário) e Tiago Braga (2º secretário), como líderes da Casa para o biênio 2023-2024. As sessões ordinárias ocorrem nas sextas-feiras, a partir das 19h30min. Devido a alguns imprevistos como feriado, festividades e eventos na cidade, algumas sessões aconteceram em outros dias da semana pela noite. No primeiro semestre de 2021, ocorreram 15 sessões e no segundo semestre 17 sessões. Como também no ano de 2022, 15 e 17 sessões distribuídas nos dois semestres, totalizando 32 ao longo de todo o ano.

Quadro 21: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Angicos/RN

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
26/02/2021	Ver. A	P	Sim	Discursou sobre os 89 anos da concessão do voto feminino
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
01/03/2021	Ver. A	P	Sim	Encaminhados de projetos com antecedência para serem apreciados pelos parlamentares
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
05/03/2021	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Sim	Apreciou um requerimento de colega sobre a situação do atendimento da população realizada pelo banco do Brasil no município
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
12/03/2021	Ver. A	P	Sim	Situação da pandemia na cidade e homenagem ao dia das mulheres
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
15/03/2021	Ver. A	P	Sim	Necessidade de maior transparência e prestação de conta a ser realizada pelo presidente da câmara
	Ver. B	P	Sim	Apresenta um requerimento (02/2021) sobre o pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade aos que estão trabalhando na linha de frente contra o Covid-19
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
22/03/2021	Ver. A	P	Sim	Comenta a questão do isolamento e distanciamento social em detrimento do Covid-19, além de serviços feito pela secretaria
	Ver. B	P	Sim	Reforça o cuidado e atenção da população frente a pandemia
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
29/03/2021	Ver. A	P	Sim	Parabenizou os profissionais de fiscalização agropecuária do RN
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição

12/04/2021	Ver. A	P	Sim	Solicitou uma maior atenção e suporte para a secretaria de Agricultura do município.
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	P	Sim	Questionou o projeto em tramitação sobre a contratação de professores, encontrando alguns pontos que necessita de correções, além do valor muito abaixo do piso nacional
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
30/04/2021	Ver. A	P	Sim	Comenta sobre algumas visitas realizadas nas secretarias municipais.
	Ver. B	P	Sim	Agradece pelo apoio e solidariedade, reforçando a luta contra o Covid-19
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
07/05/2021	Ver. A	P	Sim	Apresenta projeto de lei nº 014/2021 que prorroga a licença maternidade e à adotante no município
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
17/05/2021	Ver. A	P	Sim	Comenta sobre a violência política que a mulher sofre e sobre o projeto de sua autoria (014/2021), apresentado na sessão anterior, encarado como inconstitucional
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
21/05/2021	Ver. A	P	Sim	Diversos assuntos: evento promovido pela educação contra a exploração infantil, construção do matadouro público, limpeza das ruas, além de atenção a comunidade rural na pandemia
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
14/06/2021	Ver. A	P	Sim	Solicita a prefeitura a vacinação dos servidores garis, além da falta de materiais e equipamentos para realização do trabalho
	Ver. B	P	Sim	Diminuição dos casos positivos de Covid-19 na cidade
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
21/06/2021	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
28/06/2021	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
02/08/2021	Ver. A	P	Sim	Abastecimento de águas na zona rural
	Ver. B	P	Sim	Falecimento de uma professora, vítima do Covid-19
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
13/08/2021	Ver. A	P	Sim	Apresenta o projeto de lei intitulado “Agosto Lilás”, destinado a conscientização para o fim da violência doméstica e familiar e a criação da Campanha “Quebrando o Silêncio” como atividade a ser realizada anualmente, possibilitando maior proteção as mulheres
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
20/08/2021	Ver. A	P	Sim	Além de ressaltar assuntos referentes a cultura local, apresentou o projeto de lei nº. 038/2021, que institui e define diretrizes para a política pública “menstruação sem tabu” de conscientização sobre a menstruação e universalização do acesso ao absorvente higiênico.
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
27/08/2021	Ver. A	P	Sim	Situação dos transportes dos alunos da zona rural
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
03/09/2021	Ver. A	P	Sim	Cobra novamente a situação dos transportes escolares dos estudantes da zona rural
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
13/09/2021	Ver. A	P	Sim	Materiais de segurança e de trabalho para os garis
	Ver. B	P	Sim	Atenção e cuidado para os profissionais da saúde
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
17/09/2021	Ver. A	P	Sim	Relata situação de desabastecimento de água, além de valorização dos produtos e serviços da agricultura familiar
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
24/09/2021	Ver. A	P	Sim	Situação precária do transporte utilizado pela equipe de saúde para atender moradores da zona rural

	Ver. B	P	Sim	Parabeniza o sindicato dos trabalhadores rurais do município
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
01/10/2021	Ver. A	P	Sim	Discursa sobre os eventos esportivos na cidade, além de solicitar a revitalização da quadra de esportes na zona rural
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
08/10/2021	Ver. A	P	Sim	Comenta sobre os direitos das mulheres e a situação de esgotos a céu aberto.
	Ver. B	P	Sim	Solicita realização de ultrassonografia para população, além de um profissional médico especialista em mastologista.
	Ver. C	P	Sim	Questiona o atendimento com relação as mamografias disponíveis pela secretaria
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
15/10/2021	Ver. A	P	Sim	Homenagem ao dia do professor
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
29/11/2021	Ver. A	P	Sim	Homenagem ao dia do servidor público municipal
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
05/11/2021	Ver. A	P	Sim	Comenta sobre fake News que circulava sobre sua imagem
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	F	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
14/11/2021	Ver. A	P	Sim	Queimadas na cidade
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
26/11/2021	Ver. A	P	Sim	Diversos assuntos: consultas odontológicas, distribuição do programa de leite e pagamento dos funcionários.
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
10/12/2021	Ver. A	P	Sim	Rateio das sobras do FUNDEB e de um quebra-molas inadequado em um bairro da cidade
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
13/12/2021	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Sim	Moção de pensar
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
25/02/2022	Ver. A	P	Sim	Comenta sobre os 90 anos da conquista do voto das mulheres na política e sobre um caso de violência doméstica ocorrido na cidade.
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
04/03/2022	Ver. A	P	Sim	Discorre sobre instituindo o projeto de lei que institui a Semana Municipal da Mulher Rural no município
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
11/03/2022	Ver. A	P	Sim	Reconhecimento da mulher do campo, com alguns eventos e atividades na comunidade rurais.
	Ver. B	P	Sim	Comenta sobre a nomenclatura do novo posto de saúde
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
18/03/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
25/03/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
01/04/2022	Ver. A	P	Sim	Cobrança de transporte para universitários
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
08/04/2022	Ver. A	F	-	-
	Ver. B	P	Sim	Moção de pesar a algumas pessoas falecidas
	Ver. C	P	Sim	Arborização e revitalização de duas praças
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
18/04/2022	Ver. A	F	-	-
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	P	Não	não se aplica

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
29/04/2022	Ver. A	P	Sim	Situação do transporte precário para estudantes da zona rural
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
13/05/2022	Ver. A	P	Sim	Situação de animais abandonados e dos lixos
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
20/05/2022	Ver. A	P	Sim	Situação dos transportes que ainda não foram resolvidos
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
27/05/2022	Ver. A	P	Sim	Calçamento de algumas ruas da cidade
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
03/06/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
10/06/2022	Ver. A	P	Sim	Situação dos estudantes da zona rural que não estão tendo acesso a escola
	Ver. B	P	Sim	Comenta sobre a valorização do piso salarial dos agentes de saúde e de endemias
	Ver. C	P	Sim	Aplicação do piso salarial dos agentes de saúde e endemias
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
24/06/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
05/08/2022	Ver. A	P	Sim	Reparos numa ponte e acúmulo de lixos em bairros
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
12/08/2022	Ver. A	P	Sim	Projeto de resolução que estabelece o banco de ideias legislativa para sociedade civil
	Ver. B	P	Sim	Solicitação ao Executivo para reconhecer o piso salarial de técnicos e enfermeiros
	Ver. C	P	Não	não se aplica

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
19/08/2022	Ver. A	P	Sim	Desabastecimento e falta de médico na zona rural
	Ver. B	P	Sim	Carro Fumacê na cidade para evitar o aumento de doenças causadas por mosquitos, como Chikungunya e Dengue
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
26/08/2022	Ver. A	F	-	-
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
02/09/2022	Ver. A	P	Sim	Desabastecimento de água na comunidade rural
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
09/09/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
16/09/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
23/09/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
07/10/2022	Ver. A	P	Sim	Agradece pela campanha eleitoral
	Ver. B	P	Sim	Agradece pela campanha eleitoral
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
14/10/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Sim	Reparos na iluminação de postos da zona rural
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
21/10/2022	Ver. A	P	Sim	Transporte escolar da zona rural
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição

28/10/2022	Ver. A	F	-	-
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
11/11/2022	Ver. A	P	Sim	Transparência e prestação de contas da prefeitura
	Ver. B	P	Sim	Concessão de títulos de cidadãos
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
18/11/2022	Ver. A	P	Sim	Fake News envolvendo benefício de membros da família em programas governamentais
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
25/11/2022	Ver. A	F	-	-
	Ver. B	P	Sim	Demora nos resultados e entregas de exames a pacientes
	Ver. C	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
09/12/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
12/12/2022	Ver. A	P	Não	não se aplica
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Em relação a frequência das parlamentares, de 63 sessões registradas nas atas, a vereadora A faltou 5 vezes, a vereadora B faltou 8 vezes e a vereadora C faltou 6 vezes. No que se refere aos pronunciamentos na plenária municipal, a vereadora A expressou-se 44 vezes, a vereadora B registrou-se 18 vezes e a vereadora C constou apenas 4 pronunciamentos. E em seguida, procuramos identificar se, ao fazer uso da plenária, se esses pronunciamentos direta e indiretamente diziam respeito às questões sobre mulheres.

De acordo com nosso mapeamento, a vereadora A apresentou 10 pronunciamentos em alusão às mulheres e as vereadoras B e C não se registrou nenhuma referência. Temáticas como “voto feminino, dia das mulheres, licença a maternidade, violência contra a mulher, rede de proteção às mulheres, menstruação sem tabu, direitos sociais das mulheres, participação

feminina na política, mulher do campo” foram os 10 assuntos apontados pela vereadora A ao fazer uso da plenária.

Apesar de a câmara municipal ser composta por três mulheres, apenas a vereadora A apresentou discursos na plenária sobre assuntos como: saúde, assistência social, violência, cultura, segurança e comunidade rural como áreas de atuação para construção de políticas para mulheres. Esse quadro nos remete a reflexões sobre questões como: para quem as parlamentares estão legislando? Apesar de haver três vereadores, por que apenas uma apresentou projetos específicos para mulheres? Ao longo de dois anos de atuação das parlamentares, quais percursos estão construindo para reverter as desigualdades, injustiças e discriminações que as mulheres enfrentam cotidianamente na sociedade? Enfim, são ponderações que necessitam ser discutidas e analisadas de forma mais profunda e atendendo aos pormenores da situação apresentada.

PEDRO AVELINO

As sessões na câmara municipal de Pedro Avelino são realizadas nas sextas-feiras a partir das 10h da manhã. A diretoria do biênio 2021-2022 era formada por Brunno Teodoro (presidente) e Ostílio Bezerra (1º secretário) e Jussier Carlos (2º secretário). Já no atual biênio 2023-2024, a composição da direção é constituída pelo presidente Ostílio Bezerra e 1º secretário Jussier Carlos e 2º secretário Brunno Teodoro. Em detrimento de eventos ou feriados, algumas sessões legislativas ocorreram em outros dias da semana pela manhã. No ano de 2021 houve 33 sessões, 15 realizadas no primeiro semestre e 18 no segundo. Já no ano de 2022 ocorreram 27 sessões, sendo 15 no primeiro semestre e 12 no segundo.

Quadro 22: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Pedro Avelino/RN

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
19/02/2021	Ver. F	P	Sim	Parabenização pelas primeiras obras realizadas pela prefeitura
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
26/02/2021	Ver. F	P	Sim	Votos de pesar e a disseminação do vírus Covid-19
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
05/03/2021	Ver. F	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
19/03/2021	Ver. F	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição

29/03/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
09/04/2021	Ver. F	F	-	-
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
16/04/2021	Ver. F	P	Sim	Visita ao hospital municipais e alguns postos de saúde
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
23/04/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
30/04/2021	Ver. F	P	Sim	Instalação de redes de wifi e internet nas comunidades rurais
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
07/05/2021	Ver. F	P	Sim	Parabeniza ação de um parlamentar sobre algumas ações de saúde e bem-estar para comunidades rurais
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
14/05/2021	Ver. F	P	Sim	Transparência dos trabalhos e atividades na câmara legislativa
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
21/05/2021	Ver. F	P	Sim	Discorre sobre matérias e requerimentos dos parlamentares apresentados na ordem do dia
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
28/05/2021	Ver. F	P	Sim	Apresenta o requerimento nº092 de sua autoria apresentado na gestão anterior, que versava sobre a implantação de parques nas praças e nas escolas municipais
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
11/06/2021	Ver. F	P	Sim	Qualificação para moradores locais, visando prepara-lo para o mercado de trabalho
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
25/06/2021	Ver. F	P	Sim	Programa de saúde nas comunidades rurais
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
13/08/2021	Ver. F	P	Sim	Requeriu do Chefe do executivo a proibição de estacionamento de veículos de carga, caminhões, carretas e carros pipas no centro comercial, visando melhorar o trânsito.
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
20/08/2021	Ver. F	P	Sim	Convite para mulheres participarem de oficinas e cursos sobre corte e costura
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	

27/08/2021	Ver. F	P	Sim	Requerimento para os comerciantes locais, visando promover a regularização e legalização dos documentos de suas empresas
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
03/09/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
10/09/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
17/09/2021	Ver. F	P	Sim	Visitas no hospital e orientações quanto as visitas a grupos de idosos pelos agentes de saúde
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
24/09/2021	Ver. F	P	Sim	Evento da feira do agricultor
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
08/10/2021	Ver. F	P	Sim	Requerimento sobre a criação de uma nova equipe de multiprofissionais na saúde para zona rural
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
15/10/2021	Ver. F	P	Sim	Parabeniza ao prefeito e moradores pela resolução dos animais abandonados na cidade
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
22/10/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
29/10/2021	Ver. F	P	Sim	Limpeza da parede do açude e implantação de um poço
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
05/11/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
19/11/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
26/11/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
03/12/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
10/12/2021	Ver. F	P	Sim	Parabeniza o prefeito pela sala de raio-x
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
15/12/2021	Ver. F	P	Não	não se aplica

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
17/12/2021	Ver. F	P	Sim	Retrospectiva da atuação parlamentar da vereadora
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
17/02/2022	Ver. F	P	Sim	Apresenta seu requerimento sobre a construção de um espaço coberto na escola municipal
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
23/02/2022	Ver. F	P	Sim	Retiradas de alguns quebra-molas na cidade
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
11/03/2022	Ver. F	P	Sim	Faz homenagem ao dia internacional da mulher, apresenta o projeto de lei nº 001/2021 sobre a criação da procuradoria da mulher na Câmara Municipal e do seu requerimento de nº 134/2021 que trata da pobreza menstrual
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
18/03/2022	Ver. F	P	Sim	Reparos em luzes de alguns postes e reforça de uma quadra esportiva na zona rural
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
25/03/2022	Ver. F	P	Sim	Requerimento de nº 015/2022 sobre um micro-ônibus exclusivo para os estudantes universitários
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
01/04/2022	Ver. F	P	Sim	Convite para participação das festividades do padroeiro local
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
08/04/2022	Ver. F	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
22/04/2022	Ver. F	P	Sim	Moção de pesar
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
29/04/2022	Ver. F	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
06/05/2022	Ver. F	P	Sim	Convite para evento em alusão ao dia das mães
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
13/05/2022	Ver. F	P	Sim	Crítica ao serviço oferecido pelo banco Bradesco
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
20/05/2022	Ver. F	P	Sim	Relata sobre a violência contra as mulheres no país
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
27/05/2022	Ver. F	P	Sim	Funcionamento da farmácia básica nos sábados
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição

03/06/2022	Ver. F	P	Sim	Requerimento de nº 028/2022 sobre a retomada dos cursos profissionalizantes e aulões preparatórios para o ENEM
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
30/06/2022	Ver. F	P	Sim	Comenta sobre as festividades juninas
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
12/08/2022	Ver. F	P	Sim	Necessidade de os moradores da zona rurais serem assistidos pelos agentes comunitários de saúde
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
19/08/2022	Ver. F	P	Sim	Piso salarial para agentes de saúde e endemias
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
26/08/2022	Ver. F	P	Sim	Visita em um prédio escolar
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
02/09/2022	Ver. F	F	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
13/09/2022	Ver. F	F	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
07/10/2022	Ver. F	P	Sim	Resultado das eleições nacionais
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
21/10/2022	Ver. F	F	-	-
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
28/10/2022	Ver. F	F	-	-
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
04/11/2022	Ver. F	F	-	-
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
11/11/2022	Ver. F	P	Sim	Reforma de uma quadra de esporte no assentamento rural
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
18/11/2022	Ver. F	F	-	-
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
25/11/2022	Ver. F	F	-	-

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

De 58 sessões registradas nas atas da câmara municipal, a vereadora F faltou 11 vezes.
Em relação aos pronunciamentos nas sessões, a parlamentar utilizou a plenária para discursar

38 vezes, desse montante, consta 4 menções relativas às mulheres. As temáticas giraram em torno de cursos e oficinas para mulheres, pobreza menstrual, procuradoria da mulher e violência contra as mulheres no país.

Por ser a única mulher atuando na câmara municipal, percebemos, ao longo do biênio 2021 e 2022, pronunciamentos com enfoque em áreas, como violência, saúde, emprego e renda. Estes setores afetam consideravelmente as mulheres, pois estas estão numa situação de desigualdade que perpassa o histórico de violência e ausência de direitos que foram relegadas a este segmento populacional, conforme Tabak (2002), Perrot (2005), fortalecido por fatores oligárquicos e patriarcais que moldaram fortemente os papéis de gênero nas esferas públicas e privadas.

LAJES

A câmara municipal de Lajes, no biênio 2021-2022, tinha como presidente o parlamentar Francisco Gilmar, 1ª secretária Maria Clara e 2ª secretária Irene Martins. A mesa da diretoria no novo biênio 2023-2024 é composta por Rosemary Costa (presidente), Irene Martins (1ª secretária) e Maria Clara (2ª secretária). As sessões ordinárias ocorrem nas sextas-feiras, a partir das 9h. Em virtude de feriados ou festividades, algumas sessões ocorreram em outros dias da semana pela manhã. Durante o ano de 2021, aconteceu 32 sessões, sendo 13 no primeiro semestre e 19 no segundo. E no ano de 2022, consta 17 sessões no primeiro semestre e 19 sessões no segundo, totalizando 36 sessões legislativas.

Quadro 23: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Lajes/RN

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
21/02/2021	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
31/03/2021	Ver. G	P	Sim	A importância do FUNDEB para o município
	Ver. H	P	Sim	Dificuldades dos colegas parlamentares para nova diretoria
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
09/04/2021	Ver. G	P	Sim	Criação do fundo municipal do turismo local
	Ver. H	P	Sim	Valorização do FILAJES para a cultura e economia municipal
	Ver. I	P	Sim	Importância de resgatar e valorizar a cultura

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
14/04/2021	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
16/04/2021	Ver. G	P	Sim	Importância dos testes e triagem para população geral
	Ver. H	P	Sim	Situação da pandemia do Covid-19 no município
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
23/04/2021	Ver. G	P	Sim	Comentou sobre requerimento de nº 001/2021 que tratava sobre o benefício eventual, e de auxílios de natalidade e mortalidade e entre outros
	Ver. H	P	Sim	Respeito e diálogo entre os parlamentares durante as sessões
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
30/04/2021	Ver. G	P	Sim	Valorização das mulheres na política
	Ver. H	P	Sim	Ofertas de cursos para profissionalização da população
	Ver. I	P	Sim	Semana Alzira Soriano na cidade
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
07/05/2022	Ver. G	P	Sim	Parabeniza as ações feita pela secretaria de ação social
	Ver. H	P	Sim	Reconhece as atividades desenvolvidas na ação social
	Ver. I	P	Sim	Enaltece os eventos promovidos pela secretaria municipal
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
14/05/2021	Ver. G	P	Sim	Reconhece as atividades feita pela secretaria de educação
	Ver. H	P	Sim	Transferência de alunos da zona rural para outra comunidade
	Ver. I	P	Sim	Se posiciona contrária a ação da secretaria de educação
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
21/05/2021	Ver. G	F	-	-
	Ver. H	P	Sim	Serviços prestados pelos garis
	Ver. I	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
28/05/2021	Ver. G	P	Sim	Nova frota de transporte escolares
	Ver. H	P	Sim	Apresentou requerimento 007/21 que trata sobre a solicitação dos representantes dos conselhos municipais
	Ver. I	P	Sim	Aumento do policiamento na cidade
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
04/06/2021	Ver. G	P	Sim	Situação da pandemia no município
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Sim	Dia mundial contra crianças vítimas de agressão

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
30/06/2021	Ver. G	P	Sim	Importância das atividades físicas
	Ver. H	P	Sim	Criação de um gabinete online através das redes sociais
	Ver. I	P	Sim	Construção de uma barragem, vacinação e situação dos garis
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
06/08/2021	Ver. G	P	Sim	Ação promovida pelo sindicato dos trabalhadores rurais
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Sim	Realização de um concurso público
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
13/08/2021	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Voto de pesar e situação da juventude na cidade
	Ver. I	P	Sim	Questão do suicídio envolvendo os jovens
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
20/08/2021	Ver. G	P	Sim	Criação de um programa de rádio para a câmara municipal
	Ver. H	P	Sim	Semana da juventude e festival Literário Flilajes
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
27/08/2021	Ver. G	P	Sim	Manutenção pela empresa sobre a questão da falta de água
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
03/09/2021	Ver. G	P	Sim	Realização de cursos Vagonete, Avicultura, Costura Industrial
	Ver. H	P	Sim	Falta de transporte escolar em alguns trechos
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
10/09/2021	Ver. G	F	-	-
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
17/09/2021	Ver. G	P	Sim	Triagem de Covid-19 e realização de consultas gratuitas
	Ver. H	P	Sim	médicos nos postos de saúde e entulhos em alguns bairros
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
24/09/2021	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Realização da I Conferência Livre da Juventude
	Ver. I	P	Sim	Participação na Conferência da Juventude
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
01/10/2021	Ver. G	P	Sim	Valorização da prática esportiva e vacinação de crianças
	Ver. H	P	Sim	Falta de médicos nas unidades básicas de saúde

	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
08/10/2021	Ver. G	P	Sim	Campanha de prevenção ao câncer de mama
	Ver. H	P	Sim	Dia do nordestino e compositores locais
	Ver. I	P	Sim	Calçamento e pavimentação em uma rua da cidade
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
15/10/2021	Ver. G	P	Sim	Iluminação da cidade e reconhecimento na área da educação
	Ver. H	P	Sim	Projeto de lei sobre a distribuição gratuita de absorventes
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
22/10/2021	Ver. G	P	Sim	Construção do centro do velório público e poços
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
27/10/2021	Ver. G	P	Sim	Festa do padroeiro do bairro São Judas Tadeu
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
05/11/2021	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Atraso da 1ª dose e sobre as vacinas aplicadas na cidade
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
12/11/2021	Ver. G	F	-	-
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
19/11/2021	Ver. G	P	Sim	Empreendedorismo das mulheres e visita aos produtores rurais na tradicional festa do boi no município
	Ver. H	P	Sim	Diversos assuntos: empreendedorismo feminismo, falta de diálogo com os profissionais da educação, buracos nas vias públicas, centro de idosos e gastos desnecessários realizado na câmara municipal
	Ver. I	P	Sim	Entrega dos títulos de regularização fundiária em conjuntos rurais e realização do ENEM
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
26/11/2021	Ver. G	F	-	-
	Ver. H	F	-	-
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
	Ver. G	P	Sim	Centenário da paróquia da cidade e emancipação política

12/12/2021	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
10/12/2021	Ver. G	P	Sim	Atendimento odontológico e segurança pública
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
17/12/2021	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Valorização dos profissionais da saúde, assistentes sociais e dos psicólogos
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
11/01/2022	Ver. G	P	Sim	Reforma do mercado público e piso salarial dos professores
	Ver. H	P	Sim	Prestação de contas de seu mandato parlamentar
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
18/02/2022	Ver. G	P	Sim	Importância das mulheres na política
	Ver. H	P	Sim	Participação feminina na vida institucional
	Ver. I	P	Sim	Homenagem ao dia internacional da mulher
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
24/02/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	90 anos do voto feminino
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
04/03/2022	Ver. G	P	Sim	Adiamento do carnaval e situação dos feirantes
	Ver. H	P	Sim	Matricula escolares dos estudantes
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
25/03/2022	Ver. G	F	-	-
	Ver. H	P	Sim	Defesa da educação municipal e distribuição de absorventes
	Ver. I	P	Sim	Apoio e reconhecimento ao LGBTQIA+, entre as quais estão inseridas mulheres CIS (lésbicas/bissexuais) e mulheres TRANS (lésbicas/bissexuais)
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
01/04/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
	Ver. G	P	Não	não se aplica

08/04/2022	Ver. H	P	Sim	Falta de iluminação em algumas ruas e participação em conferência municipal
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
13/04/2022	Ver. G	P	Sim	Situação financeira da previdência municipal
	Ver. H	P	Sim	Realização de concurso público
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
20/04/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Reuniões para debater sobre a situação da previdência local
	Ver. I	F	-	-
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
29/04/2022	Ver. G	P	Sim	Preconceitos e discriminações que as mulheres sofrem
	Ver. H	P	Sim	Legado e contribuição de Alzira Soriano para os munícipes
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
06/05/2022	Ver. G	P	Sim	Diversos assuntos: piso salarial para profissionais da saúde, limpeza de vias públicas, falta de transportes, de médicos e medicamentos
	Ver. H	P	Sim	Comenta sobre a PLL 006/22 que tem como objetivo de criar uma rede de enfrentamento à violência contra as mulheres
	Ver. I	P	Sim	Valorização e investimento na cultura e profissionais de saúde
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
20/05/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	F	-	-
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
27/05/2022	Ver. G	P	Sim	Atendimento do médico dentista numa UBS, situação da previdência e papel dos vereadores nesse processo
	Ver. H	P	Sim	Sinalização de alguns trechos de comunidades e problemas na estrutura de uma escola municipal
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	
10/06/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Apresenta a função dos parlamentares, relata a situação precária de uma escola da rede municipal, falta de médicos na UBS e segurança nos transportes escolares
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência	Pronunciamento	Descrição	

15/06/2022	Ver. G	P	Sim	Curso de bonecas a fio em uma comunidade rural, aumento do caso de dengue, melhoria dos transportes escolares e falta de materiais para médicos nas UBS
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
17/06/2022	Ver. G	P	Sim	Situação do banco no município
	Ver. H	P	Sim	Agilidade do banco para retornar as atividades ao público
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
23/06/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Diversos assuntos: valorização da quadrilha junina na cidade, combate a drogas e violência contra idosos
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
30/06/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Limpeza pública para evitar casos de dengue e reformas nos prédios escolares no período do recesso
	Ver. I	P	Sim	Parabeniza o prêmio obtido pela quadrilha junina da cidade, pavimentação e limpeza de algumas ruas
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
11/08/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
19/08/2022	Ver. G	P	Sim	Evento do EXPOLAJES
	Ver. H	P	Sim	Conscientização pelo fim da violência contra a mulher, situação dos transportes e restauração das estradas rurais
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
26/08/2022	Ver. G	F	-	-
	Ver. H	F	-	-
	Ver. I	P	Sim	Diversos assuntos: programação da EXPOLAJES, central do cidadão, serviços hospitalares e algumas reformas no prédio
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
02/09/2022	Ver. G	P	Sim	Realização do EXPOLAJES e apoio aos produtores e agricultores rurais do município
	Ver. H	P	Sim	Setembro amarelo e campanha contra o suicídio, além das eleições nacionais e situação dos transportes escolares
	Ver. I	P	Sim	Diversos assuntos: EXPOLAJES, acidente de trânsito, construção de academia na zona rural e quadra esportiva

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
09/09/2022	Ver. G	P	Sim	Crédito adicional que necessita ser corrigido
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
16/09/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
23/09/2022	Ver. G	P	Sim	Relatou situações durante as eleições nacionais e estaduais, além da situação financeira da previdência municipal
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
30/09/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
07/10/2022	Ver. G	P	Sim	Transportes escolares para estudantes da zona rural
	Ver. H	P	Sim	Cobrança dos transportes escolares para estudantes e resultado das eleições nacionais e estaduais
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
14/10/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
21/10/2022	Ver. G	P	Sim	Combate ao câncer de mama, finalização do curso de pintura em tecido para moradores da zona rural e metas para 2023
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
27/10/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Participação da escola estadual na XII Feira de Ciências do Semiárido Potiguar, e falta de transporte para levar os alunos
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
04/11/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Importância da cultura na cidade e do novembro azul
	Ver. I	P	Não	não se aplica

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
11/11/2022	Ver. G	P	Sim	Situação do hospital municipal e do transporte escolar
	Ver. H	P	Sim	Cursos ofertados pelo polo de Lajes na área da educação e gestão pública, além da situação dos transportes escolares
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
18/11/2022	Ver. G	P	Sim	Curso de caprinocultura na comunidade rural, falta de água na cidade e festividades municipais
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
25/11/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Diversos assuntos: estradas rurais, transporte escolar, nutricionistas e papel dos parlamentares
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
01/12/2022	Ver. G	P	Sim	Reconhece as ações realizadas por um vereador sobre a economia local
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
09/12/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Não	não se aplica
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
16/12/2022	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	voto de pesar
	Ver. I	P	Não	não se aplica

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Durante as 70 sessões realizadas na câmara municipal, a vereadora G faltou 6 vezes, a vereadora H, 2 vezes, e a vereadora I, 4 vezes. Consta, nas atas, 40 pronunciamentos da vereadora G, 43 registros de discursos na plenária pela vereadora H, e 18 pronunciamentos da vereadora I. Em relação as questões que diz respeito às mulheres, a vereadora G apresentou 5 propostas, a vereadora H fez 8 propostas e a vereadora I citou 3 propostas em alusão às mulheres. Conforme registrado,

Mulheres na política, empreendedorismo feminino, voto feminino, preconceitos e discriminações contra as mulheres, combate ao câncer de mama (vereadora G);

Distribuição de absorventes, empreendedorismo feminino, mulheres na política, 90 anos do voto feminino, distribuição de absorventes, legado de Alzira Soriano, violência contra as mulheres (vereadora H);

Semana Alzira Soriano, dia internacional da mulher, mulheres LGBTQIA+ (vereadora I).

As vereadoras de Lajes, se comparado com as demais parlamentares, foram as mais frequentes nas sessões legislativas e também apresentam uma diversidade de propostas para formação de políticas públicas para mulheres: como saúde, trabalho, economia, cultura, educação e segurança. Ao atuar politicamente nesses campos políticos, pode-se dizer, conforme Tilly (1994), que a abrangência da contemplação da mulher é ampliada, considerando-se suas múltiplas vivências.

6.3. ACOMPANHAMENTO NAS SESSÕES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Neste tópico, apresentamos um quadro com as três visitas realizadas nas câmaras municipais de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes. Optamos por acompanhar apenas três sessões por ocorrerem em dias diferentes e necessitarem da organização do traslado e percurso para ida a estes municípios. Nosso intuito foi identificar como se desenvolvia as atividades políticas das vereadoras durante as sessões legislativas nessas cidades, destacando matérias ou pronunciamento das parlamentares.

Quadro 24: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Angicos/RN

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
03/03/2023	Ver. A	F	-	-
	Ver. B	F	-	-
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
20/03/2023	Ver. A	F	-	-
	Ver. B	P	Não	não se aplica
	Ver. C	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
24/03/2023	Ver. A	F	-	-
	Ver. B	P	Não	não se aplica

	Ver. C	P	Não	não se aplica
--	--------	---	-----	---------------

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Na observação das sessões na câmara municipal de Angicos, apesar da vereadora C não ter faltando nenhuma das sessões, a mesma, juntamente com a parlamentar B, não fizeram uso da plenária. E a vereadora A não esteve presente devido a questões de saúde que envolvia sua mãe.

Em relação a vereadora C, apesar de ser frequente nas sessões municipais, notamos poucas produções legislativas no biênio 2021 e 2022, além de raramente fazer uso na plenária. O fato de a parlamentar silenciar, nos pronunciamentos, pode retratar ideias de omissões, negações e de passividade, no entanto, o “silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio” (Orlandi, 2007, p. 23). Nesse sentido, acreditamos que o silêncio é um ato político, conforme aponta Maurice Durverger (1968), pois caracteriza-se como uma estratégia política, pois é fundante e significativa.

Abaixo, refletiremos sobre a observação na câmara municipal de Afonso Bezerra:

Quadro 25: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Afonso Bezerra/RN

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
06/03/2023	Ver. D	P	Não	não se aplica
	Ver. E	P	Sim	Diversos temas como: situação das estradas devido as chuvas, obras do executivo que se encontram paradas e danificadas
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
13/03/2023	Ver. D	P	Sim	Homenagem ao dia internacional da mulher na Sessão Solene
	Ver. E	P	Sim	Homenagem ao dia internacional da mulher na Sessão Solene
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
27/03/2023	Ver. D	P	Sim	Escolha do 2º secretário para compor a direção da câmara
	Ver. E	P	Sim	Apresenta seu requerimento sobre a implantação da inclusão digital nas praças da zona urbana e rurais. Além de outros assuntos, como: limpeza pública, segurança municipal, desabastecimento de água e conservação de bens públicos.

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Durante as três sessões em que acompanhei na câmara de Afonso Bezerra, nenhuma das parlamentares apresentarem pronunciamento sobre questões de gêneros, exceto, durante a sessão solene em alusão ao dia internacional da mulher.

Este evento é um chamado a continuarmos a refletir sobre nossas lutas, enquanto mulheres. Hoje estamos festejando, com base em muitas lutas feitas pelas mulheres em tempos passados. No entanto, o percurso é longo e, temos ainda muitas demandas e desafios a serem superados e enfrentados pela sociedade, como a persistência da violência contra a mulher que necessita de medidas mais rígidas e drásticas aos agressores (vereadora E).

A vereadora E, como vimos, encara o dia internacional da mulher como um motivo para mobilização das mulheres na superação de desafios na atualidade, porém, devido a impossibilidade de realização da entrevista com a parlamentar e a falta de acesso as produções e matérias legislativas da câmara de Afonso Bezerra, não foi possível fazermos ponderações dos discursos e atuação da vereadora, o que acabou limitando a análise de nossos resultados. Abaixo, consta um gráfico acerca das observações na câmara de Pedro Avelino:

Quadro 26: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Pedro Avelino/RN

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
10/03/2023	Ver. F	P	Sim	Requerimento para construção e revitalização de quebra-molas
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
17/03/2023	Ver. F	P	Sim	Falta de assistência da secretaria para agricultores rurais
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
24/03/2023	Ver. F	P	Sim	Requerimento para implantação de tela de proteção para reativação do espaço da arena de futevôlei.

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Durante o período em que estivemos observando as sessões municipais em Pedro Avelino, a parlamentar não havia discursado sobre questões que envolvem as mulheres, os requerimentos versavam sobre assuntos de esporte, obras e infraestrutura.

A seguir nos apontaremos algumas considerações sobre o acompanhamento na câmara municipal de Lajes.

Quadro 27: Atuação das vereadoras na câmara municipal de Lajes/RN

Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
03/03/2023	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Diversos assuntos: reunião com prefeito municipal, aplicação do piso salarial dos agentes de saúde e endemias, valorização do polo da Universidade Aberta do Brasil instalada na cidade
	Ver. I	P	Não	não se aplica
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição

21/03/2023	Ver. G	P	Sim	Declara apoio as reivindicações dos agentes de saúde e de endemias pela aprovação do reajuste salarial.
	Ver. H	P	Sim	Comenta sobre dois assuntos: greve dos agentes de saúde e endemias na cidade, necessidade da realização de drenagens em algumas ruas.
	Ver. I	F	-	-
Data da Sessão	Frequência		Pronunciamento	Descrição
31/03/2023	Ver. G	P	Não	não se aplica
	Ver. H	P	Sim	Diversos assuntos: ações realizadas para mulheres como palestras e oficinas; reuniões com lideranças femininas nos bairros conversando sobre políticas públicas para mulheres e procuradoria da mulher recentemente aprovada na câmara municipal; situação dos transportes escolares; assistência de psicólogos para adolescentes e jovens do município.
	Ver. I	P	Não	não se aplica

FONTE: Quadro construído pelo autor (2023).

Ao acompanhar as três sessões municipais na cidade de Lajes, a vereadora I não fez nenhum pronunciamento e as demais discursaram sobre diversos assuntos, em especial, sobre a situação dos Agentes de Saúde e de Endemias da cidade. Além disso, vale destacar que, no acompanhamento da última sessão, a vereadora H comentou sobre as ações realizadas para mulheres ao longo do mês de março, homenagens, palestras, oficinas realizadas na Câmara, além de reuniões que a parlamentar realizou na comunidade com algumas lideranças femininas nos bairros, conversando sobre a construção de políticas públicas para mulheres e da Procuradoria da Mulher aprovada recentemente na Câmara Municipal. Ela finalizou dizendo: “Estamos aqui para juntas, trabalhar em prol, falar em prol dos direitos das mulheres na cidade”.

Ao comparar os projetos e requerimentos de autoria da vereadora H, os discursos proferidos, durante a realização da entrevista e a observação das sessões legislativas, foi possível confirmar o compromisso da parlamentar em relação a pautas que trazem a mulher. Apesar de compreendermos de que “a desigualdade de gênero continua e que temos o compromisso de criar condições para que a mudança ocorra” (Souza, 2013, p. 186), notamos atitudes da parlamentar ao realizar encontros com lideranças femininas, projetos de leis que visam construir políticas públicas para mulheres. Isto sinaliza para criação de condições que não somente contemplam esse segmento, como também as convoca para participação e envolvimento nesses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos analisar a representatividade feminina nas instâncias de poder político, no contexto do sertão central, no estado do Rio Grande do Norte, em especial, no que se refere as formas de inserção política, destacando o pleito eleitoral de 2020 e suas práticas e produções legislativas, no biênio 2021-2022. A partir das discussões apresentadas ao longo dos capítulos e da análise dos dados coletados, foi possível identificar algumas características das mulheres que atualmente legislam no sertão central do RN.

Inicialmente, apresentamos os condicionantes da mulher no cenário de poder político. Por meio das contribuições de Miguel e Biroli (2014), compreendemos a exclusão histórica das mulheres nos espaços de poder, impulsionada pela dominação, naturalização e reprodução masculina sob os corpos femininos. Além disso, barreiras culturais, sociais e estruturais são fatores que influenciaram para a sub-representação das mulheres na política e nos cargos de poder.

Como havíamos proposto refletir sobre a representatividade feminina no sertão, havíamos traçados três objetivos específicos. O primeiro destes propunha construir um panorama das discussões de estudos acadêmicos sobre a participação da mulher nas instâncias de poder político local. Neste sentido, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a participação das mulheres nas câmaras municipais. De acordo com diversos autores, como Araújo (1998), Freire (2008), Sabino e Lima (2015), Meireles e Andrade (2017), Dácio e Ribeiro (2016) e Merlo (2017), discutimos suas produções que versavam sobre a incorporação das cotas no país possibilitando assimetrias de espaços políticos entre homens e mulheres, maiores chances nos pleitos municipais e papel dos partidos políticos na trajetória das eleitas. Mediante os resultados da revisão realizada, identificamos como os marcadores de gênero desempenham papel de grande influência e coerção para atuação das mulheres nos espaços de poderes institucionais.

Para ampliarmos nossas reflexões sobre este cenário, elaboramos uma análise sobre a política de ação afirmativa, destacando seu impacto nas eleições municipais. Apesar das cotas eleitorais proporem a ampliação do número de representantes mulheres, essa política, ao longo do tempo, foi desrespeitada pelos partidos políticos e sofreu (e sofre) inúmeras tentativas de descréditos e desvalorização, falta de incentivos do partido político, autoritarismo dentro desses partidos e relações clientelistas. No entanto, nesta pesquisa, apresentamos conforme as entrevistadas, a melhoria da política de cotas eleitorais, como o aumento de vagas para 50%,

pois esta ação afirmativa, continua sendo importante instrumento para possibilitar o ingresso das mulheres no espaço institucional.

Em relação ao nosso segundo objetivo, discutir sobre as formas de inserção feminina na política de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes, inicialmente situamos o recorte espacial de nossa pesquisa, apresentando brevemente a história dos municípios de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e de Lajes que fazem parte do sertão central do Rio Grande do Norte. Identificamos todas as mulheres que foram eleitas nas respectivas câmaras municipais ao longo da formação histórica dessas cidades, apresentando um quadro com a permanência feminina ou não nestes espaços de poder e decisão.

Nesse sentido, realizamos a identificação das vereadoras que atualmente exercem suas funções nas câmaras municipais, por meio de um levantamento quantitativo minucioso visando construir um leque de informações sobre os perfis detalhado das seis (6) vereadoras, comparando alguns dados nacionais, estaduais e locais, além de mapear as especificidades das parlamentares no sertão central do RN.

Após a identificação desses traços específicos, apresentamos algumas teorias, dados e interpretações em torno das problemáticas “quem são” e “o que fazem”, no sentido de analisarmos as trajetórias das vereadoras para o acesso à vida política, suas vivências durante o período de campanha e disputas eleitorais, suas pretensões para futuros cargos eletivos, além da atuação das vereadoras em cargos de poder e liderança nas câmaras municipais. Em seguida, apontamos as principais barreiras e dificuldades vivenciadas nos mandatos políticos, destacando algumas razões para a baixa representatividade feminina nas câmaras municipais.

No terceiro objetivo específico de nossa pesquisa, fazer uma análise acerca da atuação parlamentar das vereadoras nas câmaras municipais das cidades pesquisadas, construímos uma catalogação de todos os projetos de leis, requerimentos, indicações e resoluções de autoria das parlamentares. Além disso, destacamos a ocorrência ou não de pronunciamento das vereadoras nas sessões legislativas, de acordo com os registros das atas das sessões durante o biênio 2021 e 2022. Posteriormente, realizamos o acompanhamento de algumas sessões nas câmaras municipais, visando observar a presença e o comportamento da parlamentar no uso da tribuna para se expressar, localizando o teor dos seus discursos na plenária.

Assim, ao longo dessa pesquisa, foi possível identificar quem são e o que fazem as vereadoras do sertão central do Rio Grande do Norte. Como contribuição maior, avançamos na discussão de um estudo aprofundado e específico acerca da representatividade feminina nas instâncias de poder político no contexto do sertão central do RN. Ao discorrer sobre uma perspectiva feminista, a inserção das mulheres nos espaços públicos de poder político, mas

especificamente sobre a participação feminina nas câmaras municipais do nosso recorte espacial, progredimos na reflexão acerca dos condicionamentos das atuações parlamentares, identificando suas diferenciações e singularidades a partir do acesso e permanência nestes espaços institucionais.

Por fim, ao problematizar a questão que norteou este trabalho, intencionávamos saber se as rotas de ingresso e as trajetórias políticas das atuais vereadoras tinha conduzindo ao comprometimento ou não das parlamentares para a construção de políticas públicas para mulheres no sertão central do Rio Grande do Norte. A partir dos resultados alcançados e das reflexões levantadas mediante os dados e informações coletados nesta pesquisa, percebemos que as mulheres eleitas não legislam, necessariamente, com base numa perspectiva feminista ou se guiando pela construção e efetivação de legislações para as mulheres. Neste cenário, verificamos uma limitação da atuação e produção das vereadoras para questões que têm pouca ou nenhuma influência para a construção de políticas públicas voltadas para as mulheres no sertão central do estado.

Apesar das parlamentares não associarem a ação afirmativa como instrumento para seu ingresso na política, verificamos, por meio dos relatos das entrevistas, que direta e indiretamente houve um favorecimento da políticas de cotas para a inserção das mulheres na política institucional, haja vista que muitas foram convidadas por parentes para se filiarem visando tão somente ao cumprimento do percentual estabelecido nos partidos. Além disso, o fato de a maioria não incorporar bandeiras e lutas do feminismo, têm impossibilitado uma significativa importância para a construção de identidades políticas femininas nas câmaras municipais, assumindo roupagens como do “empoderamento feminino” que, ao invés de construir novas possibilidades e ampliação para participação das mulheres nos ambientes de poder e decisão, acaba distanciando a entrada de (novas) candidatas e dificultando a permanência dessas mulheres nas câmaras municipais.

Nossa pesquisa deixa a possibilidade para realização de novos estudos e trabalhos no futuro: (1) Quais os impactos sofridos pela ausência de cadeiras ocupadas por mulheres na câmara municipal?, considerando que a cidade de Fernando Pedroza, ficou de fora da análise desta pesquisa pelo fato de nenhuma mulher ter logrado êxito nas eleições de 2020. (2) Quais produções e matérias legislativas os homens realizaram no biênio 2021-2022?, visando à construção de um quadro analítico comparativo entre homens e mulheres, suas representações e práticas para a construção ou não de políticas públicas para mulheres no sertão central. (3) A utilização ou não das mídias digitais como instrumentos para divulgação de seus mandatos parlamentares aos eleitores, matérias legislativas e pautas das sessões legislativas. (4) Fomento

de novas lideranças femininas (bairro, associações) em articulação com as(os) vereadoras(es) para investigação de outras formas de participação e engajamento das mulheres rurais/urbana.

Por fim, inúmeras são as contribuições advindas deste trabalho para a ciência: (1) pela ampliação de estudos de gênero e feminismo no contexto do sertão central do RN, abordando o papel desempenhado pelas mulheres, além de explorar questões de poder, gênero e política nesse contexto; (2) Incrementar maiores estudos acerca da participação política e representação feminina no sertão central, examinando detalhadamente a atuação das mulheres nos cargos de vereadoras e as implicações advindas pelos partidos políticos e nas decisões políticas locais; e (3) pela potencialidade para fomentar na investigação das condições de vida política das parlamentares nas câmaras municipais do sertão central do RN, colaborando para a identificação e mapeamento de estudos sobre as representações sociopolíticas das mulheres que legislam no sertão potiguar.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Fontes Oraís. História dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Oraís**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, A; LOPES, F. Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 62, p. 157-181, jun. 2017.

ALMEIDA, A.; LOPEZ, F. Representação Política Local: Padrões de Atuação dos vereadores em Quatro Cidades Mineiras. **Discussion Papers 1625**, Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. 2011.

ALVES, J. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil**. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32910/35480>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ALZIRAS, Instituto. (2018). **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020**. [Versão eletrônica]. Rio de Janeiro. Instituto Alziras. Disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ARAÚJO, C. **Mulheres e representação política**: a experiência das cotas no Brasil. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 06, n. 01, p. 71-90, julho. 1998.

ARAÚJO, C. Ações Afirmativas como estratégias políticas feministas. In: BRUSCHINI, C; UNBERHAUM, S (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001.

ÁVILA, D. A.; RIBEIRO, P. R. **O que esperar das mulheres na política?** Uma análise das narrativas de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul. Revista Ártemis, João Pessoa, v. 19, p. 119-129, jan./jul. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 6.ed. Lisboa: Edições 70. 2011.

BAUER, N. M. Shifting standards: How voters evaluate the qualifications of female and male candidates. **The Journal of Politics**, v. 82, n. 1, 2020.

BEZERRA, M. **Emancipação política da mulher potiguar**. 1. ed. Natal: Coleção Amigos da Pinacoteca, 2019.

BELISÁRIO, K. M.; REIS, R. C. Representação feminina na cena política brasileira: Estereótipos e preconceitos. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 1, e023011, 2023.

BESTER, Gisela Maria. A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho, PR, 2016, n. 25, p. 327-343, 2016.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. **Feminismo e Política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília. Universidade de Brasília, 1. ed. 1998.

BOGADO, M. Rua. In: HOLLANDA, Heloisa. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOLOGNESI, B. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral. In: MIGUEL, Luis Felipe *et al* (org.). **Mulheres e representação política**: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 634.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, Bertrand, 1989.

_____. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1979.

BUTLER, J. **Gender in Trouble**. Nova Iorque: Routledge, 1990.

BRAGA, M.; COSTA, V.; FERNANDES, J. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e PSDB no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.

BRAGA, S. **Podem as TICs auxiliar na institucionalização das Democracias?** Um estudo sobre a informatização dos Órgãos legislativos na América do Sul e no Brasil. Brasília: Editora Plenarium, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1995]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.504 de 30 de setembro 1997**. Estabelece normas para eleições. Brasília: Presidência da República, [1997]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília: Presidência da República, [1995]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade de 03 de outubro de 2018**. Acórdão que dispõe sobre a fixação de piso (5%) e de teto (15%) do montante do fundo partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para a aplicação nas campanhas de candidatas. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/768146845>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.211, de 01 de outubro de 2021.** Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 - Lei das Eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14211.htm. Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022.** Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc117.htm. Acesso em: 06 jan. 2023.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008.

COLLING, A. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, A. **As donas no poder.** Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBa, Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

COSTA, R.; GONÇALVES, R. Participação da mulher na política brasileira. In.: **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 97-111, jan./jun. 2021.

COUTO, J. **O pessoal é político:** discursos e projetos de lei das vereadoras de Belém em 2021. In: História das violências de gênero contra as mulheres, v.5, nº 2. Manaus: UFAM, 2022.

CUNHA, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital. 2007.

DÁCIO, Í.; RIBEIRO, M. **Mulheres de Abaetetuba:** trajetórias femininas na cena política de uma cidade no interior paraense. Amazônica, Revista de Antropologia, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 284-308, out. 2017.

D'AVILA F.; LIMA, P.; JORGE, V. Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, p. 39-60, jan. 2014.

D'ÁVILA, M (org.). **Sempre foi sobre nós:** relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

DUARTE, C. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, set. 2003.

DUVERGER, M. **Sociologia política.** Forense, Rio de Janeiro, 1968.

EDUARDO, M. C. Mulheres em campanha: recursos financeiros e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014. In: MIGUEL, Luis Felipe et al (org.). **Mulheres e**

representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 634.

FABRIS, L. Desigualdade de gênero na lei: recursos de campanha para mulheres na Minirreforma Eleitoral de 2015 e o julgamento da ADI 5617 no STF. In: MIGUEL, Luis Felipe *et al* (org.). **Mulheres e representação política:** 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 634.

FARIA, C. **O parlamento aberto na era da internet: pode** o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

FONTANA, F. **Técnicas de pesquisa.** In: Metodologia da pesquisa e do trabalho científico; organizador: MAZUCATO, T. Penápolis: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

FLICK, U. **Métodos de Pesquisa:** introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

FREIRE, A. **A inserção das mulheres na Câmara Municipal de Natal (1988 - 2004).** 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

GARCIA, C. **Boletim do centro de informação, pesquisa e comunicação da mulher.** Mulher & Democracia. Mulheres nas eleições de 2004 no Brasil e no Nordeste, Pernambuco, Ano 1, n° 01 abril a julho, 2005.

GATTI, B. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GATTO, M.; THOMÉ, D. Resilient aspirants: Women's candidacies and election in times of Covid-19. **Politics & Gender.** Londres. p. 1-8. 2020.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, R. **O discurso religioso na política e a política no discurso religioso:** uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014). Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GUNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa:** esta é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa. Universidade de Brasília, v. 22, n. 2, p 201-209, mai/ago, 2006.

GROSSI, M.; MIGUEL, S. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167–206, 2001.

GROSSI, M. Feministas históricas e novas feministas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, volume 12. n.2. jul, 1997.

História de Angicos. RN, 2022. **ANGICOS**, Prefeitura Municipal de.

História de Afonso Bezerra. RN, 2022. **AFONSO BEZERRA**, Prefeitura Municipal de.

História de Lajes. RN, 2022. **LAJES**, Prefeitura Municipal de.

História de Pedro Avelino. RN, 2022. **PEDRO AVELINO**, Prefeitura Municipal de.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2020**. Rio Grande do Norte: IBGE, 2020.

JULIÃO, E.; VERGÍLIO, S. **Juventudes, políticas públicas e medidas socioeducativas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Novo Degase, 2013.

KAUCHAKJE, S. Solidariedade e expressão jurídica: valores políticos de vereadores sobre direitos sociais. **Revista Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 309–336, nov. 2012.

KERBAUY, M. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Revista Opinião Pública**, v. 11, n. 2, p. 337–365, out. 2005.

KUSCHNIR, K. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Adenauer Stiftung, 2001.

LESTON-BANDEIRA, C. The impact of the internet on parliaments: a Legislative Studies framework. **Parliamentary Affairs**, v.60, n.4, 2007.

LIMA, R. **Vereadores candidatos nas eleições para deputado no Rio Grande do Sul (2002-2010): ambição política, resultados e continuidade da carreira**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

LINS, E.; LOPES, F. Trevas e queda: análise do imaginário feminino na representação de *fake news* sobre Marielle Franco. **Revista Memorare**. Tubarão, v.5, n.1, p. 78-96, jan./abr. 2018.

LOBO, R.; FILHO, M. Linchamentos em rede: justificação e violência-resposta na internet. **Revista Novos Rumos Sociológicos**. Espírito Santo, IFES, v. 5, n. 7. 2017.

LOPES, V. **As lógicas da representação política: o processo de mudança de lideranças políticas em Fortaleza**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

LOPEZ, F. **As relações entre Executivo e Legislativo no município de Araruama**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia. Rio de Janeiro, 2001.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.10, n.29, out. 1995.

MANO, M. **Legislar sobre “Mulheres”**. Relações de Poder na Câmara Federal. Campinas. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP. 2015.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.64, jun. 2007.

MARIZ, Z. **Nízia Floresta Brasileira Augusta**. Natal, Ed. Universitária. 1982.

MATOS, M. **Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres: novos horizontes para 2010?** 2009. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/marlise.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MÁXIMO, M. Da metrópole às redes sociotécnicas. In: RIFIOTIS, Theophilos (et all). **Antropologia no Ciberespaço**. Florianópolis: UFSC, 2010.

MEDEIROS, I. **Alzira Soriano, uma guerreira potiguar**. 1. Ed. Natal: Edições Sebo Vermelho, 2018.

MEIRELES, F.; ANDRADE, L. V. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, vol.25, n. 63, 2017.

MERLO, M. **Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas: a atuação partidária na trajetória das eleitas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ C. M, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio/set. 2006.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VXvt64f7BzmgKcvxdmQR8Zr/?lang=pt#>. Acesso em: 24 jul. 2022.

_____. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-107.

_____. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.44, p. 91-102, out. 2000.

_____.; FEITOSA, F. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara de Deputados. **DADOS –Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n.1, p. 201-218, 2009.

_____.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VXvt64f7BzmgKcvxdmQR8Zr/?lang=pt#>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MIGUEL, S. M. Dos discursos às legislações: o debate no Congresso brasileiro. In: MIGUEL, Luis Felipe *et al* (org.). **Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 634.

MIGUEL, L. F. As cotas no Brasil e o impacto de longo prazo. In: MIGUEL, Luis Felipe *et al* (org.). **Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 634.

_____. Teoria política feminista e liberalismo. In: MIGUEL, Luis Felipe *et al* (org.). **Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 634.

MINAYO, M. C. *et al* (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucite, 2007.

MOURA, M. O Grêmio Estudantil na Gestão da Escola Democrática: protagonismo e resiliência ou Despolitização das Práticas Formativas? **Revista de Ciência da Educação**. São Paulo, v. 7, n. 23, 2010.

MORITZ, M. L. Lei de cotas 25 anos depois: um panorama das vereadoras nas capitais brasileiras (1996-2020). In: MIGUEL, Luis Felipe *et al* (org.). **Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2021. p.634.

MOSEDALE, S. “Policy arena. Assessing women’s empowerment: Towards a conceptual framework.” **Journal of International Development**, n°. 17, p. 243-257, 2005.

NASSER, E. M. **Mulheres na política do Rio Grande do Norte em 2004**. Cadernos Feministas de Economia & Política. Mulher e Democracia, 2005.

NEVES, J. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NINAMORE, C.; CARVALHO, J. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.14, mai. 2006

NOVELLINO, M.; TOLEDO, M. As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). **Inclusão Social**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4110>. Acesso em: 3 jun. 2023.

NUNES, E. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, Brasília: ENAP, 1997.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PANKE, L. Campanhas eleitorais para mulheres. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

PINA, M. et al. **Manual de comportamento organizacional e gestão**. Lisboa: Editora RH, 2007.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, D. **Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Carlos, 2013.

PINHEIRO, L. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PIERUCCI, A.; PRANDI, R. **Realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PHILLIPS, Anne. **Engendering Democracy**. Cambridge: Polity Press, 1991.

QUEIROZ, N.; BERTHO, H. **Você já é feminista**. Jandaíra: Pólen livros, 2.ed. 2020.

REIS, Elizabeth. **Estatística descritiva**. Lisboa: Silabo, ed. 4, 1998.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927. Regula o serviço eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.tre-rn.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2021.

RIOS, G. **Representação feminina na Câmara de vereadores de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 161. 2014.

ROCHA, E.; VIEIRA, M. **Gênero em contextos cabo-verdianos: trânsitos de pesquisa Brasil-Cabo Verde**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

ROMERO, K.; KERSTENETZKY, C. Entre o altruísmo e o familismo: a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 119-146, 2015.

RUEDIGER, M.; GRASSI, A. (coord.). **Redes Sociais nas Eleições de 2018**. Rio de Janeiro: FGV-DAPP, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/25737>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SABINO, M. J.; LIMA, P. V. **Igualdade de gênero no exercício do poder**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23. p. 713-734, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/T5kXnZCWhrDkX6MspyMcTTG/>. Acesso em: 10 set. 2021m

SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Revista Opinião Pública**. Campinas, v. 15, n. 2, 2009.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, M. **Metodologia de Pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SANTOS, T. A persistência de casos de violência contra a mulher nas cidades do interior. In: **Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, 2., 2018, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12904/2/ViolenciaMulherCidadesInterior.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2023.

SANTOS, A. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente**: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2000.

SARDENBERG, C. **Conceituando "empoderamento" na perspectiva feminista**. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres, Salvador, 2006.
SEN, C.; GROWN, G. Development, crisis, and alternative visions: Third World Women's perspectives. **Dawn**. 1987

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v.13, n.1, p.11-30, janeiro/abril 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy/>. Acesso em 04 Mai. 2021.

SILVA, A. **Irmã da vereadora inelegível se tornou a campeã de votos para o Poder Legislativo**. Blog de Assis. João Câmara, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://blogdeassis.com.br/2020/angicos-irma-de-vereadora-inelegivel-se-tornou-a-campea-de-votos-para-o-poder-legislativo/196970/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SILVA, L. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica, Ciudad de México**, n. 64, p. 223-256, jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56799>. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742017000100223&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 17 jul. 2023.

SOUZA, M. **A presença da mulher na política**: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5444>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SOUZA, H. **Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos a primeira mulher eleita prefeita na América do Sul**. 1. ed. Natal: Editora Universitária CCHLA, 1993.

SOUZA, S. A mulher nos espaços de poder político. **Cadernos Adenauer XIV**, n. 3, p. 183-196, 2013.

SPECK, B.; BRAGA, M. **Organização partidária e carreiras políticas no nível local**. Trabalho apresentado no XII Congresso da BRASA, Londres/UK, 2014.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas**: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TELES, M. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

TROTTA, C., *et al.* Papel das redes sociais nas eleições municipais em época de pandemia. **Revista Aurora**. Marília, v.15, n. 1, p. 27-48, jan. 2022.

YOUNG, I. **Representação política, identidade e minorias**. São Paulo: Lua Nova, 2006.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos:

Este é um convite para você participar da pesquisa “**MULHER E PODER POLÍTICO NO SERTÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO NORTE**” coordenada pela **Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira**, e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido aos seguintes **procedimentos metodológicos**: técnicas de entrevista, catalogação de documentos e matérias legislativas de autoria da(s) vereadora(s), e observação de algumas sessões nas câmaras municipais. Para a aplicação da entrevista, propomos a possibilidade da mesma ser realizada presencialmente ou por meio de ambiente virtual (*Google Meet* ou *Zoom*), visando permitir uma maior flexibilidade e autonomia da(s) participante(s) nesta pesquisa. Atentando para o caráter sigiloso da identidade e a confidencialidade das vereadoras de acordo com o presente TCLE, bem como para o Termo de Autorização para uso de áudio.

A responsabilidade de aplicação dos procedimentos metodológicos é de **Mikael Gomes Braga**, discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologia e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA/*Campus* Central. Essa pesquisa tem como **objetivo geral**: Analisar a representatividade feminina nas instâncias de poder político no contexto do sertão central no estado do RN. E como **objetivos específicos**: A) Problematicar as narrativas acerca do “pioneirismo” da mulher potiguar nas instâncias de poder político; B) Discutir as formas de inserção feminina na política de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes; C) Analisar a atuação parlamentar das vereadoras nas Câmaras Municipais das cidades pesquisadas. Esse estudo tem como finalidade contribuir para problematizar as questões presentes no reiterado “pioneirismo da mulher potiguar nas instâncias de poder político”, para refletirmos sobre as formas de inserção e participação das vereadoras nas Câmaras Municipais de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes no sertão central do Rio Grande do Norte. A pesquisa **justifica-se**, pela inexistência de estudos sobre representatividade feminina, atuações parlamentares e política institucional de gênero nas Câmaras Municipais como objeto de estudo interdisciplinar no contexto do sertão central potiguar.

O **risco é mínimo** nesta pesquisa, ainda assim por abranger informações de cunho subjetivo, as participantes poderão sentir algum tipo de incômodo e desconforto ao compartilhar relatos de natureza pessoal e/ou confidencial. Durante a aplicação das entrevistas, poderão sentir aborrecimento ou constrangimento no decorrer da gravação de áudio e também cansaço, por tomar o tempo das sujeitas ao responderem aos questionamentos. Para minimizar a ocorrência desses riscos será dada a garantia do sigilo e do anonimato na publicação dos dados da pesquisa de acordo com as informações registradas no TCLE, cabendo unicamente ao pesquisador e a orientadora da pesquisa manusear e guardar todos os dados coletados. Minimizaremos esses desconfortos possibilitando garantir um local reservado (como por exemplo, a sala do gabinete da parlamentar) e escolha de um horário oportuno para responder ao questionário, além da

privacidade e anonimato nas respostas ao questionário.

Em conformidade com a carta circular 01/2021 da CONEP, durante a possibilidade de adoção das entrevistas em ambiente virtual, os riscos advindos desta pesquisa dizem respeito ao desconforto durante o tempo de duração do procedimento, as ferramentas de comunicação e a privacidade do ambiente virtual. Para minimizar esses problemas durante a entrevista remota, faz-se necessário garantir a participação e/ou retirada do consentimento e recusa dos sujeitos, bem como assegurar a segurança e privacidade das participantes da pesquisa. Dessa maneira, qualquer possibilidade mínima de constrangimento moral e/ou exposição a situações de fragilidade emocional poderá ser administrada por psicóloga devidamente cadastrada junto ao Conselho Regional de Psicologia da 17ª região.

Quanto aos **benefícios**, as participantes serão beneficiadas no que diz respeito a contribuição e produção de conhecimentos sobre a investigação proposta, dado a possibilidade de gerar novas informações sobre a representatividade feminina nas Câmaras Municipais no Sertão Central do Rio Grande do Norte, através dos relatos e informações disponibilizadas durante a realização da entrevista e de suas trajetórias políticas nos espaços institucionais de poder. Poderão ajudar também, a encontrar soluções reais para o problema da sub-representatividade das mulheres, permitindo uma melhor reflexão e produção de conhecimentos dessa temática, dado o campo inaugural de estudos que ela abre e as possíveis implicações sociais que poderão ocorrer com base nos resultados.

Os dados da pesquisa ficarão sobre a responsabilidade da orientadora e pesquisadora **Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira**. As informações serão armazenadas em pastas e protegidas por senha no Notebook Dell da pesquisadora responsável, pelo tempo de cinco anos, com o intuito de salvaguardar a segurança das informações disponibilizadas.

Após esse prazo, as informações serão destruídas, considerando-se que a pesquisa já terá socializado no meio acadêmico, seguindo os procedimentos precisos para a proteção do anonimato dos sujeitos da pesquisa.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para a pesquisadora responsável Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira no endereço: Av. Francisco Mota, 4492, CEP: 59626-105 – Mossoró/RN. Tel: (84) 999489438. Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** - Faculdade de Ciências da Saúde da UERN. Rua: Miguel Antônio da Silva Neto, s/n – Prédio Faculdade de Medicina – 2º Andar- Bairro: Aeroporto– CEP: 59607-360 - Mossoró/RN. Tel: (84) 3312-7032. E-mail: cep@uern.br.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade da pesquisadora, Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira.

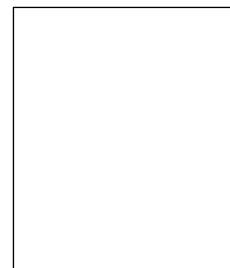
Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em livros, eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre:

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa “**MULHER E PODER POLÍTICO NO SERTÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO NORTE**”. Declaro, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos metodológicos e aos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Mossoró, ____/____/____.

Assinatura do Pesquisador



Assinatura do Participante

Mikael Gomes Braga (Aluno – Pesquisador) – Aluno do Curso de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologia e Instituições, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Ufersa/Campus Central. Rua André Avelino da Trindade, N° 151, Bairro Dom Tavares CEP: 59515-000 – Angicos/RN. Tel.(84) 99147-3185. E-mail: mikael.braga@alunos.ufersa.edu.br

Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira (Orientadora da Pesquisa – Pesquisadora Responsável) – Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Ufersa/Campus Central. Av. Francisco Mota, 4492, CEP: 59626-105 – Mossoró/RN. Tel: (84) 999489438. E-mail: kyara.almeida@ufersa.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) - Faculdade de Ciências da Saúde da UERN. Rua: Miguel Antônio da Silva Neto, s/n – Prédio Faculdade de Medicina – 2º Andar- Bairro: Aeroporto– CEP: 59607-360 - Mossoró/RN. Tel: (84) 3312-7032. E-mail: cep@uern.br.

APÊNDICE 2
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ÁUDIO

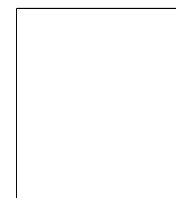
Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade da gravação de áudio produzido por mim, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador **MIKAEL GOMES BRAGA** do projeto de pesquisa intitulado “**MULHER E PODER POLÍTICO NO SERTÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO NORTE**” a realizar captação de áudios que se façam necessários sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes áudios (suas respectivas cópias) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, monografias, TCC's, dissertações ou teses, além de slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Mossoró - RN, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável



IMPRESSÃO
DATILOSCÓPICA

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO 1: BIOGRAFIA

(O objetivo é somente confirmar alguns dados apontados pelo TSE e TRE na candidatura ao cargo de vereadora em 2020 e, identificar outras informações pessoais)

- a) Nome completo
- b) Nascimento
- c) Estado civil
- d) Número de filhos
- e) Grau de instrução
- f) Profissão
- g) Lê noticiário políticos
- h) Formação religiosa
- i) Raça/ Etnia
- j) Conta com alguma ajuda nas tarefas domésticas?
 - (1) Conta com a ajuda dos filhos(as)?
 - (2) Conta com a ajuda de um(a) profissional renumerado(a)?
 - (3) Conta com ajuda de outro(a) familiar?
 - (4) Não conta com nenhuma ajuda?
- k) Como foi/é para você conciliar a vida familiar e as atividades da vida pública?
- l) Em geral, você é mais procurada por eleitores homens ou mulheres?
 - (A) mais por homens.
 - (B) Mais por mulheres.
 - (C) Igualmente por homens e mulheres

BLOCO 2: TRAJETÓRIA POLÍTICA

(o objetivo deste bloco é traçar a trajetória política das vereadoras)

- a) Como descobriu a política institucional?
- b) O que levou você a assumir a candidatura de vereadora? Foi uma decisão difícil?
- c) Atualmente, você se dedica apenas ao mandato como vereadora ou possui outra ocupação?
- d) Ao todo, quantas vezes foi candidata, para quais cargos?
- e) Obteve quantas vitórias e derrotas?

- f)** Como foi sua campanha em 2020, quem apoiou?
 - g)** Quais suas principais bandeiras de luta defendidas na campanha?
 - h)** Quando você se elegeu como vereadora pela primeira vez, tinha algum parente que ocupava ou que já tinha ocupado cargo público/político? Se sim, cite a relação de parentesco e a influência/experiência que este representava para você.
 - i)** Quais motivos você citaria para a baixa representação feminina na câmara de vereadores no sertão central do RN?
 - j)** O que entende acerca do feminismo?
 - k)** Você se considera feminista?
 - l)** Desde a primeira vez que se elegeu vereadora, você já ocupou algum cargo de liderança dentro da Câmara Municipal?
 - m)** Durante seu mandato, quantas vezes você solicitou uma reunião com o prefeito ou secretários municipais e foi atendida?
 - n)** Você acredita que o fato de ser mulher, dificulta o desenvolvimento de suas atividades parlamentares na Câmara? Se sim, poderia mencionar alguma(s)?
 - o)** Você se envolveu em alguma entidade, organização ou movimentos sociais ANTES do exercício de seu mandato? (Resposta pode ser de múltipla escolha)
- (A) Movimento estudantil ou grêmios.
 - (B) Conselho Municipal ou Estadual
 - (C) Conselho Tutelar.
 - (D) Sindicato.
 - (E) Grupos Empresariais.
 - (F) Associações de Bairro ou Moradores.
 - (G) Movimentos Sociais (negros, gays, mulheres, deficientes, índios, sem-terra etc).
 - (H) Associações filantrópicas e/ou beneficentes.
 - (I) Entidade de classe (OAB, CREA etc).
 - (J) Grupos culturais.
 - (K) Grupos esportivos.
 - (L) Igrejas e grupos religiosos.
 - (M) Outros. Quais?
- p)** Durante seu atual mandato parlamentar, você tem se envolvido em alguma entidade, organização ou movimentos sociais? (Resposta pode ser de múltipla escolha)
- (A) Movimento estudantil ou grêmios.
 - (B) Conselho Municipal ou Estadual

- (C) Conselho Tutelar.
- (D) Sindicato.
- (E) Grupos Empresariais.
- (F) Associações de Bairro ou Moradores.
- (G) Movimentos Sociais (negros, gays, mulheres, deficientes, índios, sem-terra etc).
- (H) Associações filantrópicas e/ou beneficentes.
- (I) Entidade de classe (OAB, CREA etc).
- (J) Grupos culturais.
- (K) Grupos esportivos.
- (L) Igrejas e grupos religiosos.
- (M) Outros. Quais?
 - q) Qual papel exercia nestes espaços, instituições ou movimentos? Por quanto tempo?
 - r) Quais as dificuldades e facilidades encontradas para exercer o seu mandato na câmara legislativa?
 - s) Pretende concorrer à reeleição em 2024? Se sim, por quais motivos pretende disputar? Caso negativo, por que não pretende concorrer à reeleição?
 - t) Você concorreu algum cargo nas eleições 2022? Se sim, qual? Se não, tem pretensão de algum dia candidatar-se?

BLOCO 3: PARTIDOS

(o objetivo deste bloco é identificar as concepções que as vereadoras tem acerca do partido político na qual é filiada, e se este influencia ou não na candidatura e eleição das vereadoras)

- a) O que você pensa sobre o partido político?
- b) Em qual partido militou e é afiliada?
- c) Foi eleita por qual (quais) partidos? Coligação?
- d) Qual é sua relação com a direção partidária e o diálogo com seus apoiadores?
- e) Como analisa as candidaturas femininas dentro dos partidos: há investimento financeiro? Há interesse para que as mulheres participem do pleito eleitoral?
- f) O partido ao qual você é filiada, tem alguma ação específica para as mulheres, há investimento em conscientização, participação, filiação de mulheres? Cite que tipo de ação, caso haja.
- g) O estatuto do seu partido traz alguma referência às mulheres?

- h)** Seu partido tem departamento, secretaria ou coletivo de mulheres? Acha isso importante?
- i)** Desde a primeira vez que se elegeu vereadora, você já ocupou algum cargo na direção de seu partido?

BLOCO 4: COTAS

(o objetivo deste bloco é discutir a questão das cotas para as vereadoras)

- a)** O que você pensa sobre a lei de cotas para as mulheres nos partidos?
- b)** Você acredita que a lei de cotas tem sido eficaz para ampliar a participação da mulher na política?
- c)** Você acredita que as políticas de cotas impactaram de alguma forma a sua trajetória na vida pública? Se sim, como?

BLOCO 5: PROJETOS

(o objetivo deste compreender como são construídas as propostas de atuação das vereadoras, destacando suas ações e projetos)

- a)** No seu dia a dia na Câmara Municipal, como se organiza sua agenda política?
- b)** Como as demandas chegam até você? Alguma delas se transformam em projetos?
- c)** Como analisa sua atuação enquanto mulher parlamentar?
- d)** Descreva os projetos ou ações que você destaca em sua atuação na Câmara de vereadores.
- e)** Cite os projetos que se efetivaram no exercício de seu mandato e que tiveram impactos relevantes na sociedade.
- f)** Em sua atuação como vereadora, qual a função você considera mais importante:
 - (A) Fiscalizar a atuação do prefeito.
 - (B) Atender pedidos dos eleitores.
 - (C) Propor projetos de lei.
- g)** Destaque as TRÊS principais áreas de atuação como vereadora:
 - (A) Saúde.
 - (B) Educação.
 - (C) Assistência Social.

- (D) Desenvolvimento Econômico.
- (E) Direitos Humanos.
- (F) Infância e Adolescência.
- (G) Infraestrutura: saneamento básico, coleta de lixo, pavimentação, obras públicas.
- (H) Segurança Pública.
- (I) Transporte Público.
- (J) Meio Ambiente.
- (K) Agricultura e Pecuária.
- (L) Indústria e Comércio.
- (M) Cultura e Lazer.
- (N) Direitos de minorias (LGBT, negros, mulheres, portadores de deficiência etc).
- (O) Defesa do Consumidor.
- (P) Esporte.
- (Q) Turismo.
- (R) Outra. Qual?

h) Quais projetos tramitados/tramitação que desejaria tivesse sido aprovado, ou que mais desejaria ver aprovados (prioritários)?

BLOCO 6: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

(o objetivo deste bloco é discutir como as vereadoras estão atuando na construção de políticas públicas para mulheres)

- a)** Na construção das pautas de trabalho no seu mandato parlamentar, há atenção especial a questões femininas?
 - b)** Dentre uma série de problemas comuns a muitos municípios brasileiros, por favor, MARQUE OS TRÊS que você considera mais problemáticos para serem discutidos no sertão central do RN.
- (A) Desemprego.
 - (B) Violência contra a mulher.
 - (C) Acesso a moradia.
 - (D) Qualidade dos serviços de saúde.
 - (E) Violações dos direitos da criança e do adolescente.
 - (F) Qualidade da educação.
 - (G) Disponibilidade de creches.

(H) Precariedade da rede viária (urbanas ou rurais).

(I) Tráfico de drogas e criminalidade.

(J) Diferenças salariais entre homens e mulheres.

(K) Qualidade do transporte público.

(L) Poluição.

(M) Assédio sexual contra mulheres no trabalho.

(N) A coleta e no tratamento do lixo.

(O) A água tratada e rede de esgoto.

(P) Conflitos de terra.

(Q) Opções de cultura e lazer.

(R) Outro. Qual?

c) Como você analisa a situação das mulheres no seu município?

d) Existe alguma secretaria, órgão ou entidade que fomenta a construção de políticas públicas para mulheres em sua cidade?

e) Neste mandato, você já propôs algum projeto de lei voltado especificamente para os interesses e os direitos das mulheres? Se sim, quais?

f) Que outros tipos de projetos ou ações os demais parlamentares estão desenvolvendo para melhorar a vida das mulheres?

g) Alguma vez, você pediu a palavra em sessão da Câmara Municipal para falar em nome dos interesses e dos direitos das mulheres? Se sim, qual foi o assunto/problema discutido?

h) Você acha que se aumentar o número de mulheres eleitas, será mais fácil resolver esses problemas, ou é indiferente que sejam homens e mulheres?

i) Você gostaria de falar mais alguma coisa que não tenha sido perguntado na entrevista?

ANEXOS

1. Parecer do CEP (aprovação do Projeto de Pesquisa)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHER E PODER POLÍTICO NO SERTÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO
Pesquisador: MIKAEL GOMES BRAGA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 63541222.8.0000.5294

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.804.991

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo de pesquisa está vinculado ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO, TECNOLOGIAS E INSTITUIÇÕES – PPGCTI - UFERSA. Este estudo pretende analisar o cenário político a partir da atuação das mulheres nas Câmaras Municipais de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes situadas no sertão central do Rio Grande do Norte. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, tendo como marco teórico a perspectiva epistemológica feminista segundo Miguel (2014) e Biroli (2010). O recorte da pesquisa em termos de grupos de colaboradoras são as mulheres eleitas nas cidades supracitadas para a vereança 2021-2024. Pretende-se identificar as trajetórias e percursos dessas parlamentares por meio de levantamento documental nos baseando em Cellard (2008), Fontana (2018) e Neves (1996), acerca das matérias e produções legislativas das vereadoras; no tocante as aplicações de entrevistas o projeto se baseia em Minayo (1994), Alberti (2005), Gil (2009) e Minayo (2007). Como amostra tem-se então (9) nove parlamentares mulheres eleitas para o cargo de vereadoras municipais no pleito de 2020, para a vereança 2021-2024 nas Câmaras Municipais de Angicos, Afonso Bezerra, Lajes e Pedro Avelino, cidades situadas no Sertão Central do Rio Grande do Norte (RN). No que se refere as trajetórias de atuação das vereadoras, será realizado um levantamento documental sistemático de toda a produção legislativa de iniciativa dessas parlamentares eleitas no ano de 2020, bem como da sua condição de aprovação. Como produção legislativa, se irá considerar as matérias e proposições feitas nas

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3312-7032

CEP: 59.607-360

E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.804.991

Câmaras Municipais, a saber, projetos de lei, de indicação, de resolução e requerimentos, além de atas das sessões. As entrevistas serão semiestruturadas, organizadas por um roteiro predeterminado, porém não fechado. Em função do compromisso a ser assumido com as vereadoras, antes da aplicação das entrevistas, elas serão informadas sobre a finalidade da pesquisa, o caráter sigiloso da identidade e a confidencialidade, na qual iremos fazer uso de nomes fictícios e os relatos não serão identificados nominalmente. Será solicitado também que as vereadoras assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a participação nesta pesquisa, como também o Termo de Autorização para uso de áudio. O recrutamento das participantes da pesquisa se dará inicialmente a partir da identificação de (9) nove parlamentares eleitas no pleito de 2020 para a legislatura que compreende o período de 2021 a 2024. Em seguida, a página oficial das Câmaras Municipais será acessada para estabelecer contato por e-mails e telefones disponibilizados pelas parlamentares no site. Após o primeiro contato, um encontro individual com cada uma será marcado. O agendamento desses encontros dar-se-á por meio de contatos através telefonemas ou pelas redes sociais. Caso não seja possível realizar a entrevista presencialmente, se fará uso de plataformas digitais, como o Google Meet ou Zoom, para esses encontros.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Analisar a representatividade feminina nas instâncias de poder político no contexto do sertão central no estado do RN.

Objetivos específicos:

- I. Problematicar as narrativas acerca do "pioneirismo" da mulher potiguar nas instâncias de poder político.
- II. Discutir as formas de inserção feminina na política de Angicos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lajes.
- III. Analisar a atuação parlamentar das vereadoras nas Câmaras Municipais das cidades pesquisadas

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios, bem como as estratégias de minimização dos riscos foram adequadamente descritos.

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
Bairro: Aeroporto **CEP:** 59.607-360
UF: RN **Município:** MOSSORO
Telefone: (84)3312-7032 **E-mail:** cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.804.991

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é cientificamente relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram anexados e encontram-se adequados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa não apresenta óbices éticos. O presente protocolo de pesquisa encontra-se de acordo com as normativas éticas vigentes.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Doença por Coronavírus – COVID-19 (decorrente do SARS-CoV-2, novo Coronavírus);

Considerando a forma de priorizar a saúde da comunidade com o distanciamento social, conforme determinado por cada Chefe do Executivo Estadual;

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte recomenda que as particularidades relacionadas a proteção da saúde de todos os envolvidos nos protocolos de pesquisa sejam observadas e que os decretos e resoluções pertinentes a realidade de cada Instituição Proponente, bem como das instituições anuentes, sejam respeitadas. Por fim, recomendamos que caso sua pesquisa passe por alterações em decorrência dessa paralisação uma emenda deve ser enviada ao CEP para apreciação das mesmas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2021346.pdf	07/11/2022 18:42:42		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_completo_alterado_v2.pdf	07/11/2022 18:42:08	MIKAEL GOMES BRAGA	Aceito
Outros	carta_resposta_as_pendencias_v2.pdf	07/11/2022 18:40:54	MIKAEL GOMES BRAGA	Aceito

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3312-7032

CEP: 59.607-360

E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.804.991

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_alterado.pdf	07/11/2022 18:40:17	MIKAEL GOMES BRAGA	Aceito
Outros	declaracao_inicio_pesquisa_alterado.pdf	11/10/2022 18:39:36	MIKAEL GOMES BRAGA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_alterado.pdf	11/10/2022 18:35:38	MIKAEL GOMES BRAGA	Aceito
Outros	termo_audio.doc	21/09/2022 12:03:47	MIKAEL GOMES BRAGA	Aceito
Outros	carta_de_anuencia.pdf	21/09/2022 12:02:37	MIKAEL GOMES BRAGA	Aceito
Outros	roteiro_de_entrevista.docx	21/09/2022 12:01:42	MIKAEL GOMES BRAGA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MOSSORO, 09 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Ana Clara Soares Paiva Tôrres
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
Bairro: Aeroporto **CEP:** 59.607-360
UF: RN **Município:** MOSSORO
Telefone: (84)3312-7032 **E-mail:** cep@uern.br

2. Fotos da realização da pesquisa



MINHA ESPOSA E FILHA, NAS IDAS AO CAMPO DE PESQUISA



MINHA FILHA, NAS LEITURAS E ESCRITA DA DISSERTAÇÃO



FACHADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICOS



VEREADORA B



SESSÃO LEGISLATIVA (20/03/23)



FACHADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA



VEREADORA D



SESSÃO LEGISLATIVA (06/03/23)

GALERIA DOS(AS) EX-VEREADORES(AS) DE AFONSO BEZERRA





FACHADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO



VEREADORA F



SESSÃO LEGISLATIVA (10/03/23)

GALERIA DOS(AS) EX-VEREADORES(AS) DE PEDRO AVELINO

